

# **Políticas e Territórios da Agricultura Biológica em Portugal**

**Sara Mendonça de Sousa e Silva**

**Dissertação de Mestrado em Gestão do Território,  
Área de Especialização em Território e Desenvolvimento**

**Julho, 2012**

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Gestão do Território - Área de Especialização em Território e Desenvolvimento, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Ana Maria Viegas Firmino

*Ao Takashi, aos meus tantos pais e irmãos, aos familiares e amigos de sempre e aos que hão-de vir, à Ericeira e respectivo mar, à Lua e à Laika; pela solidez, intensidade e ternura das relações que me permitem avançar por novos caminhos*

*E ainda, ao Palácio Galveias e à Biblioteca do Centro de Estudos Geográficos de Lisboa, e respectiva gente, que me acolheram nestes últimos meses*

## AGRADECIMENTOS

Registo aqui a minha gratidão a todos aqueles que, por variadas razões, tornaram possível a conclusão deste projecto.

Em primeiro lugar, um agradecimento especial à Professora Ana Firmino que tão bem me soube escutar, na fase tímida de arranque; questionar, quando as ideias tomavam, pensava eu, alguma consistência; tranquilizar, quando os dados não chegavam; e dar alento, quando a mudança de trajecto se tornou inevitável. Pela sua disponibilidade, cuidado e sábias orientações.

Ao Professor e amigo José António de Oliveira, com quem tive a oportunidade de discutir a matéria e produzir a tipologia espacial do presente estudo, agradeço a cumplicidade e o seu valioso contributo.

Pela disponibilidade demonstrada em prestar recomendações, encaminhar, esclarecer dúvidas ou ainda tornar acessível informação estatística e documental, agradeço a Magda Porta (IESE), a Pedro Mota (GPEAR/MCTES), a Luzia Estevens (Serviço de Difusão/INE), a Paulo Lafuente (IFAP/MAMAOT), a Zita da Biblioteca, Rui Pereira, Cristina Hagatong e Francisco Cordovil (GPP/MAMAOT), a Maria Manuela Bule, Joaquina Fonseca e Pedro Teixeira (DGADR/MAMAOT), a António Strecht (EDIBIO), a Ângelo Rocha (Miosótis) e a Fernando Pires (BIOCOOP).

E por fim, não menos importante, transmito a minha gratidão à Joana Silva, pelo contínuo cuidado; à Marta Martins, pelo reforço positivo e sua sensatez; à Dora Possidónio, por me ter ajudado a descortinar um novo e mais preciso rumo; à Andreia Magalhães, pela pergunta na hora H; à Susana Santos, pela ajuda certa e firme amizade; e à Ana Mourinha, pelo testemunho de coragem e sua alegria contagiante.

# POLÍTICAS E TERRITÓRIOS DA AGRICULTURA BIOLÓGICA EM PORTUGAL

SARA SOUSA E SILVA

## [RESUMO]

**PALAVRAS-CHAVE:** Agricultura biológica, tipologia espacial, desenvolvimento territorial

Incidindo sobre a temática da agricultura biológica, que se pretende valorizar numa óptica geográfica, o estudo desenvolveu-se, essencialmente, a três níveis: (i) conhecimento dos actores, intenções e compromissos nacionais da e para a agricultura biológica; (ii) entendimento da dimensão e da dinâmica de evolução do modo de produção biológico nacional, no país e na Europa; e (iii) identificação e caracterização de identidades territoriais de agricultura biológica no país.

Para dar resposta a esses intentos houve que, previamente, delimitar, de uma forma crítica, a temática do ponto de vista teórico, começando por uma descrição das fases de evolução, desde a sua génese à respectiva consolidação; seguida de uma caracterização das dimensões inerentes ao conceito em causa, que espelham o acumular de preocupações que acompanham a evolução global da sociedade; a que, por sua vez, se segue a sistematização do quadro regulamentar e apoios comunitários relativos à agricultura biológica, que têm vindo a ser reforçados no âmbito das sucessivas reformas da Política Agrícola Comum.

O panorama da agricultura biológica em Portugal é apresentado, na presente dissertação, sob duas perspectivas complementares entre si: uma de contextualização e a outra associada à prática deste modo de produção. A primeira perspectiva de análise procura interpretar as condições de partida e os factores de desenvolvimento da agricultura biológica no país; caracterizar os seus principais actores, agrupando-os mediante o seu posicionamento na fileira; e, por fim, mas mais importante, avaliar as políticas nacionais relativas à matéria em questão, com base tanto na sistematização dos apoios para aí canalizados e respectiva síntese de execução, como na identificação de possíveis intenções delineadas no quadro dos instrumentos de política nacionais. A segunda perspectiva de análise, associada à prática, propriamente dita, deste modo de produção, integra, num primeiro momento, uma análise da evolução e distribuição da agricultura biológica nacional, no país e na Europa e, num segundo momento, a interpretação dos resultados da aplicação de análise de clusters aos 278 municípios de Portugal Continental, com vista ao estabelecimento de uma tipologia de territórios da agricultura biológica.

Conscientes do papel deste modo de produção na valorização dos espaços rurais portugueses e no combate ao despovoamento dos mesmos, a tipologia espacial produzida, ao identificar seis territórios contrastados em função das características e dinamismo da temática em causa, pretende contribuir para uma necessária abordagem estratégica da agricultura biológica, que se deseja mais territorializada e em articulação com outros recursos (p. ex. bens naturais e culturais) ou iniciativas regionais (p. ex. ecoturismo e valorização do artesanato).

# **POLICIES AND TERRITORIES OF ORGANIC FARMING IN PORTUGAL**

**SARA SOUSA E SILVA**

## **[ABSTRACT]**

**KEYWORDS:** Organic farming, space typology, territorial development

The present study focus on policies and territories of organic farming in Portugal and aims at analyzing on three levels and from a geographic perspective, the following aspects: (i) the stakeholders know-how and the national intentions and commitments towards organic farming; (ii) the dimension and dynamics of organic farming in Portugal and in Europe; and (iii) the identification and characterization of organic farming territorial identities within the country.

In order to answer to these goals it was previously necessary to delimit in a critic way the subject from a theoretical point of view, starting with a description of the evolution stages since the genesis to its respective consolidation, followed by a characterization of the dimensions inherent to the concept in question, reflecting the accumulation of concerns that accompany the global evolution of society; which, in turn, is followed by the systematization of the regulatory framework and Community grants for organic farming, that have been strengthened under the scope of the successive reforms of the Common Agricultural Policy.

The context of organic farming in Portugal is presented, in this dissertation, on two complementary perspectives: one of context and the other associated to the practices of this method of production. The first perspective of analysis seeks to interpret the starting conditions and factors of development of organic farming in the country; to feature its main stakeholders, grouping them according to their relative position; and, finally, and more important, to assess the national policies related to the focused subject, based both on the systematization of the aid granted and respective synthesis of execution and on the identification of possible intentions delineated within the framework of the instruments of national policies. The second perspective of analysis, associated to the actual practices of this mode of production, integrates, at first, an analysis of the evolution and distribution of national organic farming, in the country and in Europe and, then, the interpretation of results using a cluster analysis of the 278 municipalities of mainland Portugal, in order to establish a typology of organic farming territories.

Conscious of the role that this mode of production may have in the valorization of the Portuguese agricultural territories, namely to fight back depopulation of the fore mentioned areas, the typology produced, while identifying six territories contrasted according to the characteristics and dynamics of the subject in question, intends to contribute to a necessary strategic approach to organic farming, more territorialized and in conjunction with other resources (eg. natural and cultural assets) or regional initiatives (eg. ecotourism and added value of handicrafts).



## ÍNDICE

Introdução .....	1
Capítulo I: Enquadramento teórico da agricultura biológica.....	7
I. 1. Origem e desenvolvimento da agricultura biológica.....	7
I. 2. Em torno do conceito de agricultura biológica.....	18
I. 3. Política comunitária relativa à agricultura biológica .....	30
Capítulo II: Contextualização da agricultura biológica em Portugal.....	42
II. 1. Elementos precursores da agricultura biológica em Portugal.....	42
II. 2. Quadro institucional da agricultura biológica em Portugal.....	48
II. 3. Política nacional para a agricultura biológica.....	60
Capítulo III: Percurso metodológico da investigação.....	76
III.1 Considerações gerais.....	76
III.2 Metodologia relativa à organização e evolução espacial da agricultura biológica.....	78
III.3 Metodologia relativa à tipologia de territórios da agricultura biológica.....	82
Capítulo IV: Expressão espacial da agricultura biológica em Portugal.....	87
IV. 1. Organização e evolução espacial da agricultura biológica.....	87
IV. 1. Territórios da agricultura biológica em Portugal.....	107
Conclusão.....	125
Bibliografia.....	137
Índice de Quadros, Gráficos e Figuras.....	147
Apêndice A: Agricultura biológica de Portugal no contexto da UE.....	i
Apêndice B: Metodologia relativa ao Apêndice A.....	xviii
Apêndice C: Dados qualitativos de apoio ao Capítulo II.....	xxii
Apêndice D: Representação cartográfica da agricultura biológica no país.....	xxx



## INTRODUÇÃO

O presente estudo, que toma a designação de “Políticas e territórios da agricultura biológica em Portugal”, corresponde ao trabalho de Dissertação do Mestrado em Gestão do Território, especialização em Território e Desenvolvimento, cuja componente lectiva foi concluída em Junho de 2007. Nessa altura, o projecto de pesquisa, apresentado junto dos serviços académicos da FCSH/UNL, consistia em aprofundar a relação entre o sector cultural e criativo e o território<sup>1</sup>. Ora, em Agosto de 2011, data em que o trabalho de dissertação é retomado, constatou-se ter entretanto ocorrido uma proliferação de estudos sobre a temática, reduzindo a relevância da pesquisa inicial proposta.

Para a alteração em causa, concorreu, também, o trabalho entretanto desenvolvido junto do gabinete governamental da cultura<sup>2</sup> que, ao proporcionar uma evidente mais valia para o estudo proposto inicialmente, tornou-o menos cativante. O tema da agricultura biológica surge, assim, como uma opção, face à anterior, onde prevaleceu a vontade de arejo e de desafio intelectual; desde logo por se tratar de uma realidade, cultural ou profissional, exterior à experiência da autora, mas sobre a qual recaía uma curiosidade em construir conhecimento. A hipótese de pesquisa cresce, deste modo, como uma oportunidade para tal.

Se a escolha do tema ficou a dever-se, num primeiro momento, a um interesse pessoal, num segundo e decisivo momento, importou a actualidade do mesmo. Esta prende-se quer com o contexto de crise económica nacional, que incita ao recentrar da questão agrícola na agenda política portuguesa, tanto mais em período de negociação da nova Política Agrícola Comum (PAC); quer com a manifestação de reforço de valores que sustentam a proximidade com a vida no campo, como resposta alternativa à crise global; quer ainda com a recente publicação, entre nós, de artigos científicos e

---

<sup>1</sup> Estávamos, então, por um lado, muito próximos de Outubro de 2006, data em que é publicado o relatório *The Economy of Culture in Europe*, produzido pela *KEA European Affairs*, sob encomenda da Comissão Europeia e, por outro lado, ainda longe do lançamento do estudo de referência à matéria no nosso país - O sector cultural e criativo em Portugal (da Augusto Mateus & Associados), em Janeiro de 2010. Ambos os documentos apontavam para o importante papel das actividades artísticas, culturais e criativas nas economias contemporâneas.

<sup>2</sup> Ao exercício da função de assessora do Secretário de Estado da Cultura se deve, aliás, a suspensão da contagem do prazo de entrega da dissertação.

jornalísticos sobre a matéria, ainda que tímida no primeiro caso e repetitiva no segundo.

Com efeito, a recessão no nosso país, com previsão de permanência prolongada, e respectiva indispensabilidade de construir novos factores de competitividade, associada ao agravamento da crise social, que se concretiza, entre outros graves problemas, no aumento do desemprego, vêm reforçar o debate em torno da questão da agricultura nacional, cujo enfoque é colocado na discussão sobre o futuro da PAC pós-2013 (p. ex. Programa Prós e Contras da RTP, do dia 19 de Setembro de 2011, sob o título “Portugal - A Terra e o Mar”<sup>3</sup>).

Por seu turno, a crise internacional levou a uma ruptura entre a economia, a ética e a política e, perante os permanentes discursos economicistas surgem, um pouco por todo o mundo, movimentos e iniciativas “por uma mudança global”, de resposta alternativa à construção da “ideia da inevitabilidade”; assumem-se contra a precariedade, as desigualdades sociais e o actual sistema financeiro (p. ex. os “Indignados”, de Madrid ou os “Occupy Wall Street”, de Nova Iorque) e, apelando a uma democracia cívica, fomentam uma indispensável reflexão colectiva em torno dos modelos económicos e sociais imperantes.

No que à política agrícola e rural respeita, a agricultura biológica, face ao modo de produção agrícola dominante, pode constituir uma parte importante da solução dos seguintes desafios da sociedade: (i) gestão sustentável dos recursos naturais (p. ex. maior controlo na erosão dos solos e redução do perigo de contaminação de águas subterrâneas); (ii) conservação da biodiversidade (p. ex. preocupação no desenvolvimento de espécies vegetais autóctones); (iii) mitigação da poluição (p. ex. redução das emissões de carbono e nitrogénio) e adaptação às alterações climáticas (p. ex. menor vulnerabilidade a secas e inundações); e, entre outros desafios, (iv) contribuição para a vitalidade e coesão económica e social dos territórios rurais (p. ex.

---

<sup>3</sup> A intervenção do agricultor e engenheiro zootécnico, Alfredo Cunhal Sendim (responsável pela Herdade do Freixo do Meio, Presidente da Assembleia Geral da INTERBIO e, entre outras responsabilidades, membro do Grupo de Peritos, criado pelo Despacho n.º 7164/2010 do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, para a reflexão da PAC pós-2013), na qual expõe os benefícios do modelo da agricultura biológica, face ao modelo da agricultura convencional, terá mesmo incentivado, de forma marcante, a elaboração do presente estudo.

maior necessidade de mão-de-obra, atracção de nova geração para o sector agrícola e recuperação de produtos e técnicas agrícolas tradicionais).

A par dos movimentos supracitados, de resposta imediata à crise, caminham outros, “por um mundo melhor” e de “renovação económica e social”, que defendem e promovem valores relacionados, num sentido amplo, com o respeito e protecção do ambiente e o desenvolvimento sustentável; entre os quais aqueles que preconizam quer estilos de vida sustentáveis, com frugalidade no consumo, quer a proximidade com a natureza e com a vida no campo, quer ainda o crescimento pessoal e espiritual.

Ora, a agricultura biológica, de forte cariz ideológico, inscreve-se nesta corrente de movimentos ecológicos, e outros alternativos, os quais, baseados, não raramente, numa alimentação saudável, são compatíveis com os princípios que norteiam este modo de produção (IFOAM, 2005) - princípio da saúde, da ecologia, da justiça e da precaução -, que atendem, respectivamente: (i) à manutenção e melhoria da qualidade dos solos, assim como à saúde das plantas, dos animais, dos seres humanos e do planeta; (ii) aos sistemas ecológicos vivos e respectivos ciclos; (iii) a relações justas, no que diz respeito ao ambiente comum e às oportunidades de vida; e (iv) à protecção do ambiente, à saúde e ao bem-estar das gerações actuais e futuras.

No decorrer do ano lectivo 2011/2012, que correspondeu ao período de elaboração do presente estudo, a temática em questão acolheu, no panorama nacional, os seguintes importantes episódios, que se crêem bem demonstrativos da sua actualidade:

- A realização da conferência "Política Nacional para a Agricultura Biológica - para Quando?", promovida pela INTERBIO, que contou com a participação do actual Secretário de Estado da Agricultura (José Diogo Albuquerque), de reputados especialistas em políticas agrícolas e/ou em agricultura biológica (Nicolas Lampkin, Otto Schmid, Francisco Avillez e António Mantas) e, ainda, de Cristina Hagatong, em representação do Gabinete de Planeamento e Políticas do MAMAOT.
- A apresentação pública da proposta de "Política Nacional para a Agricultura Biológica", da autoria da INTERBIO, na Conferência supramencionada. Previamente, foi feita uma apresentação do Plano às organizações de produtores biológicos (p. ex. BIORAIA, ELIPEC, APIZERE e AGRIDIN), que visava a discussão do mesmo.

- A adesão de Portugal à *Mediterranean Organic Agriculture Network* - uma rede institucional que promove a agricultura biológica dos países mediterrâneos e incentiva o intercâmbio e a cooperação.
- A participação de Portugal na BIOFACH 2012 (Nuremberg, Alemanha) - a maior feira de agricultura biológica europeia - contou, pela primeira vez, com a presença de uma delegação do Ministério da Agricultura. O país esteve representado nesta feira através de 26 produtores e pelas Organizações de Produtores AGROBIO e Associação de Defesa do Património de Mértola. O evento contou com a atribuição de prémios de qualidade a duas marcas de azeite português biológico: a ACUSHLA (Trás-os-Montes) e a RISCA GRANDE (Serpa).
- A realização do 3.º Colóquio Nacional de Horticultura Biológica (Braga, 2011), que, neste ano, pela primeira vez, decorreu em simultâneo com o 1.º Colóquio Nacional de Produção Animal Biológica, promovidos pela Associação Portuguesa de Horticultura (APH) e pela Associação Portuguesa de Engenharia Zootécnica.
- A votação favorável de Portugal à introdução de regras comunitárias para a vinificação segundo o modo de produção biológico, que vem permitir a rotulagem “vinho biológico”.

Incindindo sobre a temática da agricultura biológica, que se queria valorizada numa óptica geográfica, o estudo pretende actuar, essencialmente, a três níveis: (i) no conhecimento dos actores, intenções e compromissos nacionais da e para a agricultura biológica; (ii) no entendimento da dimensão e da dinâmica de evolução do MPB nacional, no país e na Europa; e (iii) no estabelecimento, e posterior caracterização, de identidades territoriais de agricultura biológica no país. A um nível mais operacional, surgem associados a esta investigação os seguintes objectivos específicos:

- (a) Descrever as fases de evolução da agricultura biológica, desde a sua génese à respectiva consolidação na Europa.
- (b) Caracterizar as principais dimensões subjacentes ao conceito de agricultura biológica.
- (c) Sistematizar o quadro normativo e os apoios comunitários relativos à agricultura biológica.

- (d) Interpretar as condições de partida e os factores de desenvolvimento da agricultura biológica em Portugal.
- (e) Agrupar os principais actores da agricultura biológica nacional, mediante o seu posicionamento na fileira - a montante, a jusante e de apoio da e à produção.
- (f) Avaliar a política nacional para a agricultura biológica, com base na sistematização dos apoios para aí canalizados e na identificação de possíveis intenções delineadas no quadro dos instrumentos de política nacionais.
- (g) Analisar a evolução e expressão espacial da agricultura biológica no país, através da identificação dos respectivos padrões de distribuição geográficos.
- (h) Classificar os municípios de Portugal Continental relativamente à temática de estudo, tendo por base a aplicação de análise de clusters e o estabelecimento de uma tipologia de territórios da agricultura biológica.
- (i) Apontar pistas de investigação sobre os efeitos da expansão e da diversidade espacial da agricultura biológica no desenvolvimento local.

A estrutura do estudo, que acolhe um total de quatro capítulos, segue de perto a disposição apresentada destes objectivos. Pelo exposto, o primeiro capítulo procura responder aos três primeiros objectivos esperados (a, b, c), motivo pelo qual toma a designação de “Enquadramento teórico da agricultura biológica”; e o Capítulo II - “Contextualização da agricultura biológica em Portugal” – atende, na medida do possível, aos objectivos d, e, f . Em conjunto, correspondem à parte epistemológica ou conceptual da investigação, onde se procede a uma análise comentada da literatura existente sobre o tema em questão, procurando situá-lo dentro de um quadro de referência teórico e determinar o “estado de arte”, tendências e controvérsias deste campo de conhecimento.

O Capítulo III, relativo ao “Percurso metodológico da investigação” -, reporta-se quer ao tipo de pesquisa, quer às variáveis de estudo e unidades de análise, quer ainda aos instrumentos de recolha de dados e métodos de análise dos mesmos. Por sua vez, o quarto e último capítulo, denominado “Expressão espacial da agricultura biológica em Portugal”, compreende a parte empírica da investigação, onde se inclui a apresentação, a análise e a interpretação dos resultados obtidos e, em concreto, a resposta aos três últimos objectivos estipulados (g, h, i).

Para além da presente Introdução, o estudo inclui, como é evidente, as conclusões da pesquisa, entre outras considerações finais, no ponto - Conclusão - , que as regras da FCS/UNL recomendam que seja autónomo do corpo da tese; e, ainda, um conjunto de apêndices, nomeadamente: a) de caracterização da agricultura biológica de Portugal no contexto da União Europeia; b) da metodologia seguida para essa caracterização; c) de dados qualitativos de apoio ao Capítulo II; e d) de um conjunto de mapas temáticos dos indicadores estatísticos utilizados para a determinação da diversidade espacial da agricultura biológica em Portugal Continental.

O estudo procurou, tanto quanto possível, contribuir para o avanço do conhecimento sobre a temática da agricultura biológica e, não menos importante, pretendeu a aplicabilidade dos seus principais resultados na sociedade portuguesa. Referimo-nos, sobretudo, à tipologia espacial aqui apresentada que, constituindo um elemento importante do enquadramento analítico da temática em causa, propõe-se melhorar a compreensão do fenómeno da expansão e da diversidade espacial da agricultura biológica no país, com vista à sua integração em estratégias de desenvolvimento de base territorial. A realização da análise de cluster, com recurso ao software estatístico SPAD<sup>4</sup>, beneficiou da recente publicação, por parte do INE, do Recenseamento Agrícola de 2009, e procurou colmatar a falta de tipologias espaciais, na literatura científica, relativas à matéria.

Cumpre-nos, por último, informar que optámos por empregar o vocábulo de agricultura (antecedido do biológica), fazendo-o corresponder, não raras vezes, ao de agropecuária, desafiando assim a semântica original desta palavra latina que acolhe, apenas, a produção vegetal, e que a língua portuguesa manteve, ao contrário da inglesa e francesa. Deste modo, quando redigimos “agricultura biológica”, referimo-nos à produção vegetal e animal em modo de produção biológico. O mesmo acontece com documentos de trabalho (traduzidos) da Comissão Europeia, com o novo logótipo biológico da União Europeia e, ainda, com muita literatura científica sobre a matéria.

---

<sup>4</sup> *Systeme portable pour l'analyse de donnés.*

## CAPÍTULO I: ENQUADRAMENTO TEÓRICO DA AGRICULTURA BIOLÓGICA

### I.1 Origem e desenvolvimento da agricultura biológica

*L'agriculture biologique émane d'une critique sociale et agronomique : celle de l'industrialisme et du capitalisme qui tendraient à empêcher l'existence même des agriculteurs, et celle de l'agrochimie qui exploiterait les terres sans entretenir correctement leur fertilité. D'une manière générale, l'agrobiologie émerge d'une contestation politique romantique de la modernité, avec toute la complexité de ce courant d'idées.*<sup>5</sup>

Yvan Besson, 2011

#### I.1.1 O legado longínquo da agricultura biológica

Ao atendermos à definição restrita, mas distintiva, de agricultura biológica, que coloca a tónica na interdição do recurso a factores de produção sintéticos, podemos considerar que esta terá surgido na pré-história, com o início da própria atividade agrícola no período do neolítico, e se mantido até à utilização de pesticidas e fertilizantes artificiais que ocorre, de forma crescente, após a Primeira Guerra Mundial.

Reportando-se às origens longínquas da agricultura biológica, A. Firmino (2006: 137) refere-a como um “repositório dum conhecimento milenar que chegou aos nossos dias pelo saber-fazer dos nossos antepassados (...)”. Por sua vez, o antigo Instituto Nacional do Ambiente, nas suas notas coordenadas por L. A. Pereira, expõe a influência de “homens de Estado e intelectuais” da antiguidade na formação da agricultura biológica (INA, 1989: 5). Dando conta do saber agronómico registado por Catão (234-149 a.C., Senador do Estado Romano), esta obra relata que “em vez de um laboratório altamente tecnicizado, os ‘agrónomos’ latinos de então apoiavam-se no bom senso e na observação para tratar da terra com sabedoria (...) que recorria, fundamentalmente, a três grandes ‘receitas’ – terreno inculto, estrume orgânico e adubos verdes (...)”.

Também Y. Besson (2009: 331) reforça as raízes antigas deste modo de produção agrícola, nomeadamente quando sublinha as afinidades dos seus fundadores (do século XX) com a filosofia antiga, em particular no que se refere à confiança dos mesmos pela ordem e curso natural (das coisas), pela bondade do universo e da

---

<sup>5</sup> Texto extraído do resumo do livro «Les Fondateurs de l'agriculture biologique», disponível a 23.05.2012 em <http://www.ecolotech.eu/Resume.html>. O autor optou por empregar os vocábulos de agrobiologia e agricultura biológica de forma indiferenciada.

natureza. O trabalho deste autor, embebido da ética holística como importante fundamento da agricultura biológica, chega mesmo a expor, entre outras, as seguintes teorias: (i) “les fondateurs de l’agrobiologie déclinent une vision globale et cosmique du monde, ouverte sur la question de l’absolu”, e; (ii) “ils proposent à l’homme une éthique marquée par l’imitation de la nature, voire la fusion avec celle-ci” (Besson, 2009: 335).

Por sua vez, A. Cristóvão e F. Pereira (1995: 244) citam Rodet ao identificar o importante papel, entre outros, do agrónomo Olivier de Serres (1539-1619) na origem da agricultura biológica se não global, pelo menos em França.

### **I.1.2 Os actores e os movimentos precursores da agricultura biológica**

Não obstante este legado, os autores consultados parecem concordar, regra geral, quanto ao período de origem da agricultura biológica – o início do século XX – por aí residirem os seus “protagonistas mais directos” (INA, 1989: 5) e respectivas teorias e métodos que mais influenciaram o modo de produção em consideração. É a partir daqui que entramos na “fase experimentalista” de desenvolvimento da agricultura biológica (Cristóvão, 1995).

Com efeito, já desde o início do século passado que métodos alternativos de produção agrícola são testados, sobretudo no norte da Europa, tendo como denominador comum preocupações tanto com a saúde humana e a fertilidade dos solos como, de carácter filosófico e mesmo holístico, com a problemática da intervenção do homem na natureza, uma questão que segundo Y. Besson (2009: 332), insistimos, é central aos fundadores da agricultura biológica.

Resultando de diferentes correntes de pensamento, no tempo e no espaço, esses métodos alternativos de produção agrícola podem agrupar-se em três tipos (CE, 2000; Carvalho, 2000; van Dam, 2009; IFOAM, 2003): (i) a agricultura biodinâmica (difundida nos anos 20, nos países de língua alemã); (ii) a “agricultura orgânica”<sup>6</sup> (surgida na Inglaterra da década de 40) e; (iii) a agricultura biológica ou bio-orgânica (desenvolvida nos anos 40, na Suíça).

---

<sup>6</sup> Em consonância com os autores citados, optámos por manter a designação de “agricultura orgânica”. Pensamos, contudo, não existir grande diferença entre este método e o que é hoje a agricultura biológica e que a atribuição de designações diferentes advém da tradução de “organic farming” e “agriculture biologique”.

Estes métodos nascem da preocupação sentida por alguns indivíduos - agrónomos, médicos, agricultores e, entre outros, consumidores - com as implicações para a saúde humana da expansão dos sistemas agrícolas intensivos, particularmente crescente após a Segunda Guerra Mundial, que comportava, para além da diminuição da qualidade nutricional dos alimentos produzidos, o declínio da fertilidade do solo e da biodiversidade.

A agricultura alternativa à industrial que então emergia opunha-se, independentemente do seu método, ao desequilíbrio da natureza provocado pelo uso crescente de diversos produtos químicos de síntese e, ao fazê-lo, colocava em causa a nossa maneira de produzir e viver de então. Em nossa opinião, a agricultura biológica tem, ainda hoje, essa capacidade maior de nos levar a interrogar sobre a nossa saúde, a saúde do planeta que habitamos e que será a casa de gerações futuras; do ponto de vista ideológico, será mesmo aí que residirá o seu maior trunfo: o contributo para a preservação ambiental, para a saúde humana e para um futuro mais sustentável.

Mas voltando aos três métodos atrás enunciados; considera-se (CE, 2000; Carvalho, 2000) que a agricultura biológica tenha neles os seus principais precursores e, como tal, neles colhido os elementos base da sua constituição.

A agricultura biodinâmica surgiu na Alemanha por ocasião da realização de oito palestras – *Conferências aos agricultores* - proferidas, em 1924, por Rudolf Steiner (1861-1925) a pedido de agricultores que se tinham apercebido da degradação das condições do solo e deterioração da qualidade das suas culturas dada a utilização de fertilizantes químicos. Nascia aí um movimento de defesa de uma agricultura com “profundo respeito pela natureza, pela vida, pela nobre actividade agrícola e também pelo desenvolvimento do ser humano” (J. Castella, 2009)<sup>7</sup>.

R. Steiner, filósofo austríaco, ficou especialmente conhecido como fundador de um movimento filosófico e teosófico – antroposofia – que, *grosso modo*, opondo-se ao materialismo, procura o conhecimento do ser humano, o vínculo entre o mundo espiritual e o mundo físico.

---

<sup>7</sup> Excerto de texto extraído do artigo “A Biodinâmica em Portugal”, Tema Central do Jornal Quercus Ambiente 37, disponível a 25.05.2012 em <http://jornal.quercus.pt/>.

Alicerçado nesta visão antropológica, o método biodinâmico entende a exploração agrícola como um sistema integral, vivo e autónomo que, como tal, deverá assegurar a auto-suficiência e a sustentabilidade ecológica, valores que preconiza. Tal é conseguido, por exemplo, através de um sistema de policultura associado à criação de animais (Carvalho, 2000: 37), importando porém relevar neste método a importância tanto da obtenção de fertilizantes e de outros preparos dentro da exploração, como da elaboração e utilização destes adoptar, não raras vezes, procedimentos à luz de considerações holísticas e espirituais (p. ex. atendendo às constelações solares e ao calendário lunar).

O carácter esotérico e a perspectiva holística das práticas biodinâmicas conheceram uma considerável expansão e estão hoje activas em muitos países. Peritos vários<sup>8</sup> têm apontado a importância da biodinâmica hoje no sector vitivinícola, com a incorporação dos métodos que lhe são inerentes em muitas ilustres vinhas.

Ehrenfried Pfeiffer (1897-1961), cientista alemão especialista em solos, colocou em prática as reflexões e os ensinamentos de R. Steiner - impulsionador da agricultura biodinâmica e seu mentor - sendo, por essa razão, considerado por alguns autores (p. ex. AGROBIO, 1989) um dos principais fundadores da agricultura biológica, tal como o agrónomo inglês Albert Howard (1873-1947).

Este último terá impulsionado o movimento da “agricultura orgânica” em Inglaterra, através da sua obra *Um Testamento Agrícola*, de 1940, na qual se difundem os resultados e conclusões de numerosos ensaios de compostagem, entre outras técnicas, que A. Howard realizou na Índia. No seu persistente trabalho de relacionar a agricultura biológica com a filosofia, Y. Besson redige o seguinte sobre este agrónomo inglês (2009: 330): “avec les problèmes de l’agrochimie, de l’érosion, et de la fertilité des sols, A. Howard pense avoir affaire à une ‘maladie de civilisation’. Il en appelle à un nouvel effort de ‘sagesse’ pour que l’avenir reste ouvert”.

O método de A. Howard dava primazia “ao equilíbrio ecológico, à fertilidade do solo e ao papel fundamental dos materiais orgânicos compostados, designadamente

---

<sup>8</sup> P. ex. João Castella, consultor e formador em Biodinâmica e um dos directores da AGRIDIN (Associação para o Desenvolvimento da Agricultura Biodinâmica e Biológica); Rui Falcão, jornalista especializado na área dos vinhos, colaborador e redactor na revista Wine – Essência do Vinho e cronista numa coluna semanal de opinião e crítica de vinhos no suplemento Fugas do jornal Público.

na resistência das plantas face aos parasitas e às doenças” (Carvalho, 2000: 37) e os seus trabalhos constituem a base do actual método inglês agrobiológico e do método francês que toma a designação de método Lemaire-Boucher (INA, 1989: 6).

Deve-se aos trabalhos do casal suíço Hans e Maria Müller, do início dos anos quarenta, a origem do movimento, por este autores apelidado, de agricultura biológica, não obstante a sua sistematização e difusão ter sido desenvolvida, cerca de vinte anos mais tarde, pelo médico austríaco Hans Peter Rusch (1906-1977). As particularidades do método associam-se à importância concedida ao “húmus do solo, à utilização da compostagem de superfície e ao facto do trabalho do solo ser limitado ao indispensável por forma a evitar perturbações na micro-flora e micro-fauna nele existentes” (Carvalho, 2000: 37).

Y. Besson afirma que H. P. Rusch (2009: 331) “travaille sur l’agrobiologie avec l’idée du ‘tout vivant’, tout en considérant parfois avoir approché, avec sa conception du ‘cycle de la substance vivante’, l’ordre de la création”.

A R. Steiner, A. Howard, ao casal Müller e H. P. Rusch juntasse-lhes Masanobu Fukuoka (1913-2008) para, segundo Y. Besson<sup>9</sup>, completar o quadro dos principais fundadores da agricultura biológica. Agricultor japonês, falecido em 2008, M. Fukuoka ficou célebre desde a publicação da sua obra, em 1975 - “The One-Straw Revolution: An Introduction to Natural Farming” – que alguns creem ter fortemente influenciado o movimento da permacultura<sup>10</sup>. Nesta obra, M. Fukuoka refere de forma explícita os quatro princípios da sua filosofia, concretizada no movimento da agricultura natural (Fukuoka, 1978): (i) “no cultivation, that is, no plowing or turning of the soil”; (ii) “no chemical fertilizer or prepared compost”; (iii) “no weeding by tillage or herbicides” e; (iv) “no dependence on chemicals”.

Serão porventura estas convicções que levam Y. Besson (2009: 331) a tecer as seguintes considerações: “M. Fukuoka a placé toute sa recherche d’une agriculture

---

<sup>9</sup> Yvan Besson desenvolveu uma tese de doutoramento intitulada «Histoire de l’agriculture biologique : une introduction aux fondateurs, Sir Albert Howard, Rudolf Steiner, le couple Müller et Hans Peter Rusch, Masanobu Fukuoka», cuja apresentação foi feita no ano de 2007 na Ecole doctorale Sciences des Systèmes Technologiques et Organisationnels (Université de Technologie de Troyes).

<sup>10</sup> A permacultura foi criada na década de 70 por Bill Mollison, na Austrália, com base no conhecimento da agricultura praticada pelos aborígenes, que mantinham os solos permanentemente cobertos (permanent culture).

naturelle sous le signe d'une confrontation philosophique entre les principes de la culture orientale et l'approche scientifique : la question agricole est traitée à l'intérieur d'une conception du monde, inspirée principalement du bouddhisme, touchant aux fondements du réel, aux fins dernières de l'homme, à l'organisation sociale idéale”.

Os métodos testados na Europa que temos vindo a descrever geraram movimentos fortemente organizados no Reino Unido, na França, na Alemanha ou na Suíça no decorrer das décadas de 40 e 50 de que é demonstrativo, a título de exemplo, a fundação da Soil Association (1946, no Reino Unido) e da Demeter Bund (1954, na Alemanha) - a primeira associação é fundada por A. Howard e Lady Eve Balfour, promotores da “agricultura orgânica” e a segunda alicerçada na agricultura biodinâmica de R. Steiner e E. Pfeiffer - ambas em actividade e reconhecidas nestas matérias<sup>11</sup>.

### **I.1.3 A agricultura biológica como um movimento social**

Pese embora a firmeza dos movimentos precursores da agricultura biológica, só nos finais dos anos sessenta e, especialmente, nos anos setenta é que esta beneficia de um contexto mais favorável ao seu desenvolvimento. Até então, o desígnio inevitável da agricultura era satisfazer as necessidades alimentares de uma população que aumentava de modo galopante, no qual os métodos de produção agrícola alternativos não mereciam acolhimento dada a fraca produtividade<sup>12</sup> associada aos mesmos.

O novo fôlego que a agricultura biológica entretanto conhece emerge de uma gradual consciencialização dos impactos negativos - ambientais, sociais e ao nível da segurança alimentar - da produção intensiva de produtos agrícolas encorajada (e apoiada financeiramente) pela Política Agrícola Comum da União Europeia (PAC) em

---

<sup>11</sup> “About 80% of UK organic food is certified by the Soil Association”, pode ler-se na página web desta associação (<http://www.soilassociation.org/aboutus/ourhistory>).

<sup>12</sup> Não é certo que os sistemas de agricultura biológica sejam menos produtivos que os convencionais. Na página da CE alusiva à agricultura biológica ([http://ec.europa.eu/agriculture/organic/home\\_pt](http://ec.europa.eu/agriculture/organic/home_pt)) pode ler-se: Os cientistas ainda não chegaram a uma conclusão sobre se a produtividade da agricultura biológica é menor que a de outros sistemas agrícolas. Vários estudos foram realizados argumentando, quer que a produtividade seria menor, quer o contrário. Um estudo que encontrou níveis comparáveis de produtividade entre os sistemas biológico e convencional é o frequentemente citado relatório da Universidade de Cornell nos EUA, baseado numa experiência do Instituto Rodale. Esta experiência, que durou 22 anos, concluiu que a agricultura biológica tem produtividades de trigo e soja idênticas às da agricultura convencional, mas usa menos 30% de energia, menos água e nenhum pesticida de síntese.

favor da auto-suficiência alimentar preconizada na sua génese e, entretanto, em parte alcançada (e mesmo excedida). A agricultura biológica era aos poucos integrada no quadro das soluções para a crise ecológica.

Se as preocupações das escolas precursoras do movimento da agricultura biológica se centravam nas questões da saúde humana e da fertilidade dos solos, já no início dos anos 60 a tónica assentava, sobretudo, na utilização de pesticidas e no fim dessa década nas questões sociais e culturais para, no início dos anos 70, incidir sobre a utilização de recursos sustentáveis. Consideremos por ora alguns marcos históricos de contexto que justificam essa evolução.

Em 1962 a bióloga americana Rachel Carson publica *Silent Spring*, uma obra com forte influência na emergência dos movimentos ecológicos e que, com bases científicas e abrangência mundial, alerta para os efeitos prejudiciais dos pesticidas (em especial do DDT<sup>13</sup>) na natureza e na saúde pública. Seis anos mais tarde, em 1968, é realizada a Conferência das Nações Unidas da Biosfera onde, pela primeira vez, especialistas de todo o mundo se reúnem para discutir problemas ambientais comuns.

Nesse mesmo ano, em 1968, perante os excedentes agrícolas decorrentes da PAC e inerentes custos orçamentais, o Comissário Europeu da Agricultura de então - Sicco Mansholt – propõe um plano de modernização da agricultura europeia para dez anos (conhecido como *Plano Mansholt*) que visava tanto a reconversão de cinco milhões de hectares de terras aráveis a uso florestal ou de conservação, como a adopção do modelo da grande unidade de exploração agrícola, tido como mais eficiente (i.e., com condições de viabilidade no mercado), em detrimento da exploração familiar clássica. A propósito destas medidas radicais, D. van Dam (2009: 14) evoca as reacções instintivas por parte do mundo agrícola e, em particular, a manifestação de agricultores, de 25 de Março de 1971, frente aos edifícios da Comissão Europeia em Bruxelas, onde se registou uma morte.

Quatro anos volvidos sobre o *Plano Mansholt*, mais precisamente em 1972, realiza-se em Estocolmo a primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano – estava lançada a ideia da fragilidade no equilíbrio entre o homem e a

---

<sup>13</sup> O DDT (dicloro-difenil-tricloroetano) é um inseticida de contacto fortemente nocivo e não biodegradável. A sua utilização foi banida nos EUA dez anos após a publicação do livro de Rachel Carson.

natureza e a percepção da necessidade de esforços internacionais na protecção do ambiente. Surgem com mais vigor estudos científicos a comprovarem que a agricultura industrial acarretava formas de poluição prejudiciais aos alimentos, às águas (nitratos e pesticidas) e meio natural em geral, nomeadamente à vida selvagem.

A agricultura biológica encontra um palco privilegiado para se afirmar como alternativa e, mesmo, solução. Para além de pretender evitar os inconvenientes da agricultura dominante, esse método de produção agrícola defende (AGROBIO, 1989: 8) “a manutenção dos agricultores nas terras graças a uma melhor valorização da sua produção e dignificação da profissão” e visa, entre outros aspectos, “a diminuição do consumo de energia (p. ex. a supressão dos adubos químicos azotados cuja fabricação consome quantidades consideráveis de energia)”.

Em 1972 é publicado *Limits to Growth*, elaborado a pedido do *Clube de Roma* por uma equipa do *Massachusetts Institute of Technology* liderada por Dana Meadows. A obra enfoca as questões do crescimento da população e do esgotamento dos recursos, incluindo as consequências ambientais da agricultura moderna.

É aliás contra a forte “corrente modernizadora” (A. Cristóvão e F. Pereira, 1995: 244) que muitos países vinham acolhendo desde o pós guerra e que enaltecia o carácter moderno e comercial da agricultura que surge, com estatuto de movimento social, entre tantos outros emergentes, a agricultura biológica. Segundo estes autores estamos na “fase ideológica” de desenvolvimento da agricultura biológica, marcada, em termos de contexto, pela emergência de novas correntes de pensamento e de importantes mudanças sociológicas, de movimentos políticos (p. ex. ligados ao Maio de 68), contestatários e alternativos (p. ex. ecológicos, incitados pelo choque petrolífero de 1973; anti-nucleares; e defesa do consumidor).

Não alheada desta dinâmica, é fundada em 1972, em França (Versailles), a *International Federation of Organic Agriculture Movements* (IFOAM) por ocasião de um congresso internacional sobre agricultura biológica, da iniciativa do então presidente da *Nature & Progrès* (Roland Chevriot). Esta constitui uma etapa decisiva na história da agricultura biológica: as suas principais organizações<sup>14</sup>, com respectivas

---

<sup>14</sup> Soil Association, Swedish Biodynamic Association, Rodale Press e *Nature et Progrès*.

ideologias e divergências de técnicas, reúnem-se numa única federação e em torno de uma acção coordenada em prol de um movimento que se queria a uma voz, organizado e difundido pelo mundo. O IFOAM tornou-se a organização internacional por excelência do movimento da agricultura biológica e agrupa actualmente cerca de 750 membros de 116 países.

#### **I.1.4 O reconhecimento e a regulamentação da agricultura biológica**

O associativismo do sector e os movimentos ecológicos dos anos setenta oferecem condições favoráveis ao impulso que a agricultura biológica viria a conhecer na década de oitenta relativamente a actividades tanto a montante da produção (p. ex. elaboração de cadernos de especificações e respectivas regras de produção), como a jusante (p. ex. constituição de cooperativas de consumidores e o lançamento de iniciativas no domínio da transformação e comercialização).

Em 1980 a IFOAM publica *The Basic Standards for Organic Production and Processing*, cuja elaboração se baseou nas normas já então existentes de alguns dos seus membros. Este primeiro quadro normativo da IFOAM, regularmente actualizado, terá fomentado a fundação de muitas associações e organizações de agricultura biológica pelo mundo no decorrer da década de 80 (p. ex. em Portugal é fundada a Associação Portuguesa de Agricultura Biológica - AGROBIO, em 1985). Subsequentemente vários foram os países que começaram a desenvolver as suas próprias regulamentações em matéria de produção biológica (p. ex. Áustria, França, Dinamarca e Espanha). Assiste-se a um crescente interesse por parte dos consumidores pelos produtos obtidos via produção biológica – são e benéficos para o ambiente e mundo rural - e, em simultâneo, a um importante aumento de produtores em muitos países europeus, mas também nos Estados Unidos, Canadá, Austrália ou Japão.

Entre nós, a Comissão das Comunidades Europeias torna público, em 1985, o que ficou conhecido como o Livro Verde - “Um futuro para a agricultura europeia”, no qual a agricultura é considerada como umas das causas, por vezes a principal, da destruição de ecossistemas e até mesmo do desaparecimento de algumas espécies vegetais e animais (Pires, 2000: 13). Este reconhecimento fez com que a PAC passasse a incluir, pouco tempo depois, medidas para impedir práticas agrícolas potencialmente

nocivas e incentivar outras compatíveis com a protecção do ambiente. Não obstante, só em 1992, com as medidas agro-ambientais, é a que a União Europeia viria a assumir uma mais vigorosa posição de apoio a sistemas sustentáveis de produção agrícola, de que a agricultura biológica é exemplo.

Mas as normas básicas da IFOAM de 1980, que referíamos atrás, influenciaram igualmente a elaboração do Regulamento (CEE) 2092/91<sup>15</sup> (actual 834/2007<sup>16</sup>) e, mais tarde, as directrizes do *Codex Alimentarius - Guidelines for the Production, Processing, Labelling and Marketing of Organically Produced Foods* - publicadas pela primeira vez em 1999, sob autoria da *Food and Agriculture Organization* (FAO) das Nações Unidas e da *World Health Organization* (WHO).

A agricultura foi deste modo reconhecida oficialmente no seio da União Europeia e a nível internacional. No primeiro nível geográfico, a Reforma da PAC de 1992 viria a possibilitar o apoio financeiro ao modo de produção biológico (MPB) contribuindo, de forma evidente, para consolidar o seu crescimento. Estamos, segundo A. Cristóvão e F. Pereira (1995), na “fase pragmática ou de produção regulamentada” que corresponde à actualidade e na qual “ganha peso a exploração económica da agricultura biológica, independentemente de certos valores que constituem a sua base filosófica”.

### **I.1.5 A consolidação da agricultura biológica na Europa**

A consolidação da agricultura biológica na Europa fica a dever-se, de acordo com A. Cristóvão e F. Pereira (1995: 246), a condições propícias à sua expansão baseada em duas importantes ordem de razões: por um lado, às mudanças de orientação da política agrícola europeia e, por outro, não menos determinante, à evolução das exigências, preferências e preocupações dos consumidores.

Em relação à primeira ordem de razões, ela surge associada a um processo de revisão do modelo produtivista de desenvolvimento agrícola da política comunitária,

---

<sup>15</sup> Regulamento (CEE) n.º 2092/91 do Conselho, de 24 de Junho de 1991, relativo ao modo de produção biológico de produtos agrícolas e à sua indicação nos produtos agrícolas e nos géneros alimentícios [Jornal Oficial L 198 de 22.7.1991].

<sup>16</sup> Regulamento (CE) n.º 834/2007 do Conselho, de 28 de Junho de 2007, relativo à produção biológica e à rotulagem dos produtos biológicos e que revoga o Regulamento (CEE) n.º 2092/91 [Jornal Oficial L 189 de 20.7.2007].

iniciado, como vimos, pela Comunidade nos anos 70 e materializado na Reforma de 1992. Da bibliografia em referência, nenhuns autores identificaram tão claramente, como A. Cristóvão e F. Pereira (1995: 246), os factores, de carácter essencialmente político, que terão contribuído para a reorientação da PAC:

- Custos financeiros inoportáveis de apoio à agricultura industrial, determinados pelos excedentes agrícolas da Comunidade e inerentes encargos com ‘ajudas’ aos produtos excedentários.
- Reconhecimento dos custos ambientais e sociais da agricultura industrial, em particular, da degradação dos solos, da destruição de habitats naturais, da diminuição da biodiversidade animal e vegetal e dos danos da paisagem, do consumo excessivo de energias não renováveis e, ainda, dos custos económicos e sociais para a população rural determinados pelo crescimento da agricultura intensiva.
- Crise generalizada do mundo rural, com ocorrência de fenómenos de desvitalização social e económica (p. ex. acentuado declínio demográfico) sobretudo em regiões rurais incapazes de se tornarem regiões de agricultura industrial devido ora a condições edafo-climáticas desfavoráveis, ora à estrutura fundiária problemática, ora ainda, entre outras razões, aos maiores custos de produção.

No que respeita à segunda ordem de razões, associada à evolução das exigências, preferências e preocupações dos consumidores acompanha, por um lado, o estreitar da relação ‘alimentação e saúde’ e, por outro lado, a maior consciência ambiental do consumidor que se reflectem numa adesão crescente aos produtos biológicos “livres de resíduos, contaminantes e aditivos” e, regra geral, com melhores “qualidades organolépticas” (aromas e sabores) do que os produtos produzidos sob sistemas de produção intensiva, como nos esclarecem A. Cristóvão e F. Pereira (1995: 251).

De acordo com os dados do *The World of Organic Agriculture - Statistics and Emerging Trends 2012* (Willer, 2012), a Europa detém vinte e sete por cento da superfície agrícola mundial em MPB. A União Europeia, por sua vez, ultrapassa em 2010 os cinco por cento da sua superfície agrícola utilizada com este modo de

produção. Um maior detalhe sobre esta matéria é exposto no Apêndice A. Por ora, importa centrar a nossa atenção em torno do conceito de agricultura biológica que nos sugere a coexistência das diferentes fases do seu percurso que acabamos de analisar.

## **I.2 Em torno do conceito de agricultura biológica**

*Organic farming constitutes a challenge to humanity, since it involves working very closely with nature in order to achieve the favourable environmental conditions (soil, water, air, balanced ecosystems, biodiversity, etc.) that are fundamental to good crops. It is also a technical challenge, demanding an ever better understanding of nature and how it works, as well as respect for the basic rules of the organic farming practice. Organic farming controls the pollution generated by agriculture, creates landscape harmony and produces better quality food in a sustainable way (...)*

Ana Firmino (2000: 8)

### **I.2.1 Definições e princípios da agricultura biológica**

Por colher contribuições de peritos de todo o mundo reportemo-nos, num primeiro momento, à definição produzida pela Comissão do *Codex Alimentarius* (CCA/GL 32, 1999: 2) sobre agricultura biológica: “est un système de gestion holistique de la production qui favorise la santé de l’agrosystème, y compris la biodiversité, les cycles biologiques et l’activité biologique des sols”. As directrizes de 1999 (alvo de revisão em 2007 e alteração em 2010) apontam como contributos deste modo de produção (CE, 2000: 8):

- aumentar a diversidade biológica em todo o sistema;
- aumentar a actividade biológica dos solos;
- manter, a longo prazo, a fertilidade dos solos;
- reciclar os resíduos de origem vegetal e animal, a fim de restituir à terra os elementos nutritivos e, desta forma, reduzir ao mínimo a utilização de recursos não renováveis;
- apoiar os sistemas agrícolas organizados localmente em recursos renováveis;
- promover a boa utilização dos solos, da água e do ar, e reduzir ao mínimo todas as formas de poluição provocadas pelas práticas culturais e de produção animal;
- manipular os produtos agrícolas tendo em atenção, nomeadamente, os métodos de transformação, a fim de preservar, em todos os estádios, a integridade biológica e as qualidades essenciais do produto; e

- ser adoptada, numa exploração existente, após um período de conversão cuja duração deve ser determinada por factores específicos à exploração, como, por exemplo, o historial da terra e os tipos de cultura e de produção animal a realizar.

Em Junho de 2008, em Vignola – Itália, a Assembleia Geral da IFOAM aprova a seguinte definição de agricultura biológica<sup>17</sup>: “um sistema de produção que promove a saúde dos solos, ecossistemas e pessoas. Tem como base os processos ecológicos, biodiversidade e ciclos adaptados às condições locais em alternativa ao uso de inputs com efeitos adversos. A agricultura biológica combina a tradição, inovação e ciência em benefício do meio ambiente compartilhado e promove relações justas e uma boa qualidade de vida para todos os envolvidos”.

Em vigor desde 2009, o regulamento do Conselho relativo à produção biológica e à rotulagem dos produtos biológicos - Regulamento (CE) 834/2007, de 28 de Junho de 2007 - vem no seu preâmbulo considerar o seguinte: “A produção biológica é um sistema global de gestão das explorações agrícolas e de produção de géneros alimentícios que combina as melhores práticas ambientais, um elevado nível de biodiversidade, a preservação dos recursos naturais, a aplicação de normas exigentes em matéria de bem-estar dos animais e método de produção em sintonia com a preferência de certos consumidores por produtos obtidos utilizando substâncias e processos naturais. O método de produção biológica desempenha, assim, um duplo papel societal, visto que, por um lado, abastece um mercado específico que responde à procura de produtos biológicos por parte dos consumidores e, por outro, fornece bens públicos que contribuem para a protecção do ambiente e o bem-estar dos animais, bem como para o desenvolvimento rural”.

Das três definições supracitadas nenhuma nos parece reunir com transparência e em pé de igualdade o que consideramos ser as principais dimensões da agricultura biológica (cf. ponto 1.2.2): holística, técnica-ambiental, político-normativa, societal e económica - embora tal nos pareça difícil, se não mesmo impossível de alcançar, desde já pela divergência de regulamentações, apoios e medidas, técnicas, princípios e propósitos que a agricultura biológica adopta junto de cada país e da sua multitude de

---

<sup>17</sup> [http://ifoam.org/growing\\_organic/definitions/doa/index.html](http://ifoam.org/growing_organic/definitions/doa/index.html)

actores ancorados, como afirma D. van Dam (2005: 19), ora na sociedade civil (p. ex. associações de agricultores biológicos, de consumidores e de ambientalistas), ora no Estado (p. ex. instâncias públicas europeias e regionais, agências de desenvolvimento, peritos em políticas agrícolas), ora ainda no mercado (p. ex. Organização Mundial do Comércio, consumidores, distribuidores e outros operadores).

A primeira definição (*Codex Alimentarius*) vem sublinhar a importância da agricultura biológica enquanto “sistema global de produção” e, nessa perspectiva, coloca a tónica nos métodos culturais, biológicos e mecânicos em detrimento dos produtos químicos de síntese. A segunda definição (IFOAM) sugere, face às restantes, uma maior abrangência até pelo facto de se encontrar alicerçada nos princípios da agricultura biológica emanados da mesma fonte (cf. caixa de texto seguinte).

<b>Princípios da Agricultura Biológica (IFOAM, 2005)</b>
<b>Princípio da SAÚDE</b>
A Agricultura Biológica deverá manter e melhorar a qualidade dos solos, assim como a saúde das plantas, dos animais, dos seres humanos e do planeta como organismo uno e indivisível.
<b>Princípio da ECOLOGIA</b>
A Agricultura Biológica dever-se-á basear nos sistemas ecológicos vivos e seus ciclos, trabalhando com eles, imitando-os e contribuindo para a sua sustentabilidade.
<b>Princípio da JUSTIÇA</b>
A Agricultura Biológica dever-se-á basear em relações justas no que diz respeito ao ambiente comum e às oportunidades de vida.
<b>Princípio da PRECAUÇÃO</b>
A Agricultura Biológica deverá ser gerida de uma forma cautelosa e responsável de modo a proteger o ambiente, a saúde e o bem-estar das gerações atuais e daquelas que não-de vir.

Fonte: IFOAM, [http://www.ifoam.org/about\\_ifoam/principles/index.html](http://www.ifoam.org/about_ifoam/principles/index.html), consultada em Maio de 2012

Por sua vez, a terceira definição (CE) comporta alguns trunfos face às restantes ao mencionar o duplo papel societal da agricultura biológica, o fornecimento de bens públicos e o desenvolvimento rural, pese embora a importância dada ao nível da procura (repetição da palavra consumidores).

Fixemo-nos por um breve instante na dupla função social deste tipo de agricultura. Trata-se de um relevante aspecto que a Comissão entendeu, em 2004, no

âmbito do “Plano de acção europeu para os alimentos e a agricultura biológicos”, necessário vir a integrar uma nova (à data) “definição de um conceito político global de agricultura biológica” expressa, mais tarde, no Regulamento (CE) 834/2007. O duplo papel societal da agricultura biológica vinha descrito do seguinte modo (Comissão das Comunidades Europeias, 2004: 2<sup>18</sup>):

- A comercialização de alimentos biológicos em resposta às preocupações de alguns consumidores, que deve, por conseguinte, ser recompensada pelos mercados e financiada pelos consumidores. O desenvolvimento da agricultura biológica, neste contexto, será regido pelas leis do mercado.
- A gestão das terras segundo métodos biológicos que, como se sabe, proporciona bens públicos, principalmente ambientais, mas também nos domínios do desenvolvimento rural e do bem-estar dos animais. Deste ponto de vista, cabe à sociedade impulsionar o desenvolvimento da agricultura biológica.

Entretanto, a Comissão Europeia através do Regulamento (CE) 834/2007 vem estabelecer os seguintes objectivos gerais da produção biológica:

- (1) Estabelecer um sistema de gestão agrícola sustentável que:
  - i) Respeite os sistemas e ciclos da natureza e mantenha e reforce a saúde dos solos, da água, das plantas e dos animais e o equilíbrio entre eles;
  - ii) Contribua para um elevado nível de diversidade biológica;
  - iii) Faça um uso responsável da energia e dos recursos naturais, como a água, os solos, as matérias orgânicas e o ar;
  - iv) Respeite normas exigentes de bem-estar dos animais e, em especial, as necessidades comportamentais próprias de cada espécie;
- (2) Procurar obter produtos de elevada qualidade;
- (3) Procurar produzir uma ampla variedade de géneros alimentícios e de outros produtos agrícolas que correspondam à procura, por parte dos consumidores, de bens produzidos através de processos que não sejam

---

<sup>18</sup> CCE (2004) - Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu: Plano de acção europeu para os alimentos e a agricultura biológicos, Bruxelas, 10.06.2004.

nocivos para o ambiente, a saúde humana, a fitossanidade ou a saúde e o bem-estar dos animais.

Tal como a definição de agricultura biológica, os objectivos *supra* apresentados pela Comissão Europeia parecem orientar-se mais para o produto biológico e seu respectivo mercado do que propriamente para a produção; ou seja, em nossa opinião esses objectivos circunscrevem-se aos preceitos do modo de produção agrícola a desenvolver, por forma a obter uma gama de produtos variados e de qualidade que visem satisfazer a procura, residindo aí o propósito maior da agricultura biológica. Em síntese, os objectivos incidem na agricultura sustentável e na qualidade da produção, que deve dar resposta às necessidades dos consumidores.

Não obstante o exposto, os objetivos propostos pela Comissão Europeia têm implícito a manutenção da especificidade deste modo de produção (exclusão da utilização de produtos químicos de síntese) e respectivo contributo à protecção e preservação do ambiente. Acresce, todavia, a omissão de importantes questões apontadas na definição como o papel societal da agricultura biológica e do seu contributo ao fornecimento de bens públicos e ao desenvolvimento rural.

Mas vamos por partes, i.e., atendendo a cada uma das principais dimensões da agricultura biológica, pese embora a sua natural e desejada coexistência. A organização que se apresenta de seguida surge de uma tentativa de aproximação ao conceito de agricultura biológica para o qual divergem, como sabemos, motivações e saberes dos mais variados domínios.

## **I.2.2 As principais dimensões da agricultura biológica**

### **I.2.2.1 A dimensão holística<sup>19</sup>**

A dimensão holística da agricultura biológica, como tivemos oportunidade de ver no ponto anterior, faz parte da sua génese e baseia-se numa análise e entendimento global do solo, plantas, animais e humanos que, interagindo entre si, concebem um todo no qual cada elemento e fenómeno é indissociável dos restantes. No caso da agricultura biodinâmica, a prática atende também às energias cósmicas,

---

<sup>19</sup> Optámos por uma curta descrição desta dimensão por considerarmos ter a mesma sido alvo de uma razoável atenção no ponto anterior do trabalho.

sendo regida por um calendário astrológico anual, desenvolvido por Maria Thun<sup>20</sup>. Y. Besson (2009: 329) acredita que a ética holística da agricultura biológica permanece uma fonte inovadora para o seu desenvolvimento contemporâneo.

### **I.2.2.2 A dimensão técnica-ambiental**

A dimensão técnica-ambiental da agricultura biológica coloca a tónica no modo de produção e reside, como o próprio nome sugere, num conjunto de rigorosos métodos, técnicas e práticas agrícolas, de base científica e saberes populares, que se interligam por modo a assegurar a preservação do equilíbrio vital do solo e que se relacionam com o trabalho do solo, o afolhamento e a rotação das culturas, a fertilização (orgânica e mineral) e o combate aos inimigos das culturas (luta contra as infestantes e os parasitas).

Acresce a esta dimensão um conjunto de técnicas relativas à pecuária biológica que privilegia a boa saúde do animal como, a título de exemplo, eliminando o recurso a produtos comuns à pecuária convencional (p. ex. antibióticos, anabolisantes e antiparasitários químicos), alimentando os animais com alimentos de cultura biológica e dando-lhes condições de alojamento e de vida normais (AGROBIO, 1989: 40).

A definição de agricultura biológica de A. Mantas (2001) parece-nos compreender bem, e de forma concisa, a dimensão técnica-ambiental que tentamos balizar: “a agricultura biológica é um sistema de produção que visa a manutenção da produtividade do solo e da cultura, para proporcionar nutrientes às plantas e controlar as infestantes, parasitas e doenças, com utilização preferencial de rotações de culturas, adição de sub-produtos agrícolas, estrumes, leguminosas, detritos orgânicos, rochas ou minerais triturados e controlo biológico de pragas, evitando-se assim o uso de fertilizantes e pesticidas de síntese química, reguladores de crescimento e aditivos nas rações”<sup>21</sup>.

Colocando a tónica no modo de produção, esta dimensão tem no agricultor o seu protagonista. Com efeito, trabalhando num quadro de grande exigência o agricultor biológico “deverá ser o investigador incansável, imbuído de espírito aberto e

---

<sup>20</sup> Com o objectivo de renovar as energias do solo e a actividade bacteriana do mesmo, utilizam-se preparados biodinâmicos, que são aplicados no solo em conformidade com a disposição dos astros e dos ciclos lunares.

<sup>21</sup> Portal Naturlink - Informação Ambiental (<http://naturlink.sapo.pt/>)

empreendedor, determinado em vencer os obstáculos pelo trabalho e perseverança” (Firmino, 1999: 251) até porque muitos são aqueles que “têm que ser autodidatas e enfrentar problemas completamente sozinhos” (Firmino, 2000: 4).

Também A. Cristóvão (2001: 15) nos dá uma boa visão sobre o que apelida ser, ou dever ser, um “produtor bio”:

- um observador bem treinado, nomeadamente no que toca às condições de solo, clima e desenvolvimento da cultura (ou produção) e possíveis riscos, em especial em termos de doenças e pragas;
- um bom conhecedor dos possíveis itinerários técnicos e respectivas práticas;
- um indivíduo dotado de boa capacidade para tomar decisões atempadamente;
- um indivíduo que não pode ignorar as questões do mercado e tem de construir ou procurar circuitos vantajosos de distribuição e venda;
- um indivíduo que tem de ter uma visão “holística” ou sistémica da sua actividade e um bom domínio de saberes agrícolas locais ou populares, por exemplo, sobre os usos da flora e da fauna, os solos, os ciclos culturais, ou as pragas e doenças mais comuns e as formas de as combater.

Na essência, conclui o autor, “o produtor tem de aprender continuamente, num quadro de trabalho que é relativamente novo, muito exigente e sujeito a um sistema de controlo e certificação” (Cristóvão, 2001: 15).

### **1.2.2.3 A dimensão político-normativa**

O sistema de controlo e certificação supracitado inclui-se no que designámos de dimensão político-normativa da agricultura biológica que surge forçosamente associada ao complexo quadro da regulamentação comunitária relativa à matéria. A esta componente acresce uma outra, tão ou mais importante, também integrada na política de apoio ao desenvolvimento do sector da produção biológica e que respeita à intervenção comunitária em domínios como, a título de exemplo, a divulgação e a promoção da causa junto dos cidadãos da União Europeia, o trabalho de I&D em curso ou ainda os apoios financeiros proporcionados aos agricultores biológicos. Pela importância de que se revestem, estas questões terão, no ponto seguinte do trabalho, o seu espaço próprio.

#### I.2.2.4 A dimensão societal

Enquanto a dimensão político-normativa fornece à agricultura biológica a sua legitimidade permitindo-lhe ora validar a sua forte componente técnica, ora posicioná-la no mercado dos produtos de qualidade, é porém na dimensão societal que identificamos o seu pulsar, motivo e força maior. Ela prende-se aos princípios fundamentais deste modo de produção que é, para muitos, sobretudo um movimento social respeitador do equilíbrio dos ecossistemas, da saúde humana e animal, dos valores sociais e culturais (Firmino, A. 1999: 243) e que aspira a um desenvolvimento económico coerente.

O movimento da agricultura biológica inscreve-se numa perspectiva de mudança global reivindicando uma outra abordagem ao modelo produtivista de desenvolvimento agrícola (preconizado e mantido pela PAC), sendo aqui que reside, em grande medida, a sua importante dimensão societal; os seus actores procuram, não raramente, um desenvolvimento económico centrado mais nas pessoas. A este propósito D. van Dam (2005) dá-nos conta dos seguintes interesses manifestados por alguns agricultores por si auscultados: auto-emprego, relação próxima e duradoura com os consumidores e a procura de um sentido/significado no trabalho.

Marc Fichers (Director da *Nature et Progrès Belgique*) reforça a importância societal da agricultura biológica. No prefácio do livro de D. van Dam (2005) o autor discorre sobre o papel da agricultura nos seguintes domínios: uma mais valia em termos de relações humanas; na (re)valorização da profissão de agricultor; num vínculo social criado entre produtor e consumidor pela venda directa e confiança prestada; na protecção dos saber-fazer artesanais; e, em síntese, na proximidade ganha com a nossa alimentação, com os nossos agricultores e artesãos, com as nossas terras e paisagens e com todos aqueles que virão depois de nós.

Com o intuito de promover a agricultura biológica junto do grande público, a FiBL publica um documento onde reúne as vantagens deste modo de produção, na sua grande maioria relacionadas com as questões ambientais (p. ex. energia, clima, água, solos e biodiversidade), mas também com a qualidade e segurança dos seus produtos, bem como a questão do bem-estar animal. A componente social da agricultura biológica reúne nesse documento apenas seis argumentos (cf. caixa de texto seguinte),

num total de noventa; pensámos oportuno expô-los aqui. Refira-se que os argumentos expostos baseiam-se em resultados de pesquisas científicas (anotadas, aliás, no documento original).

<b>“Le bio est social”</b>	
<b>Argumento</b>	<b>Explicação</b>
L’agriculture biologique diminue les coûts de la santé	Les empoisonnements causés par les pesticides engendrent en Allemagne des coûts sociaux secondaires d’env. 12 millions d’euros. Et encore, ce chiffre ne tient pas compte des maladies chroniques.
Le bio forme plus d’apprentis	Par rapport au nombre total de personnes actives, l’agriculture biologique forme 3 % d’apprentis et le reste de l’agriculture 2 %.
Le bio est valorisant	Le bio crée une plus grande identification avec son propre travail: 64 % des producteurs sont plus heureux après la reconversion qu’avant.
Le bio rend plus heureux	Une enquête menée en Allemagne auprès de 333 fermes bio a révélé que la plupart des agriculteurs bio sont très heureux dans leur travail.
L’agriculture biologique crée des places de travail	Le désherbage mécanique et l’élevage de plein air exigent plus de main-d’œuvre. En outre, de nombreuses fermes bio transforment leurs produits à la ferme et les commercialisent elles-mêmes, ce qui donne énormément de travail.
Le bio protège la santé des agriculteurs	Renoncer aux pesticides est meilleur pour la santé: 1 utilisateur de pesticides sur 20 se plaint d’au moins un symptôme pathologique dont ils sont la cause.

Fonte : FiBL (2007) – « 90 arguments en faveur de l’agriculture biologique », disponível a 29.05.2012 em [www.arguments.fibl.org](http://www.arguments.fibl.org)

Neste contexto importa reforçar o papel que a agricultura biológica pode ter no aproveitamento e valorização dos recursos locais; A. Firmino (2006: 140) cita, a este propósito, Carminda Cavaco e ao que esta geógrafa preconiza de “agricultura do local” cujos objectivos norteiam e são consentâneos ao modo de produção em análise.

#### **I.2.2.5 A dimensão económica**

A dimensão económica da agricultura biológica encontra, forçosamente, um vínculo forte tanto com a política de qualidade da União Europeia para produtos agrícolas e géneros alimentícios (integrada na PAC), como com um dos seus princípios fundamentais e que se relaciona com uma “procura de um desenvolvimento

económico coerente” (Carvalho, 2000: 40). Para além disso, há ainda um aspecto base nesta dimensão que tem na agricultura biológica uma actividade profissional para o agricultor que dela procura viver, independentemente das suas (outras possíveis) motivações maiores (holística, militância, saúde, ambiente, desenvolvimento pessoal, lucro): aqui há que atender, sobretudo, a uma boa gestão e à rentabilidade da actividade económica.

O Conselho da União Europeia adopta, entre outras, esta dimensão e isso vem bem explanado no ponto 3 do seu Regulamento (CE) 834/2007: “o quadro jurídico comunitário que rege o sector da produção biológica deverá perseguir o objectivo de garantir uma concorrência leal e o funcionamento adequado do mercado interno dos produtos biológicos, bem como o de manter e justificar a confiança dos consumidores nos produtos rotulados como tal. Além disso, deverá procurar criar condições em que esse sector se possa desenvolver em sintonia com a evolução da produção e do mercado”.

A política de qualidade da União Europeia, que aludíamos à pouco, está intrinsecamente associada a uma procura crescente, por parte dos consumidores, de alimentos saudáveis e esta, por sua vez, às crises alimentares da década de noventa (EEB, febre aftosa) e manifesta uma importância estratégica na valorização da produção agrícola e numa perspectiva de desenvolvimento rural. Já a “procura de um desenvolvimento económico coerente” assenta:

- (i) numa potencial capacidade empregadora (forte necessidade de mão-de-obra agrícola para tarefas manuais e mecânicas, mas também, ainda no contexto da exploração, para a preparação de produtos para venda) e geradora de emprego (a montante e a jusante da produção) da agricultura biológica (Carvalho, 2000; Firmino, 1999); e
- (ii) do seu contributo à, se não revitalização, pelo menos manutenção da população activa e de actividades socioeconómicas de regiões desfavorecidas, como as agrícolas em recessão e/ou as de baixa densidade (em termos demográficos, empresariais, urbanos, institucionais e relacionais)<sup>22</sup>.

---

<sup>22</sup> Os territórios de baixa densidade são caracterizados por um conjunto de variáveis negativas que se interligam numa dinâmica de ciclo vicioso, o qual dificilmente se rompe por si só: baixa densidade

No domínio da criação de emprego, A. Cristóvão (2002: 156) associa a jovens técnicos as potencialidades do sector, nomeadamente em áreas como a investigação, experimentação, formação, extensão, assistência comercial e, entre outros, a transformação de produtos biológicos.

Como observado no ponto relativo à história da agricultura biológica, este modo de produção é fortemente influenciado pelas evoluções globais da sociedade. Historicamente ela é fundada por antroposóficos, entre outros pensadores, que colocam em causa a nossa maneira de viver e produzir. Mais tarde, essas preocupações são de novo levantadas perante o “paradigma de crescimento”, alicerçado no sistema de produção e desenvolvimento dominante das nossas sociedades pós-industriais, de que decorrem os seguintes “factos conhecidos” enunciados por A. Cristóvão (1995: 242):

- o crescimento económico, em muitos países, foi espectacular;
- os benefícios do crescimento foram sobretudo para os mais ricos e a pobreza não foi aliviada, tendo aumentado as desigualdades e a exclusão social;
- o crescimento foi acompanhado de um dualismo, com a expansão do sector industrial moderno e da urbanização, e a desvitalização e estagnação de sectores ditos tradicionais e de muitas áreas rurais;
- o desenvolvimento foi reduzido à sua dimensão quantitativa, com desprezo por valores como a dignidade humana, a justiça e a liberdade;
- registaram-se fenómenos de endividamento e dependência de muitos países; e
- registaram-se danos ecológicos significativos.

O autor acrescenta que “por oposição à perspectiva do crescimento económico, têm surgido múltiplas propostas, colocando o acento na distribuição e equidade, bem como na necessidade de um desenvolvimento sustentável” (Cristóvão, 1995: 242) e dá exemplos: o “des-envolvimento” de Roque Amaro (1990), o “desenvolvimento como transformação” de Korten (1990) e a “economia ecológica” de Max-Neef (1992). Acrescentamos o “decrecimento”, um conceito introduzido, em 1979, pelo economista romeno Nicholas Georgescu-Roegen.

---

populacional, níveis críticos de infraestruturas e de serviços, fraco empreendedorismo, forte emigração e envelhecimento, fraca oferta de emprego ou, entre outras variáveis, perda do capital humano.

Neste contexto, importa fazer menção aos conceitos tanto de “circuito curto”, como de “locavores”. Como afirma A. Firmino (2011: 161), “os circuitos curtos são um novo modo de produção e de distribuição, que assentam no princípio de produzir e consumir localmente, e tentam responder às expectativas dos consumidores, sobretudo daqueles que se preocupam com a sua pegada ecológica”.

Por sua vez, o termo “locavore” (combinação de duas palavras - *locus* e *vorare* - do latim<sup>23</sup>) é criado, em 2005, por um grupo de quatro mulheres (Jen Maiser, Jessica Prentice, Sage Van Wing e DeDe Sampson) de São Francisco que, em Agosto desse ano, lança um desafio aos moradores locais: alimentarem-se, durante um mês, apenas de alimentos, cultivados ou produzidos, dentro de um raio de 100 milhas/160 km das suas habitações. A partir da Califórnia, vários movimentos surgiram desde então, cujos membros se referem a si mesmos como “locavores” que, como atesta A. Firmino (citando Bégout, 2010), são “pessoas que consomem alimentos produzidos num raio entre 150 e 400 quilómetros do seu domicílio” e, como tal, apoiantes da ideia de circuito curto e/ou de proximidade<sup>24</sup>.

Ao defender que os produtos locais frescos (“da época”) são mais nutritivos e saborosos, o movimento “locavore” incentiva os consumidores a abastecerem-se junto de mercados locais, ou mesmo, de agricultores locais. A ideia passa, também, por evitar o consumo em grandes superfícies que, regra geral, para usufruírem de stocks permanentemente disponíveis e grande diversidade de alimentos “frescos”, acolhem produtos provenientes de longas distâncias e, como tal, com maiores necessidades de combustível.

Seja em defesa ora das grandes questões ambientais, ora de um atenuar do consumo, ora da valorização da proximidade entre a procura e a oferta, ora da saúde humana, ora da alimentação *gourmet*/de qualidade, ora do aumento da atractividade turística, ora ainda, entre outros variados aspectos, dos evidentes benefícios, das acções incitadas pelos “locavore”, na dinamização social, económica e cultural das comunidades, o importante a reter é, insistimos: o movimento da agricultura biológica insere-se nesta óptica de mudança global e bebe dela.

---

<sup>23</sup> Ver, a este propósito, o sítio <http://www.locavores.com/>.

<sup>24</sup> “A noção de circuito curto alargou-se ao de circuito de proximidade (...)”, cita A. Firmino (2011: 162).

### **I.3 Política comunitária relativa à agricultura biológica**

*A procura de alternativas de reprodução económica para as populações das regiões rurais mais desfavorecidas é hoje (estávamos em 1995) uma preocupação dominante das políticas de desenvolvimento rural. Esta procura, por sua vez, resulta do reconhecimento da impossibilidade de manter o meio rural 'vivo' se não houver pessoas que nele vivam e trabalhem. O incentivo à diversificação da economia e ao aproveitamento e valorização dos recursos locais deriva desta preocupação, tendo contribuído para a crescente importância dada aos produtos específicos de qualidade, bem como aos produtos biológicos.*

A. Cristóvão e F. Pereira (1995: 251)

#### **I.3.1 Regulamentação da agricultura biológica e géneros alimentícios**

A regulamentação foi introduzida para aumentar a confiança dos consumidores no MPB, prevenir utilizações fraudulentas desta indicação e, ainda, como garante da autenticidade deste modo de produção que de um conjunto de técnicas culturais evoluiu para um quadro abrangente de normas relativas à produção biológica, à transformação de produtos em géneros alimentícios, à rotulagem, logotipo comunitário, indicação de controlo e publicidade, à livre circulação no interior da União Europeia, à inspecção dos operadores activos no sector e, ainda, ao regime de importação.

O Regulamento (CE) 2092/91 estabelece o primeiro quadro jurídico comunitário relativo à produção biológica de produtos agrícolas e de géneros alimentícios. Desde a sua adopção inúmeras foram as explorações agrícolas convencionais, de muitos países da Comunidade, que deram início ao período de conversão ao MPB - uma das etapas necessárias ao reconhecimento oficial da actividade, cujo período de tempo, no qual são aplicadas as disposições relativas à produção biológica, varia mediante o tipo de cultura (p. ex. dois anos para as plantas, produtos vegetais e prados ou forragens perenes) ou de produção animal (p. ex. seis semanas para as aves de capoeira destinadas à produção de ovos) anteriormente praticada<sup>25</sup>.

---

<sup>25</sup> De acordo com as "Regras aplicáveis à conversão" presentes no capítulo 5 do Regulamento (CE) 889/2008, no que respeita às plantas e produtos vegetais, para que sejam considerados biológicos, devem ter sido aplicadas as disposições relativas à produção biológica nas parcelas durante um período de conversão de, pelo menos, dois anos antes da sementeira ou, no caso dos prados ou das forragens perenes, de, pelo menos, dois anos antes da sua exploração para alimentação dos animais com produtos da agricultura biológica, ou, no caso das culturas perenes, com excepção das forragens, de, pelo menos, três anos antes da primeira colheita dos produtos biológicos. Já no que respeita aos animais e produtos animais as regras de produção em vigor devem ter sido aplicadas há, pelo menos: (a) doze meses para os equídeos e bovinos (e pelo menos três quartos do seu tempo de vida); (b) seis

O regulamento original de 1991 sofreu diversas alterações e derrogações, para além de ter sido complementado com outros documentos legais (regulamentos e anexos ao documento original) (MADRP, 2010: 4); um deles corresponde ao Regulamento 1804/1999<sup>26</sup> que, em Julho de 1999, vem completá-lo em matéria de produção animal, acordando as regras de produção, rotulagem e controlo para as principais espécies animais. O documento aborda questões relativas à selecção adequada de raças e estirpes, à alimentação equilibrada e de boa qualidade dos animais e, entre outras, ao ambiente favorável dos mesmos (densidade populacional, alojamento e métodos de maneio). No que respeita aos organismos geneticamente modificados (OGM) e aos produtos deles derivados o regulamento não deixa margem para dúvidas: “não são conformes com o modo de produção biológico”.

Em Junho de 2004 a Comissão lança o documento de trabalho "Plano de acção europeu para os alimentos e a agricultura biológicos" no qual propõe, entre outros importantes aspectos, “a melhoria e o reforço das normas comunitárias relativas à agricultura biológica e dos requisitos de controlo e de importação” por forma a simplificar e dar coerência global à legislação comunitária aplicável nesta matéria.

Com efeito, em resultado da contínua complementação e alteração do Regulamento (CE) 2092/91 as então normas mínimas comuns para toda a União Europeia tornaram-se, ainda que abrangentes, mais complexas e disseminadas por demasiados regulamentos. Como nos dá conta D. van Dam (2009: 6), essa difusão de regulamentos comporta um tal peso administrativo e tais custos de gestão que muitos agricultores biológicos optam pela não certificação dos seus produtos o que pode constituir uma ameaça à visibilidade do sector no mercado e à confiança que os consumidores lhe concedem.

Em Junho de 2007 o Regulamento (CE) 2092/91 é revogado e substituído pelo Regulamento (CE) n.º 834/2007 do Conselho relativo à produção biológica e à rotulagem dos produtos biológicos. Acolhendo os pareceres do Plano de 2004, este

---

meses para os pequenos ruminantes e suínos e para os animais destinados à produção de leite; (c) dez semanas para as aves de capoeira destinadas à produção de carne, introduzidas na exploração com menos de três dias; (d) seis semanas para as aves de capoeira destinadas à produção de ovos.

<sup>26</sup> Regulamento (CE) n.º 1804/1999 do Conselho, de 19 de Julho de 1999, que completa, no que diz respeito à produção animal, o Regulamento (CE) n.º 2092/91 relativo ao modo de produção biológico de produtos agrícolas e à sua indicação nos produtos agrícolas e nos géneros alimentícios [Jornal Oficial L 222 de 24.8.1999].

regulamento, em vigor desde 2009, vem determinar um quadro jurídico mais acessível e coerente face ao então existente, nomeadamente por compreender: (i) uma definição mais explícita dos objectivos, princípios e regras para a produção biológica; (ii) um novo e mais eficaz regime de importação; (iii) um sistema de controlo com maior eficiência e transparência; e (iv) um logotipo obrigatório (desde Julho de 2010) para todos os géneros alimentícios biológicos pré-embalados produzidos na Comunidade.

Um maior esclarecimento conceptual sobre agricultura biológica facultado pelo Regulamento (CE) n.º 834/2007, não impede, contudo, a “falta de harmonização das terminologias utilizadas” (CE, 2000: 5), um pouco por todo o mundo, para designar este modo de produção: (i) biológico (muitos estados-membros da União Europeia, inclusive Portugal); (ii) ecológico (muitos estados-membros da União Europeia, como p. ex. Espanha, Dinamarca e Polónia); (iii) natural (Japão); e (iv) orgânico (países de língua inglesa, Brasil, Malta e Chipre).

A essa realidade acresce a “coexistência de várias escolas e filosofias” (CE, 2000: 5) dentro do quadro abrangente da “agricultura sustentável” onde cabem, para além da agricultura biológica (ecológica, orgânica ou natural), as seguintes modalidades (P. Amaro, 2003): agricultura durável, produção integrada, agricultura alternativa, agricultura regenerativa, input e low-input.

Esta questão valeria por si só uma investigação própria<sup>27</sup>, importando porém aqui focarmo-nos no critério distintivo da agricultura biológica face à produção integrada, desde logo porque ambas, concorrendo para um desejável favorecimento duma agricultura mais respeitosa da saúde pública e do ambiente, são alvo de apoios financeiros, desde 1994, no âmbito das medidas agro-ambientais da Comissão Europeia. Trata-se de duas modalidades de agricultura sustentável com, segundo C. Frescata (2004), métodos aproximados de protecção contra pragas, ambas com específicos e rigorosos regimes de normas técnicas, sendo que a diferença entre elas reside, no essencial, pela aplicação de produtos químicos de síntese sobre plantas ou solo, permitida “de modo a não afectar o homem e o ambiente” (P. Amaro, 2003: 8) na produção integrada e impedida na agricultura biológica<sup>28</sup>. C. Frescata (2004) aponta

---

<sup>27</sup> Seria interessante, p. ex., analisar os conceitos de actividade alternativa e de desenvolvimento num enquadramento teórico mais aprofundado da agricultura biológica.

<sup>28</sup> Tanto P. Amaro (2003), como C. Frescata (2004), destacam a possibilidade do uso de alguns produtos químicos de síntese (p. ex. feromonas de insectos para confusão sexual) na agricultura biológica com a

ainda, como elemento diferenciador dos métodos em causa, a respectiva componente técnico-científica de base que, no caso da produção integrada, corresponde à componente protecção das plantas e, no caso da agricultura biológica, à componente fertilização, não obstante a evidente conexão entre elas.

Mas, voltando ao novo regulamento em análise, este vem introduzir, para além dos elementos que atrás descrevíamos, uma base para a aceitação de normas comunitárias relativas à aquicultura e algas biológicas, para além de incluir no seu âmbito de aplicação, entre outros produtos, leveduras para a alimentação humana ou animal. Os princípios gerais aí apontados referem-se, nomeadamente:

- aos métodos de produção específicos (emprego de organismos vivos e métodos de produção mecânicos; prática adequada ao solo; exclusão da utilização de OGM; e aposta na prevenção e na avaliação de riscos);
- à utilização dos recursos naturais (factores de produção provenientes da produção biológica; e fertilizantes minerais de baixa solubilidade); e
- à estrita limitação da utilização de factores de produção químicos de síntese.

As normas de execução do Regulamento (CE) 834/2007 são entretanto estabelecidas pela Comissão no Regulamento (CE) 889/2008<sup>29</sup>, de 5 de Setembro de 2008. Essas normas, definidas com grande pormenor técnico, dizem respeito à produção biológica, à rotulagem e ao controlo e são, em grande medida, uma extensão do regulamento original relativo à produção biológica. A mais recente alteração a estas normas respeitam à fileira do vinho biológico - que até então era designado como vinho de uvas biológicas - que vem traduzida no Regulamento de Execução (UE) 203/2012<sup>30</sup>, de 8 de março de 2012.

---

ressalva, porém, dos mesmos não serem aplicados directamente sobre plantas ou solo, antes libertados para a atmosfera a partir de difusores. Acresce, segundo C. Frescata (2004), a faculdade de aplicação de produtos químicos não de síntese como, a título de exemplo, o cobre e o enxofre.

<sup>29</sup> Regulamento (CE) n.º 889/2008 da Comissão, de 5 de Setembro de 2008, que estabelece normas de execução do Regulamento (CE) n.º 834/2007 do Conselho relativo à produção biológica e à rotulagem dos produtos biológicos, no que respeita à produção biológica, à rotulagem e ao controlo [Jornal Oficial L 250 de 18.9.2008].

<sup>30</sup> Regulamento de Execução (UE) n.º 203/2012 da Comissão, de 8 de março de 2012, que altera o Regulamento (CE) n.º 889/2008 que estabelece normas de execução do Regulamento (CE) n.º 834/2007 do Conselho, no que respeita ao vinho biológico [Jornal Oficial L 71 9.3.2012].

O Regulamento (CE) 889/2008 comporta vários anexos nos quais se observam, entre outros, os seguintes assuntos<sup>31</sup>:

- os produtos autorizados na agricultura biológica, como fertilizantes, potenciadores dos solos e pesticidas;
- os requisitos mínimos relativos às dimensões de infra-estruturas e áreas de exercício, incluindo pastos para gado de produção biológica, dependendo das espécies animais e da fase de desenvolvimento;
- a alimentação animal não biológica, aditivos para alimentação animal e auxiliares tecnológicos para a produção de alimentação animal composta e misturas prévias autorizadas na agricultura biológica;
- os ingredientes não biológicos, aditivos e auxiliares tecnológicos autorizados na produção de géneros alimentícios biológicos (incluindo a produção de leveduras); e
- os requisitos relativos ao logótipo comunitário.

Em síntese, o quadro jurídico para os géneros alimentícios biológicos e a agricultura biológica a nível da União Europeia compreende os seguintes principais diplomas legais: o Regulamento (CE) 834/2007 do Conselho e os respetivos regulamentos de execução, o Regulamento (CE) 889/2008 e o Regulamento (CE) 1235/2008<sup>32</sup> da Comissão. Como vimos, o primeiro regulamento de execução diz respeito à produção biológica, à rotulagem e ao controlo, enquanto o segundo considera o regime de importação de produtos biológicos de países terceiros.

### **I.3.2 Política de apoio à agricultura biológica**

Em 1985 a Comissão reconhece publicamente que o papel da agricultura numa economia moderna industrializada “is increasingly perceived to include not only the strategic, economic and social functions (...), but also the conservation of the rural environment” (CCE, 1985: 49)<sup>33</sup>. Este reconhecimento fez com que a PAC passasse a

---

<sup>31</sup> Tal como exposto no website da Comissão Europeia relativo à agricultura biológica, [http://ec.europa.eu/agriculture/organic/eu-policy/legislation\\_pt](http://ec.europa.eu/agriculture/organic/eu-policy/legislation_pt).

<sup>32</sup> Regulamento (CE) n.º 1235/2008 da Comissão, de 8 de dezembro de 2008, que estabelece normas de execução do Regulamento (CE) n.º 834/2007 do Conselho no que respeita ao regime de importação de produtos biológicos de países terceiros (JO L 334 de 12.12.2008, p. 25).

<sup>33</sup> CCE (1985) – Perspectives for the common agricultural policy. Communication of the Commission to the Council and the Parliament English COM(85) 333, Julho de 1985.

incluir desde 1988 medidas de protecção do ambiente rural (Pires, 2000), entre outras propícias a “inflectir progressivamente a produção nos sectores excedentários” (CEE, 1988)<sup>34</sup>, como a retirada das terras aráveis ou a extensificação da produção para a redução da superfície cultivada e da produção, respectivamente.

Não obstante, só o reconhecimento regulamentar da agricultura biológica (Regulamento (CEE) 2092/91) por um lado, e a Reforma da PAC de 1992 por outro, tornaram possível a inclusão deste modo de produção como uma medida de política no programa agro-ambiental de 1994-1999. O programa, considerado “a trave mestra da política ambiental da PAC reformulada” (Pires, 2000:15), inclui ajudas destinadas a compensar as perdas de rendimento dos agricultores que se comprometam, pelo menos durante cinco anos, a introduzir ou manter métodos de agricultura biológica.

O apoio financeiro ao MPB surge formalmente publicado no Regulamento (CEE) 2078/92<sup>35</sup> e em resultado do reconhecimento do seu contributo à realização dos objectivos das políticas comunitárias em matéria agrícola e de ambiente. O regulamento vem admitir o papel que a agricultura biológica pode ter: na moderação da produção agrícola na Comunidade; num melhor equilíbrio dos mercados; na diminuição dos riscos de poluição de origem agrícola; e na obtenção de rendimentos adequados aos agricultores.

Nesse contexto, os apoios são concedidos anualmente, com base na área (ha) da exploração relativa ao compromisso agro-ambiental de, como atrás se referiu, no mínimo cinco anos, podendo ainda contemplar a frequência ou a organização de cursos e estágios de formação, bem como projectos de demonstração relativos a práticas de produção agrícola compatíveis com a protecção do ambiente.

Generalizados a toda a Comunidade, os apoios financeiros à prática da agricultura biológica constituíram um elemento motor do crescimento do sector na União Europeia, pese embora os ritmos de crescimento e as importâncias canalizadas das medidas agro-ambientais para o MPB diferirem, substancialmente, entre estados-

---

<sup>34</sup> Regulamento (CEE) nº 1094/88 do Conselho, de 25 de Abril de 1988, que altera os Regulamentos (CEE) nº 797/85 e (CEE) nº 1760/87 no que respeita à retirada das terras aráveis bem como à extensificação e à reconversão da produção (JO L 106 de 27.4.1988, p. 28-32).

<sup>35</sup> Regulamento (CEE) nº 2078/92 do Conselho, de 30 de Junho de 1992, relativo a métodos de produção agrícola compatíveis com as exigências da protecção do ambiente e à preservação do espaço natural (JO L 215 de 30.7.1992, p. 85-90).

membros<sup>36</sup>. Diferem também as taxas de pagamento, condições de elegibilidade e requisitos aplicados (cf. Apêndice A).

Enquadrado na "Agenda 2000" que, entre outros aspectos, aprofunda a Reforma da PAC de 1992, o Regulamento (CE) 1257/1999<sup>37</sup> vem estabelecer os princípios fundamentais de uma nova política de desenvolvimento rural, a qual tem como objectivo estratégico promover uma agricultura competitiva em aliança com o desenvolvimento rural sustentável. No que se refere à matéria em apreço, o regulamento vem dar continuidade ao apoio financeiro ao MPB ao abrigo das medidas agro-ambientais, agora inscritas nos planos de desenvolvimento rural (2000-2006) de cada estado-membro. O mesmo acontece para o período de 2007 a 2013, cujas regras essenciais da política de desenvolvimento rural vêm agora definidas no Regulamento (CE) 1698/2005 do Conselho<sup>38</sup>.

Os programas de desenvolvimento rural têm permitido a aplicação de uma grande variedade de medidas de apoio ao sector do modo de produção biológico, com incidência na produção (através das medidas agro-ambientais), na transformação e comercialização de produtos biológicos (através dos apoios ao investimento), mas também na formação profissional ou no desenvolvimento de acções de experimentação e demonstração (no âmbito de outros regimes de apoio). A agricultura biológica está assim plenamente integrada na política de desenvolvimento rural, no quadro do segundo pilar da PAC, sobressaindo no seio das medidas agro-ambientais. Ainda em matéria de apoios financeiros, acrescem os pagamentos directos e as medidas de apoio aos preços, no âmbito do primeiro pilar da PAC, de que os agricultores biológicos podem beneficiar.

Estas medidas de política, em conjunto com a regulamentação comunitária, constituem o apoio fundamental dado pela Comunidade ao sector, acrescido de uma

---

<sup>36</sup> No Plano Nacional para o Desenvolvimento da Agricultura Biológica pode ler-se (MADRP, 2004: 9): "em 1997, na Dinamarca, 58% do montante das Medidas Agro-Ambientais era canalizado para o MPB, e em Itália 25%. Em Portugal apenas 8 % das verbas utilizadas nas MAA de 2001 foi canalizado para projectos da agricultura biológica, indo o restante para as outras medidas".

<sup>37</sup> Regulamento (CE) n.º 1257/1999 do Conselho de 17 de Maio de 1999 relativo ao apoio do Fundo Europeu de Orientação e de Garantia Agrícola (FEOGA) ao desenvolvimento rural e que altera e revoga determinados regulamentos (JO L 160 de 26.6.1999, p. 80-102).

<sup>38</sup> Regulamento (CE) n.º 1698/2005 do Conselho, de 20 de Setembro de 2005, relativo ao apoio ao desenvolvimento rural pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (Feader) (JO L 277 de 21.10.2005, p. 1-40).

importante aposta na melhoria de informação sobre agricultura biológica (p. ex. informação estatística e base de dados semente biológica), no reforço da investigação e desenvolvimento tecnológico e (p. ex. no âmbito do Sétimo Programa-Quadro 2007-2013, Projecto de Agricultura Sustentável e Conservação do Solo SoCo e Projecto Biológico CORE) e, ainda, na promoção junto dos cidadãos da União Europeia (p. ex. novo logótipo biológico e Campanha "Agricultura biológica. Boa para a natureza, boa para si").

A Conferência "Alimentos e agricultura biológicos - para uma parceria e uma acção na Europa" realizada em Maio de 2001, na Dinamarca, sob organização do Ministério da Agricultura daquele país, constituiu um importante marco na política comunitária relativa à agricultura biológica: aí foram dados os primeiros passos rumo a um plano de acção para o desenvolvimento do sector na Europa, que viria a ser apresentado em 2004.

Inscrito no quadro da Reforma da PAC de 2003 e em resultado de um consenso entre os vários estado-membros, o *Plano de acção europeu para os alimentos e a agricultura biológicos* define as orientações globais para a política europeia na matéria, através de vinte e uma acções<sup>39</sup> traçadas em torno dos seguintes principais objetivos: (i) desenvolver o mercado dos alimentos biológicos; (ii) aumentar a eficácia do apoio público à agricultura biológica; e (iii) melhorar e reforçar as normas comunitárias relativas à agricultura biológica e as exigências de controlo e de importação.

Ao assumir a promoção da qualidade dos alimentos como um dos seus principais objectivos, a reforma intercalar da PAC vem reforçar a política de qualidade dos produtos agrícolas, lançada no início dos anos 90, e onde a agricultura biológica se inscreve, entre outros regimes de qualidade (Denominação de Origem Protegida/DOP, Indicação Geográfica Protegida/IGP e Especialidade Tradicional Garantida/ETG).

Da parte dos consumidores, regista-se um cada vez maior interesse em relação tanto à segurança alimentar, como à origem e aos métodos de produção dos géneros alimentícios. Entre outras, esta tendência ditará, por sua vez, um cada vez maior reforço da política de qualidade da União Europeia. Esse reforço é aliás solicitado, em

---

<sup>39</sup> Como tivemos oportunidade de ver no ponto anterior, o Regulamento 834/2007 foi uma das mais visíveis dessas acções.

Março de 2010<sup>40</sup>, pelo Parlamento Europeu ao Conselho e à Comissão dada a política de qualidade “representar um importante incentivo para que os produtores europeus redobrem os seus esforços em matéria de qualidade, segurança alimentar e respeito pelo ambiente”.

A política de qualidade apresenta-se coerente tanto com os desafios e objectivos da futura PAC pós 2013, como com as prioridades delineadas na Estratégia “Europa 2020”, nomeadamente nas seguintes matérias<sup>41</sup>:

- (i) melhoria da competitividade do sector agrícola: “a qualidade (...) representa uma mais-valia essencial para apoiar a competitividade dos produtos agro-alimentares europeus”;
- (ii) apoio ao emprego rural: “a qualidade (...) contribui para a especialização da mão-de-obra implicada” e “a participação no sistema de denominações de origem protegidas e de indicações geográficas protegidas (...) permite (...) contribuir para a diversificação do emprego nas zonas rurais”; e
- (iii) dinamização da economia rural e promoção da diversificação: “os produtos europeus de qualidade constituem um património cultural e gastronómico «vivo» da União Europeia e um elemento essencial da vida económica e social de numerosas regiões europeias, garantindo actividades directamente ligadas aos territórios, em especial nas zonas rurais (...)”.

No que se refere à agricultura biológica ela parece estar, pelo menos ao nível da retórica, estreitamente ligada à reforma da PAC após 2013, respondendo de forma directa aos seguintes desafios aí lançados<sup>42</sup>: (i) melhorar a gestão sustentável dos recursos naturais, como a água, o ar, a biodiversidade e os solos; e (ii) lidar com a pressão crescente sobre as condições de produção agrícola causada pelas alterações climáticas, bem como com a necessidade de os agricultores reduzirem a sua

---

<sup>40</sup> Resolução do Parlamento Europeu, de 25 de Março de 2010, sobre a política de qualidade dos produtos agrícolas: qual a estratégia a adoptar (2009/2105(INI)) (JO C 4E de 7.1.2011, p. 25-33).

<sup>41</sup> As matérias são complementadas com observações extraídas da Resolução do Parlamento Europeu supracitada.

<sup>42</sup> Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões, A PAC no horizonte 2020: Responder aos desafios do futuro em matéria de alimentação, recursos naturais e territoriais (COM(2010) 672/5 final).

contribuição para as emissões de gases com efeito de estufa, desempenharem um papel activo na mitigação das alterações climáticas e fornecerem energia renovável.

As propostas legislativas ligadas à reforma da PAC para o pós-2013, actualmente em negociação, vêm reforçar o apoio à agricultura biológica. No âmbito do primeiro pilar da PAC é introduzido, pela primeira vez, uma forte componente “ecologização” dos pagamentos directos por práticas agrícolas benéficas para o clima e o ambiente (p. ex. diversificação das culturas, manutenção de prados permanentes e superfícies de interesse ecológico), da qual os agricultores biológicos devem beneficiar automaticamente, “atentos os reconhecidos benefícios ambientais dos sistemas de agricultura biológica” (COM(2011) 625 final)<sup>43</sup>. Por sua vez, é criada uma medida específica para a agricultura biológica no âmbito do segundo pilar da PAC (COM(2011) 627 final)<sup>44</sup>.

Não obstante este reconhecimento explícito à agricultura biológica, tanto no primeiro como no segundo pilar, a IFOAM EU Group vem, acerca desta matéria, tecer as seguintes recomendações-chave à PAC 2014-2020 em discussão (IFOAM EU Group, 2012: 5)<sup>45</sup>:

- Deve ser assegurado financiamento suficiente para a reconversão e manutenção da agricultura biológica, através do reforço do segundo pilar do orçamento (50% do orçamento da PAC), e da delimitação de uma percentagem significativa (50%) do orçamento dos programas de desenvolvimento rural para medidas que conduzam a objectivos ambientais - tais como a agricultura biológica. O “greening” do primeiro pilar deveria elevar o nível de desempenho ambiental de todos os agricultores, mas não deve, de maneira nenhuma, ser utilizado como uma desculpa para a redução do financiamento ao ambiente do segundo pilar.

---

<sup>43</sup> As propostas legislativas da CE relativas ao futuro da PAC pós-2013 estão, em Junho de 2012, disponíveis em <http://www.gpp.pt/Pac2013/propostas.html>. A proposta COM(2011) 625 final diz respeito às regras relativas aos pagamentos directos.

<sup>44</sup> As propostas legislativas da CE relativas ao futuro da PAC pós-2013 estão, em Junho de 2012, disponíveis em <http://www.gpp.pt/Pac2013/propostas.html>. A proposta COM(2011) 627 final diz respeito ao apoio ao desenvolvimento rural.

<sup>45</sup> Tradução livre da autora. IFOAM EU Group (2012) - Position Paper: Reaction to the CAP Legislative Proposals 2014-2020. Disponível a 08.06.2012 em [http://www.ifoam.org/about\\_ifoam/around\\_world/eu\\_group-new/positions/Papers/pdf/Position\\_IFOAMEU\\_CAP\\_Proposals\\_Final\\_13012012.pdf](http://www.ifoam.org/about_ifoam/around_world/eu_group-new/positions/Papers/pdf/Position_IFOAMEU_CAP_Proposals_Final_13012012.pdf)

- A agricultura biológica deve tornar-se uma medida obrigatória nos programas de desenvolvimento rural e deverá ser elegível para 80% do co-financiamento da UE, com a possibilidade de um co-financiamento comunitário até 90% em estados membros que acederam à UE depois de Janeiro de 2004.
- A agricultura biológica deveria ser especificamente incluída, como prioridade, em medidas relevantes de desenvolvimento rural, tais como serviços de aconselhamento, investimentos, regimes de qualidade e organizações de produtores. As explorações agrícolas biológicas deveriam ter direito a uma taxa de apoio de mais 20% em relação às explorações convencionais.
- Todos os programas de desenvolvimento rural deveriam especificar como podem ser alcançadas as sinergias entre a agricultura biológica e as outras medidas de desenvolvimento rural, por forma a melhor beneficiar o ambiente e as economias rurais.
- O “greening” do primeiro pilar precisa de ser melhorado quanto à sustentabilidade global do sistema alimentar. O “greening” deveria incluir, pelo menos, uma rotação por três parcelas; cada cultura não deveria cobrir mais que 50% de toda a área arável e deveria ser incluída, pelo menos, uma semente proteica.

Embora também reconheça alguns desenvolvimentos positivos, a IFOAM EU Group é, no conjunto, severa nas críticas que faz às propostas legislativas em negociação ao afirmar (IFOAM EU Group, 2012: 7) não terem nem a visão, nem as medidas concretas necessárias ao alinhamento da PAC perante as exigências da sociedade e das realidades objectivas com que nos confrontamos, tais como as alterações climáticas e outros grandes desafios ambientais e socioeconómicos.

O descontentamento parece residir, *grosso modo*, no contraste entre os amplamente reconhecidos benefícios ambientais da agricultura biológica, essas “realidades objectivas com que nos confrontamos” e a fraqueza, ou pelo menos insuficiente vigor, das decisões adequadas para lhes fazer face. Será o renovado discurso político desta nova PAC - que reclama por uma melhoria visível do impacto ambiental da agricultura europeia e que integra, pela primeira vez, uma componente ecológica no apoio à produção agrícola (primeiro pilar da PAC) - consistente com a prática vindoura? i.e., consistente com a proporção canalizada do orçamento

comunitário para modos de produção sustentáveis capazes de responder aos crescentes cuidados ambientais expostos no discurso?

O desajustamento entre discurso e prática é referido por A. Cristóvão já em 2001; segundo o autor “para a agricultura biológica e outras formas de produção sustentada ficam as migalhas de um grande bolo que alimenta uma agricultura Europeia predominantemente produtivista” (Cristóvão, 2001: 21).

À semelhança do que previa C. B. Pires (citando Tamames, 1997) para a “Agenda 2000”, a “Europa 2020” poderá ser mais um grandioso projecto que jamais será levado à prática (Pires, 2000: 38).

## CAPÍTULO II: CONTEXTUALIZAÇÃO DA AGRICULTURA BIOLÓGICA EM PORTUGAL

### II.1 Elementos precursores da agricultura biológica em Portugal

*Quando, em 1985, é criada a Agrobio (...), entre os seus fundadores estão também inevitavelmente activistas da saúde natural (...), e quando se realiza a sua primeira feira (precursora da actual Terra Sã), ainda na sede situada na esquina da rua de D. Dinis com a rua do Sol ao Rato, é a Unimave que fornece a comida. Nos seus inícios a Agrobio esteve sediada na Espiral, então um importante centro/restaurante/loja/livraria de alimentação natural em Lisboa e onde tinham tido lugar as reuniões que prepararam a fundação da Agrobio.*

Carlos Campos Ventura, 2011

O interesse pela agricultura biológica em Portugal manifestou-se tardiamente quanto a outros países europeus como, por exemplo, a Alemanha e a Dinamarca; facto que se ficou a dever, segundo A. Firmino (2000), “ao «atraso» da agricultura portuguesa” no quadro do modo de produção produtivista fomentado pela PAC que, aliado por um lado, “ao analfabetismo, à falta de informação e à escassez de capital” e, por outro lado, a uma “boa dose de sabedoria” (dos agricultores), terá contribuído para uma conservação, mais prolongada no tempo, das paisagens tradicionais, do equilíbrio dos ecossistemas e de uma dieta saudável no nosso país.

Com efeito, como nos demonstra C. B. Pires (2000), existe uma diferenciada distribuição da degradação ambiental provocada pela agricultura nos países da União Europeia, comportando, regra geral, os países do norte maiores impactes (p. ex. Holanda e Bélgica) que os do sul (p. ex. Grécia e Espanha), dado o predomínio de uma prática agrícola intensiva, com alto emprego de *inputs*. Neste contexto, “Portugal permanece melhor preservado e, nesta perspectiva, valorizado” (Pires, 2000: 32).

É incerta a década na qual, em Portugal, se efectivam as primeiras experiências de agricultura biológica; autores existem que as apontam para meados dos anos cinquenta (Firmino, 1999; Rodrigues, 2010), outros para a década de setenta (Silva, 2000 citado por Cristóvão, 2002), atribuindo maior importância no pioneirismo desta actividade, sem exclusão de partes, ora a Luís Alberto Vilar, no primeiro caso, ora a Jean-Claude Rodet, no segundo caso.

Fundador, na década de 1950, da União Fraternal de Agricultores (Firmino, 2000), Luís Alberto Vilar, mais tarde dirigente da Sociedade Portuguesa de Naturalogia (SPN), terá sido “o primeiro no nosso país a publicar uma pequena revista, em formato

A5, acerca do cultivo biológico, nos anos setenta” (Ventura, 2011), denominada “Agro-Sanus”. É também através da publicação de artigos no semanário “O Século Ilustrado”, nomeadamente entrevistas de que é alvo (p. ex. “Uma vida ao serviço da terra”), que este agricultor se consagra precursor na divulgação da agricultura biológica no país. C. Ventura (2011) regista o seguinte sobre este indivíduo: “nos anos sessenta e setenta Luís Alberto Vilar, (...) cultiva biologicamente numa pequena quinta em que ele vivia em Porto Brandão (na margem sul de Lisboa). Visitei um par de vezes essa quinta, onde ele usava uma alfaia que tinha inventado para semear sem calcar o terreno”.

Jean-Claude Rodet, agrónomo francês com especializações em medicina (homeopatia e naturopatia) e ecologia é membro fundador, em 1991, do “Institut de Santé Naturelle Fleury + Rodet” e, em 1999, da “Médecins aux pieds nus” no Canadá, uma associação humanitária internacional de origem francesa. Mais tarde, em 2007, o agrónomo cria a “Association internationale des nutrithérapeutes” em Montreal (Canadá), onde reside há vários anos. Consultor nas áreas de agricultura biológica e naturopatia, a ligação de Jean-Claude Rodet a Portugal materializa-se na sua qualidade de co-fundador da primeira associação e entidade-chave da agricultura biológica no país – a AGROBIO (Associação Portuguesa de Agricultura Biológica) - , e participação activa no impulso, difusão e promoção deste modo de produção entre nós.

Em grande medida devido a este agrónomo, o movimento francês de agricultura biológica teve forte influência em Portugal dando disso conta o Caderno de Normas da AGROBIO, “no qual se especificam as técnicas de produção e de transformação que são permitidas ou proibidas em agricultura biológica” (AGROBIO, 1989: 49), definido com base no trabalho da associação francesa “Nature & Progrès” (Cristóvão, 2002: 146), criada em 1964.

Retornando às primeiras experiências de agricultura biológica no país, A. Carvalho (2000) remete-as à iniciativa por parte de estrangeiros que no país se fixaram, no decorrer dos anos setenta e oitenta, com o propósito de a praticar e que, imbuídos de “um ‘modo de viver’ que se pretendia o mais próximo possível da natureza”, eram atraídos pelo reduzido preço do solo e dos meios de produção e, ainda, pela possibilidade de aqui desenvolverem uma maior variedade de culturas face aos seus países de origem (Carvalho, 2000: 53).

Em termos geográficos, o estudo *supra* referido, coordenado por A. Carvalho e cuja conclusão data de Novembro de 1998, aponta, a título de exemplo, Mértola e outras localidades do Alentejo como territórios eleitos por parte de estrangeiros para a prática de agricultura biológica no país que, à data, eram exploradas “para consumo próprio ou canalizadas para mercados marginais” (Carvalho, 2000: 53). Na Serra da Lousã existiu também um núcleo importante de alemães, assim como no Algarve (Silves), que praticavam agricultura biológica.

Em contraponto com estas primeiras iniciativas desenvolvidas por estrangeiros de modo esporádico, sem interesse comercial preciso e que A. Carvalho (2000: 53) considera constituírem-se como “o primeiro motor do desenvolvimento da produção agrícola biológica no nosso país”, surgem outras, conduzidas por organizações e activistas portugueses da saúde natural, narradas por C. C. Ventura (2011) na qualidade de produções biológicas precursoras em Portugal.

A primeira dessas produções localizava-se em Almoster (Santarém) e tinha o arroz, feijão azuki e abóboras hokaido como principais cultivos que, então, eram produzidos de forma sistemática. Esta produção terá sobrevivido com sucesso desde 1974, logo após o 25 de Abril, até ao “descalabro económico da Unimave” (União Macrobiótica Vegetariana), em 1986, que a dirigia (Ventura, 2011).

Sobre essa produção em Almoster, C. C. Ventura (2011) narra o seguinte: “nessas instalações funcionava também uma máquina de descasque do arroz, permitindo assim o controlo da comercialização de arroz integral. O crescimento rapidíssimo dessa cooperativa exigia alimentos para os seus restaurantes e lojas, que os terrenos de Almoster alimentavam. Mas essa produção era também distribuída por outros estabelecimentos. Foi esta portanto a primeira produção biológica em Portugal, que sobreviveu com sucesso durante alguns anos”.

A segunda produção corresponde à cooperativa agrícola alentejana Soldado Luís que, criada em 1978, tinha no arroz biológico, comercializado como cereal integral, o seu trunfo. Segundo C. C. Ventura (2011) era uma “unidade ocupada pelos trabalhadores e que durante alguns anos produziu arroz de grão longo de grande qualidade, cuja produção era na maior parte exportada”.

Com a alusão a Luís Alberto Vilar e às produções biológicas *supra* expostas, C. C. Ventura (2011) pretende demonstrar a importante intervenção de personalidades e instituições da saúde natural portuguesas na história da agricultura biológica no país. No seu pequeno artigo que temos vindo a reproduzir, essa ideia é reforçada com outros aspectos que nos dão a entender que essas áreas terão caminhado a par, pelo menos nas suas fases iniciais, facto, aliás, que não surpreende, dadas as “similitudes filosóficas e metodológicas que se encontram nos dois movimentos” (i.e. medicinais naturais e agricultura biológica) (Ventura, 2011). Citemos então esses outros aspectos:

- As instituições de saúde natural (Unimave e SPN) tinham, com regularidade, nas suas lojas de produtos naturais, “alimentos apresentados como de agricultura biológica” cultivados em “pequenos terrenos de sócios e entusiastas sinceros da vida e da alimentação natural”.
- É deveras possível que os primeiros consumidores (consistentes) de produtos biológicos tenham sido os (também) primeiros macrobióticos e vegetarianos portugueses. Os adeptos da alimentação e saúde natural são, ainda hoje, potenciais clientes e membros de lojas, cooperativas e associações de agricultura biológica.
- A questão da agricultura é debatida, no decorrer do século passado, em textos de publicações naturistas (p. ex. as Edições Cosmogénese publicam, em 1978, “A agricultura natural” de Michio Kushi, uma obra proposta na linha das experiências feitas no Japão por M. Fukuoka).

Se na literatura revista se encontram referências dispersas em matéria das primeiras iniciativas de agricultura biológica em Portugal, como vimos, ela apresenta consensualidade quanto ao seu desenvolvimento se ter mantido, por longos anos, incipiente. A evolução é, com efeito, lenta, e assim permanece até aos anos noventa, i.e., até à instituição das medidas agro-ambientais no quadro da Reforma da PAC de 1992.

Até lá um importante passo foi dado: a AGROBIO - a primeira associação portuguesa de agricultura biológica - é criada em 1985 e, a partir de então, a fileira começa a organizar-se no país (Carvalho, 2000: 53). De facto, logo após a sua fundação, a AGROBIO começa a desenvolver actividades de formação (junto de técnicos e

agricultores) e de assistência técnica à produção, áreas essenciais ao incremento da actividade e nas quais esta associação foi pioneira e, hoje, perita e líder entre nós.

Entretanto, em 1987, a temática da agricultura biológica é incluída no programa da unidade curricular “geografia rural”, leccionada no âmbito da licenciatura do Departamento de Geografia e Planeamento Regional da Universidade Nova de Lisboa (Firmino, 1998: 146). Segundo A. Cristóvão (2001), este departamento terá provavelmente sido a primeira “instituição não agrícola” a introduzir esta temática no seu currículo.

Até meados dos anos 90, a AGROBIO desenvolvia também o trabalho de certificação e controlo pelo que, mesmo antes da implementação do primeiro Programa das Medidas Agro-Ambientais, já se produzia em Portugal agricultura biológica certificada e, mesmo, financiada. O apoio era realizado no âmbito do “Programa Específico de Actividades Alternativas” do NOVAGRI<sup>46</sup>, cujo regime jurídico é estabelecido pela Portaria n.º 100/92, de 19 de Fevereiro, que tem nos “produtos biológicos, tal como se encontram definidos no Regulamento (CEE) n.º 2092/91 do Conselho, de 24 de Julho”, uma das suas acções elegíveis.

Como nos informam A. Cristóvão e F. Pereira (1995: 262), esta linha específica para a agricultura biológica do Programa NOVAGRI comportava, contudo, “fortes limitações a algumas, se não à maioria, das produções biológicas”, cujas candidaturas eram encaminhadas para outros instrumentos de financiamento com maiores dotações orçamentais, o que levou naquela altura os autores a referirem: “(...) caso a agricultura biológica seja, efectivamente, uma alternativa a privilegiar no desenvolvimento do meio rural, como julgamos que deve ser, então devem ser criados mais e melhores mecanismos de apoio ao investimento neste sector”.

A decisão das candidaturas do “Programa Específico de Actividades Alternativas” era da competência de uma comissão de gestão composta por representantes de vários organismos públicos do departamento governamental da agricultura de então, entre os quais, o Instituto de Qualidade Alimentar, quando o projecto tinha na

---

<sup>46</sup> Programa Nacional de Apoio à Reestruturação e Inovação no Sector Agrícola (NOVAGRI), aprovado pela Portaria n.º 102/92, de 19 de Fevereiro e desenvolvido no âmbito do Programa Específico para o Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa (PEDAP).

produção biológica a sua actividade elegível. Terá sido este Instituto, criado em 1977 e cuja actividade se desenvolvia nos domínios da definição de uma política de qualidade alimentar, o primeiro organismo do estado a acolher, ainda que por pouco tempo, a agricultura biológica como área de intervenção.

Em 1993, a área em questão é absorvida pelo Instituto dos Mercados Agrícolas e Indústria Agro-Alimentar em cuja lei orgânica, aprovada nesse ano, se menciona a seguinte competência referente à Divisão de Promoção e Qualidade dos Produtos Agro-Alimentares: “dirigir e coordenar os processos relativos a denominações de origem, a produtos agro-biológicos e certificados de especificidades” (alínea c, do artigo 27.º, do Decreto-Lei n.º 98/93, de 2 de Abril).

Nesse ano, o Regulamento (CEE) 2092/91 entra em vigor e é fundada em Lisboa a BIOCOOP, uma cooperativa de consumidores vocacionada para a comercialização e divulgação dos produtos provenientes de agricultura biológica. Como se pode ler no site da BIOCOOP, o mercado dos produtos biológicos era, até à data da criação desta cooperativa, praticamente inexistente em Portugal.

A partir de então o crescimento das explorações de agricultura biológica no país tem sido, regra geral, constante, sendo que o súbito interesse dos agricultores portugueses nesta actividade se fica a dever tanto ao apoio financeiro cedido pela União Europeia no quadro das mudanças de orientação da PAC dos anos 90, como aos preços altos dos produtos provenientes desse modo de produção agrícola praticados no mercado (Firmino, 2000).

A. Cristóvão e F. Pereira (1995) reforçam essa ideia quando associam o incremento da agricultura biológica a razões que se prendem com a “fase pragmática” de desenvolvimento desta actividade (cf. ponto I.1.4) a que não está alheia a crescente procura dos produtos daí derivados. Por sua vez, A. Firmino (1999: 243) chega mesmo a afirmar que “o atractivo que os subsídios comunitários exercem sobre muitos leva-os a procurar prioritariamente o lucro monetário imediato, (...)” numa revelação, sentida, de não ser o equilíbrio dos ecossistemas a motivação maior que leva muitos agricultores portugueses a enveredar pela agricultura biológica.

No seu relatório de 2000 sobre a agricultura biológica no país, reproduzido na secção de Portugal do site “The Organic-Europe.net” (até ao mês de Março de 2012, sem par) A. Firmino discorre sobre, para além dos económicos, outros factores de expansão da agricultura biológica que, uma vez reunidos e sistematizados, considerámos oportuno aqui apresentar:

- Os métodos tradicionais de produção de algumas culturas, como as oliveiras do norte e centro do país, aproximam-se consideravelmente dos métodos da agricultura biológica, o que facilita o processo de conversão.
- Os solos (apenas 3% dos solos portugueses são de classe A) e o clima (necessidade de investir em barragens e sistemas de irrigação) do país não são favoráveis à agricultura, sobretudo quando comparados com outros países europeus, o que limita as possibilidades de com eles competir, pelo menos em termos de quantidade. A agricultura biológica surge como uma excelente oportunidade para incorporar valor naquilo que deve ser a nossa aposta, i.e., produtos agrícolas de qualidade.
- A agricultura biológica parece ser algo desejável, pois garante produtos saudáveis, protege o meio ambiente e é visto, por alguns, como moda e sinal de *status* social.
- As medidas agro-ambientais são apropriadas a um cenário agrícola que depende mais da excelente qualidade e exclusividade do produto do que da quantidade, i.e., ao cenário que Portugal deve procurar acolher de acordo com as suas características.

## **II.2 Quadro institucional da agricultura biológica em Portugal**

*No nosso caso (em Portugal), há um claro desajustamento entre o discurso oficial e o compromisso institucional. Qual é, por exemplo, a real capacidade técnica do MADRP, nos níveis central, regional e local, para apoiar e supervisionar eficazmente a agricultura biológica?*

Artur Cristóvão; Timothy Koehnen e António Strecht, 2001

### **II.2.1 Entidades a montante da produção**

#### **II.2.1.1 Entidades de formação e investigação**

No contexto do ensino superior, a agricultura biológica é leccionada já desde 1987, como atrás se referiu, no âmbito da cadeira de “geografia rural” da Faculdade de

Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa<sup>47</sup> (Firmino, 1998). Muitas outras instituições de ensino superior universitário como, a título de exemplo, o Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa<sup>48</sup>, a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro<sup>49</sup> ou a Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, oferecem, em particular no campo da investigação agrária (p. ex. agronomia e engenharias agrícola e agronómica), unidades curriculares que acolhem no seu plano de estudos, de um modo mais ou menos activo, a agricultura biológica ou, em geral, a agricultura sustentável.

Em idêntica situação encontra-se a Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Castelo Branco, em cujo terceiro ano, do ramo de agronomia, da Licenciatura de Engenharia Agronómica se inclui a unidade curricular de “agricultura biológica e produção integrada”. A. Cristovão (2002: 147) destaca neste contexto as escolas superiores agrárias de Amarante, Marco de Canaveses, Mirandela, Ponte de Lima e Santo Tirso. Gostaríamos ainda de mencionar as seguintes entidades de ensino: (i) a Extensão da Escola Superior de Biotecnologia do Porto nas Caldas da Rainha (da Universidade Católica Portuguesa) que, por ocasião da sua criação, lança em 1999 a Licenciatura em Engenharia de Produção Biológica<sup>50</sup>; e (ii) a Universidade do Algarve que, através da Faculdade de Engenharia de Recursos Naturais, cria em 2001 o curso de Mestrado na especialidade de Agricultura Sustentável.

Como se pode observar no Quadro 1, são cinco as instituições do ensino superior público politécnico que consagram na actualidade, segundo os dados

---

<sup>47</sup> Desde o mês de Novembro de 2011, a FCSH/UNL tem uma horta de 90 m<sup>2</sup>, no Parque Botânico do Monteiro-Mor/Museu Nacional do Traje, no Lumiar, em MPB, cujas actividades são asseguradas, em regime de voluntariado, por alunos, funcionários e professores da instituição de ensino. A iniciativa tem uma componente de educação ambiental, formação técnica e solidariedade social, pelo que a produção se destina a um abrigo da AMI - Assistência Médica Internacional, na Graça. Alguns dos sem-abrigo têm participado nas tarefas da horta.

<sup>48</sup> Refira-se que o ISA é, pela mão do Professor Pedro Amaro, uma entidade pioneira em Portugal no que respeita à protecção integrada, sendo aí leccionada desde 1977. Aliás, o ISA compreende, ou compreendia até há pouco tempo, a Secção de Protecção Integrada do Departamento de Protecção das Plantas e Fitoecologia. Uma observação ao site do ISA não foi conclusiva quanto à manutenção tanto desta secção, como do Mestrado em Protecção Integrada aí instituído em 1989.

<sup>49</sup> Importa aqui salientar o Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento (CETRAD) pela investigação sobre a temática da produção biológica produzida pelo Professor Artur Cristovão, entre outros investigadores e que, dada a abordagem económica e sociológica, se revelou indispensável a este trabalho.

<sup>50</sup> Actualmente desactivada, esta formação tinha toda a razão de ser na região do Oeste; uma região com tradição nas produções hortícola e frutícola, em que os processos de conversão à agricultura biológica comportam maiores dificuldades e exigências e, como tal, mais informação e conhecimento.

disponibilizados, em Março de 2012, pela Direcção-Geral do Ensino Superior, licenciaturas e/ou mestrados na matéria em questão ou com ela relacionados. Salientamos a Escola Superior Agrária de Coimbra (Instituto Politécnico de Coimbra) por incluir licenciatura e mestrado em agricultura biológica e, ainda, um Curso de Especialização Tecnológica em Produção Agrícola Biológica (cf. Quadro 2).

**Quadro 1: Oferta formativa no Ensino Superior de agricultura biológica ou área afim**

<b>Distrito</b>	<b>Nome do Estabelecimento</b>	<b>Nome do Curso</b>	<b>Situação da Acreditação</b>
Coimbra	Instituto Politécnico de Coimbra - Escola Superior Agrária de Coimbra	Licenciatura em Agricultura Biológica	Com acreditação preliminar
Viana do Castelo	Instituto Politécnico de Viana do Castelo - Escola Superior Agrária de Ponte de Lima	Mestrado em Agricultura Biológica	
Portalegre	Instituto Politécnico de Portalegre - Escola Superior Agrária de Elvas	Mestrado em Agricultura Sustentável	
Santarém	Instituto Politécnico de Santarém - Escola Superior Agrária de Santarém		Acreditado como novo 2011
Bragança	Instituto Politécnico de Bragança - Escola Superior Agrária de Bragança	Mestrado em Agroecologia	Com acreditação preliminar

Fonte: Site da Direcção-Geral do Ensino Superior, <http://www.dges.mctes.pt>, consultado em 18.03.2012

A formação pós-secundária não superior na área de agricultura biológica é, para além do caso de Coimbra, administrada nas seguintes instituições de ensino universitário e politécnico (cf. Quadro 2): Universidade da Madeira e Escolas Superiores Agrárias de Viseu e de Santarém (do Instituto Politécnico de Viseu e de Santarém, respectivamente), conforme informação da Direcção-Geral do Ensino Superior acedida em Março de 2012.

**Quadro 2: Cursos de Especialização Tecnológica no ensino universitário e politécnico de agricultura biológica ou área afim (formação pós-secundária não superior)**

Distrito	Locais de Funcionamento	Denominação	Atribuição	Diploma legal
R.A.Madeira	Universidade da Madeira	Agricultura Biológica	Diploma de Especialização Tecnológica	Despacho n.º 8817/2011 (04-07-2011)
Viseu	Instituto Politécnico de Viseu - Escola Superior Agrária de Viseu			Despacho n.º 15554/2011 (16-11-2011)
Coimbra	Instituto Politécnico de Coimbra - Escola Superior Agrária de Coimbra	Produção Agrícola Biológica		Despacho n.º 8156/2011 (08-06-2011)
Santarém	Instituto Politécnico de Santarém - Escola Superior Agrária de Santarém	Tecnologias de Produção Integrada em Hortícolas		Despacho n.º 10868/2008 (14-04-2008)

Fonte: Site da Direcção-Geral do Ensino Superior, <http://www.dges.mctes.pt>, consultado em 18.03.2012

No âmbito do ensino básico e secundário, e mais especificamente na área de educação e formação de jovens e adultos relativa à “produção agrícola e animal”, estão disponíveis unidades de formação de curta duração (25 a 50 horas) dirigidas ao MPB. É com base nestas unidades de formação que o departamento governamental da agricultura (através da Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural – DGADR - e respectivas Direcções Regionais) tem vindo a regulamentar cursos específicos de produção biológica (cf. Apêndice C.1). Estas formações modulares são, não raras vezes, financiadas ao abrigo do Programa Operacional do Potencial Humano (QREN, 2007-2013).

Importa referir que, ainda ao nível do ensino básico e secundário, já muitas escolas realizam visitas de estudo a explorações de agricultura biológica utilizando este modo de produção como exemplo de actividade sustentável no quadro da educação e sensibilização ambiental (Firmino, 2000) e alimentação saudável. Muitas outras escolas existem com hortas e/ou estufas biológicas, onde se pratica a actividade com os alunos (p. ex. Escola Básica das Sete Cidades em São Miguel, Açores e da Escola Secundária de Vila Verde). Neste importante trabalho junto de crianças e jovens em idade escolar sublinhamos o contributo activo tanto de associações de agricultura biológica (p. ex. a

AGROBIO e a INTERBIO - Associação Interprofissional para a Agricultura Biológica), como de câmaras municipais e de associações de municípios com maior consciência ecológica e mais informadas a este respeito<sup>51</sup>.

Existe ainda um variado leque de oferta formativa no domínio da produção biológica, dirigida ora a agricultores, ora a técnicos agrícolas, ora ainda ao público em geral que não sendo (forçosamente) financiada pelo Estado, pode dele receber homologação, sendo disponibilizada, em grande medida, pelo sector privado da sociedade portuguesa. Neste campo há a destacar, pela regularidade na oferta as seguintes entidades (Crisóstomo, 2012)<sup>52</sup>: AGROBIO, AGRIDIN, QUERCUS, Cooperativa Biosite, LIPOR e Valorlis.

No caso específico da formação profissional regulamentada (cf. Apêndice C.2) dirigida a técnicos agrícolas (140 horas), podemos adiantar que, segundo dados fornecidos pela Divisão de Formação e Associativismo da DGADR, em finais de Abril de 2012 existiam no país onze entidades formadoras<sup>53</sup> com “reconhecimento em curso de agricultura biológica actualizado”. Em relação à formação profissional regulamentada dirigida a agricultores (68 horas), a Divisão de Formação e Associativismo não tinha, à data supracitada, informação tratada de modo a poder fornecê-la. Essa informação terá sido solicitada às Direções Regionais sobre as quais recai a responsabilidade pela homologação daquele tipo de programa de formação.

No domínio da investigação na área dos alimentos e agricultura biológicos, Portugal encontra-se ainda numa fase muito incipiente, o que é preocupante sabendo terem sido fundados os primeiros institutos de investigação na Europa e nos E.U.A. já nas décadas de 1970 e 1980 mas, sobretudo, pela importância estratégica que este campo assume no desenvolvimento da agricultura biológica. Não há no país, com efeito, nenhum plano traçado ou institutos de investigação (privados ou estatais)

---

<sup>51</sup> Exemplos: a Associação de Municípios da Ilha de São Miguel (projecto “Escola Verde” e respectivo caderno de apoio ao professor sobre compostagem doméstica e hortas biológicas); a Câmara Municipal da Moita (projecto “Compostagem e Agricultura Biológica nas Escolas”); a Câmara Municipal do Seixal (projecto “Jardins e Hortos Pedagógicos”); e a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia (criação de hortas pedagógicas nas escolas com condições para tal).

<sup>52</sup> <http://www.organic-europe.net/country-info-portugal-report.html?&L=0#c7330>

<sup>53</sup> ZONA VERDE; AGROBIO; AGRICERT; TALENTUS; CENTRO DE GESTÃO DO VALE DO TUA; CONSULTUA; ALTO FUSTE; GABIVERDE; FORMACONDE; COMPETIR; e GESMIND.

específicos neste domínio do conhecimento, sendo a investigação existente pontual e produzida de forma dispersa, *grosso modo*, pelas seguintes entidades:

- empresas de consultoria e divulgação técnica (p. ex. BIOSANI<sup>54</sup>, AGRO-SANUS<sup>55</sup> e EDIBIO<sup>56</sup>);
- universidades (p. ex. Universidade do Algarve, UNL/FCSH, UTAD, Universidade de Évora, UTL/ISA) e escolas superiores agrárias do ensino politécnico (p. ex. Bragança, Castelo Branco, Beja, Viana do Castelo, Coimbra e Viseu);
- associações de agricultura biológica (com evidente destaque para a AGROBIO<sup>57</sup> no que respeita a projectos de investigação nas áreas de produção biológica e agricultura social); e
- serviços estatais, com particular incidência nas direcções regionais do departamento governamental da agricultura, com resultados em publicações técnicas e projectos de desenvolvimento experimental e demonstração (DE&D).

#### **II.2.1.2 Entidades de financiamento: IFAP e Crédito Agrícola**

O Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP) integra o Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT) e, desde 2007, é o organismo pagador do Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA) e do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) tendo, como tal, a incumbência de apoiar o desenvolvimento da agricultura biológica (entre outros sectores da agricultura e das pescas) através de sistemas de financiamento nacionais e

---

<sup>54</sup> O seu sócio-gerente, Eng.º Carlos Frescata, publica em 2004 um dos seus livros mais conhecidos “Limitação de Pragmas Sem Luta Química”.

<sup>55</sup> Pela mão do seu fundador, Eng.º Jorge Ferreira, salientamos o contributo da AGRO-SANUS em muitos projectos de DE&D no âmbito da Medida 8 do Programa AGRO (QCA, 2000-2006).

<sup>56</sup> Esta é a editora por excelência da divulgação técnica da agricultura biológica em Portugal; publica, desde 2002, a revista técnica “O Segredo da Terra”, tendo ainda a seu cargo a edição do mais recente manual sobre os princípios básicos e fundamentais da agricultura biológica – produção vegetal “As Bases da Agricultura Biológica”, publicado em 2011 e actualmente em revisão.

<sup>57</sup> É o caso do actual projecto em curso, coordenado pela Agrobio: “Arroz em Modo de Produção Biológico”, co-financiado no âmbito do PRODER e que conta com a Herdade da Comporta, a Arpsol e a Universidade de Évora como entidades parceiras. As parcelas envolvidas no projecto situam-se na Reserva do Estuário do Sado. O objectivo é experimentar diferentes variedades de arroz e avaliar o seu comportamento em termos de rendimento e resistência às principais doenças da cultura nas nossas condições climáticas.

comunitários, nomeadamente no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural 2007-2013.

Por sua vez, o Crédito Agrícola, cuja identidade histórica assenta numa matriz cooperativa rural, é a instituição financeira do país, por excelência, a apoiar o desenvolvimento agrícola, através da concessão de empréstimos aos profissionais do sector desde o início do século XX. Em Maio de 2012 assinou com a INTERBIO um Protocolo de Linhas de Crédito e Financiamento que privilegia os investimentos em agricultura biológica nas vertentes de produção, transformação, distribuição e comercialização.

## **II.2.2 Entidades de apoio à produção**

### **II.2.2.1 Organismos da tutela: GPP e DGADR**

Não existe no país uma estrutura da administração pública que se dedique exclusivamente a esta fileira económica. A função de supervisão do MPB é realizada no Continente pelo organismo de apoio à governação do MAMAOT - Gabinete de Planeamento e Políticas (GPP), através da sua unidade responsável pela política de qualidade dos produtos agro-alimentares qualificados (como DOP/IGP/ETG)<sup>58</sup> e de produção diferenciada (MPB e MPRODI<sup>59</sup>). No domínio da agricultura biológica, o GPP assume a coordenação global da aplicação da regulamentação comunitária nesta matéria, acompanhando a sua produção junto da Comissão e divulgando entre nós as normas oficiais em vigor; gere a base de dados relativa à notificação tanto da actividade pelos operadores activos no sector (produtores, preparadores, distribuidores e importadores), como de utilização do cobre por produtores agrícolas biológicos; avalia pedidos de reconhecimento de organismos de controlo e procede à supervisão dos mesmos; verifica eventuais processos de sanção; e procede à elaboração e divulgação de procedimentos nacionais (p. ex. procedimento de elaboração de planos de controlo).

A implementação nacional da regulamentação comunitária implica, da parte do GPP, uma articulação com diversas entidades institucionais com competências em

---

<sup>58</sup> Denominação de Origem Protegida, (DOP); Indicação Geográfica Protegida, (IGP); Especialidade Tradicional Garantida, (ETG).

<sup>59</sup> Modo de Produção Integrado (MPRODI).

diferentes domínios da agricultura biológica (cf. Apêndice C.3) como, a título de exemplo, a DGADR e o Instituto Português de Acreditação. Este último confere acreditação a organismos de controlo do MPB, enquanto a DGADR acolhe competências às seguintes matérias: gestão da base de dados de semente biológica nacional<sup>60</sup>; sanidade vegetal e produtos fitofarmacêuticos; fertilização e fertilizantes; produtos de limpeza; alimentação animal que envolva pastagens e forragens; formação profissional; e reconhecimento de técnicos.

A situação aqui exposta, aliada à pesquisa prévia à elaboração deste ponto, traduz a nosso ver os seguintes aspectos: (i) uma dispersão institucional e funcional da agricultura biológica; (ii) a inexistência de uma abordagem multisectorial da agricultura biológica, com nula presença da mesma, em termos institucionais, junto de sectores como o ambiente ou o ordenamento do território; (iii) uma visão reduzida da agricultura biológica circunscrita à regulamentação comunitária e respectivo cumprimento, por oposição a uma visão maior, que anteveja no MPB uma área a investir em termos nacionais; e (iv) uma ainda débil afirmação do MPB no país mas, sobretudo, uma falta de determinação política em facultar-lhe expressão. A criação de uma unidade orgânica de MPB permitiria uma mais clara e necessária representatividade institucional à actividade, dentro e fora do país e, ao constituir-se como principal entidade interlocutora de e para a agricultura biológica em Portugal, traria desde logo benefícios, hoje inexistentes, aos seus operadores.

#### **II.2.2.2 Associações de agricultura biológica<sup>61</sup>**

De acordo com os dados de Agosto de 2011, disponibilizados pelo GPP no seu website, existem perto de trinta organizações de produtores biológicos no país,

---

<sup>60</sup> Estabelecida por aplicação do Regulamento (CE) n.º 889/2008, de 5 de Setembro, a 'Base de Dados Semente Biológica' disponibiliza informações sobre a semente e batata-semente produzidas segundo o MPB disponíveis no país. Essencialmente útil aos operadores em agricultura biológica, a base possibilita uma pesquisa tanto pelos quatro fornecedores registados, um dos quais espanhol, como pelas cerca de setenta variedades de sementes inscritas, e respectivas variáveis de observação como, a título de exemplo, o grupo, a espécie, a disponibilidade, o produtor – acondicionador, a região recomendada e o país ou região de inscrição da variedade.

<sup>61</sup> Para além do tecido associativo específico da agricultura biológica, sobre o qual recaiu neste ponto do trabalho a nossa atenção, existe um sem número de associações de desenvolvimento local que desempenham um importante papel não só junto dos operadores biológicos, como em prol do território onde estes se encontram, nomeadamente encorajando iniciativas inovadoras que possam constituir factor de revitalização dos seus territórios de intervenção. A. Cristóvão (2001: 9) refere a Associação In Loco (sedeada em São Brás de Alportel) e a Beira Serra (sedeada na Covilhã) como exemplos.

maioritariamente concentradas na Beira Interior (Norte e Sul), a que se seguem de perto as sub-regiões do Alto Alentejo e Alto Trás-os-Montes (cf. Apêndice C.4). Os municípios de Elvas, Guarda, Lisboa e Macedo de Cavaleiros possuem mais do que uma organização. Ao representarem idêntico âmbito territorial e/ou tipo de produção, as organizações desperdiçam a força de uma maior representatividade. Tal acontece com a Associação Nacional dos Criadores de Porco Alentejano (ANCPA) e o Agrupamento de Produtores de Pecuária (ELIPEC), ambos de Elvas e, em Lisboa, com a AGROBIO e a INTERBIO, pese embora estas duas organizações terem âmbito nacional, por oposição às restantes, cuja maioria tem na região de implantação o seu território de intervenção.

Entre as organizações existentes cabe uma particular atenção à AGROBIO. Fundada em 1985, a primeira, e durante muitos anos única, associação de agricultura biológica no país tem contribuído de forma evidente para o incremento do sector. Sendo ainda hoje a maior associação do MPB a nível nacional (conta com cerca de 5600 membros), a AGROBIO assume proeminente função nos domínios da formação profissional e apoio à produção, não obstante a sua prática regular e de longa data quer nos campos da investigação, experimentação e demonstração, quer da promoção e divulgação, sobressaindo aqui, pela sua antiguidade, a edição de dois boletins informativos (“A Joaninha” e o “Infobio”) e a Feira Nacional de Agricultura Biológica - Terra Sã. Entre outras actividades desenvolvidas pela associação destacam-se, pelo seu carácter actual, a criação de hortas urbanas biológicas, em parceria com autarquias locais (p. ex. Vila Franca de Xira) e o desenvolvimento de projectos na área da agricultura social recorrendo ao papel do MPB como factor de integração e elemento terapêutico para indivíduos em risco de exclusão social.

Duas décadas após a fundação da AGROBIO, mais precisamente em 2005, surge uma outra associação de âmbito nacional em Lisboa: a INTERBIO. A associação tem por objecto a defesa e representação dos interesses dos operadores de agricultura biológica, integrando, para tal, vários profissionais do sector: produtores, transformadores, acondicionadores, comerciantes, certificadores e técnicos, entre outros. A INTERBIO tem na “Semana Nacional da Agricultura Biológica” (SEMANA

BIO<sup>62</sup>), que vai já na 6ª. Edição, e no documento da sua autoria "Política Nacional para a Agricultura Biológica"<sup>63</sup> (2011) os seus principais trunfos.

### **II.2.2.3 Organismos de controlo e certificação**

A inspecção e certificação da agricultura biológica no nosso país é da responsabilidade de nove organismos de controlo e certificação (OCC) acreditados pelo IPAC para o efeito (cf. Apêndice C.5). Destas entidades privadas e independentes que operam no país, apenas duas são estrangeiras - ECOCERT Portugal e SGS Portugal, sedeadas em França e Suíça, respectivamente. Em termos geográficos, parece haver uma certa concentração de OCC no Oeste (ECOCERT Portugal, CERTIPLANET e CODIMACO), embora esse facto não traduza a importância da agricultura biológica naquela região que é, aliás, reduzida quando comparada com o Alentejo, Beira Interior ou Trás-os-Montes. A SATIVA, de Lisboa, reúne o maior número de operadores biológicos (mais de 1400), a que se segue a CERTIS, de Évora, (624) e a ECOCERT Portugal, de Peniche (com cerca de 600).

A ECOCERT Portugal descende da SOCERT Portugal criada em 1994 que, formada por alguns membros experientes no ramo agrícola da AGROBIO, vem dar continuidade à certificação dos produtos de agricultura biológica feita, até então, por esta associação, sendo, como tal, o primeiro OCC para o MPB acreditado em Portugal. Apesar da sua acreditação mais tardia, a SATIVA, tal como a ECOCERT Portugal, desenvolve trabalhos na área de controlo desde 1994. Com delegações em vários locais do país (Aveiro, Castelo Branco, Elvas, Macedo de Cavaleiros e Funchal), a SATIVA exerce actividades de controlo e certificação noutros domínios (p. ex. produção integrada, produtos tradicionais e certificação florestal); tal não acontece com a ECOCERT Portugal que tem no MPB a sua área de intervenção exclusiva.

---

<sup>62</sup> Este tipo de iniciativas contribui para uma maior divulgação e sensibilização do público para os produtos de agricultura biológica. É nesse sentido que o Departamento de Geografia e Planeamento Regional da FCSH/UNL tem realizado, nos últimos quatro anos, nas suas instalações, sob coordenação da Prof.ª Doutora Ana Firmino e simultaneamente à SEMANA BIO, o evento - "O Dia da Agricultura Biológica" -, convidando, para o efeito, agricultores biológicos a exporem os seus produtos e a interagirem com os estudantes.

<sup>63</sup> Sobre esta importante proposta de trabalho recairá, mais adiante, a nossa atenção, em concreto no ponto II.3, dedicado às políticas e aos apoios orientados para a agricultura biológica no país.

## **II.2.3 Entidades a jusante da produção**

### **II.2.3.1 Unidades empresariais de transformação**

Em Portugal existem cerca de 300 transformadores de produtos de agricultura biológica, dos quais 42% se localizam nas seguintes sub-regiões: Alto Trás-os-Montes, Grande Lisboa, Douro e Grande Porto. O azeite é o produto de eleição a nível nacional, com forte incidência em Alto Trás-os-Montes, seguido do Douro. O mel e os transformados de frutos e hortícolas assumem, ainda que menor, significativa importância no país. Na Grande Lisboa predomina a mercearia diversa, padaria *inclusive* e no Grande Porto os transformados de frutos e hortícolas, com alguma especialização de vinho do Porto. Entre as centenas de unidades empresariais de transformação e, face ao exposto, parece-nos importante sublinhar o importante contributo das cooperativas e sociedades agrícolas do país à actividade de transformação e ao sector biológico em geral, dado permitirem a muitos produtores darem um destino comercial à sua produção.

### **II.2.3.2 Unidades empresariais de distribuição e comercialização e cooperativas de consumidores**

Em 1998, um dos principais problemas apontados pelos agricultores biológicos no âmbito da comercialização dos produtos era, segundo A. Carvalho (2000: 71), a fraqueza das redes de distribuição. Por essa altura existia uma única empresa de distribuição de produtos biológicos – a Urze Agricultura Biológica –, especializada em frutos e legumes; hoje existem mais de vinte, sobretudo concentradas na Grande Lisboa (Brio e Pingo Doce *inclusive*). Algumas dessas unidades empresariais comercializam os produtos biológicos através da venda directa, com entrega de cabazes ao domicílio ou através da presença em mercados de rua - uma importante componente do apoio comercial à produção e um efectivo incentivo à produção e consumo locais. Nesta forma de comercialização precisa, importa salientar a existência dos Mercados AGROBIO com venda semanal de bens de consumo produzidos segundo o MPB localizados em vários pontos do país (Lisboa, Algés, Amadora, Oeiras, Carcavelos, Cascais, Loures e Aveiro).

Uma situação que regista uma evidente evolução da comercialização de produtos de agricultura biológica no país: uma multiplicação dos locais de venda

sobretudo célere em anos mais recentes, acompanhando aliás a crescente procura. Há pouco mais de dez anos, a venda de produtos biológicos era ainda muito incipiente entre nós e a oferta, perante a procura, era insuficiente e pouco acessível (Carvalho, 2000).

Durante algum tempo, uma parte expressiva da produção biológica portuguesa era comercializada na BIOCOOP – a primeira cooperativa de consumidores de produtos biológicos constituída em 1993. Hoje ela é comercializada um pouco por todo o país, com maior incidência em áreas urbanas (Grande Lisboa e Porto, especialmente) - onde se encontra maior número de potenciais consumidores – e sob diversas formas:

- venda em grandes superfícies (p. ex. Continente e Pingo Doce);
- venda em lojas de mercados convencionais (p. ex. Mercado da Ribeira, em Lisboa e o Mercado Municipal de Matosinhos);
- venda em lojas especializadas de produtos biológicos (p. ex. Miosotis, Brio e BIOCOOP – em Lisboa; Verduras Campestres, em Vila Nova de Gaia e Naturocoop, no Porto);
- venda em lojas “gourmet”, de comércio justo, de alimentação saudável/natural;
- venda directamente na exploração (ao consumidor);
- venda ao distribuidor, ao transformador e a cooperativas de consumidores;
- e-commerce;
- venda em cabazes porta-à-porta e nos mercados de rua; e
- mercado de trocas entre agricultores<sup>64</sup>.

Em suma, num curto espaço de tempo o país acolheu um maior número de estruturas de apoio ao sector, sobretudo de apoio à produção e a jusante desta, devendo-se isso, em grande medida, ao sector privado da sociedade portuguesa relativo à agricultura biológica (entidades formadoras, associações de agricultura biológica, organização de produtores e consumidores, OCC e unidades empresariais a jusante da produção) que se dilatou, reforçando os vários elos da fileira da agricultura biológica. Ainda que frágil face ao mercado convencional, a rede de comercialização e distribuição deixa de ser incipiente e há hoje uma maior e mais fácil cobertura de

---

<sup>64</sup> Houve, até há pouco tempo, uma iniciativa deste tipo em Telheiras (Lisboa), promovida por permacultores.

apoio técnico aos produtores agrícolas. A oferta aumenta graças a um maior e mais diferenciado leque de consumidores, sendo também maior o conhecimento em relação a um sistema de agricultura alternativa e sustentável.

Não obstante a coesão do movimento biológico, através das suas principais organizações representativas (AGROBIO e INTERBIO), estar longe do desejável, a fragilidade do quadro institucional da agricultura biológica advém sobretudo de um insuficiente envolvimento e compromisso por parte de uma potencial rede de instituições públicas em áreas chave ao sector (apoio técnico regional e central, ensino/formação, investigação e extensão). Esta situação reflecte, a nosso ver, a ausência de uma opção política pelo desenvolvimento do sector. A existir, a política nacional relativa à agricultura biológica encontra-se confinada, como veremos adiante, à retórica dos discursos, planos e medidas sem aplicação prática e na implementação, essa sim obrigatória, dos apoios financeiros e regulamentos comunitários relativos à agricultura biológica que, atingindo tamanha complexidade, esgota-nos a energia necessária à problematização da matéria entre nós.

### **II.3 Política nacional para a agricultura biológica**

*A definição de uma Política Nacional para a Agricultura Biológica é uma aspiração dos operadores do sector, que pretendem ver adoptada uma nova geração de instrumentos que permitam o desenvolvimento harmonioso do Mundo Rural, recentrando a actividade agrícola, mantendo-a como a matriz ordenadora do espaço, valorizando o papel do agricultor e dos produtos portugueses, dando notoriedade ao trabalho há muito desempenhado pelos agricultores e que hoje a sociedade começa, necessariamente, a revalorizar.*

Maria Santos (INTERBIO, 2011)

#### **II.3.1 Agricultura biológica no quadro dos instrumentos de política nacionais**

A promoção da “expansão da área dedicada à agricultura biológica” é mencionada como uma meta a alcançar no âmbito da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável<sup>65</sup> (ENDS 2015) - um importante instrumento de orientação estratégica que, projectado para o horizonte de 2015, norteia o processo de desenvolvimento do país, numa perspectiva de sustentabilidade e como referencial para os demais instrumentos de política nacionais (p. ex. QREN 2007–2013, Programa

---

<sup>65</sup> A ENDS 2015 e o respectivo Plano de Implementação (PIENDS) foram aprovados pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 109/2007, de 20 de Agosto.

Nacional da Política de Ordenamento do Território e o Plano Nacional para o Desenvolvimento Rural).

Definida no âmbito do grande objectivo de acção “Melhor Ambiente e Valorização do Património” da ENDS 2015, a meta atrás referida identifica em termos quantitativos, os principais resultados que se esperava poder atingir: uma “expansão da área dedicada à agricultura biológica, de forma a alcançar 10% da superfície agrícola utilizada (SAU) em 2013”. Ora, segundo os dados do Recenseamento Agrícola de 2009 (INE) a agricultura biológica representava, nesse ano, apenas 3% da SAU, i.e., muito aquém do pretendido.

A ENDS 2015 reporta-se ainda à agricultura biológica no âmbito doutro grande seu objectivo de acção - “Melhor Conectividade Internacional do País e Valorização Equilibrada do Território” - , e mais precisamente no quadro da “Implementação de uma Estratégia de Desenvolvimento Rural” que incluía, entre outras medidas de referência, a seguinte: uma “gestão sustentável dos espaços rurais e dos recursos naturais, prevendo-se a criação de incentivos à opção por modos de produção particulares, como os modos de produção integrada ou biológicos (...)”. Por fim, a ENDS 2015 faz alusão à “Bio-agricultura” como um recurso e potencialidade específica da Região Autónoma da Madeira, à semelhança do vinho, das flores ou aquicultura, só para citar alguns exemplos.

O documento referente ao Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego 2005-2008 integra, no seu anexo II, um primeiro esboço do que viria a constituir o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural 2007-2013. Nele, a expansão da agricultura biológica é dada como um exemplo de “iniciativa integrada economia/ambiente” que, entre outras, deve ser incentivada no quadro do ordenamento do espaço rural e gestão sustentável dos recursos naturais. A leitura que aí se faz da agricultura biológica é clara: trata-se de uma nova actividade económica que integra a componente ambiental como factor de valorização dos produtos agrícolas. É uma visão real mas redutora da agricultura biológica que, como sabemos, vai muito além de uma exploração económica directa dos valores ambientais.

Ao Plano Nacional de Desenvolvimento Rural 2007-2013 voltaremos, mais adiante, com maior rigor. Por ora, debrucemo-nos sobre o instrumento político por

excelência da estratégia de desenvolvimento territorial do país e referencial normativo dos demais planos e programas nacionais com incidência territorial - o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)<sup>66</sup> -, começando por informar da sua nula referência, pelo menos de forma directa, a qualquer modo de produção agrícola sustentável e, por sua vez, de uma preferência na utilização das seguintes expressões:

- (i) “potencial agro-ambiental”, referida no contexto dos espaços rurais com domínio da agricultura extensiva; e
- (ii) “a multifuncionalidade e a qualidade específica da agricultura”, referidas como aspectos essenciais ao desenvolvimento dos espaços rurais de zonas interiores com agricultura diversificada e multifuncional.

Não obstante, o PNPOT alerta para a necessidade de definição e execução de uma estratégia nacional de protecção do solo (enquadrada na “Estratégia Temática de Protecção do Solo” da União Europeia<sup>67</sup>) que vise combater, nomeadamente, os usos não sustentáveis ou o abandono do solo que, cremos, viria enriquecer sobremaneira a política nacional para a agricultura biológica, dando-lhe, nomeadamente, fundamento. Esta orientação não passou, contudo, de uma intenção.

Ao nível da actual governação, importa referir que a mesma vem reconhecendo a agricultura, nomeadamente no âmbito das Grandes Opções do Plano para 2012-2015<sup>68</sup>, como um sector com potencial de desenvolvimento e de dimensão competitiva, fundamental ao desenvolvimento das indústrias de base alimentar, com um importante contributo para a substituição de importações, para o aumento das exportações e para a redução das assimetrias regionais (CES, 2011: 16)<sup>69</sup>.

É no contexto de acréscimo de competitividade, de reforço de investimento nas produções vegetal e animal e de aposta no desenvolvimento rural que o Programa do

---

<sup>66</sup> Aprovado pela Lei n.º58/2007, de 4 de Setembro.

<sup>67</sup> Comunicação da Comissão, de 22 de Setembro de 2006, intitulada: «Estratégia temática de protecção do solo» [COM(2006) 231 final - Não publicada no Jornal Oficial].

<sup>68</sup> Aprovadas pela Lei n.º 64-A/2011, de 30 de Dezembro.

<sup>69</sup> Parecer do Conselho Económico e Social (CES) sobre a Proposta de Grandes Opções do Plano para 2012-2015, disponível em [http://www.ces.pt/download/967/Parecer\\_GOP\\_2012-2015.pdf](http://www.ces.pt/download/967/Parecer_GOP_2012-2015.pdf).

XIX Governo Constitucional (2011: 56)<sup>70</sup> vem expressar a necessidade de valorizar “a multifuncionalidade, designadamente novos usos e explorações sustentadas da terra, como são os exemplos de produções de alta qualidade (agricultura biológica e produtos tradicionais) e a produção de biomassa, assim como a preservação das paisagens típicas, dos recursos naturais, da biodiversidade, dos habitats rurais, discriminando de modo positivo as regiões desfavorecidas”.

A nosso ver, na dinamização da agricultura biológica são importantes as anunciadas medidas de criação da bolsa de terras agrícolas para arrendamento rural e de permissão da concessão aos agricultores de terras do Estado desaproveitadas. Estas medidas, se priorizadas para jovens agricultores por um lado, e produções ambientalmente sustentáveis por outro, permitiriam, admitimos, um importante impacto no aumento do espaço agrícola em MPB.

Por sua vez, a agricultura biológica pode ainda colher benefícios das iniciativas da Comissão Parlamentar de Agricultura e Mar em torno dos seguintes assuntos: (i) defesa da produção nacional e o consumo de produtos agro-alimentares portugueses; e (ii) “pôr as cantinas públicas a consumir local”, numa lógica de consumo de origem local e em circuito curto, com o objectivo de dinamização das economias locais. Mencionamos que, embora escasseiem as iniciativas parlamentares dirigidas especificamente à produção biológica, esta é estabelecida como matéria prioritária no âmbito dos sistemas de agricultura pela Comissão supracitada, conforme pormenorizado no seu Plano de Actividades previsto para a 1.ª sessão legislativa 2011/2012<sup>71</sup>.

A estes instrumentos de política de âmbito nacional, com maior ou menor incidência na agricultura biológica, juntam-se-lhes neste exercício, como é evidente, os programas de política sectorial orientados para a produção agrícola e desenvolvimento rural. A evolução da aplicação nacional do regime de ajudas no âmbito das medidas agro-ambientais (MAA) da PAC, onde se incluem os apoios financeiros específicos à agricultura biológica, é traduzida no âmbito dos seguintes instrumentos de política para o território continental:

---

<sup>70</sup> Programa do XIX Governo Constitucional, disponível em [http://www.portugal.gov.pt/media/130538/programa\\_gc19.pdf](http://www.portugal.gov.pt/media/130538/programa_gc19.pdf).

<sup>71</sup> Disponível em <http://www.parlamento.pt/ComissoesAR/Paginas/default.aspx> (Junho de 2012).

- Programa Agro-Ambiental para Portugal Continental (II Quadro Comunitário de Apoio, 1994-1999);
- Plano de Desenvolvimento Rural, designado Programa RURIS (III Quadro Comunitário de Apoio, 2000-2006); e
- Programa de Desenvolvimento Rural do Continente – PRODER (QREN 2007-2013).

As ajudas financeiras estatais à conversão para o MPB e respectiva manutenção estabelecidas no âmbito destes instrumentos têm-se assumido como o principal impulsionador do crescimento da agricultura biológica no país; acrescem as condições mais favoráveis dos preços de mercado (grosso modo mais elevados que os restantes congéneres provenientes da agricultura convencional) que resultam, por sua vez, de uma crescente procura e introdução no mercado de produtos agrícolas biológicos.

Em termos do número de produtores associados ao MPB em 2010, 2.434 produtores agrícolas (produção vegetal) notificaram a actividade junto do GPP, quando no início da aplicação das MAA em Portugal eram apenas 234 (Estatística GPP)<sup>72</sup>. Importa tecer as seguintes considerações sobre o conjunto dos três ciclos financeiros das MAA no país<sup>73</sup>: (i) o primeiro período (1994-1999), abrangido pelo Programa Agro-Ambiental, foi aquele a registar o ritmo de crescimento mais acelerado de área e produtores biológicos; (ii) foi no período do Programa RURIS 2000-2006 que se verificou o maior avanço em termos quantitativos de área e produtores biológicos; e (iii) o período correspondente ao PRODER, ainda a decorrer, é marcado por um ganho pouco significativo de produtores e uma perda considerável de área entre 2007 e 2010. Uma análise estatística mais completa é feita no ponto inicial do Capítulo IV. Por ora importa enfatizar dois importantes instrumentos de política de âmbito nacional específicos da agricultura biológica:

- o Plano Nacional para o Desenvolvimento da Agricultura Biológica (PNDAB) 2004-2007; e
- a proposta da Política Nacional para a Agricultura Biológica (PNAB).

<sup>72</sup> Dados estatísticos da série: Portugal (1994-2010) disponíveis em <http://www.gpp.pt/Biologica/>.

<sup>73</sup> As considerações baseiam-se em cálculos dos dados acima referidos e, em particular, dos relativos à produção vegetal. Foi solicitado ao IFAP dados de execução anteriores a 2007 mas, até ao momento, não houve resposta. A ideia era avaliar o grau de adesão da agricultura à adopção das MAA, o esforço financeiro envolvido na aplicação destas medidas e a sua evolução ao longo do tempo.

O PNDAB foi desenvolvido por um grupo de peritos nacionais<sup>74</sup> e a pedido do Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas do XV Governo Institucional (2002–2004)<sup>75</sup>. A versão final do documento data de Maio de 2004 e nele são propostas 73 acções/orientações, com respectivos responsáveis (p. ex. organismos do Ministério da Agricultura, universidades e organizações de agricultores), agrupadas em torno dos oito seguintes objectivos instrumentais:

- Aumento da confiança e da procura dos consumidores portugueses relativamente aos produtos da AB
- Revisão do Ensino Superior e do Ensino e Formação Profissional
- Promoção da Investigação, do Desenvolvimento Experimental e da Demonstração em MPB
- Aumento da adesão dos agricultores ao MPB
- Estímulo à transformação de produtos alimentares produzidos no MPB
- Mobilização dos agentes e criação de um sistema de informação
- Aumento sustentável da comercialização de alimentos da AB
- Revisão dos apoios financeiros a projectos na área da Agricultura Biológica

Para a execução e acompanhamento do Plano estava prevista a figura de Coordenador Nacional para a Agricultura Biológica e a criação de uma Comissão Consultiva da Agricultura Biológica. Desenhado para o horizonte findo de 2007 e sob orientação da Comissão Europeia que estava, na altura, a desenvolver o seu próprio Plano de Acção, este instrumento de política nacional para a agricultura biológica nunca viria, porém, a ser acolhido em sede das governações que se seguiram àquela que o promoveu. O objectivo operacional de 7% da superfície agrícola utilizada (SAU) em MPB, preconizado para 2007, está hoje ainda muito longe de ser atingido.

A PNAB surge justamente como uma reacção da sociedade civil à apatia política em torno da questão. Concebido por operadores do sector, no seio da INTERBIO e com apelo à participação pública, o instrumento define uma proposta de política nacional para a agricultura biológica que, esperam, tome consistência suficiente de modo a ser adoptada pelo Estado. Apresentada publicamente em 2011, a proposta estabelece um

---

<sup>74</sup> António Lopes Aleixo – coordenador (ISA/UTL); António Mantas (SATIVA); Jorge Ferreira (AGRO-SANUS); José Carlos Ferreira (AGROBIO); e José Raúl Ribeiro (IDRHa).

<sup>75</sup> Armando Sevinate Pinto.

conjunto de acções em torno de nove eixos estratégicos de política e respectivas medidas (cf. Apêndice C.6), para um período de execução de cinco anos (2012-2016). Acresce a este planeamento, a identificação de objectivos tanto de execução, como de outros estabelecidos por domínio de intervenção e que se expõem de seguida:

- os objectivos de execução centram-se no aumento quantitativo ora de % de SAU dedicada ao MPB (meta de 10% e de 750.000 ha), ora de operadores no mercado (meta de 6000), ora ainda de volume de negócios (meta de 100 milhões de euros/ano);
- em matéria de produção vegetal os objectivos apontam para o aumento da área de culturas arvenses (meta de 100.000 ha<sup>76</sup>), de fruticultura (meta de 7500 ha<sup>77</sup>), de vinha para vinho (meta de 7.500 ha) e de olival (meta de 70.000 ha);
- no que respeita à produção animal, preconizam-se as metas de 15% das explorações pecuárias e 5000 C.N.<sup>78</sup> de bovinos de leite;
- relativamente à capacidade de transformação as propostas vão no sentido de uma aposta na produção de queijo biológico em todas as regiões DOP; no aparecimento de unidades de preparação de cereais transformados, sopas e alimentos para crianças; e ainda no aumento em 200% da quantidade de azeite biológico para exportação.
- é previsto um aumento do abastecimento do produto nacional ao mercado, reduzindo para metade o volume dos produtos importados; proporcionar refeições biológicas em todas as escolas e hospitais distritais; e colocar fruta biológica no programa de abastecimento de fruta às escolas.

Por fim, importa mencionar que a PNAB, alertando para a falta de atractividade dos apoios do PRODER e tecendo críticas construtivas à sua avaliação, contribuiu para o acolhimento das mesmas por parte da Equipa de Avaliação do Programa e ainda para a concepção da Portaria n.º 814/2010, de 27 de Agosto, nomeadamente no que

---

<sup>76</sup> Dos quais 300 ha de arroz.

<sup>77</sup> Dos quais 300 ha de uva de mesa, 2500 ha de macieiras, 500 ha de pereiras e 2.500 ha de cerejeiras.

<sup>78</sup> C.N. corresponde a “Cabeça Normal”. Trata-se de uma medida pecuária que relaciona os efetivos, convertidos em cabeças normais, em função das espécies e das idades, através de uma tabela de conversão, e, em que, um animal adulto da espécie bovina corresponde a 1 C.N. (Metainformação INE).

respeita a alterações ao regulamento de aplicação da acção “Alteração de Modos de Produção Agrícola” (cf. Apêndice C.7).

### II.3.2 Apoios à agricultura biológica e síntese de execução

O apoio financeiro nacional ao MPB é, desde 2007, ministrado através de três programas territoriais de desenvolvimento rural para o período 2007-2013: o PRODER, como atrás vimos, para Portugal Continental; o PRODERAM para a Região Autónoma da Madeira; e o PRORURAL, para a Região Autónoma dos Açores. Centremo-nos no regime de apoios actualmente em vigor no âmbito do PRODER e, em particular, nas acções directamente vocacionadas para o apoio ao MPB cuja descrição síntese se apresenta na forma do seguinte quadro.

**Quadro 3: Regime de apoios específicos ao MPB no âmbito do PRODER**

Acções	Objectivos	Beneficiários	Forma
<b>1.4.1 - Apoio aos Regimes de Qualidade</b> (Especialidades Tradicionais Garantidas (ETG); Indicação Geográfica Protegida (IGP); Denominação de Origem Protegida (DOP); Modo de produção biológico (MPB); e Modo de Produção Integrado (MPRODI))	Contribuir para a promoção dos regimes de qualidade certificada enquanto instrumentos de potenciação do valor dos produtos agrícolas e, desta forma, contribuir para o desenvolvimento dos respectivos territórios e fileiras.	Pessoas singulares ou colectivas, de natureza pública ou privada, que exerçam actividade agrícola.	Pagamento de ajudas anuais, durante um período máximo de cinco anos. O apoio está sujeito ao limite anual de € 3000 por exploração e em função dos montantes unitários por grupo de produtos estabelecidos.
<b>1.4.2 - Informação e Promoção de Produtos de Qualidade</b> (p. ex. Planos de comercialização ou marketing-mix; material informativo e promocional; websites; participação em feiras; publicidade em meios de comunicação social; e embalagens, rótulos e logótipos)		Os agrupamentos de produtores, a título individual ou em parceria, de produtos destinados ao consumo humano, abrangidos por qualquer um dos regimes de qualidade.	Subsídios não reembolsáveis. Os limites de apoio variam entre 500 000 e 1 000 000, mediante o tipo de beneficiário (p. ex. os agrupamentos de produtores que se dedicam exclusivamente ao MPB têm direito ao limite máximo).

(continua)

**Quadro 3: Regime de apoios específicos ao MPB no âmbito do PRODER (Cont.)**

<b>Ações</b>	<b>Objectivos</b>	<b>Beneficiários</b>	<b>Forma</b>
<b>2.2.1 - Alteração de Modos de Produção Agrícola</b>	Promover a adopção de formas de exploração das terras agrícolas compatíveis com a protecção e a melhoria do ambiente, da paisagem e dos recursos naturais; Produção de bens agrícolas reconhecidos pela qualidade associada aos serviços ambientais que incorporam.	Pessoas singulares ou colectivas, de natureza pública ou privada, que exerçam actividade agrícola; Orgão de gestão de baldios na acepção da Lei nº68/93 de 4 de Setembro; Agricultores seareiros que pratiquem o Modo de Produção Integrado em culturas hortícolas, horto-industriais e arroz.	Pagamento agro-ambiental, a título compensatório, por hectare de área elegível, sendo atribuído anualmente, durante o período de compromisso (5 anos), em função do modo de produção e do tipo de cultura.

Fonte: Versões consolidadas dos regulamentos de aplicação de cada acção, disponíveis em <http://www.proder.pt>

Em suma, a primeira acção corresponde a uma ajuda aos custos de participação nos regimes de qualidade associados ao controle por parte de OCC, reconhecendo-se que os mesmos, demasiado altos para muitos agricultores, podem constituir um obstáculo à adesão; a segunda acção vem confirmar que o “desenvolvimento do potencial de mercado destes produtos exige um maior apoio aos agentes ligados à sua produção, comercialização e valorização, que permita a adopção de estratégias comerciais planeadas e direccionadas à promoção destes produtos, junto do consumidor” (PRODER, 2012)<sup>79</sup>; e a terceira acção institui a principal linha de financiamento do MPB associada aos pagamentos agro-ambientais do Subprograma 2 do PRODER – Sustentabilidade do Espaço Rural.

Variando por tipo de cultura e em função da respectiva área, o montante do apoio agro-ambiental relativo ao MPB (euro/ha) é menor para maiores escalões de área e privilegia os seguintes tipos de cultura: frutos frescos de regadio e de sequeiro e as culturas hortícolas ao ar livre e em estufa. Durante o período de conversão, os montantes dos apoios são majorados em 20 %, por um período máximo de três anos, no caso de destinatários que nunca beneficiaram de apoio agro-ambiental à conversão para o modo de produção em apreço.

<sup>79</sup> Versão Consolidada da acção 1.4.2 - Informação e Promoção de Produtos de Qualidade, com base na Portaria nº 346/2009, alterada pela Portaria nº 814/2010 e pela Portaria n.º 228/2011, disponível em <http://www.proder.pt>.

A acção de “Alteração de Modos de Produção Agrícola” relativa ao MPB coloca aos potenciais beneficiários e respectivas superfícies candidatas um conjunto rigoroso de critérios de elegibilidade onde se inclui, entre outros aspectos, os seguintes:

- a conversão para o MPB de toda a superfície agrícola ou agro-florestal da unidade de produção e os respectivos animais;
- a notificação da actividade junto do GPP, antes do início do compromisso;
- a celebração de contrato com um OCC reconhecido, antes do início do compromisso;
- o respeito por um período de compromisso de cinco anos;
- a manutenção de um caderno de campo actualizado; e
- a comercialização da produção obtida, na área objecto de apoio.

Feita a exposição dos apoios financeiros existentes específicos para a agricultura biológica é oportuno atendermos agora à situação actual dos mesmos em termos de execução e avaliação. Para tal, acolhendo os documentos de trabalho produzidos sobre a matéria<sup>80</sup> e constantes da página de internet do PRODER, reproduzimos de seguida conclusões, para cada uma das acções em análise, particularizando o MPB entre os regimes de qualidade possíveis de compromisso.

➤ Acção 1.4.1 - Apoio aos Regimes de Qualidade

Dos 15.553 pedidos aprovados e contratados, até final de 2010, no âmbito do “Apoio aos Regimes de Qualidade”, 15% respeitavam a explorações agrícolas aderentes ao MPB. Não obstante, com uma taxa de execução de 30% face ao programado, a acção é suspensa em Janeiro de 2011 dado o esgotamento da sua dotação orçamental. Embora a produção integrada assuma a última posição em termos de ordem de prioridades com que os pedidos de apoio são analisados e hierarquizados junto da entidade gestora da acção (IFAP), 63% do total de candidaturas foi efectuada para este regime.

➤ Acção 1.4.2 - Informação e Promoção de Produtos de Qualidade

No âmbito da acção “Informação e Promoção de Produtos de Qualidade”, verifica-se que os DOP/IGP representam cerca de 70% das 13 candidaturas aprovadas

---

<sup>80</sup> Relatórios de Avaliação (Avaliação Intercalar de 2010 e Avaliação Contínua de 2010) e Relatório de Execução PRODER 2010 indicados com maior rigor em sede própria de bibliografia.

até ao final do ano de 2010, seguido do MPB com 23% do total. Dentro deste regime de qualidade ocorreram 3 candidaturas repetindo, uma delas, às carnes frescas que é, por sua vez, a categoria de produto dominante face à totalidade (as restantes candidaturas dizem respeito a produtos indiferenciados). O cumprimento das metas deste apoio é elevado quanto ao número de acções previstas (72% da meta) e muito baixo no que respeita ao acréscimo estimado de produção agrícola associada a regimes de qualidade (12% da meta).

➤ Acção 2.2.1 - Alteração de Modos de Produção Agrícola

No decorrer do ano de 2010 foram apoiadas, no contexto da Acção Alteração de Modos de Produção Agrícola, 1.481 candidaturas ao MPB (i.e., 42% da meta prevista para o período de vigência do PRODER) correspondendo a uma área de 113.955 ha (i.e., 71% da meta estabelecida). A Região Norte do país acolhe o maior número dessas candidaturas (38%), pese embora uma importante parte daquela área apoiada (62%) se encontre na Região do Alentejo. A área média, determinada para apoio, por candidatura aprovada (ha/candidatura) é superior no MPB face ao MPRODI, em todas as regiões do continente, o que se fica a dever, tudo indica, às áreas de pastagem apoiadas.

Sem surpresa, o Alentejo (171,1 ha/candidatura) e a Região de Lisboa e Vale do Tejo (111,9 ha/candidatura) apresentavam os mais altos valores médios (apoiados em 2010, para o MPB), por oposição à Região Norte (17,8 ha/candidatura). Em 2010, verifica-se que o peso das pastagens e das culturas forrageiras é superior a 80% da área apoiada em MPB, o que evidencia uma maior adesão de áreas tradicionalmente com menor impacto ambiental. Constata-se, por sua vez, um claro predomínio (61%) do olival de sequeiro na área total de culturas permanentes apoiada.

Face a 2009, importa salientar a recuperação do número de explorações apoiadas (de 32% da meta prevista passa, em 2010, para 42%) mas, sobretudo, um avanço decisivo em termos de área apoiada (em 2009 tinha-se atingido 33% da meta, em 2010 alcançou-se 71%). No primeiro caso, e visto estar suspensa a apresentação de

novos pedidos de apoio<sup>81</sup>, a Equipa de Avaliação prevê que a meta não seja alcançada no final do Programa em resultado, justifica, tanto da sobrestima das metas, como à falta de adesão dos proprietários agrícolas detentores de áreas menores. Com efeito, pode ler-se no Relatório de Execução de 2010: “as áreas sob compromisso (do MPB) têm uma dimensão média bastante superior ao esperado, e ao que se verificava no Programa RURIS”. Face a este Programa, o MPRODI subiu em área e número de beneficiários no PRODER, enquanto que o MPB baixou consideravelmente.

O domínio dos apoios ao MPRODI face ao MPB no seio da Acção 2.2.1 - Alteração de Modos de Produção Agrícola, levou a Equipa de Avaliação Intercalar do PRODER, em Dezembro de 2010, a recomendar o aumento da exigência dos compromissos do MPRODI e a redução do apoio ao MPB face à reduzida fatia de produtores biológicos apoiados pelo PRODER. A PNAB apresenta fortes críticas em relação a esta proposta, afirmando a possibilidade da mesma não ter levado em linha de conta “a enorme área de pastagens submetidas à agricultura biológica (que não tem apoio pelo facto deste ser atribuído com base no encabeçamento) e que provoca o desvio dos indicadores” (INTERBIO, 2011: 33). A Equipa de Avaliação do PRODER dá conta de ter sido sensível a este argumento, bem como ao facto da proposta ser dissonante das tendências da política agrícola comunitária.

Não obstante o exposto, e ainda que se tenha verificado uma recuperação satisfatória em 2010, dificilmente se conseguirá inverter, no actual ciclo financeiro, a regressão da adesão ao MPB face ao ocorrido no Programa RURIS ou, noutras palavras, um domínio do MPRODI em detrimento do MPB. Isto prender-se-á a uma crítica de fundo que a INTERBIO faz, na sua PNAB, e que se relaciona com o próprio desenho dos pagamentos agro-ambientais que apoiam “de forma modular e pouco diferenciada o modo de produção integrado e a AB”, levando a que “a decisão de adesão a um dos modos, não seja feita com base em critérios ambientais, mas apenas na diferença dos apoios e respectivas exigências o que, de uma forma geral, faz com que a maioria dos agricultores opte pela produção integrada”, por aí ser menor o nível de exigência de condicionalidades (INTERBIO, 2011: 33).

---

<sup>81</sup> A suspensão não se aplica às seguintes situações: (i) aumentos de área em projectos apoiados pela Acção 2.2.1 que não dêem origem a novos compromissos (e que não ultrapassem o dobro da área candidata ou 20 ha); e (ii) transições do MPRODI para o MPB.

A maior atractividade do MPRODI, em termos de “rentabilidade subsidiária”, tem captado novos aderentes não só da agricultura convencional, como da biológica. Esta, para além de maiores obrigatoriedades de procedimentos à produção, tem que ultrapassar as dificuldades de cumprimento do período de conversão e, a jusante da produção, da criação de canais de escoamento. Por sua vez, as alterações a efectuar à passagem para o MPRODI são “já muito próximas do que hoje os produtores (convencionais) fazem” (INTERBIO, 2011: 35).

No momento de concluir este ponto de trabalho, não podemos deixar de referir que os apoios financeiros à agricultura biológica não se esgotam nestas três acções que temos vindo a analisar, podendo a mesma vir a beneficiar de outros apoios relacionados, a título de exemplo com: (i) a modernização e capacitação das empresas (acção 1.1.1 do PRODER); (ii) a instalação de jovens agricultores (acção 1.1.3 do PRODER); (iii) o apoio à melhoria da qualidade dos produtos agrícolas com majoração no caso da comercialização do MPB (pagamentos directos, diferenciação positiva); (iv) outros regimes sectoriais (fruta escolar, frutas e produtos hortícolas, programa apícola nacional); e (v) o apoio ao emprego e à formação profissional. Uma menção por fim a outros apoios não financeiros à actividade: a implementação da regulamentação comunitária e produção de procedimentos pelo GPP; a gestão e execução das acções específicas do PRODER asseguradas pelo IFAP; e os trabalhos e projectos de investigação produzidos no âmbito do MPB.

### **II.3.3 Política nacional para a agricultura biológica: recomendações e perspectivas**

Parece-nos oportuno aqui aludir a uma recente e interessante investigação de C. Crisóstomo (2011) que examina a rede política para a agricultura biológica portuguesa através da metodologia “análise de redes sociais”. O estudo suscita algumas interrogações relacionadas com as suas premissas, como a efectiva existência tanto de políticas públicas nacionais para a agricultura biológica, como de uma estrutura em rede que as define, pelo que o propósito da autora em compreender tanto o processo de formulação dessas (hipotéticas) políticas, como as relações dos (potenciais) actores envolvidos nos deixou, desde logo, atraídas pela matéria em causa.

Com efeito, em nossa opinião, o país é ainda desprovido de políticas públicas para a agricultura biológica, assistindo-se antes a um enorme esforço institucional (enorme porque, justamente, actuante sem uma necessária direcção política): (i) do sector público, em fazer cumprir a regulamentação comunitária e em assegurar a gestão e execução dos regimes de apoio específicos ao sector no quadro do PRODER; e (ii) do sector privado, em apetrechar o Estado de importantes propostas de política que, sem acolhimento das mesmas pela actual e futura governação, não passarão disso mesmo, de um conjunto de propostas e intenções.

Os resultados da análise estatística da “rede política para a agricultura biológica portuguesa” realizada por C. Crisóstomo são demonstrativos das fragilidades *supra* referidas, nomeadamente da debilidade de uma rede ideal de partida e de uma apatia generalizada face às políticas. Com efeito, menos de 1/3 dos vinte actores considerados têm na agricultura biológica uma área predominante de intervenção política, dando ainda o estudo conta tanto da fraca coesão global da rede política, como do pouco interesse suscitado, entre os actores, das políticas para a agricultura biológica.

Não obstante o exposto, o estudo de C. Crisóstomo comporta um notável contributo à temática em questão no que respeita, a nosso ver, às suas principais recomendações, formuladas a partir de uma importante discussão em torno dos resultados obtidos. Desde logo porque a autora identifica aquilo que seria, a nosso ver, a rede ideal para a formulação de políticas públicas nacionais dirigidas à agricultura biológica, pelo que, esse é um excelente ponto de partida para se iniciar um processo conducente às mesmas, i.e., o reconhecimento dos potenciais actores desse desejado e necessário processo.

Ao argumentar a apatia atrás referida, C. Crisóstomo coloca em evidência os seguintes aspectos: (i) a escassez de iniciativas políticas e o debate nacional sobre a temática; (ii) a redução do domínio político à aplicação directa dos regulamentos comunitários; (iii) a praticamente nula interacção entre as organizações de agricultura biológica e de agricultura convencional; e (iv) a ausência de um movimento nacional de agricultura biológica fortemente unificado.

A criação de fóruns de discussão e da posição de gestor da rede política são duas recomendações que C. Crisóstomo considera que o Ministério da Agricultura poderia acolher para a melhoria da qualidade do processo de formulação de políticas para a agricultura biológica no nosso país. Segundo a autora, neste quadro importa, antes de mais, assegurar uma ampla participação e envolvimento do sector na tomada de decisões estratégicas, assim como promover o diálogo e a cooperação entre actores políticos.

Do lado das organizações do sector haveria, de igual forma, um importante trabalho a fazer, nomeadamente, segundo C. Crisóstomo, nas seguintes acções: (i) fomentar um maior nível de cooperação entre actores do movimento da agricultura biológica; (ii) encetar contactos e trocas de pontos de vista com actores do sector da agricultura convencional; (iii) criar relações significativas com o Ministério da Agricultura; e (iv) trazer a agricultura biológica para a agenda pública e política.

No que respeita às recomendações sobre futuros programas de apoio há que, em conformidade com a PNAB (INTERBIO, 2011) e no imediato, investir na concepção de um sistema de informação fiável, face à incoerência observada entre os dados estatísticos do INE e do GPP, para poder avaliar-se o desfasamento tanto entre as adesões aos diferentes regimes de qualidade, como entre a adesão, a prática do MPB e os regimes de apoio que têm vindo a ser adoptados. É ainda recomendável, conclui-se da leitura da PNAB, uma maior dissociação dos apoios à produção biológica dos apoios à produção integrada, com base nos distintos benefícios/efeitos que cada um daqueles modos de produção comporta no ambiente. A este propósito a Equipa de Avaliação do PRODER, dando conta de um menor apoio orientado a culturas extensivas com menor impacto ambiental, vem afirmar que “de futuro, seria interessante conceder os apoios em função do benefício ambiental da cultura, inferido, por exemplo, a partir do seu nível de intensificação” e acrescenta “o importante a reter para a definição de metas em futuros programas de apoio é o de estabelecer critérios diferenciadores das culturas, em termos da Superfície Agrícola Útil (SAU) que ocupam e do seu nível de intensificação, de forma a melhor controlar a evolução dos indicadores de realização e de resultado” (Domingos, Oliveira das Neves e Marta-Pedroso, 2011: 106).

Assistimos a um momento crucial para a agricultura biológica e, em geral, para a agricultura e o mundo rural português. As Propostas da Comissão Europeia no âmbito da nova PAC 2014-2020 estão a ser discutidas entre nós (a INTERBIO *inclusive* já apresentou publicamente a sua posição em matéria de MPB); a apresentação do novo Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020 está prevista para o primeiro trimestre de 2013; esta, por sua vez, será feita em função do processo de negociação com a União Europeia. Entre nós, está também em curso um projecto de decreto-lei que visa estabelecer as regras nacionais de aplicação da regulamentação comunitária relativa ao sector, identificar as entidades competentes para tal e respectivas competências e, ainda, criar um órgão de apoio ao director do GPP responsável pela emissão de pareceres técnicos ou científicos relativamente às práticas em MPB.

A nova PAC encerra um novo e “mais verde” regime de pagamentos directos aos produtores no qual se inclui um pagamento (*greening*) adicional obrigatório (cf. ponto I.3). Estas alterações anunciam um possível impacto positivo sobre os resultados económicos das explorações agrícolas de Portugal Continental em MPB (Avillez, 2011). Não obstante o exposto, a sustentabilidade futura do MPB dependerá, em particular, dos incentivos que a mesma possa vir a beneficiar no quadro do 2.º Pilar da nova PAC, i.e., no contexto do próximo Programa de Desenvolvimento Rural.

Isto porque, de acordo com F. Avillez (2011), “a viabilidade económica futura dos sistemas de produção agrícola em geral e dos em modo de produção biológico em particular, só melhorará de forma sustentável se for cada vez mais baseada: (i) na adopção de tecnologias de produção mais eficientes económica e ambientalmente; (ii) numa melhor organização dos produtores e reforço das suas posições no contexto das respectivas fileiras; (iii) numa maior diferenciação dos produtos; e (iv) numa melhor promoção e comercialização dos produtos nos mercados internos e externos”.

## CAPÍTULO III: PERCURSO METODOLÓGICO DA INVESTIGAÇÃO

### III.1 Considerações gerais

A metodologia adoptada assenta na valorização da articulação entre duas componentes essenciais ao desenvolvimento do estudo, uma de diagnóstico e outra de prospectiva, aprofundadas através da pesquisa e análise de informação documental e estatística. A leitura da prática nacional da agricultura biológica foi enriquecida tanto pela participação na conferência da INTERBIO<sup>82</sup> "Política Nacional para a Agricultura Biológica - para Quando?", como pela auscultação, ainda que informal, de dois actores envolvidos, de forma directa, na matéria: (i) Fernando Pires, horticultor e sócio-produtor da BIOCOOP; e (ii) Ângelo Rocha, Presidente da Direcção da INTERBIO e responsável pela loja de produtos biológicos Miosótis.

A revisão, sistematização e reflexão crítica de informação comportaram um acervo documental diversificado que incluía:

- Actas de reuniões de estudos rurais (p. ex. Actas do IV Congresso de Estudos Rurais) e, em particular, de agricultura biológica (p. ex. Actas do 3.º Colóquio Nacional de Horticultura Biológica, I Colóquio de Agricultura Biológica do Algarve).
- Artigos científicos, nacionais (p. ex. do CETRAD/UTAD e da FCSH/UNL) e europeus (p. ex. do Research Institute of Organic Agriculture - FiBL), e estudos de maior fôlego (p. ex. de Denise van Dam, da Université de Namur – Bélgica) sobre a agricultura biológica, tida na sua componente associada ao desenvolvimento rural, numa óptica sociológica, geográfica e/ou económica.
- Dissertações de mestrado (p. ex. Jorge Ferreira e Sara Gonçalves) e tese de doutoramento (Yvan Besson).
- Documentação de base em torno da questão PAC pós-2013 (p. ex. propostas legislativas para a PAC pós-2013, discursos do Comissário

---

<sup>82</sup> A conferência, realizada em Lisboa no dia 18 de Novembro de 2011, contou com a apresentação pública da proposta de "Política Nacional para a Agricultura Biológica", da autoria da INTERBIO, e com a participação de reputados especialistas em políticas agrícolas e/ou em agricultura biológica (Nicolas Lampkin, Otto Schmid, Francisco Avillez e António Mantas) e, ainda, de Cristina Hagatong, então Chefe de Divisão de Valorização da Qualidade do GPP/MAMAOT.

Europeu da Agricultura e documentos sobre a posição portuguesa sobre a proposta de reforma da PAC).

- Documentação estatística recolhida junto do INE, do Eurostat, do Johann Heinrich von Thünen-Institut (vTI) e do IFOAM EU Group.
- Documentos de referência da actual governação do país, como as Grandes Opções do Plano para 2012-2015 e o Programa do XIX Governo Constitucional.
- Documentos orientadores da política comunitária relativa à agricultura biológica (p. ex. o Regulamento (CE) n.º834/2007 do Conselho, de 28 de Junho de 2007).
- Instrumentos de política de âmbito nacional, como a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS 2015), o QREN 2007–2013, o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território e o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural 2007-2013.
- Instrumentos de política nacionais específicos da agricultura biológica (o Plano Nacional para o Desenvolvimento da Agricultura Biológica 2004-2007 e a proposta da Política Nacional para a Agricultura Biológica de 2011).
- Relatórios de avaliação e de execução do PRODER 2007-2013.

Também a informação estatística trabalhada nesta investigação, e em concreto no seu Capítulo IV e Apêndice A, é diversificada e proveniente de várias fontes nacionais (INE, GPP, IFAP e DGADR) e europeias (Eurostat, IFOAM EU Group, FiBL). A recolha desta informação teve, desde logo, propósitos distintos: (i) caracterizar a agricultura biológica nacional no contexto da União Europeia; (ii) analisar a evolução e expressão espacial da agricultura biológica no país, através da identificação dos respectivos padrões de distribuição geográficos; e (iii) classificar os municípios de Portugal Continental relativamente à temática de estudo, tendo por base a aplicação de análise de clusters e o estabelecimento de uma tipologia de territórios da agricultura biológica.

Dada a densidade e o contraste de informação em jogo, optámos por individualizar a metodologia utilizada na concretização de cada um destes propósitos. É o que nos propomos fazer, de seguida, relativamente aos seguintes pontos do

Capítulo IV: (i) Organização e evolução espacial da agricultura biológica; e (ii) Territórios da agricultura biológica em Portugal. Quanto ao ponto de caracterização da agricultura biológica nacional no contexto da União Europeia (cf. Apêndice A), a respectiva metodologia vem exposta no Apêndice B.

Em termos globais, importa ainda apontar os seguintes obstáculos com que o estudo, na sua parte empírica, se deparou: (i) a incoerência observada entre os dados estatísticos do INE e do GPP; (ii) a multiplicidade de fontes estatísticas europeias (em matéria de agricultura biológica); e (iii) a desactualização dos dados do Eurostat. Por sua vez, a módica quantidade de estudos regionais, existentes no país, sobre a expansão e distribuição espacial da matéria em causa, e ainda menor quantidade de estudos que apresentem uma tipologia espacial baseada nesses fenómenos, tornaram mais difícil a proposta de pesquisa que tínhamos entre mãos.

### **III.2 Metodologia relativa à organização e evolução espacial da agricultura biológica**

A análise da organização e evolução da produção biológica no país foi realizada através da conjugação e tratamento de dados estatísticos do INE e do GPP/MAMAOT. A primeira fonte teve por base os dois últimos recenseamentos agrícolas (1999 e 2009), não obstante só a mais recente destas operações estatísticas, da responsabilidade do INE, ter recolhido de forma exaustiva informações a respeito do MPB. Relativamente a esta matéria, no âmbito do RGA 99, e em concreto na entrevista directa à exploração agrícola (tipo de recolha e unidade estatística respectiva) apenas se colocava a pergunta "Faz agricultura Biológica?", pelo que para o ano de 1999 o INE apenas dispõe do número de explorações de agricultura biológica e não de variáveis como a área, tipo de culturas ou efectivo animal, como acontece no RA 09.

A informação solicitada no âmbito deste trabalho junto do Serviço de Difusão do INE, e que incluiu um requerimento de autorização para libertação do segredo estatístico de dados, foi fornecida em Abril de 2012 sob a forma de duas tabelas de dados (folhas de cálculo do excel): (i) uma primeira, referente ao ano de 1999, com o número de explorações por município, e; (ii) uma segunda, alusiva ao ano de 2009, com variáveis como acima descritas (área, número de explorações e número de cabeças por tipo de cultura/espécie animal), desagregadas ao nível de freguesia.

Relativamente à área em MPB, esta tabela considera: i) a área que se encontra em período de conversão; e (ii) a área agrícola já certificada.

Quanto à informação de 2009, num primeiro apuramento remetido, cedo se verifica a existência de um considerável número de dados em segredo estatístico. Com efeito, bastava um município ter apenas uma ou duas explorações agrícolas para que a área das mesmas viesse sob segredo estatístico (i.e., sem valor associado). Este foi, mais tarde, e a pedido das autoras, libertado pelo INE, com a condição de não se expor a terceiros os valores em causa de forma isolada, por forma a não colocar em risco o segredo estatístico inerente.

A fonte de dados INE foi trabalhada no sentido de se obter dos mesmos conclusões sobre as principais culturas e espécies animais do país, tendo em conta ora a área das explorações, ora o efectivo animal (número de cabeças) respectivamente. Estas temáticas podiam ter sido também abordadas através dos dados fornecidos para o efeito pelo GPP (respeitantes ao ano de 2010 e ao nível municipal), no entanto esta fonte não considerava a área em conversão, sendo também menor o leque de culturas aí apuradas. Acresce que as contagens totais dos dados fornecidos pelo GPP, não tinham correspondência com os dados tornados públicos no site institucional deste mesmo Gabinete. Este facto pode resultar de procedimentos novos, iniciados pelo GPP em 2009, que impossibilitaram, nomeadamente, a obtenção de informação a nível municipal para anos anteriores.

O proveito da fonte INE, face à fonte GPP, residiu na possibilidade de se criarem com os seus dados indicadores elementares à matéria em análise, como os seguintes: (i) proporção da área em conversão no total da área de agricultura biológica; (ii) proporção da área de agricultura biológica na SAU; (iii) proporção de explorações em MPB no total de explorações, e ; (iv) dimensão média das explorações agrícolas (cf. quadro seguinte).

**Quadro 4: Sistematização da recolha de informação estatística para a análise da organização e evolução da agricultura biológica no país**

Fonte	Tabela de origem	Data dos dados (e respectivo apuramento)	Desagregação geográfica dos dados à origem	Resultado
GPP-MAMAOT	Série estatística Portugal (1994-2010) – disponível on-line site GPP	1994-2010 (actualizados em 2012)	Região agrária	Gráfico 1: Evolução da área de agricultura em MPB em Portugal, 1994-2010 (ha)
GPP-MAMAOT	Série estatística Portugal (1994-2010) – disponível on-line site GPP	1994-2010 (actualizados em 2012)	Região agrária	Gráfico 2: Área de agricultura em MPB por região agrária, 2009 e 2010 (ha)
GPP-MAMAOT	Série estatística Portugal (1994-2010) – disponível on-line site GPP	1994-2010 (actualizados em 2012)	Região agrária	Quadro 7: Visão global da área de agricultura em MPB e sua evolução, 2009 e 2010
GPP-Divisão de Metodologia e Estudos Aplicados (MAMAOT)	Dados fornecidos em Abril de 2012 no âmbito deste trabalho	2010 (apurados em 2012)	Município	Gráfico 3: Distribuição da área de agricultura em MPB por NUT III, 2010 (%)
INE-Serviço de Difusão	Dados fornecidos em Abril de 2012 no âmbito deste trabalho	2009 (recolhidos em 2012)	Freguesia	Gráfico 4: Proporção da área em conversão no total da área de agricultura biológica, 2009 (%)
INE-Serviço de Difusão	Dados fornecidos em Abril de 2012 no âmbito deste trabalho	2009 (recolhidos em 2012)	Freguesia	Gráfico 5: Proporção da área de culturas temporárias, culturas permanentes e pastagens permanentes na área em produção, 2009 (%)
INE-Serviço de Difusão	Dados fornecidos em Abril de 2012 no âmbito deste trabalho	2009 (recolhidos em 2012)	Freguesia	Quadro 8: Proporção da área em produção das principais culturas de Portugal, 2009 (%)
INE-Serviço de Difusão	Dados fornecidos em Abril de 2012 no âmbito deste trabalho	2009 (recolhidos em 2012)	Freguesia	Quadro 9: Municípios que apresentam maiores áreas em MPB por tipo de cultura, 2009
INE-Serviço de Difusão	Dados fornecidos em Abril de 2012 no âmbito deste trabalho	2009 (recolhidos em 2012)	Freguesia	Gráfico 6: Proporção da área de agricultura biológica na SAU, 2009 (%)
INE-Serviço de Difusão	Dados fornecidos em Abril de 2012 no âmbito deste trabalho	2009 (recolhidos em 2012)	Freguesia	Quadro 10: Municípios com 10 e mais % de SAU em MPB na SAU total, 2009
GPP-MAMAOT	Lista de produtores (Dezembro de 2011) – disponível on-line site GPP	2011 (apurados em 2012)	Endereço do operador	Gráfico 7: Proporção dos diferentes tipos de operadores no total de operadores, 2011 (%)
GPP-MAMAOT	Série estatística Portugal (1994-2010) – disponível on-line site GPP	1994-2010 (actualizados em 2012)	Região agrária	Gráfico 8: Evolução dos produtores de agricultura em MPB em Portugal, 1994-2010 (n.º)

continua

**Quadro 4: Sistematização da recolha de informação estatística para a análise da organização e evolução da agricultura biológica no país (cont.)**

Fonte	Tabela de origem	Data dos dados (e respectivo apuramento)	Desagregação geográfica dos dados à origem	Resultado
GPP-MAMAOT	Série estatística Portugal (1994-2010) – disponível on-line site GPP	1994-2010 (actualizados em 2012)	Região agrária	Gráfico 9: Contributo das regiões agrárias na evolução dos produtores de agricultura em MPB em Portugal, 1994-2010 (%)
GPP-MAMAOT	Série estatística Portugal (1994-2010) – disponível on-line site GPP	1994-2010 (actualizados em 2012)	Região agrária	Quadro 11: Visão global do n.º de produtores do MPB e sua evolução, 2009 e 2010
GPP-Divisão de Metodologia e Estudos Aplicados (MAMAOT)	Dados fornecidos em Abril de 2012 no âmbito deste trabalho	2010 (apurados em 2012)	Município	Gráfico 10: Distribuição dos produtores do MPB por NUT III, 2010 (%)
INE-Serviço de Difusão	Dados fornecidos em Abril de 2012 no âmbito deste trabalho	2009 (recolhidos em 2012)	Freguesia	Gráfico 11: Proporção de explorações em MPB no total de explorações, 2009 (%)
INE-Serviço de Difusão	Dados fornecidos em Abril de 2012 no âmbito deste trabalho	2009 (recolhidos em 2012)	Freguesia	Gráfico 12: Dimensão média das explorações agrícolas, 2009 (ha/exploração)
INE-Serviço de Difusão	Dados fornecidos em Abril de 2012 no âmbito deste trabalho	2009 (recolhidos em 2012)	Freguesia	Quadro 12: Proporção do efectivo animal das principais espécies de Portugal, 2009 (%)

Por sua vez, o GPP (MAMAOT) revelou-se uma fonte crucial à análise tanto da evolução temporal das principais variáveis trabalhadas na área da produção vegetal (área de agricultura em MPB e produtores de agricultura em MPB), como dos tipos de operadores do MPB (processador, produtor agrícola e distribuidor) e de produtos/actividades transformadas. Estas temáticas foram trabalhadas pelo recurso às tabelas “Série estatística de Portugal (1994-2010)” e “Lista de produtores (Dezembro de 2011)”, ambas disponíveis on-line no site institucional do GPP.

Sempre que considerámos útil completámos a análise temporal (evolutiva - 1994-2010) e espacial de regiões agrárias (unidade base da série estatística de Portugal do GPP) por outra mais recente (2009 e/ou 2010) e assente numa maior desagregação geográfica (NUT III ou mesmo, por vezes, à escala do município). Essas leituras conjugadas resultaram do tratamento estatístico das tabelas supracitadas, incluindo uma outra (também atrás referida) fornecida, para o efeito, em Abril de 2012 pela Divisão de Metodologia e Estudos Aplicados do GPP (respeitantes ao ano de 2010 e ao nível municipal).

### III.3 Metodologia relativa à tipologia de territórios da agricultura biológica

Para a determinação da diversidade espacial da agricultura biológica foram utilizados dados dos dois últimos recenseamentos agrícolas, 1999 e 2009, levados a cabo pelo INE. Com base nesses dados, em parte fornecidos, a nosso pedido, ao nível concelhio, foram produzidos 14 indicadores estatísticos (cf. quadro seguinte).

**Quadro 5: Indicadores estatísticos utilizados para a determinação da diversidade espacial da agricultura biológica em Portugal Continental**

<b>Componente de análise</b>	<b>Indicador estatístico</b>	<b>Unidade de medida/Período de referência dos dados</b>
Importância da agricultura biológica face à convencional em termos de explorações	Proporção de explorações em modo de produção biológico no total de explorações agrícolas do concelho	Percentagem (%), 2009
Importância da agricultura biológica face à convencional em termos de área	Proporção da SAU em modo de produção biológico no total da SAU do concelho	Percentagem (%), 2009
Dinâmica de adesão recente ao modo de produção biológico	Proporção da SAU em conversão no total da SAU em modo de produção biológico (em conversão + em produção) do concelho	Percentagem (%), 2009
Dimensão da estrutura fundiária do modo de produção biológico	Dimensão média das explorações em modo de produção biológico no concelho	ha/exploração, 2009
Importância dos Cereais para grão em MPB na agricultura do concelho	Proporção da área de Cereais para grão em MPB no total da SAU do concelho	Percentagem (%), 2009
Importância das Hortofrutícolas em MPB na agricultura do concelho	Proporção da área de Culturas hortícolas e Frutos frescos em MPB no total da SAU do concelho	Percentagem (%), 2009
Importância dos Frutos de casca rija em MPB na agricultura do concelho	Proporção da área de Frutos de casca rija em MPB no total da SAU do concelho	Percentagem (%), 2009
Importância do Olival em MPB na agricultura do concelho	Proporção da área de Olival em MPB no total da SAU do concelho	Percentagem (%), 2009
Importância da Vinha em MPB na agricultura do concelho	Proporção da área de Vinha em MPB no total da SAU do concelho	Percentagem (%), 2009
Importância das Pastagens permanentes na agricultura do concelho	Proporção da área de Pastagens permanentes em MPB no total da SAU do concelho	Percentagem (%), 2009
Intensidade/ritmo da expansão da agricultura biológica	Taxa de variação do número de explorações em modo de produção biológico entre 1999 e 2009	Percentagem (%), 1999-2009

(continua)

**Quadro 5: Indicadores estatísticos utilizados para a determinação da diversidade espacial da agricultura biológica em Portugal Continental (cont.)**

<b>Componente de análise</b>	<b>Indicador estatístico</b>	<b>Unidade de medida/Período de referência dos dados</b>
Iniciativa para o investimento (dimensão média do investimento do concelho no MPB); e Introdução da inovação (grau de penetração das Medidas Agro-Ambientais no concelho)	Montante Pago no âmbito das Medidas Agro-Ambientais do PRODER dirigidas ao MPB por unidade de SAU total do concelho	Milhares €/km <sup>2</sup> , 2009
Organização empresarial das explorações agrícolas	Proporção de explorações agrícolas com contabilidade organizada, no total de explorações agrícolas do concelho	Percentagem (%), 2009
Formação e qualificação dos produtores agrícolas	Proporção de produtores agrícolas singulares com o nível superior de escolaridade, no total de produtores agrícolas singulares do concelho	Percentagem (%), 2009

Pretendia-se, com esses indicadores, criar uma tipologia dos 278 municípios de Portugal Continental que atendesse à importância das seguintes dimensões analíticas, relacionadas com a problemática da agricultura biológica no país e, em concreto, com a sua expansão e distribuição espacial: (i) Importância, em termos de área, de explorações ou das ocupações culturais predominantes em MPB; (ii) investimento, através do recurso às medidas agro-ambientais do PRODER, nomeadamente as dirigidas especificamente a este modo de produção; (iii) intensidade e ritmo de crescimento do fenómeno em causa, traduzidos pela taxa de variação do número de explorações em MPB dos concelhos entre 1999 e 2009; e (iv) dinâmica de adesão recente a este modo de produção, materializada pela proporção da SAU em conversão no total da SAU em MPB do concelho.

Para o efeito, no quadro dos métodos de estatística multivariada, optou-se por um método exploratório da estatística descritiva, nomeadamente pela aplicação da análise de clusters, a qual, por definição, “tenta organizar um conjunto de indivíduos, para os quais é conhecida informação detalhada, em grupos relativamente homogéneos (clusters)” (Reis, 2001: 287), conforme pretendido para o presente estudo. Com efeito, o método escolhido permitia que se explorasse a performance conjunta dos 14 indicadores e, em simultâneo, se determinassem as inter-relações

entre o universo dos municípios considerados, classificando-os e distribuindo-os por diferentes grupos. A escolha da análise de clusters, como método a aplicar aos 278 municípios, deveu-se, num primeiro momento, ao problema em estudo – produção de uma tipologia espacial e, num segundo momento, ao facto tanto de se considerar a totalidade da população (278 municípios de Portugal Continental), como dos indicadores em estudo virem definidos em escalas de rácio (existência de zero absoluto, tido como valor base).

Todos os cálculos da análise estatística multivariada em causa foram feitos num computador, com recurso a software adequado para tal: o *Systeme portable pour l'analyse de donnés*, mais conhecido pela suas iniciais. O SPAD gerou, em primeiro lugar, uma análise factorial de componentes principais, permitindo encontrar um número mais reduzido de combinações lineares (mais concretamente cinco) dos 14 indicadores originais que explicam 69.95% da variância total (cf. quadro seguinte) e, em segundo lugar, uma análise de clusters aplicada sobre esses resultados.

**Quadro 6: Valores próprios (análise de componentes principais)**

Número da Componente	Valor próprio	% de variância explicada	% cumulativa de variância explicada
1	4.5783	32.70	32.70
2	2.0033	14.31	47.01
3	1.2360	8.83	55.84
4	1.0219	7.30	63.14
5	0.9532	6.81	69.95
6	0.8766	6.26	76.21
7	0.7860	5.61	81.82
8	0.6597	4.71	86.54
9	0.5520	3.94	90.48
Restantes componentes com valor próprio < 0,5	-	9.52	100.00

A partir das componentes principais obtidas, o processo de constituição de clusters gera, em primeiro lugar, a classificação hierárquica dos municípios, e respectiva representação gráfica em forma de dendrograma, e, em segundo lugar, a constituição de classes através do corte desse dendrograma (árvore hierárquica).

A classificação é ascendente e com base no critério de agregação do vizinho mais próximo (*voisins reciproques*), na medida em que o agrupamento é feito, sucessivamente, entre pares de municípios mais próximos entre si, até à sua inclusão numa só classe. Deste modo, como afirma E. Reis (2001: 310), “qualquer grupo é definido como o conjunto de casos em que qualquer elemento é mais semelhante a pelo menos um outro elemento do mesmo grupo do que a qualquer elemento de outro grupo”.

Uma vez efectuada a agregação, o SPAD procura, de forma automática, as melhores partições da árvore em classes. Daqui resultam os dados mais importantes para a concretização da tipologia espacial pretendida. A partir deste ponto importou definir os agrupamentos a reter e, posteriormente, proceder à interpretação dos mesmos, com base tanto no número de concelhos contemplados em cada classe, como nas principais medidas estatísticas dos indicadores retidos em cada classe, nomeadamente do valor-teste<sup>83</sup>. Esta etapa, que corresponde à interpretação dos resultados, é apresentada no ponto IV.2.

Resta-nos aqui tecer duas considerações de natureza metodológica: (i) uma primeira, relativa à escassez de tipologias espaciais sobre a evolução e/ou a distribuição da agricultura biológica; com efeito, são mais frequentes as classificações de agricultores biológicos, de explorações agrícolas ou, ainda, de modalidades de venda de produtos biológicos, que não atendem, forçosamente, à dimensão geográfica (cf. caixa de texto seguinte); e (ii) uma segunda, que se relaciona com a escolha do concelho como unidade espacial de análise, em detrimento das regiões agrárias ou das sub-regiões, dado o objectivo de integrar o fenómeno da expansão e da diversidade espacial da agricultura biológica nas estratégias nacionais de desenvolvimento territorial. Ora, para além de facultar uma escala de análise com maior detalhe, o nível concelhio assume especial relevância tanto na governação local (o concelho é a sua unidade territorial de intervenção), como no planeamento e gestão do território (entre nós, o Plano Director Municipal é o instrumento, por excelência, da gestão do território).

---

<sup>83</sup> O valor-teste é uma medida estatística que atende ao desvio entre os valores relativos à classe e os valores globais para cada variável sendo que, quanto mais elevado for, mais significativamente contribuiu para a constituição da classe.

### Síntese das Tipologias de Denise van Dam<sup>84</sup> (2005)

Tipologia de agricultores biológicos, em função das suas histórias de vida:

- os convertidos
- os exploradores de ouro
- os militantes/activistas
- os que procuram um sentido (de vida)

Tipologia de explorações agrícolas, do ponto de vista dos agricultores biológicos:

- um organismo vivo
- um local de conservação da natureza
- um lugar de gestão responsável
- uma empresa de produtos alimentares

Tipologia de modalidades de venda de produtos biológicos:

- a venda directa (p. ex. mercado e loja na exploração)
- a venda através da grande distribuição
- a distribuição exclusiva pela fileira do MPB (p. ex. supermercados bio)
- a venda pela grande distribuição para um consumo de massa

Nota: Tradução livre da autora.

---

<sup>84</sup> van Dam, D. (2005). *Les agriculteurs bio, vocation ou intérêt?*. Namur: Presses Universitaires de Namur.

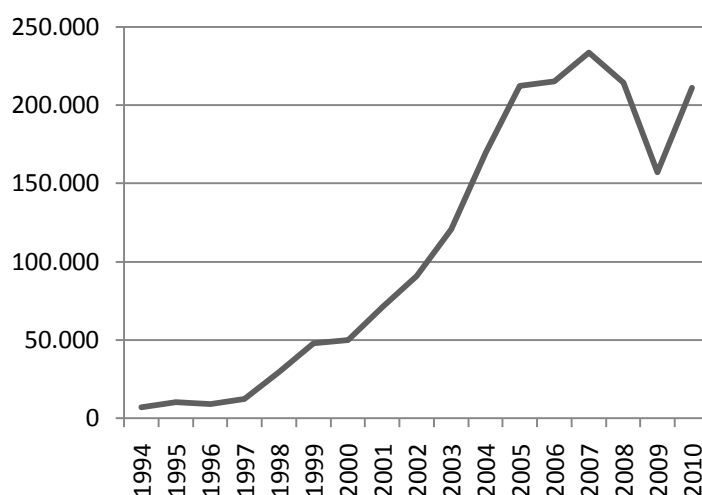
## CAPÍTULO IV: EXPRESSÃO ESPACIAL DA AGRICULTURA BIOLÓGICA EM PORTUGAL

### IV.1 Organização e evolução espacial da agricultura biológica

- **Inversão da recente dinâmica negativa em virtude do notável acréscimo de hectares no Alentejo em 2010**

Ainda que inicialmente de forma tímida, a área de agricultura em MPB em Portugal tem vindo a crescer desde 1994<sup>85</sup> até atingir o seu máximo no ano de 2007 para, a partir de então, se verificar um retrocesso na sua evolução, sobretudo acentuado entre 2008 e 2009<sup>86</sup>. De modo oportuno, essa dinâmica de perda foi invertida no ano seguinte, apesar do valor absoluto da área de agricultura em MPB conquistada em 2010 (210.981 ha) seja inferior à alcançada no seu pico (2007) e, mesmo, em anos anteriores a este, 2005 e 2006.

**Gráfico 1: Evolução da área de agricultura em MPB em Portugal, 1994-2010 (ha)**



Fonte: GPP-MAMAOT, Série estatística Portugal (1994-2010), Disponível em Abril de 2012 em

<http://www.gpp.pt/Biologica/>

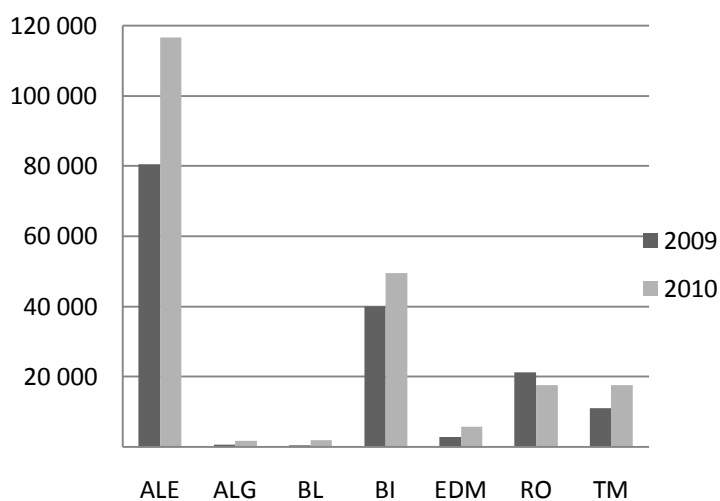
Quanto à distribuição regional da variável em análise, era no Alentejo que se concentrava em 2010 a maior área de agricultura em MPB, representando 55% do total da área do país, seguido da Beira Interior com 23%. É também o Alentejo a região

<sup>85</sup> Primeiro ano da série estatística do GPP.

<sup>86</sup> Admitimos que o decréscimo em causa possa ter sido, em parte, motivado por questões de ordem metodológica, que se prendem com a actualização da base de dados dos produtores biológicos, por parte do GPP, na qual, entre outros aspectos, se terá procedido à eliminação de produtores que tinham, entretanto, morrido ou cessado actividade.

agrária que mais contribuiu para o dilatar da área de agricultura em MPB de Portugal entre 2009 e 2010, detendo mais 36.168 ha face a 2009.

**Gráfico 2: Área de agricultura em MPB por região agrária, 2009 e 2010 (ha)**



Fonte: GPP-MAMAOT, Série estatística Portugal (1994-2010), Disponível em Abril de 2012 em <http://www.gpp.pt/Biologica/>

**Quadro 7: Visão global da área de agricultura em MPB e sua evolução, 2009 e 2010**

Região Agrária	Área		Varição	Tx. Crescimento
	(ha), 2010	(%), 2010	2009-2010	2009-2010
Alentejo	116.634	55,3	36 168	44,9
Algarve	1.747	0,8	1 125	180,7
Beira Interior	49.595	23,5	9 477	23,6
Beira Litoral	2.004	0,9	1 416	240,9
Entre-Douro e Minho	5.760	2,7	2 812	95,4
Ribatejo e Oeste	17.611	8,3	- 3 721	-17,4
Trás-os-Montes	17.629	8,4	6 525	58,8
<b>Continente</b>	<b>210.981</b>	<b>100,0</b>	<b>53 802</b>	<b>34,2</b>

Fonte: GPP-MAMAOT, Série estatística Portugal (1994-2010), Disponível em Abril de 2012 em <http://www.gpp.pt/Biologica/>

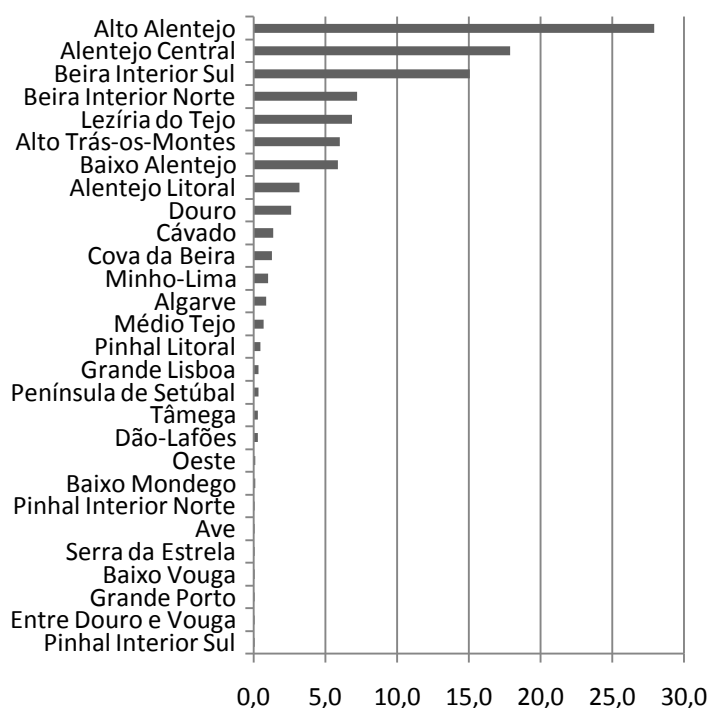
Para idêntico período, mas no que concerne às taxas de crescimento da área de agricultura em MPB, é na Beira Litoral que se verificou o seu ritmo mais acelerado (241%), seguido do Algarve (com 181%). Comparativamente às restantes regiões agrárias, estas possuem no entanto, em termos absolutos, os mais poucos hectares de área.

Há a salientar o caso do Ribatejo e Oeste que, entre 2009 e 2010, perdeu 3.721 ha da sua área de agricultura em MPB, observando a sua representatividade no país

ser diminuída (abaixo dos 10%) e ultrapassada, ainda que frugalmente, por Trás-os-Montes.

Uma análise territorial mais fina, permite identificar que a diminuição da representatividade do Ribatejo e Oeste, em 2010, no país, surgiu essencialmente associada à praticamente nula importância espacial das sub-regiões do Oeste e Médio Tejo, por oposição a uma proporção mais valiosa da Lezíria do Tejo (6,9%). Neste domínio, a Beira Interior Norte (7,2%), a Beira Interior Sul (15,1%), o Alentejo Central (17,9%) e o Alto Alentejo (27,9%) são, por ordem crescente, soberanos.

**Gráfico 3: Distribuição da área de agricultura em MPB por NUT III, 2010 (%)**



Fonte: GPP-Divisão de Metodologia e Estudos Aplicados (MAMAOT), dados fornecidos em Abril de 2012 no âmbito deste trabalho

A nível municipal, os municípios com a maior área de agricultura biológica em 2010 são Idanha-a-Nova (19.706 ha), na Beira Interior Sul e Avis (11.413 ha), no Alto Alentejo.

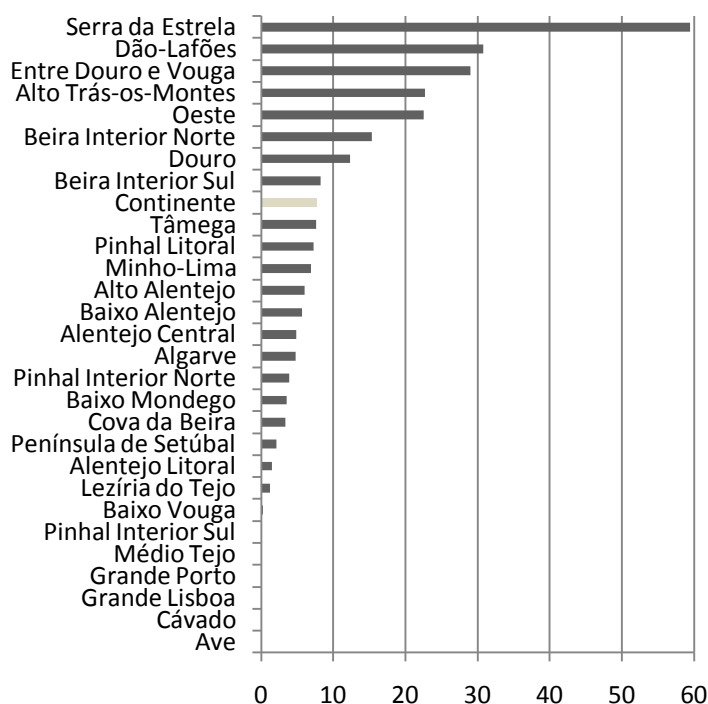
- **A Serra da Estrela apresenta potencial de crescimento futuro no sector (59% da sua área de agricultura biológica encontrava-se em 2009 em conversão)**

A produção em modo biológico provém de áreas agrícolas totalmente convertidas a esse modo de produção. Ora, para que uma dada área agrícola seja

certificada como sendo de agricultura biológica ela deve passar por um processo de conversão, cujo período varia consoante o tipo de cultura e o uso anterior do solo, e no qual é praticado o MPB, de forma integral, na exploração em causa. Assim, quando nos referimos à área total de agricultura biológica acolhemos a superfície da exploração agrícola tanto em produção já certificada, como em conversão. A proporção da área em conversão, relativamente à área total, pode constituir um indicador do potencial de crescimento futuro da agricultura biológica.

Esse indicador está disponível ao nível das sub-regiões portuguesas para o ano de 2009, sendo que estas apresentam consideráveis diferenças em termos de potencial de expansão futura.

**Gráfico 4: Proporção da área em conversão no total da área de agricultura biológica, 2009 (%)**



Fonte: INE-Serviço de Difusão, dados fornecidos em Abril de 2012 no âmbito deste trabalho

Portugal continental assinalava 8% da área em conversão no total da área de agricultura biológica em 2009 e uma considerável parte das suas sub-regiões (68%) encontrava-se abaixo deste valor médio, sendo que destas, 37% apresentava mesmo valor nulo: Ave, Cávado, Grande Lisboa, Grande Porto, Médio Tejo, Pinhal Interior Sul e Baixo Vouga.

Por oposição, deparamo-nos com a Serra da Estrela que ocupa, no quadro deste indicador, uma posição de topo: mais de metade (59%) da sua área de agricultura biológica encontrava-se em 2009 em conversão; seguida por Dão-Lafões ou Território de Viseu (31%), como designado por Jorge Gaspar (1993: 93). Entre as sub-regiões com maior potencialidade de crescimento a curto prazo no sector, encontram-se ainda, para além das mencionadas, Entre Douro e Vouga (29%), Alto Trás-os-Montes (23%) e o Oeste (23%).

A uma escala maior temos os municípios de Cinfães (Tâmega), Santa Maria da Feira (Entre Douro e Vouga), Alijó (Douro), Montemor o Velho (Baixo Mondego), Portimão e Vila do Bispo (ambos no Algarve) que, ao apresentarem a totalidade da sua área de agricultura biológica em conversão, constituíam-se, em 2009, como novos territórios ganhos por este modo de produção.

Não são porém aqueles os municípios que, em valores absolutos, apresentam as maiores áreas em conversão do país: esses localizam-se preferencialmente em regiões já com um considerável investimento e maturação na matéria, como na Beira Interior - Sul (Idanha-a-Nova) e Norte (Pinhel), e no Alentejo - Alto (Portalegre e Alter do Chão) e Central (Alandroal e Redondo). Nestas regiões, os mais recentes e avultados investimentos, em termos de área em conversão, canalizaram-se em 2009 para as pastagens permanentes, enquanto que nas regiões da Serra da Estrela e do Território de Viseu a aposta encaminhou-se preferencialmente para a vinha.

Dos mais de 750 mil hectares de área agrícola em conversão para o MPB existentes em 2009 no país, cerca de 60% estavam confinados às pastagens permanentes, 17% ao olival e apenas 5% à vinha. Para a primeira cultura contribuíram substancialmente, e em pé de igualdade, as sub-regiões do Alentejo Central, Beira Interior Norte e Alto Alentejo, para o olival a Beira Interior Norte e para a vinha o Alto Trás-os-Montes.

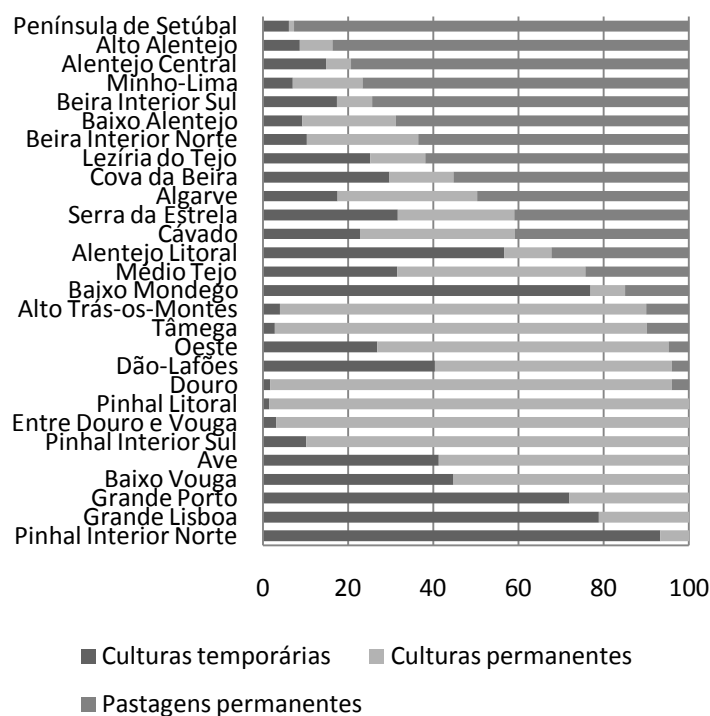
- **Em 2009, quase  $\frac{3}{4}$  da área de agricultura biológica em produção do país era ocupada com pastagens permanentes**

Em 2009, quase  $\frac{3}{4}$  da área de agricultura biológica em produção do país era ocupada com pastagens permanentes, 16% com culturas permanentes e 13% com culturas temporárias. As pastagens permanentes assinalavam a sua maior importância no Alentejo (Central e Alto), as culturas permanentes em Alto Trás-os-Montes e as culturas temporárias na Beira Interior Sul e Alentejo Central.

O gráfico seguinte dá-nos uma outra leitura da mesma variável, mas agora considerando não o país como universo, mas a sub-região, isto é, atendendo à totalidade da área de agricultura biológica em produção da sub-região em 2009. Assim, tinham primazia face às restantes culturas: as pastagens permanentes na Península de Setúbal; as culturas permanentes em Entre Douro e Vouga, Pinhal Litoral e Douro; e as culturas temporárias no Pinhal Interior Norte.

Esta primazia era alcançada à custa da exiguidade e, em alguns casos, nulidade, das restantes culturas: na Península de Setúbal era insignificante a área de culturas permanentes; no Pinhal Interior Norte, em Entre Douro e Vouga e no Pinhal Litoral, entre outras sub-regiões, era nula a área de pastagens permanentes; em Entre Douro e Vouga, no Pinhal Litoral e no Douro era ainda exígua a área de culturas temporárias.

**Gráfico 5: Proporção da área de culturas temporárias, culturas permanentes e pastagens permanentes<sup>87</sup> na área em produção em modo biológico, 2009 (%)**



Fonte: INE-Serviço de Difusão, dados fornecidos em Abril de 2012 no âmbito deste trabalho

Por oposição aos extremos, os três principais tipos de produção vegetal em MPB pareciam coexistir com um certo equilíbrio, pelo menos em 2009, nas seguintes sub-regiões: Serra da Estrela, Cávado e Médio Tejo.

Os tipos de culturas (temporárias e permanentes) com a maior área de agricultura biológica em produção em 2009 eram, por ordem decrescente, o olival e os prados temporários e culturas forrageiras e, num patamar muito abaixo, os cereais para grão, os frutos de casca rija e a vinha. Observemos no quadro seguinte como era

<sup>87</sup> Culturas temporárias (cf. Metainformação do INE): Culturas cujo ciclo vegetativo não excede um ano (as anuais) e também as que são ressemeadas com intervalos que não excedem cinco anos (morangos, espargos, prados temporários, etc.). Compreendem as seguintes culturas: Cereais para grão, Leguminosas secas para grão, Prados temporários e culturas forrageiras, Batata, Culturas hortícolas, Culturas industriais, e Outras culturas temporárias.

Culturas permanentes (cf. Metainformação do INE): Culturas que ocupam a terra durante um longo período e fornecem repetidas colheitas, não entrando em rotações culturais. Não incluem os prados e pastagens permanentes. No caso das árvores de fruto só são considerados os povoamentos regulares, com densidade mínima de 100 árvores, ou de 45 no caso de oliveiras, figueiras e frutos secos. Compreendem as seguintes culturas: Frutos frescos, Citrinos, Frutos de casca rija, Vinha, Frutos pequenos de baga, Frutos subtropicais, Olival e Outras culturas permanentes.

Pastagens permanentes (cf. Metainformação do INE): Plantas semeadas ou espontâneas, em geral herbáceas, destinadas a serem comidas pelo gado no local em que vegetam, mas que acessoriamente podem ser cortadas em determinados períodos do ano. Não estão incluídas numa rotação e ocupam o solo por um período superior a 5 anos.

a distribuição regional da área em produção biológica de cada uma destas culturas, em 2009, no total da área geográfica considerada.

**Quadro 8: Proporção da área das principais culturas em MPB de Portugal, 2009 (%)**

Unidade geográfica	Olival	Prados temporários e culturas forrageiras	Cereais para grão	Frutos de casca rija	Vinha
Alentejo Central	13	25	36	5	0
Alentejo Litoral	0	4	3	2	0
Algarve	0	1	2	4	3
Alto Alentejo	20	19	20	0	2
Alto Trás-os-Montes	20	1	1	30	5
Ave	0	0	0	0	1
Baixo Alentejo	12	3	8	6	0
Baixo Mondego	0	1	0	0	0
Baixo Vouga	0	0	0	0	1
Beira Interior Norte	14	8	7	5	20
Beira Interior Sul	11	22	17	0	2
Cávado	0	0	0	0	0
Cova da Beira	1	3	3	0	1
Dão-Lafões	0	0	0	0	3
Douro	8	0	1	29	48
Entre Douro e Vouga	0	0	0	0	0
Grande Lisboa	0	0	0	0	0
Grande Porto	0	0	0	0	0
Lezíria do Tejo	0	12	1	18	0
Médio Tejo	0	1	0	0	5
Minho-Lima	0	0	0	0	2
Oeste	0	0	0	0	1
Península de Setúbal	0	0	0	0	0
Pinhal Interior Norte	0	0	0	0	0
Pinhal Interior Sul	0	0	0	0	0
Pinhal Litoral	0	0	0	0	1
Serra da Estrela	0	0	0	0	0
Tâmega	0	0	0	0	3
<b>Continente</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: INE-Serviço de Difusão, dados fornecidos em Abril de 2012 no âmbito deste trabalho

Se atendermos a valores relativos da área de produção superiores a 20%, de imediato verificamos as preponderâncias de determinados territórios face a cada uma das culturas expostas no quadro: a área de produção do olival predominava no Alto Alentejo e no Alto Trás-os-Montes; 46% da área de produção de prados temporários e culturas forrageiras do país encontrava-se na Beira Interior Sul e no Alentejo Central; a área de produção de cereais para grão imperava no Alentejo (Alto e Central); cerca de 3/5 da área de produção de frutos de casca rija do país circunscrevia-se às sub-regiões do Douro e de Alto Trás-os-Montes; por sua vez, a área de vinho em MPB verifica predominância no Douro (48%), seguido da Beira Interior Norte (20%).

O quadro seguinte permite-nos um exercício análogo, embora à escala municipal e acolhendo todo o tipo de culturas em MPB. Castelo Branco tinha as maiores áreas de cereais para grão e de prados temporários e culturas forrageiras em MPB, colocando-o no topo dos municípios que, em 2009, detinha maior área de culturas temporárias em MPB. Por sua vez, Figueira de Castelo Rodrigo possuía a maior área de culturas permanentes em MPB, particularmente patente no olival.

**Quadro 9: Municípios que apresentam maiores áreas em MPB por tipo de cultura, 2009**

Tipo de culturas em MPB	Município	NUT III	Área em MPB	
			(ha)	(%)
<b>Total de culturas temporárias</b>	<b>Castelo Branco</b>	<b>Beira Interior Sul</b>	<b>1.216</b>	<b>10,3</b>
Cereais para grão	Castelo Branco	Beira Interior Sul	360	12,0
Leguminosas secas para grão	Sousel	Alentejo Central	151	27,4
Prados temporários e cult. forrageiras	Castelo Branco	Beira Interior Sul	816	10,4
Batata	Alcochete	Península de Setúbal	3	11,7
Culturas industriais	Mourão	Alentejo Central	29	44,8
Culturas hortícolas	Rio Maior	Lezíria do Tejo	48	16,2
Pousio	Mora	Alto Alentejo	311	18,5
<b>Total de culturas permanentes</b>	<b>Figueira de C. Rodrigo</b>	<b>Beira Interior Norte</b>	<b>1.360</b>	<b>9,3</b>
Frutos frescos	Covilhã	Cova da Beira	121	20,1
Frutos pequenos de baga	Vila Nova de Cerveira	Minho-Lima	2	19,1
Citrinos	Baião	Tâmega	17	19,5
Frutos subtropicais	Vila Verde	Cávado	16	60,8
Frutos de casca rija	Torre de Moncorvo	Douro	505	17,6
Olival	Figueira de C. Rodrigo	Beira Interior Norte	1.063	11,3
Vinha	Vila Nova de Foz Côa	Douro	405	26,4
<b>Pastagens permanentes</b>	<b>Mora</b>	<b>Alto Alentejo</b>	<b>10.300</b>	<b>16,3</b>

Fonte: INE-Serviço de Difusão, dados fornecidos em Abril de 2012 no âmbito deste trabalho

Outras curiosidades podem ainda ser observadas nos dados de 2009: Vila Nova de Foz Côa encerrava mais de ¼ da área nacional de vinha em MPB; Sousel e Mourão, no Alentejo Central, possuíam as maiores áreas de leguminosas secas para grão e de culturas industriais em MPB, respectivamente; e, por último, mais de 60% da área de frutos subtropicais em MPB estava confinada ao município de Vila Verde, localizado na sub-região do Cávado.

- **O MPB representava em 2009 2,8% da SAU nacional – muito aquém do preconizado em 2004: Beira Interior liderava**

O MPB representava em 2009 2,8% da SAU nacional. Trata-se de um valor comedido face ao pretendido e desejável e de um indicador demonstrativo da parca importância da agricultura biológica face à agricultura convencional e da sua

debilidade no âmbito do sector agrícola. Recordemos que o Plano Nacional para o Desenvolvimento da Agricultura Biológica (MADRP, 2004) preconizava em 2004 um aumento da SAU em MPB para 7% no final de 2007. No ano de 2009 essa proporção não só não aumentou, como diminuiu em relação a 2004.

Não obstante esta decepcionante trajectória, cremos que o MPB tem ganho neste últimos anos terreno sobretudo a jusante da sua fileira, isto é, julgamos ser na sua componente de mercado que se tem vindo a constatar algum vigor<sup>88</sup>: hoje é maior a importância dos produtos obtidos a partir do MPB no mercado alimentar, sendo também maior a notoriedade dos mesmos. Esta é uma evolução de louvar porque colhida da sociedade civil, mas sobretudo porque no domínio público - governamental e institucional – muito pouco se tem feito a este propósito (p. ex. apoios à comercialização, à divulgação e educação do consumidor).

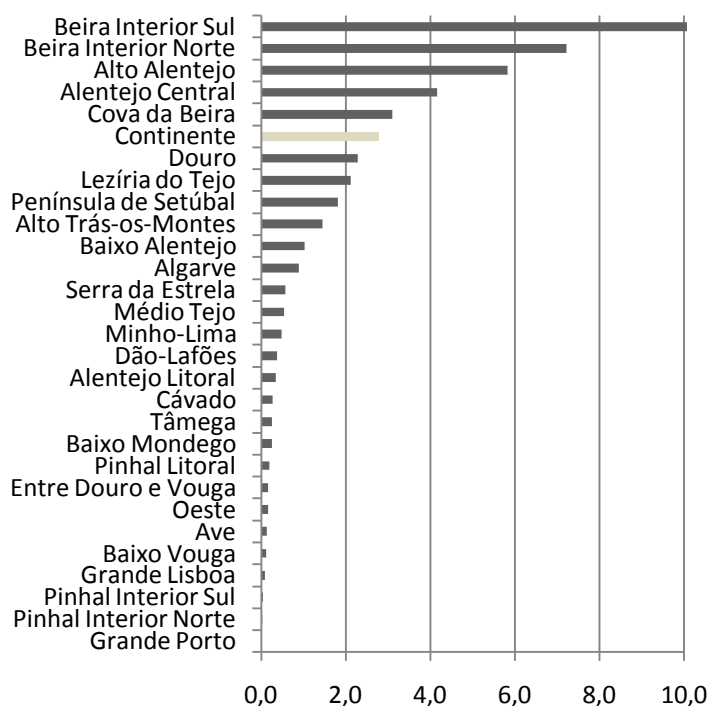
O gráfico da página seguinte expõe a importância da SAU em MPB face à SAU total, em 2009, por NUT III. Uma primeira leitura evidencia que apenas cinco das 28 sub-regiões superava a média de Portugal Continental, nomeadamente, por ordem decrescente de importância temos a Beira Interior (Sul e Norte), o Alentejo (Alto e Central) e a Cova da Beira.

A posição da Cova da Beira neste domínio resulta em grande medida do contributo da SAU em MPB do Fundão (84% da SAU em MPB da sub-região). No Fundão o MPB representava em 2009 4% da SAU municipal e aí adquiria especial importância a área referente às pastagens permanentes, seguida dos prados temporários e culturas forrageiras e, num patamar inferior, a área de olival.

---

<sup>88</sup> Não há, porém, dados objectivos que o confirmem.

**Gráfico 6: Importância da SAU em MPB face à SAU total, 2009 (%)**



Fonte: INE-Serviço de Difusão, dados fornecidos em Abril de 2012 no âmbito deste trabalho

Desde sempre associada do ponto de vista económico à indústria têxtil, a Cova da Beira, dada a sua geografia, um vale fértil entre as montanhas (Serras da Estrela, da Gata, da Malcata e da Gardunha), apresenta grande aptidão frutícola (a maçã, o pêsego e a cereja são reconhecidos produtos locais de qualidade). Disso dão conta as inúmeras iniciativas em torno da promoção de produtos alimentares regionais (p. ex. “os saberes e sabores da região da Cova da Beira” e “a cereja do Fundão”). Acresce que a Covilhã era o município que em 2009 tinha a maior área de frutos frescos em MPB do país (cf. Quadro 9).

Uma análise geograficamente mais pormenorizada permite verificar que Mora era em 2009 o município com maior percentagem de SAU em MPB do país (29%), com mais de 4/5 da SAU municipal em MPB ocupada por pastagens permanentes. Aliás, esta área constituía 16% do total nacional de pastagens em MPB.

**Quadro 10: Municípios com 10 e mais % de SAU em MPB na SAU total, 2009**

Município	NUT III	SAU em MPB na SAU total (%)
Mora	Alto Alentejo	29
Barrancos	Baixo Alentejo	21
Penamacor	Beira Interior Sul	17
Vila Velha de Rodão	Beira Interior Sul	13
Alfandega da Fé	Alto Trás-os-Montes	12
Sousel	Alentejo Central	12
Figueira de C. Rodrigo	Beira Interior Norte	11
Pinhel	Beira Interior Norte	11
Alter do Chão	Alto Alentejo	11
Marvão	Alto Alentejo	10
Idanha-a-Nova	Beira Interior Sul	10
Castelo Branco	Beira Interior Sul	10

Fonte: INE-Serviço de Difusão, dados fornecidos em Abril de 2012 no âmbito deste trabalho

A proporção da SAU em MPB na SAU municipal era em 2009 ainda significativa (acima da média nacional) na Chamusca (no contexto da Lezíria do Tejo), em Sines (no âmbito do Alentejo Litoral), em Paredes de Coura (Minho-Lima), em Vila Nova de Foz Côa, Vila Flor, Torre de Moncorvo e Penedono (Douro), no Fundão (Cova da Beira), Loulé e Lagos (Algarve) e Palmela (Península de Setúbal).

- **No final de 2011, um em dez operadores do MPB eram processadores**

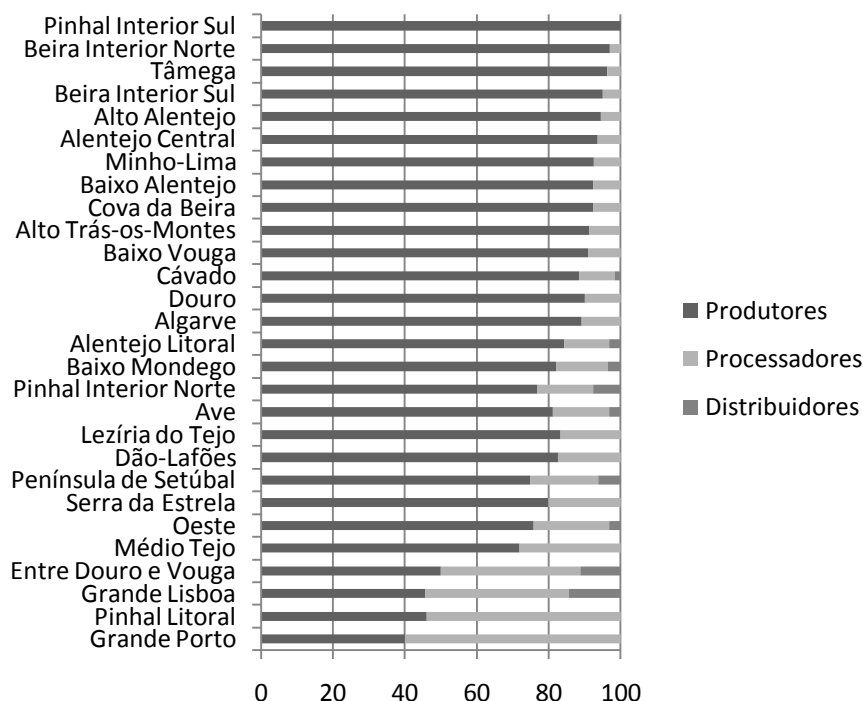
De acordo com os dados compilados pelo GPP em Dezembro de 2011, provenientes de oito organismos de controlo e certificação, e por nós trabalhados, Portugal tinha um total de 3.091 operadores do MPB, entre os quais predominavam, de forma inequívoca, os produtores agrícolas (89%). Os processadores representavam 10% e os distribuidores apenas 1% do universo dos operadores, contabilizando-se um único importador: uma sociedade anónima de importação e exportação notificada junto da Ecocert Portugal e sediada em Torres Vedras<sup>89</sup>.

O gráfico seguinte demonstra uma relação inversa entre a proporção de produtores agrícolas e a proporção de processadores, ambos do MPB, como se a um determinado território nacional não lhe fosse possível acumular as funções produtora e transformadora no âmbito da fileira do MPB, o que é curioso, sobretudo atendendo a que 34% dos 298 processadores eram também produtores; já a proporção de

<sup>89</sup> Admitimos, porém, a existência de pequenas empresas que, não obstante estarem notificadas junto dos OCC com outra actividade principal (p. ex. distribuidor), possam importar produtos biológicos, como, a título de exemplo, a Kapa Verde, a Biocoop e a Miósotis.

produtores-processadores é inequivocamente mais diminuta: dos 2.868 produtores existentes no país em 2011, apenas 4% eram também processadores.

**Gráfico 7: Proporção dos diferentes tipos de operadores no total de operadores, 2011 (%)**



Fonte: GPP-MAMAOT, Lista de produtores (Dezembro de 2011), Disponível em Abril de 2012 em

<http://www.gpp.pt/Biologica/>

Deste modo, era nas sub-regiões do país fortemente urbanizadas e/ou com tradição industrial (ainda que de cariz marcadamente tradicional) que, em 2011, se assinalavam as menores proporções de produtores agrícolas do MPB e, em simultâneo, as maiores percentagens de processadores do MPB, em relação ao total de operadores aí existentes: Grande Porto, Pinhal Litoral, Grande Lisboa e Entre Douro e Vouga.

Por sua vez, as menores percentagens de processadores do MPB no quadro do universo de operadores localizavam-se em sub-regiões líderes na produção em MPB do país: Alentejo (Alto e Central) e Beira Interior (Norte e Sul); mas também no Pinhal Interior Sul, onde se contabilizavam somente quatro operadores do MPB (todos produtores) e na sub-região do Tâmega, onde era diminuta a quantidade de processadores (cinco) relativamente à de produtores em MPB (129).

Quando o tipo de operador é examinado individualmente e se atende ao contexto nacional, os resultados diferem um pouco. Assim, a sub-região do país com o

maior número de processadores era, em 2011, Alto Trás-os-Montes (50; i.e. 17% dos processadores do país), seguido da Grande Lisboa (28; i.e. 10%) e do Douro (26; i.e. 9%). Em Alto Trás-os-Montes, no Douro e também no país era o azeite o principal produto biológico transformado, sendo que na Grande Lisboa imperava a “mercearia diversa”.

A nível nacional, à importância dos processadores do azeite (preponderância em Alto Trás-os-Montes e, num patamar inferior, no Douro e na Beira Interior Norte) segue-se a dos processadores das frutas e hortícolas (com maior número de operadores no Grande Porto e Oeste), a dos processadores do mel e produtos de colmeia (concentração em Alto Trás-os-Montes e, se bem que menor, no Alto Alentejo), a dos processadores do vinho e produtos vitivinícolas (com número superior de operadores no Grande Porto e Douro) e, finalmente, a dos processadores de carne e produtos cárnicos (predominância no Alto Alentejo).

No que concerne aos distribuidores de produtos biológicos, apenas se enumeravam 23 em Portugal Continental para o ano de 2011, sendo que a sua grande parte (43%) se concentrava na Grande Lisboa (repartidos por Lisboa, Loures, Mafra, Sintra, Vila Franca de Xira, Amadora e Oeiras): Brio-Supermercado de Produtos Biológicos e Pingo Doce inclusive.

- **Considerável acréscimo de produtores em Trás-os-Montes ajuda a inverter anterior situação de recuo a nível nacional**

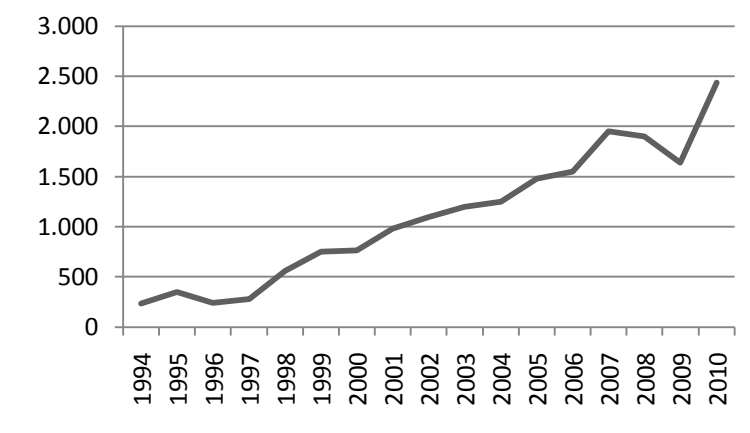
Como era de se esperar, existem similitudes entre a evolução do número de produtores e a evolução da área de agricultura em MPB em Portugal, não obstante o ritmo de desenvolvimento mais lento da primeira em relação à segunda. O crescimento de ambas desencadeia-se nos primeiros anos de forma tímida, havendo mesmo lugar a um ligeiro decréscimo entre 1995 e 1996 (explicado por alterações no sistema de controlo nacional<sup>90</sup>) e, embora a área atinja o seu pico em 2007, o número máximo de produtores surge em 2010<sup>91</sup>.

---

<sup>90</sup> Esta razão é apontada pela INTERBIO (2011: 24) e que cremos correcta. Com efeito, a partir de 1996 o Ministério da Agricultura passa a acolher o registo de operadores certificados, tarefa sob responsabilidade, até então, da AGROBIO que, nesse ano, cessa o seu trabalho de certificação e controlo.

<sup>91</sup> Último ano da série estatística do GPP.

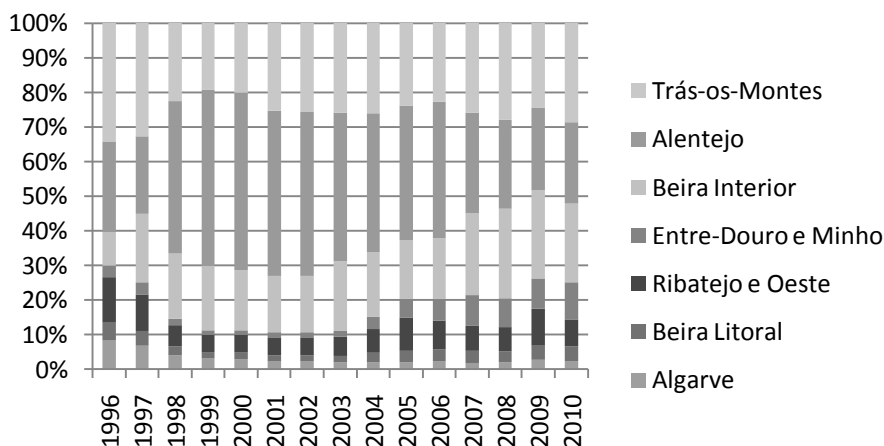
**Gráfico 8: Evolução dos produtores de agricultura em MPB em Portugal, 1994-2010 (n.º)**



Fonte: GPP-MAMAOT, Série estatística Portugal (1994-2010), Disponível em Abril de 2012 em <http://www.gpp.pt/Biologica/>

O gráfico seguinte expõe o contributo de cada região agrária na evolução dos produtores de agricultura em MPB em Portugal, no período entre 1994 e 2010. Até 2003, a região agrária que menos contribuiu a nível nacional foi Entre-Douro e Minho para ser substituída, a partir de então, pela região agrária do Algarve que se manteve até 2010 com a mais débil dinâmica face às restantes unidades geográficas.

**Gráfico 9: Contributo das regiões agrárias na evolução dos produtores de agricultura em MPB em Portugal, 1994-2010 (%)**



Fonte: GPP-MAMAOT, Série estatística Portugal (1994-2010), Disponível em Abril de 2012 em <http://www.gpp.pt/Biologica/>

Por sua vez, as regiões agrárias do Alentejo e de Trás-os-Montes competiam, ao longo do período em questão, pela posição de topo quanto ao peso dos seus produtores agrícolas em MBP no panorama nacional. Assim, Trás-os-Montes foi líder nos primeiros (1996 e 1997) e últimos anos (2008 e 2010) tendo cedido a sua liderança

ao Alentejo ao longo de quase uma década (1998 a 2007). A ressaltar há o facto da Beira Interior ter adquirido esse posicionamento em 2009, em grande medida em função de Trás-os-Montes ter perdido, entre 2008 e 2009, ¼ dos seus produtores de agricultura em MPB<sup>92</sup>.

O quadro seguinte permite-nos uma leitura regional de uma realidade mais recente ou pelo menos tão actual quanto o possibilitado pelos dados estatísticos recolhidos junto do GPP. O número de produtores do MPB (produções vegetal e animal) observou um crescimento entre 2009 e 2010 na ordem dos 47%. Esse crescimento foi ligeiramente superior no que respeita à produção vegetal (48,7%) por comparação ao ocorrido na produção animal (41,5%). Os maiores dinamismos registaram-se nas regiões agrárias de Entre-Douro e Minho (76,9%) e Trás-os-Montes (72,3%) e os menores nas regiões agrárias do Algarve (28,8%) e, em especial, do Ribatejo e Oeste (11,2%).

**Quadro 11: Visão global do n.º de produtores do MPB e sua evolução, 2009 e 2010**

Região Agrária	Produtores da Produção Vegetal em MPB			Produtores da Produção Animal em MPB			Produtores do MPB (totais)		
	2009	2010	Tx. Cresc. 09/10	2009	2010	Tx. Cresc. 09/10	2009	2010	Tx. Cresc. 09/10
Entre-Douro e Minho	142	261	83,8	44	68	54,5	186	329	76,9
Trás-os-Montes	398	695	74,6	83	134	61,4	481	829	72,3
Beira Litoral	67	104	55,2	9	14	55,6	76	118	55,3
Beira Interior	417	556	33,3	218	281	28,9	635	837	31,8
Ribatejo e Oeste	176	187	6,3	29	41	41,4	205	228	11,2
Alentejo	392	572	45,9	272	391	43,8	664	963	45,0
Algarve	45	59	31,1	7	8	14,3	52	67	28,8
<b>Continente</b>	<b>1.637</b>	<b>2.434</b>	<b>48,7</b>	<b>662</b>	<b>937</b>	<b>41,5</b>	<b>2.299</b>	<b>3.371</b>	<b>46,6</b>

Fonte: GPP-MAMAOT, Série estatística Portugal (1994-2010), Disponível em Abril de 2012 em <http://www.gpp.pt/Biologica/>

<sup>92</sup> Conforme os dados estatísticos do GPP, Série Portugal (1994-2010), disponíveis online em Julho de 2012, a região agrária de Trás-os-Montes compreendia o seguinte número de produtores de agricultura em MPB: (i) em 2008, 530; (ii) em 2009, 398, e; (iii) em 2010, 695.

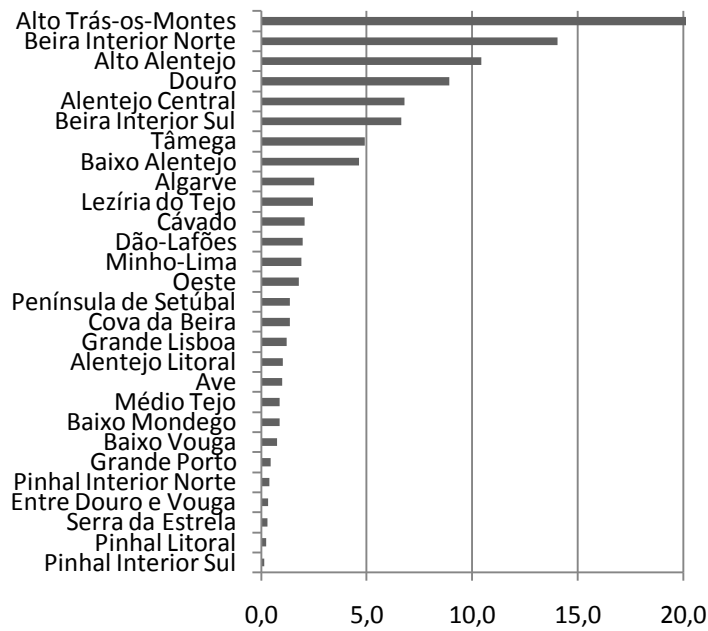
No domínio da produção vegetal, o ritmo de crescimento dos produtores entre 2009 e 2010 foi sobretudo acelerado em Entre-Douro e Minho (83,8%), mas também em Trás-os-Montes (74,6%) que em 2010, ultrapassando a Beira Interior (556) e o Alentejo (572) passou a constituir a região agrária com maior número de produtores da produção vegetal em MPB a nível nacional (695). Acresce que Alto-Trás-os-Montes é a sub-região com maior número de produtores do MPB (totais), seguido das sub-regiões da Beira Interior Norte e Alto Alentejo (cf. Gráfico 10). Em 2010, no Algarve existiam apenas 59 produtores da produção vegetal em MPB, cerca de metade do presente na Beira Litoral (104) e somente 9% do universo desses produtores de Trás-os-Montes (695).

Quanto à produção animal, há um maior equilíbrio regional no ritmo de crescimento de produtores respectivos, embora ele seja mais acentuado em Trás-os-Montes (61,4%) e menos no Algarve (14,3%). Aqui há a salientar a região agrária do Alentejo por encerrar a maior concentração de produtores de produção animal em MPB do país (391).

A distribuição espacial dos produtores do MPB pelo país, atendendo a uma maior escala do território nacional, evidencia uma clara concentração em sub-regiões raianas, às quais se junta unicamente a sub-região do Tâmega (cf. Gráfico 10).

O vigor das sub-regiões raianas em matéria de MPB é ainda patenteado na distribuição espacial de outras variáveis fundamentais como a área de agricultura em MPB (cf. Gráfico 3) e a sua respectiva proporção na SAU (cf. Gráfico 6). Em ambas, às sub-regiões raianas acresce a importância relativa da Lezíria do Tejo; o Alentejo Litoral atinge também alguma importância no quadro da primeira variável (área) e a Cova da Beira e a Península de Setúbal no quadro da segunda (proporção na SAU).

**Gráfico 10: Distribuição dos produtores do MPB por NUT III, 2010 (%)**

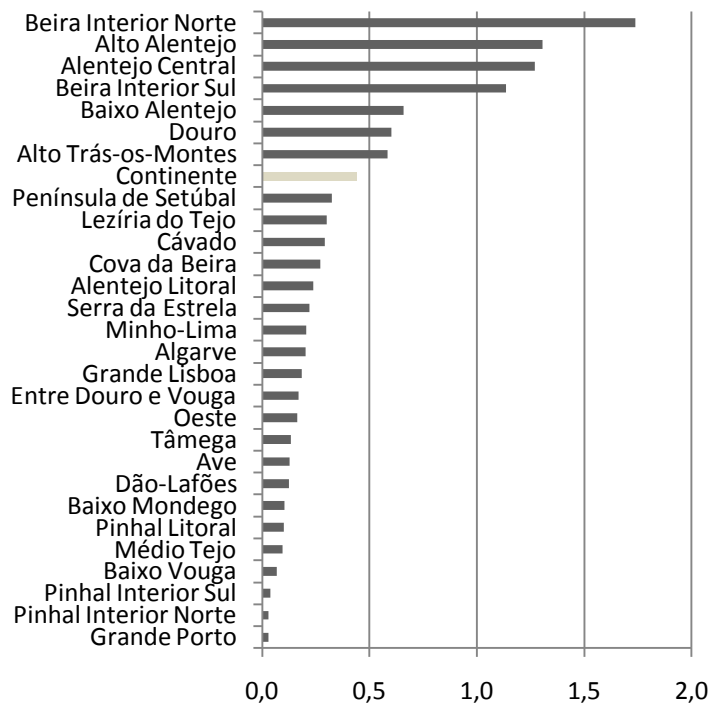


Fonte: GPP-Divisão de Metodologia e Estudos Aplicados (MAMAOT), dados fornecidos em Abril de 2012 no âmbito deste trabalho

- **0,4% era a importância das explorações em MPB no total de explorações em 2009: acima da média só as sub-regiões raianas do país**

Em 2009, de acordo com dados do último recenseamento agrícola levado a cabo pelo INE, a SAU de Portugal Continental compreendia 276.776 explorações agrícolas entre as quais apenas 0,4% (1.216 em valor absoluto) se encontravam convertidas, ou em período de conversão, ao MPB. Acima dessa média nacional apenas se encontravam as sub-regiões raianas do país, residindo no outro extremo, com proporções praticamente nulas, o Grande Porto e o Pinhal Interior (Norte e Sul).

**Gráfico 11: Proporção de explorações em MPB no total de explorações, 2009 (%)**



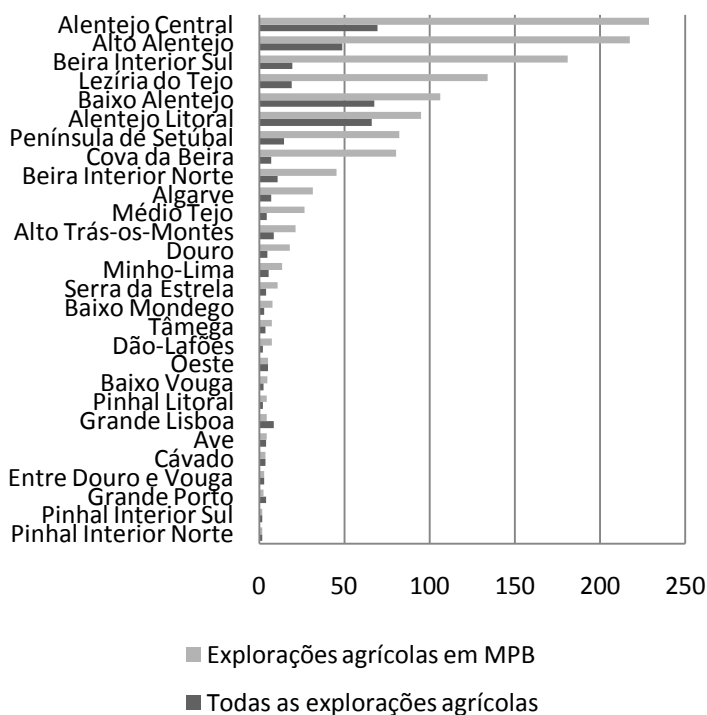
Fonte: INE-Serviço de Difusão, dados fornecidos em Abril de 2012 no âmbito deste trabalho

Tendo em conta o universo das suas explorações, Barrancos (Baixo Alentejo) era o município que em 2009 apresentava maior importância de explorações em MPB do país, seguido de Mora e Alter do Chão (Alto Alentejo), todos com proporções superiores a 5%. Não obstante ser a norte do Alentejo que se encontravam os municípios com maior número dessas explorações: Alfândega da Fé (Alto Trás-os-Montes), Figueira de Castelo Rodrigo e Pinhel (Beira Interior Norte) e Vila Nova de Foz Côa (Douro), todos com mais de 50 explorações em MPB.

- **A dimensão média das explorações agrícolas é maior, regra geral, no MPB e no Alentejo interior**

Em Portugal Continental, a dimensão média das explorações agrícolas em MPB era, em 2009, de 81 ha e, considerando o universo das explorações agrícolas essa dimensão era de 13 ha. Com exceção das áreas metropolitanas de Lisboa (Norte) e Porto e das sub-regiões do Pinhal Interior (Norte e Sul), em todas as restantes NUT a dimensão média das suas explorações em MPB era superior à verificada para a totalidade das explorações.

**Gráfico 12: Dimensão média das explorações agrícolas, 2009 (ha/exploração)**



Fonte: INE-Serviço de Difusão, dados fornecidos em Abril de 2012 no âmbito deste trabalho

- **Produção animal em MPB (2009): ovinos lideravam em efectivo, bovinos em explorações**

No que respeita à pecuária em MPB e atendendo ao efectivo animal (número de cabeças) arrolado no âmbito do recenseamento agrícola de 2009, o INE anuncia as seguintes principais espécies produzidas em MPB do país, por ordem crescente de importância: Bovinos (22%), Aves (27%) e Ovinos (43%).

As sub-regiões do país que apresentavam maior número de ovinos em MPB eram o Alto Alentejo, a Beira Interior Sul e o Alentejo Central: todas registavam um efectivo superior a 10 mil cabeças em 2009. Em relação às aves produzidas em MPB, havia nesse ano um acentuado predomínio das mesmas em Dão-Lafões (82%). Por sua vez, mais de 3/5 do efectivo de bovinos produzidos em MPB do país estava, em 2009, concentrado no Alentejo (Alto e Central). Se bem que em menor quantidade, era também aí que havia um maior número de suínos, a que se juntava a sub-região do Médio Tejo. Os caprinos produzidos em MPB abundavam na sub-região do Cávado (37%) e as colmeias e cortiços, como não podia deixar de ser, na sub-região de Alto Trás-os-Montes (47%) e, num patamar inferior, mas importante, no Algarve (20%).

**Quadro 12: Proporção do efectivo animal das principais espécies do MPB de Portugal, 2009 (%)**

Unidade geográfica	Ovinos		Aves		Bovinos	
	nº cab.	%	nº cab.	%	nº cab.	%
Alentejo Central	13.368	21	290	1	9.992	31
Alentejo Litoral	937	1	13	0	145	0
Algarve	1.659	3	4	0	30	0
Alto Alentejo	19.127	30	43	0	9.894	31
Alto Trás-os-Montes	2.428	4	52	0	255	1
Ave	47	0	110	0	10	0
Baixo Alentejo	2.841	4	90	0	2.317	7
Baixo Mondego	15	0	115	0	84	0
Baixo Vouga	14	0	46	0	0	0
Beira Interior Norte	3.043	5	157	0	3.925	12
Beira Interior Sul	16.822	26	46	0	2.838	9
Cávado	46	0	534	1	36	0
Cova da Beira	2.367	4	7	0	327	1
Dão-Lafões	24	0	33.014	82	0	0
Douro	985	2	0	0	68	0
Entre Douro e Vouga	0	0	0	0	0	0
Grande Lisboa	0	0	2.402	6	2	0
Grande Porto	0	0	0	0	0	0
Lezíria do Tejo	7	0	3.103	8	1.020	3
Médio Tejo	271	0	0	0	251	1
Minho-Lima	114	0	25	0	626	2
Oeste	9	0	0	0	3	0
Península de Setúbal	153	0	123	0	69	0
Pinhal Interior Norte	0	0	0	0	0	0
Pinhal Interior Sul	0	0	0	0	0	0
Pinhal Litoral	0	0	0	0	0	0
Serra da Estrela	69	0	12	0	0	0
Tâmega	63	0	222	1	17	0
<b>Continente</b>	<b>64.409</b>	<b>100</b>	<b>40.408</b>	<b>100</b>	<b>31.909</b>	<b>100</b>

Fonte: INE-Serviço de Difusão, dados fornecidos em Abril de 2012 no âmbito deste trabalho

Nota: nº cab. = número de cabeças (efectivo animal)

Considerando agora o número de explorações afecto a cada uma dessas espécies animais, as aves perdem importância, por compreenderem apenas 8% do total das explorações de produção animal em MPB do país, e os bovinos reforçam-na (39%), seguido dos ovinos (28%) que deixam aqui de liderar, apesar de superarem em efectivo.

#### IV.2 Territórios da agricultura biológica em Portugal

Os métodos de análise estatística multivariada aplicados aos catorze indicadores criados para a determinação da diversidade espacial da agricultura biológica em Portugal Continental (cf. Quadro 5, da página 82) identificam várias possíveis combinações dos 278 municípios em causa. Assim, com base na afinidade do comportamento destes perante os indicadores estatísticos e os critérios de agregação

utilizados (cf. abordagem metodológica), os municípios podem ser reunidos em três, seis ou dez grupos distintos entre si. A escolha da partição mais sensata face ao objectivo inicial da análise de dados, que corresponde ao estabelecimento de uma tipologia espacial da agricultura biológica no país, recai sobre a classificação do universo dos municípios de análise em seis classes.

Com efeito, a partição em três classes, ao acentuar a importância secundária da agricultura biológica no nosso país<sup>93</sup> (cf. quadro seguinte), descarta um maior detalhe na apreciação desta realidade em si e respectivo fenómeno de expansão, ocultando, por oposição à partição seleccionada, padrões de distribuição e de diversidade espacial mais subtis da problemática em questão (p. ex. a dinâmica de adesão recente ao MPB medida pela proporção da SAU biológica em conversão). Por sua vez, a classificação em dez tipos de territórios de agricultura biológica, ao invés de proporcionar uma análise mais fina dos resultados e, como tal, uma maior aproximação à realidade em estudo, torna-a menos clara por incluir informação redundante do ponto de vista teórico.

---

<sup>93</sup> Em Portugal Continental, 188 (68%) concelhos revelam nula importância (0%) da SAU em MPB, face à SAU total do município; é ainda nula a importância (0%) de explorações em MPB, face às explorações agrícolas totais do município, em 220 (79%) concelhos do Continente.

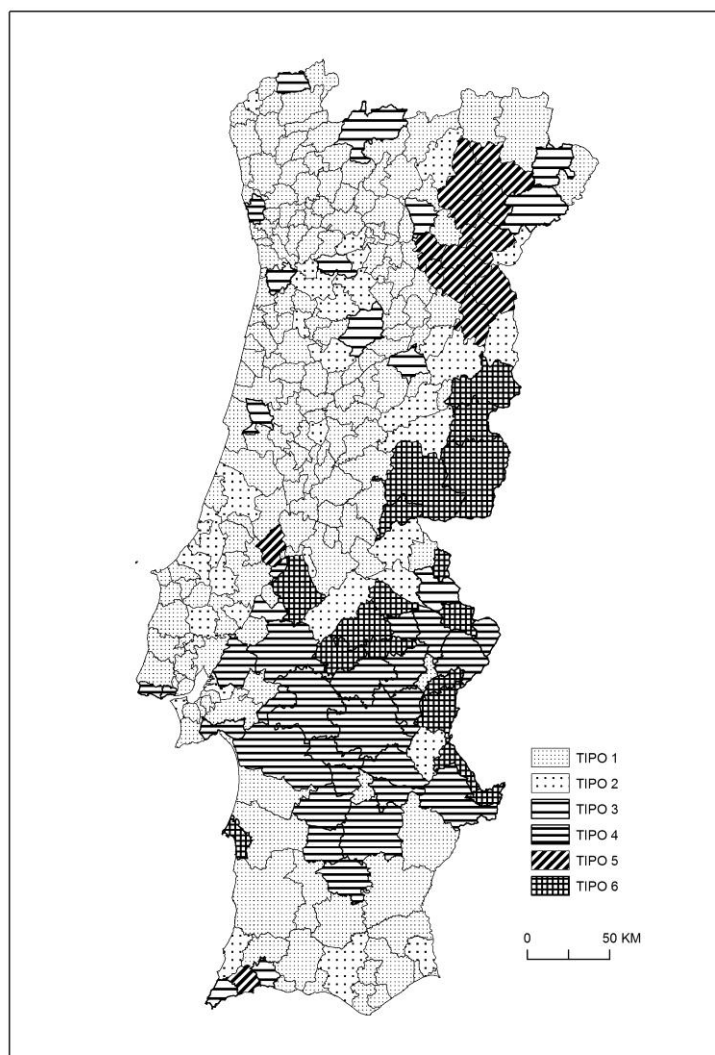
**Quadro 13: Caracterização síntese da classificação de municípios em três grupos**

Grupos	Municípios (%)	Aspectos mais valorizados
<b>TIPO 1: Municípios onde a importância do Bio é nula ou irrelevante (face aos restantes municípios em análise)</b>	88%	nenhuns
<b>TIPO 2: Municípios do Bio do Olival e dos avultados investimentos no MPB (regra geral, municípios de Alto Trás-os-Montes e do Douro)</b>	5%	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Importância das seguintes culturas em MPB: olival, frutos de casca rija, vinha e, num nível inferior, a hortifruticultura</li> <li>• Investimento na agricultura biológica</li> <li>• Importância da agricultura biológica face à convencional (sobretudo em número de explorações)</li> <li>• Intensidade/ritmo da expansão da agricultura biológica</li> </ul>
<b>TIPO 3: Municípios do Bio das pastagens e das grandes explorações em MPB (grosso modo, municípios da Beira Interior e do Alentejo)</b>	7%	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Importância das pastagens permanentes, dos cereais e, num nível inferior, o olival em MPB</li> <li>• Importância da agricultura biológica face à convencional (sobretudo em área)</li> <li>• Dimensão e contabilidade organizada das explorações</li> <li>• Formação superior dos produtores agrícolas</li> <li>• Investimento e ritmo de expansão na agricultura biológica (menor importância face ao tipo 2)</li> </ul>

Em última análise, os seis grupos identificados pela análise de dados com recurso ao SPAD<sup>94</sup> e posteriormente selecionados face às hipóteses classificatórias possíveis assumem, sem exceção, relevância teórica. A interpretação de resultados, que apresentamos de seguida, atende ao significado de cada um desses seis grupos de municípios, aos quais atribuímos designações que, tanto quanto possível, melhor os identificam. A cartografia desta classificação (cf. figura seguinte) permite uma leitura geográfica dos padrões de distribuição e diversidade espacial da matéria em análise, cuja presença é particularmente notada no interior raiano envelhecido e estagnado do território nacional.

<sup>94</sup> Systeme portable pour l'analyse de donnés.

**Figura 1: Tipologia de municípios de acordo com as características e dinamismo da agricultura biológica**



#### **IV. 2.1 Municípios “não Bio”**

O Tipo 1 compreende 173 municípios (62%) e regista tanto valores abaixo da média nacional, como valores de teste negativos (cf. quadro seguinte) para as seguintes dimensões analíticas relacionadas com a agricultura biológica e tomadas em consideração na análise multivariada de dados: (i) Importância, em termos de área, de explorações ou das ocupações culturais predominantes em MPB; (ii) investimento, através do recurso às medidas agro-ambientais do PRODER, nomeadamente as dirigidas especificamente a este modo de produção; (iii) intensidade e ritmo de crescimento do fenómeno em causa, traduzidos pela taxa de variação do número de

explorações em MPB dos concelhos entre 1999 e 2009; e (iv) dinâmica de adesão recente a este modo de produção, materializada pela proporção da SAU em conversão no total da SAU em MPB do concelho.

**Quadro 14. Principais medidas estatísticas associadas ao TIPO 1: Municípios “não Bio”**

Indicador	Média		Valor de teste
	no Tipo	no total dos 278 concelhos	
Proporção de explorações em modo de produção biológico no total de explorações agrícolas do concelho	0,11	0,45	-8,46
Proporção da SAU em modo de produção biológico no total da SAU do concelho	0,20	1,43	-7,84
Proporção de produtores agrícolas singulares com o nível superior de escolaridade, no total de produtores agrícolas singulares do concelho	3,74	5,04	-7,38
Montante Pago no âmbito das Medidas Agro-Ambientais do PRODER dirigidas ao MPB por unidade de SAU total do concelho	0,03	0,14	-7,17
Taxa de variação do número de explorações em modo de produção biológico entre 1999 e 2009	-17,92	37,84	-6,95
Proporção da área de Cereais para grão em MPB no total da SAU do concelho	0,00	0,04	-6,41
Dimensão média das explorações em modo de produção biológico no concelho	9,32	45,50	-6,14
Proporção da área de Pastagens permanentes em MPB no total da SAU do concelho	0,08	0,83	-6,12
Proporção de explorações agrícolas com contabilidade organizada, no total de explorações agrícolas do concelho	7,88	11,11	-5,87
Proporção da SAU em conversão no total da SAU em modo de produção biológico do concelho	2,48	8,04	-5,64
Proporção da área de Culturas hortícolas e Frutos frescos em MPB no total da SAU do concelho	0,01	0,04	-5,62
Proporção da área de Olival em MPB no total da SAU do concelho	0,02	0,18	-5,29
Proporção da área de Frutos de casca rija em MPB no total da SAU do concelho	0,02	0,08	-3,45

Pelo exposto, estamos perante um país, que é o nosso, em que uma boa parte do seu território continental, em concreto quase 2/3 dos 278 municípios respectivos, se caracteriza por uma débil, ou mesmo nula (97 municípios) presença do MPB, razão

pela qual denominámos o território Tipo 1 pelo grupo dos “municípios não bio”. Estes ocupam praticamente toda a faixa litoral do país, incluindo as áreas metropolitanas e periurbanas de Lisboa e do Porto, a que se junta a região do Pinhal Interior e Cordilheira Central (cf. Figura 1), uma “dupla sub-região” (Gaspar, 1993: 100) constituída pela maior mancha florestal portuguesa (Pinhais) e pela mais elevada montanha do continente (Serra da Estrela), onde apenas o município da Lousã (Pinhal Interior Norte) se destaca, como veremos, no âmbito da presente classificação.

A faixa costeira do país, especialmente as suas áreas mais densamente urbanizadas, por acarretar níveis superiores de poluição (agro-)ambiental, é naturalmente menos atractiva - do que as áreas com menor destruição de recursos naturais e de valores paisagísticos, sobretudo localizadas no interior do país - à prática da agricultura biológica com maiores exigências, mas também contributos ambientais, face à convencional. Esta situação é agravada pelo frequente desacato aos instrumentos de ordenamento do território aí em vigor, instrumentos esses que se tornaram, em muitos casos, ineficazes para proceder à disciplina urbanística e ambiental de praticamente toda a faixa litoral do país, onde a pressão imobiliária é mais intensa.

Por se tratar de uma análise fundada em valores médios, o presente território que, como referimos, se caracteriza por valores abaixo das médias nacionais de muitas das variáveis em análise (cf. Quadro 14), inclui, ainda que raras, excepções, i.e., municípios que as superam. Encontram-se neste caso, Mértola, Melgaço, Gavião e Terras de Bouro que detinham em 2009, face à totalidade das suas explorações agrícolas e relativamente a Portugal Continental, maiores proporções de explorações em MPB. Os dois primeiros casos excediam a média nacional quanto à proporção da SAU em conversão face à totalidade da SAU em MPB, e Gavião e Terras de Bouro quanto aos montantes pagos no âmbito das Medidas Agro-Ambientais do PRODER dirigidas ao MPB por unidade de SAU total.

Sobre este último município importará aqui tecer algumas considerações. Com o objectivo de dinamizar o sector agrícola com recurso ao MPB e colocar este modo de produção como imagem de marca de Terras de Bouro, o município foi objecto de um projecto lançado em 2003, no âmbito da medida 1.4 do Programa Operacional Norte

que, apelidado de “Projecto-Piloto para a Conversão da Agricultura Tradicional em Modo de Produção Biológico”, envolvia a execução de um plano de acção, um estudo de mercado e a implementação do MPB acompanhada pelo apoio técnico à conversão e pela prestação de serviços gratuitos, por parte da Câmara Municipal, nomeadamente, entre outros, quanto à formalização de candidaturas às medidas agro-ambientais. Este facto, cremos, terá sido determinante para o estabelecimento dos dados *supra* referidos.

Em relação a Mértola, cuja particularização da sua produção biológica - irrelevante a nível nacional - recai sobre as plantas aromáticas e medicinais da flora autóctone (p.ex. “Ervas do Monte” da ADPM<sup>95</sup> e Herdade do Vale do Côvo), importa referir o seu “potencial por explorar neste segmento da produção agrícola, pecuária e florestal” (Firmino, 2010: 139) benéfico ao desenvolvimento sustentável de um concelho atingido pelo fenómeno de desertificação.

Nesta análise crítica dos poucos concelhos que se desviam do padrão de comportamento deste território, importa também mencionar Palmela por acolher uma importância da agricultura biológica, em termos de área (SAU em MPB) e uma dinâmica decenal (variação de explorações 1999-2009) e recente (SAU em conversão) deste modo de produção mais acentuadas que as verificadas para a globalidade do país, ainda assim não significativas, em termos de escala, a nível nacional e por comparação a outros municípios. Palmela acolhe, em 2009, quatro explorações, prioritariamente vocacionadas para as pastagens permanentes, uma das quais em processo de conversão.

Em qualquer destes casos parece relevante, para a promoção da agricultura biológica, a existência de um projecto, muitas vezes dinamizado pela acção determinada de uma pessoa, como foi o caso em Terras de Bouro com o trabalho desenvolvido por Teresa Tibo ou em Mértola, com as iniciativas empreendidas pela Associação de Defesa do Património de Mértola (ADPM).

---

<sup>95</sup> Associação de Defesa do Património de Mértola.

#### IV. 2.2 Municípios do “Bio da hortifruticultura”

Os 34 municípios (12%) que integram o território Tipo 2 destacam-se (cf. quadro seguinte), regra geral, pela importância que assumem as suas áreas de culturas hortícolas e de frutos frescos em MPB na SAU total dos mesmos<sup>96</sup>, de que constitui exemplo máximo a Covilhã. O mapeamento desta tipologia (cf. Figura 1) é, aliás, muito semelhante à cartografia deste indicador estatístico (cf. Figura 6 do Apêndice D). Este território de agricultura biológica, que designámos pelo “bio da hortifruticultura”, acolhe igualmente alguns dos municípios com as mais elevadas taxas de variação do número de explorações em MPB entre 1999 e 2009 (p.ex. Guarda, Nisa, Celorico da Beira, Ponte de Sôr, ou Aljezur), não forçosamente característicos do sector hortifrutícola.

**Quadro 15. Principais medidas estatísticas associadas ao TIPO 2:  
Municípios do “Bio da hortifruticultura”**

Indicador	Média		Valor de teste
	no Tipo	no total dos 278 concelhos	
Proporção da área de Culturas hortícolas e Frutos frescos em MPB no total da SAU do concelho	0,22	0,04	9,19
Taxa de variação do número de explorações em modo de produção biológico entre 1999 e 2009	192,85	37,84	5,62

Não sendo em grande número, estes concelhos apresentam-se disseminados um pouco por todo o território continental, nunca chegando contudo a ocupar as regiões do Cávado, Ave e Grande Porto, no Norte Litoral; a Beira Litoral de Ovar a Pombal; a Beira Interior Sul, onde predominam as áreas afectas às pastagens, a Serra da Estrela e praticamente todo o Alentejo. Alguns destes municípios encontram-se mesmo isolados, isto é, sem nenhum município vizinho que pertença ao Tipo 2, como sejam os seguintes: Vila Nova de Cerveira (Minho); Covilhã (Cova da Beira); Lousã (Pinhal Interior Norte); Constância (Médio Tejo); Alcochete e Almada (Área Metropolitana de Lisboa - Sul); e Aljezur, Loulé e Castro Marim (Algarve).

<sup>96</sup> Excepção feita a Almeida, Crato, Freixo de Espada à Cinta, Ponte de Sôr, Reguengos de Monsaraz, Nisa, Guarda, Valpaços e Fundão que apresentam valores nulos, ou abaixo da média nacional, do indicador em apreço.

Outros municípios do “bio da hortifruticultura” mantêm entre si, ao contrário dos anteriores, uma certa contiguidade geográfica formando, desse modo, importantes núcleos de culturas hortícolas e/ou frutos frescos em MPB do país:

- Núcleo de Montemuro/Gralheira<sup>97</sup>, que abrange uma boa parte dos municípios a noroeste de Viseu (Sever do Vouga, São Pedro do Sul, Castro D’Aire; Arouca-Castelo de Paiva; e Resende-Baião) e Tondela, a sudoeste daquela capital de distrito.
- Núcleo do Oeste, em torno de Alcobaça (Nazaré e Caldas da Rainha), extensível, a nordeste, a Leiria; a sudeste, a Rio Maior e Cartaxo (Lezíria do Tejo); e a sul, a Alenquer.

Ambos os núcleos se situam na proximidade dos principais centros urbanos do país (Porto, no primeiro caso, e Lisboa no segundo) e de capitais de distrito (Viseu e Aveiro; e Leiria e Santarém), como convém, aliás, a este tipo de culturas, mais percíveis. Os dois núcleos em causa estão bem servidos de acessibilidades e infraestruturas, beneficiam de uma forte diversificação da economia, de uma paralela modernização e intensificação da agricultura, e ambos são reconhecidos, ainda que mais recentemente, pela horticultura e fruticultura modernas.

A “crise” do vinho de baixa qualidade da região do Oeste deu lugar, a partir dos anos 60, entre outros aspectos, à promoção frutícola, onde a maçã e a pêra predominam, e à hortícola, tanto ao ar livre como de estufa. Já no Núcleo de Montemuro/Gralheira, a modernização da agricultura fez-se, entre outras culturas, em torno da fruticultura. Cita-se, a título de exemplo, o concelho de Resende cujo microclima duriense foi fundamental à produção da cereja local.

Poderíamos ainda considerar os núcleos de Alto de Trás-os-Montes e da Beira Interior Norte, centrados respectivamente ora na Alfândega da Fé, ora em Pinhel-Figueira de Castelo Rodrigo. Não obstante, esses territórios, sem excepção, inserem-se na tipologia 5, pelo que a cultura do olival biológico assume no âmbito das suas SAU maior importância face à hortifruticultura. A título de exemplo refira-se que Figueira de Castelo Rodrigo tem a maior área tanto de olival, como de frutos frescos em MPB

---

<sup>97</sup> Serra de Montemuro, localizada na parte norte do distrito de Viseu e maciço da Gralheira cuja designação foi proposta por Amorim Girão (em 1922) para um conjunto complexo de elevações situadas entre os rios Douro-Paiva e Vouga-Sul (Ribeiro, O.; Pinto de Almeida, J. e Patrício, A., 1943).

do país. Já a maior área de produção biológica de hortícolas do país se localiza em Rio Maior, em pleno Centro-Oeste do país que, distando cerca de 80km a Lisboa, beneficia da proximidade a um mercado de dimensão considerável (toda a cintura urbana de Lisboa).

Tanto A. Firmino (1999) como A. Cristóvão (2001) lamentam que a área ocupada pela produção hortícola e frutícola em MPB seja diminuta quando comparada com o olival e as pastagens, até porque o facto de ser, na maior parte dos casos, produzida em regimes mais intensivos, torna-a mais preocupante para a saúde ambiental e humana. Esta realidade resulta, segundo A. Firmino (1999: 246) tanto da maior dificuldade que estes sectores enfrentam em controlar as pragas, como da fraca preparação técnica de muitos agricultores biológicos e insuficiente apoio técnico de que dispõem. Essas razões são também apontadas por A. Cristóvão (2001: 16): “no caso das hortícolas, os processos de conversão são mais complexos e as exigências de gestão das culturas, em termos de fertilização e protecção, comportam maior dificuldade e, logo, a necessidade de um bom domínio de um conjunto de práticas ainda pouco conhecidas. Por outro lado, trata-se de culturas perecíveis, que implicam acrescidos riscos no domínio da distribuição e venda. Tudo se complica face à fragilidade do sistema de apoio institucional, à falta de técnicos de campo e à incipiente organização do mercado”.

#### **IV. 2.3 Municípios do “Bio recente”**

O grupo do “bio recente” agrega apenas 5% dos 278 municípios de Portugal Continental e, para a sua caracterização, somente se evidencia a importância de um dos 14 indicadores estatísticos levados em conta nesta abordagem, nomeadamente: a proporção da SAU em conversão no total da SAU em modo de produção biológico (em conversão + em produção) do concelho. Aliás, este indicador não contribui positivamente para a explicação de nenhum outro tipo de território, pelo que é aqui, no grupo em apreço, que se incluem os municípios que denominámos do “bio recente” (ou do bio em conversão), justamente por deterem, em conjunto, um valor médio superior à média nacional do indicador em questão (cf. quadro seguinte).

**Quadro 16. Principais medidas estatísticas associadas ao TIPO 3:  
Municípios do “Bio recente”**

Indicador	Média		Valor de teste
	no Tipo	no total dos 278 concelhos	
Proporção da SAU em conversão no total da SAU em modo de produção biológico do concelho	89,62	8,04	14,85

Com efeito, o indicador da importância da SAU em conversão expressa a dinâmica de adesão recente ao MPB. Isto porque, para que uma determinada área agrícola seja certificada como sendo de agricultura biológica, necessita de passar por um período de conversão, variável com o tipo de cultura, no qual toda a exploração pratica este modo de produção.

Assim, os 14 municípios que constituem o território Tipo 3 observam, face à sua SAU biológica total, importâncias superiores a 60% de SAU em conversão. Em seis casos concretos o que acontece é que as parcas explorações agrícolas (1 a 2) em MPB existentes nesses concelhos se encontram, integralmente (100%), em fase de conversão, tratando-se, como tal, de municípios que se vão “estrear” no MPB: Alijó, Cinfães, Montemor-o-Velho, Portimão, Santa Maria da Feira e Vila do Bispo.

Os restantes concelhos do grupo caracterizam-se, apenas, por comportarem mais área agrícola em conversão e menos em produção já certificada, não significando, forçosamente, que detêm as maiores áreas em conversão do país. Tal acontece, no seio do grupo, somente com Portalegre e Mogadouro. A nível nacional, Idanha-a-Nova e Pinhel, dos tipos 6 e 5, respectivamente, lideram na dimensão da SAU em conversão.

A distribuição espacial dos municípios do “bio recente” sugere que a adesão ao MPB se faz por contágio<sup>98</sup>, dada a contiguidade dos mesmos aos municípios com maior dimensão e maturação neste modo de produção. Veja-se a este propósito, os seguintes casos (cf. Figura 1):

- Vimioso, Mogadouro (Alto-Trás-os-Montes) e Alijó (Douro) surgem na continuidade de um importante pólo de agricultura biológica do país (território

<sup>98</sup> É sobretudo nesta classe que as relações de vizinhança (efeitos de aglomeração) demonstram grande importância na dinâmica de expansão da agricultura biológica. Seria interessante, do ponto de vista teórico, aprofundar a questão dos modelos de difusão da inovação e aplicá-los à temática em estudo.

Tipo 5) – com centro em Alfândega da Fé - no qual se concentram os concelhos do país com maior número de explorações do MPB.

- Montalegre, outra unidade geográfica do “bio recente”, emerge junto a Terras de Bouro, um município (Tipo 1) que, embora sem grande expressão a nível nacional no âmbito da temática, foi em 2003 alvo do “Projecto-Piloto para a Conversão da Agricultura Tradicional em Modo de Produção Biológico”, co-financiado pela medida 1.4 do Programa Operacional Norte (como atrás mencionado). Aqui, o factor explicativo de contágio surge associado a determinantes políticas.
- Viseu, Cinfães e Santa Maria da Feira vêm reforçar o núcleo do “bio da hortifruticultura” de Montemuro/Gralheira, surgindo por efeito de vizinhança aos seus municípios fundadores.
- Almeirim surge junto à Chamusca (Tipo 6) - um concelho com uma considerável proporção de SAU em MBP (9%; a média nacional cifra-se em 2,8%), mas sobretudo onde se encontram as maiores explorações biológicas do país - e na correnteza de Alenquer-Cartaxo, importantes concelhos do “bio da hortifruticultura”.
- Portalegre, igualmente uma unidade geográfica do “bio recente”, localiza-se entre Marvão e Alter do Chão, municípios do país (Tipo 6) com importância considerável de SAU em MBP (10,2% e 11,1%, respectivamente).
- Por último, temos Vila do Bispo e Portimão que surgem nas imediações de Aljezur e Lagos, ambos com proporções da área de vinha em MPB, no total das respectivas SAU, superiores à média nacional.

#### **IV. 2.4 Municípios do “Bio nulo” e do “Bio empresarial”**

A classe dos territórios Tipo 4 existe em resultado da inserção, na análise de dados efectuada, de dois indicadores estatísticos não específicos da agricultura biológica, porém fortemente caracterizadores da agricultura em geral, em concreto: (i) a proporção de explorações agrícolas com contabilidade organizada, no total de explorações agrícolas do concelho; e (ii) a proporção de produtores agrícolas singulares com o nível superior de escolaridade, no total de produtores agrícolas singulares do concelho.

Com efeito, esta opção metodológica tinha por objectivo explorar o comportamento dos municípios com relevância no MPB perante tanto a organização empresarial das explorações agrícolas, como a formação e qualificação dos produtores agrícolas, ambas dimensões de análise que o Recenseamento Agrícola do INE ainda não desagrega por modo de produção.

Os resultados demonstram, em primeiro lugar, uma cumplicidade entre os municípios que registam valores desses indicadores acima da média nacional (cf. quadro seguinte) e, em segundo lugar, uma afinidade dos mesmos com dois subgrupos de concelhos:

- O “subgrupo do bio nulo”: municípios com elevada qualificação dos produtores e forte organização empresarial no seio da agricultura convencional, onde a agricultura biológica assume nula expressão (p.ex. Golegã, Vendas Novas, Alcácer do Sal e Vidigueira). Sem relevância teórica à matéria em análise, inserem-se neste subgrupo os municípios urbanos de Oeiras, Cascais e Vila do Conde<sup>99</sup> onde os raros produtores e explorações agrícolas recenseadas (INE, 2009), a existirem, são qualificados e/ou em regime de contabilidade organizada, respectivamente.
- O “subgrupo do bio empresarial”: municípios com, igualmente, consideráveis qualificação dos produtores e organização empresarial das suas explorações agrícolas mas que, ao contrário do subgrupo anterior, apresenta forte expressão da agricultura biológica concretizada nas grandes explorações de agricultura biológica aí presentes.

---

<sup>99</sup> Segundo o INE (RA, 2009), em Vila do Conde existem mais de dois tractores por exploração. No outro extremo encontra-se a Madeira onde existe apenas um tractor em cada 60 explorações.

**Quadro 17. Principais medidas estatísticas associadas ao TIPO 4:  
Municípios do “Bio nulo” e do “Bio empresarial”**

Indicador	Média		Valor de teste
	no Tipo	no total dos 278 concelhos	
Proporção de explorações agrícolas com contabilidade organizada, no total de explorações agrícolas do concelho	34,96	11,11	11,07
Proporção de produtores agrícolas singulares com o nível superior de escolaridade, no total de produtores agrícolas singulares do concelho	11,65	5,04	9,57
Dimensão média das explorações em modo de produção biológico no concelho	125,71	45,50	3,48

Este subgrupo ocupa, sem grande surpresa, uma mancha considerável do Alentejo (cf. Figura 1), sobretudo do Alentejo Central, de que Portel, Évora, Arraiolos, Monforte (Alto Alentejo), Montemor-o-Novo<sup>100</sup> e Viana do Alentejo são exemplo. Com efeito, é no Alentejo que prevalecem as empresas agrícolas capitalistas que usufruem da estrutura fundiária dominada pelo latifúndio. A mancha estende-se ainda aos concelhos férteis da Lezíria do Tejo: Benavente e Coruche.

#### **IV. 2.5 Municípios do “Bio do olival”**

O Tipo 5 inclui os municípios onde, em relação às médias de Portugal Continental (cf. quadro seguinte), é maior a importância das áreas em MPB no total das respectivas SAU às seguintes culturas: olival (p.ex. Alfândega da Fé, Figueira de Castelo Rodrigo e Vila Flor), frutos de casca rija (p.ex. Alfândega da Fé, Torre de Moncorvo e Penedono) e vinha (p.ex. Vila Nova de Foz Côa, Lagos e São João da Pesqueira).

<sup>100</sup> Segundo o INE (RA, 2009), Montemor-o-Novo apresenta a maior percentagem de produtores com habilitações ao nível do ensino superior do país.

**Quadro 18. Principais medidas estatísticas associadas ao TIPO 5: Municípios do “Bio do olival”**

Indicador	Média		Valor de teste
	no Tipo	no total dos 278 concelhos	
Proporção da área de Olival em MPB no total da SAU do concelho	2,16	0,18	10,63
Montante Pago no âmbito das Medidas Agro-Ambientais do PRODER dirigidas ao MPB por unidade de SAU total do concelho	1,02	0,14	10,35
Proporção da área de Frutos de casca rija em MPB no total da SAU do concelho	1,20	0,08	10,13
Proporção da área de Vinha em MPB no total da SAU do concelho	0,77	0,07	9,58
Proporção de explorações em modo de produção biológico no total de explorações agrícolas do concelho	1,90	0,45	6,08
Taxa de variação do número de explorações em modo de produção biológico entre 1999 e 2009	298,19	37,84	5,60
Proporção da SAU em modo de produção biológico no total da SAU do concelho	5,84	1,43	4,87
Proporção da área de Culturas hortícolas e Frutos frescos em MPB no total da SAU do concelho	0,17	0,04	3,86

Conjuntamente, este é o território onde a proporção de explorações em MPB relativa ao total de explorações agrícolas é mais vigorosa (releva, mais uma vez, para Alfândega da Fé), o montante pago no âmbito das medidas específicas do MPB por unidade de SAU se situa acima da média nacional (destaque para Torres Novas, apenas com dois beneficiários para o ano em consideração - 2009) e onde se registou o mais intenso ritmo de expansão da agricultura biológica entre 1999 e 2009, em termos de explorações (realce para Meda, município vizinho de Figueira de Castelo Rodrigo que possui, logo a seguir a Alfândega da Fé, o maior número de explorações em MPB do país).

Em termos geográficos (cf. Figura 1), o território em questão tem forte implantação regional numa mancha que se estende de Macedo de Cavaleiros (em Alto de Trás-os-Montes) a Pinhel (na Beira Interior Norte), passando pelo concelhos durienses de Torre de Moncorvo, Vila Nova de Foz Côa, Penedono e São João da Pesqueira. A importância que a agricultura biológica assume neste território

relativamente ao universo da sua agricultura fica a dever-se, em grande medida, a uma razoável presença de infraestruturas quer de transformação - como os lagares e as adegas - adequadas ao trabalho de produtos de produção biológica, quer de comercialização, donde se realça o importante papel das cooperativas (p.ex. a Cooperativa de Viticultores e Olivicultores de Freixo Numão, do Concelho de Vila Nova de Foz Côa).

Por sua vez, o tipo de produções biológicas aqui produzidas espelha o sistema dominante de agricultura destas regiões, resultando das seguintes culturas de produção convencional: o olival, o amendoal e a vinha. A escassa utilização de químicos, pelo menos na cultura tradicional do olival (Firmino, 1999: 246), terá facilitado a sua conversão à prática biológica. Esta cultura, de acordo com A. Firmino (1999), encontra as melhores condições de produção em Trás-os-Montes.

Acrescem a estes factores de localização, a importância dos produtos de qualidade regionais neste território, provenientes ou não do MPB e, não alheio a esta realidade, o estabelecimento de algumas marcas credenciadas do território, entre as quais distinguimos o “Azeite Acushla” - produzido na Quinta do Prado, em Vila Flor - que, entre uma centena de participantes concorrentes da 5ª Edição do Concurso Nacional de Azeites (Santarém, Junho de 2011), recebeu a medalha de ouro na categoria Azeite Virgem Extra Biológico.

#### **IV. 2.6 Municípios do “Bio das pastagens”**

O Tipo 6 inclui ao todo 17 municípios (cf. Figura 1), 11 dos quais alentejanos, 5 da Beira Interior, sobretudo do sul, e um ribatejano (Chamusca). Em relação às médias de Portugal Continental (cf. quadro seguinte), este território assume relevância (em termos de SAU em MPB face à SAU total) nas seguintes produções biológicas: pastagens permanentes (p.ex. Mora, Barrancos e Penamacor) e cereais para grão (p.ex. Vila Velha de Rodão, Alandroal e Castelo Branco). Em relação à proporção da área de olival em MPB no total da SAU do concelho relevamos, no âmbito desta tipologia, os seguintes concelhos: Vila Velha de Rodão, Sousel e Marvão.

**Quadro 19. Principais medidas estatísticas associadas ao TIPO 6:  
Municípios do “Bio das pastagens”**

Indicador	Média		Valor de teste
	no Tipo	no total dos 278 concelhos	
Proporção da área de Pastagens permanentes em MPB no total da SAU do concelho	8,71	0,83	12,78
Proporção da SAU em modo de produção biológico no total da SAU do concelho	11,24	1,43	12,46
Proporção da área de Cereais para grão em MPB no total da SAU do concelho	0,36	0,04	10,40
Dimensão média das explorações em modo de produção biológico no concelho	342,38	45,50	10,02
Proporção de explorações em modo de produção biológico no total de explorações agrícolas do concelho	2,32	0,45	9,04
Montante Pago no âmbito das Medidas Agro-Ambientais do PRODER dirigidas ao MPB por unidade de SAU total do concelho	0,54	0,14	5,35
Proporção da área de Olival em MPB no total da SAU do concelho	0,80	0,18	3,82

Conjuntamente, este é o território onde a SAU em MPB face à SAU total atinge as maiores proporções relativas (destaque para Mora, Barrancos, Penamacor e Vila Velha de Rodão) e, em associação, onde se incluem os municípios com as maiores dimensões médias das suas explorações em MPB (grande relevo da Chamusca e, ainda que numa escala inferior, de Mora e Sines). O predomínio da grande propriedade de agricultura biológica neste território convive com as suas principais ocupações culturais; as pastagens permanentes, associadas à produção animal, e a cultura cerealífera, exigem áreas mais amplas do que as necessárias para a prática da hortifruticultura (Firmino, 1999: 246).

À semelhança do Tipo 5, os municípios do “bio das pastagens” apresentam, regra geral, valores superiores às médias nacionais para os seguintes indicadores estatísticos: (i) proporção de explorações em MPB no total de explorações agrícolas do concelho (%; 2009); e (ii) montante Pago no âmbito das Medidas Agro-Ambientais do PRODER dirigidas ao MPB por unidade de SAU total do concelho (milhares €/km<sup>2</sup> ,

2009). No primeiro caso salientamos os concelhos de Barrancos, Mora e Alter do Chão e, no segundo caso, o concelho de Vila Velha de Rodão.

## CONCLUSÃO

No essencial, a dissertação, que agora se conclui, pretendeu dar um contributo geográfico à problemática da agricultura biológica, concretizado, em grande medida, na determinação da diversidade espacial deste modo de produção e, em concreto, nos seis tipos de territórios da agricultura biológica, estabelecidos através da aplicação da análise de clusters aos 278 municípios de Portugal Continental. Pretende-se que os padrões de distribuição geográfica da agricultura biológica, identificados no estudo, sejam úteis na elaboração de futuras estratégias nacionais de desenvolvimento local (p. ex. a considerar no PDM).

A fim de poder alcançar esses intentos houve que, inicialmente, conhecer as bases teóricas da matéria em questão, ter a percepção dos seus fundamentos e identificar as controvérsias e as tendências que a caracterizam. O Capítulo I acolhe essa necessária reflexão. Num primeiro momento, percorremos as diferentes fases de evolução da agricultura biológica, desde as suas raízes antigas, cujo legado assenta no saber agronómico dos nossos antepassados, que recorriam a métodos rudimentares e naturais para tratar a terra, até à actual “fase pragmática ou de produção regulamentada” (Cristóvão e Pereira, 1995), na qual prevalece, em detrimento do seu forte carácter ideológico, o propósito económico desta actividade e, no contexto da União Europeia, respectivo vínculo à política de qualidade para produtos agrícolas e géneros alimentícios.

Sublinhamos que cada etapa da história da agricultura biológica é caracterizada por uma nova preocupação (p. ex. da fertilidade dos solos à dignificação da profissão de agricultor e, mais recentemente, a questão dos circuitos de distribuição curtos) que se vem juntar à anterior, dando conta do facto do conceito em causa ser fortemente influenciado pelas evoluções globais da sociedade e acolher, em si, as dimensões holística, técnica-ambiental, político-normativa, societal e económica.

Por um lado, perante o reforço da dimensão ambiental da agricultura, que possibilitou o apoio financeiro ao MPB (e este, por sua vez, o seu crescimento exponencial) e, por outro lado, reconhecendo a procura crescente de alimentos provenientes da agricultura biológica e o seu contributo à protecção do ambiente, ao

bem-estar dos animais e ao desenvolvimento rural, a Comissão Europeia tem vindo a reforçar tanto o quadro regulamentar, como o apoio financeiro relativo à matéria. Mas será o renovado discurso político da PAC pós 2013 - que integra, pela primeira vez, uma componente ecológica no apoio às práticas agrícolas benéficas ao clima e, em geral, ao ambiente e uma medida específica para o MPB - consistente com a prática vindoura?

No quadro das negociações da PAC em curso, e perante os desenvolvimentos supracitados, a IFOAM EU Group reivindica o desajustamento das medidas propostas face às necessárias, tendo em conta que a agricultura biológica, em relação ao modo de produção agrícola dominante, pode constituir uma parte importante da solução dos seguintes desafios da sociedade: (i) gestão sustentável dos recursos naturais (p. ex. maior controlo na erosão dos solos e menor perigo de contaminação de águas subterrâneas); (ii) conservação da biodiversidade (p. ex. preocupação na preservação de espécies vegetais autóctones); (iii) mitigação da poluição atmosférica (p. ex. redução das emissões de carbono e nitrogénio) e adaptação às alterações climáticas (p. ex. menor vulnerabilidade a secas e inundações); e, entre outros desafios, (iv) contribuição para a vitalidade e coesão económica e social dos territórios rurais (p. ex. maior necessidade de mão-de-obra, atracção de nova geração para o sector agrícola e recuperação de produtos e técnicas agrícolas tradicionais).

O panorama da agricultura biológica em Portugal é apresentado, na presente dissertação, sob duas perspectivas complementares entre si: uma de contextualização e a outra associada à prática deste modo de produção. A primeira perspectiva de análise, consubstanciada no Capítulo II, procura interpretar, numa primeira etapa, as condições de partida e os factores de desenvolvimento da agricultura biológica no país. Nesse contexto, destacamos que, entre nós, a tardia adesão a este modo de produção, face a outros países do norte da Europa (p. ex. Alemanha e Dinamarca), se deve, em parte, ao país ter permanecido melhor preservado quanto à degradação ambiental, provocada pela agricultura produtivista, fomentada pela PAC. E que, não obstante as primeiras experiências da década de 50 (Luís Alberto Vilar) e afinidade com o movimento nacional da saúde natural, a agricultura biológica em Portugal ganharia apenas impulso na década de noventa, em grande medida em resultado do

envolvimento associativo (AGROBIO) - influenciado pelo movimento francês da agricultura biológica -, e da atractividade dos subsídios comunitárias, pagos aos agricultores, através das medidas agro-ambientais inscritas na PAC.

Seguidamente, numa tentativa de agrupamento, e posterior caracterização dos principais actores da agricultura biológica nacional, mediante o posicionamento dos mesmos na fileira em causa (a montante, a jusante e de apoio da e à produção), damos conta das seguintes fragilidades: (i) uma dispersão institucional e funcional da agricultura biológica; (ii) a inexistência de uma abordagem multissetorial da agricultura biológica, com nula presença da mesma, em termos institucionais, junto de sectores como o ambiente ou o ordenamento do território; (iii) uma visão reduzida da agricultura biológica circunscrita à regulamentação comunitária e respectivo cumprimento, por oposição a uma visão maior, que anteveja no MPB uma área a investir em termos nacionais; e (iv) uma ainda débil afirmação do MPB no país mas, sobretudo, uma falta de determinação política em facultar-lhe expressão.

Não obstante a coesão do movimento biológico, através das suas principais organizações representativas (AGROBIO e INTERBIO), estar longe do desejável, a fragilidade do quadro institucional da agricultura biológica advém, sobretudo, de um insuficiente envolvimento e compromisso por parte de uma potencial rede de instituições públicas em áreas chave ao sector (apoio técnico regional e central, ensino/formação, investigação e extensão). Esta situação reflecte, a nosso ver, a ausência de uma opção política pelo desenvolvimento do sector.

Nem tudo é, todavia, negativo. Com efeito, num curto espaço de tempo, o país acolheu um maior número de estruturas de apoio ao sector, sobretudo de apoio à produção e a jusante desta, devendo-se isso, em grande medida, ao sector privado da sociedade portuguesa relativo à agricultura biológica (entidades formadoras, associações, organização de produtores e consumidores, OCC e unidades empresariais a jusante da produção, com destaque para as cooperativas e sociedades agrícolas) que se dilatou, reforçando os vários elos da fileira. Ainda que frágil face ao mercado convencional, a rede de comercialização e distribuição deixa de ser incipiente e há hoje uma maior e mais fácil cobertura de apoio técnico aos produtores agrícolas. A oferta aumenta graças a um maior e mais diferenciado leque de consumidores, sendo

também maior o conhecimento em relação a um sistema de agricultura alternativa e sustentável, facilitado, p. ex., pela introdução da temática nos programas escolares.

A contextualização da agricultura biológica em Portugal termina com uma avaliação das políticas nacionais relativas à matéria em questão, com base tanto na sistematização dos apoios para aí canalizados e respectiva síntese de execução, como na identificação de possíveis intenções delineadas no quadro dos instrumentos de política nacionais. Neste âmbito, constatamos que o país é ainda desprovido de políticas públicas para a agricultura biológica, assistindo-se antes a um enorme esforço institucional (enorme porque, justamente, actuante sem uma necessária direcção política): (i) do sector público, em fazer cumprir a regulamentação comunitária e em assegurar a gestão e execução dos regimes de apoio específicos ao sector no quadro do PRODER; e (ii) do sector privado, em apetrechar o Estado de importantes propostas de política que, sem acolhimento das mesmas pela actual e futura governação, não passarão disso mesmo, de um conjunto de propostas e intenções.

Em concreto, e com base no trabalho desenvolvido recentemente por C. Crisóstomo (2011), sublinhamos as seguintes fragilidades: (i) a escassez de iniciativas políticas e o debate nacional sobre a temática; (ii) a redução do domínio político à aplicação directa dos regulamentos comunitários; (iii) a praticamente nula interacção entre as organizações de agricultura biológica e de agricultura convencional; e (iv) a ausência de um movimento nacional de agricultura biológica fortemente unificado. E ainda, atendendo a uma necessária melhoria da qualidade do processo de formulação de políticas para a agricultura biológica no nosso país, apontamos as seguintes propostas (Crisóstomo, 2011; INTERBIO, 2011):

- criar uma estrutura da administração pública que se dedique exclusivamente a esta fileira económica;
- criar um centro de investigação na área dos alimentos e agricultura biológicos;
- promover fóruns de discussão em torno da questão;
- criar a posição de gestor da rede política para a agricultura biológica;
- assegurar uma ampla participação e envolvimento do sector na tomada de decisões estratégicas;
- promover o diálogo e a cooperação entre actores políticos;

- fomentar um maior nível de cooperação entre actores do movimento da agricultura biológica;
- encetar contactos e trocas de pontos de vista com actores do sector da agricultura convencional;
- estabelecer relações significativas entre as organizações do sector e o Ministério da Agricultura;
- trazer a agricultura biológica para a agenda pública e política;
- investir na concepção de um sistema de informação estatístico fiável, e;
- dissociar os apoios à produção biológica dos apoios à produção integrada, com base nos distintos benefícios/efeitos que cada um daqueles modos de produção comporta no ambiente.

Ainda no panorama da agricultura biológica em Portugal, mas agora no que respeita à segunda perspectiva de análise, associada à prática, propriamente dita, deste modo de produção, o estudo integra, num primeiro momento, uma análise da evolução e distribuição da agricultura biológica nacional, no país e na Europa e, num segundo momento, a interpretação dos resultados da análise de clusters aos 278 municípios de Portugal Continental, aplicada com vista ao estabelecimento de uma tipologia de territórios da agricultura biológica.

Quanto à situação nacional no contexto da União Europeia, que, dada a dilatação da presente dissertação, vem exposta no Apêndice A, importará realçar o seguinte: não obstante a diminuta dimensão do MPB nacional nesse panorama (notória, sobretudo, em termos de operadores ou de volume de vendas), Portugal observa (segundo dados do FiBL, de 2010) uma dinâmica recente de evolução muito positiva (i.e., ritmo de expansão 2009-2010 superior ao comunitário) no que respeita à área global, áreas de vinha e de olival e número de produtores. Acresce que, segundo dados do FiBL de 2010, o nosso país ocupava uma posição acima da média comunitária, em termos da importância da área de agricultura biológica face à SAU, colocando-o ao lado de países como a Espanha, a Alemanha e a Dinamarca. Anotámos, contudo, que esse facto se deve, em grande medida, à elevada área de pastagens em MPB do país, que se destina à alimentação animal.

A realidade *supra* descrita, que aponta no sentido de uma retoma da vitalidade do MPB nacional em 2010, reforçada, aliás, ao longo do ponto IV.1 (da “Organização e evolução espacial da agricultura biológica”), é discordante/contrasta com as fragilidades referidas no Capítulo II, e atrás expostas, em matéria tanto de medidas de política (p. ex. abandono do Plano de Acção de 2004), como do enquadramento de apoio ao sector (p. ex. debilidade dos serviços de extensão rural e da investigação agrária). Esta retoma do MPB (materializada, segundo dados do GPP, em maior número efectivo de produtores - pico em 2010 - e área - pico em 2007 - de agricultura em MPB) em 2010, face à perda registada entre 2007 e 2009, é também confirmada em sede do PRODER. Citamos, contudo, que, neste domínio, a recuperação de 2010, embora satisfatória, dificilmente conseguirá inverter, no actual ciclo financeiro, a regressão da adesão ao MPB, face ao ocorrido no Programa RURIS.

Ainda assim, face ao exposto, e admitindo que muitos agricultores biológicos possam estar a ressentir-se com as actuais circunstâncias, como explicar a surpreendente recuperação ocorrida no MPB, entre 2009 e 2010, em contexto de crise económica e sem a determinação/enquadramento político para que tal aconteça? A agricultura (sobretudo a biológica e subsidiada) tem sido apontada, em recentes reportagens jornalísticas nacionais (cf. bibliografia), como “solução para responder à crise” e, nesse círculo, multiplicam-se o número de casos de portugueses (e também gregos) que estão “de volta à terra” ou a “começar uma nova vida no campo”. Será possível que esse fenómeno adquira tamanha dimensão que, ao repercutir-se nos dados estatísticos de 2010, explique a retoma em questão?

Recentemente, a actual governante da tutela (que tem vindo a posicionar, pelo menos em discurso, a agricultura como um sector com potencial de desenvolvimento e de dimensão competitiva) vem informar de um necessário (novo) reforço de verbas à medida relativa à “Instalação de Jovens Agricultores”. Também as anunciadas medidas de criação da bolsa de terras agrícolas para arrendamento rural<sup>101</sup>, e de permissão da concessão aos agricultores de terras do Estado desaproveitadas, poderão representar importantes factores de dinamização da agricultura biológica, sobretudo se priorizadas

---

<sup>101</sup> Neste âmbito, seria interessante aprofundar, numa futura investigação, o conceito e a prática do Banco de Terras (p. ex. os casos dos Bancos de Terras da Junta da Galiza e de Montemor-o-Novo).

para jovens agricultores por um lado, e produções ambientalmente sustentáveis por outro. Acresce a esta dinâmica, sinais positivos emanados da sociedade civil portuguesa que, correspondendo a testemunhos de governança e pró-actividade, sugerem uma maior abertura e conhecimento sobre, entre outras matérias, o modo de produção alternativo em questão (p. ex. o Movimento Novos Rurais; o projecto dos “Novos Povoadores” - Programa de repovoamento de territórios rurais com famílias empreendedoras; as hortas urbanas em Lisboa, ou Cascais, entre tantas outras).

Estará a agricultura biológica, no nosso país, a tomar um verdadeiro impulso, ainda que movido mais pela crise económica e social, do que por uma mudança (desejável), ainda que gradual, das atitudes da sociedade (perante, p. ex., a redução do consumo, a saúde ambiental e humana, actual e futura ou a necessária proximidade com os nossos agricultores e artesãos, com as nossas terras e paisagens)? Ou a actual vitalidade do MPB nacional é aparente, dado poder estar dependente do sucesso da actividade pós ajudas financeiras? Apesar de tudo, são raros os agricultores biológicos que enriquecem com a venda dos seus produtos e, não menos importante, sobretudo tratando-se de novos e jovens agricultores, a agricultura é uma actividade fisicamente árdua e, como tivemos oportunidade de verificar este ano (primeiro a seca em todo o país, depois os incêndios nas regiões agrícolas de montanha do Algarve e Madeira, e recentemente, a queda de granizo nos concelhos durienses de Sabrosa e São João da Pesqueira) extremamente vulnerável às oscilações climáticas, mas também a pragas e doenças.

Este estudo, não tendo, à partida, levantado estas questões, não pretendia dar-lhes resposta. Com efeito, elas surgiram ao longo da execução de um projecto que tinha como propósito maior a identificação de padrões de distribuição geográfica da agricultura biológica no país. Ainda assim, entendemos oportuno colocar aqui os elementos de reflexão supra, em torno da dinâmica recente da matéria em causa, dada a sua importância em termos de futuras pesquisas.

Retomemos, não obstante, a matéria abordada no Capítulo IV, nomeadamente a relativa à “Expressão espacial da agricultura biológica em Portugal” e, muito concretamente, às conclusões finais da presente pesquisa quanto aos padrões e tipologia espaciais aí identificados:

- O vigor das sub-regiões raianas do país, patenteado na distribuição espacial de variáveis fundamentais da matéria em causa, como a importância da SAU em MPB face à SAU total ou a importância das explorações em MPB no total de explorações (segundo dados do INE de 2009).
- A geografia da agricultura biológica sobrepõe-se, regra geral, à geografia das regiões do país: (i) menos sujeitas à pressão do desenvolvimento urbano; (ii) com risco elevado de abandono de terras agrícolas (em particular a Beira Interior, segundo dados do INE de 2009); (iii) com práticas agrícolas com riscos menos gravosos para o ambiente (Trás-os-Montes, Beira Interior e Algarve); (iv) com predominância em produtos de qualidade certificados; e (v) com índices de competitividade e de qualidade ambiental, abaixo e acima da média nacional, respectivamente.
- A concentração de produtores biológicos (segundo dados do GPP de 2010) em torno do eixo raiano Bragança – Guarda – Castelo Branco e Portalegre<sup>102</sup>, cuja extensão parece ter beneficiado dos efeitos de aglomeração/relações de vizinhança que se alastraram em torno dos seguintes núcleos centrais de produtores: (i) núcleo de Macedo de Cavaleiros/Alfândega da Fé/Mirandela, da subregião de Alto Trás-os-Montes; (ii) núcleo de Figueira de Castelo Rodrigo/Pinhel, da subregião da Beira Interior Norte; e (iii) núcleo de Idanha-a-Nova, da subregião da Beira Interior Sul.
- A importância do envolvimento de câmaras municipais e associações locais no processo de renovação da agricultura local, com base numa estratégia assente no MPB (p. ex. Terras de Bouro).
- O estabelecimento de núcleos de culturas hortícolas e/ou frutos frescos em MPB do país (Núcleo de Montemuro/Gralheira e Núcleo do Oeste).

---

<sup>102</sup> Não obstante o exposto, surgem alheios ao eixo outros municípios que, com considerável número de produtores, se encontram geograficamente isolados. Incluem-se neste caso os municípios de Resende (Tâmega), Montemor-o-Novo (Alentejo Central), Moura (Baixo Alentejo) e Terras de Bouro (Cávado). Outros factores, que não a proximidade de explorações agrícolas, determinaram a localização de produtores biológicos nestas unidades geográficas.

Sem especial exame à matéria, apontaríamos determinantes naturais nos casos de Resende (microclima duriense, fundamental à produção da cereja local) e de Moura (solos argilo-calcários da região, essenciais à produção do azeite local); determinantes políticas no caso de Terras de Bouro (o município lançou, em Setembro de 2003, o Projecto-Piloto para a Conversão da Agricultura Tradicional em MPB); e determinantes económicas, no caso de Montemor-o-Novo (produção pecuária com aposta na qualidade como, a título de exemplo, o borrego de Montemor-o-Novo IGP).

- A distribuição espacial dos municípios do “bio recente” sugere que a adesão ao MPB se faz por contágio, dada a contiguidade dos mesmos aos municípios com maior dimensão e maturação neste modo de produção.
- O tipo de produções biológicas produzidas espelha a preocupação, deste modo de produção, em manter e desenvolver as culturas tradicionais dominantes a nível regional (p. ex. olival em Trás-os-Montes e a vinha no Douro).
- O tipo de produções biológicas produzidas no Alentejo (pastagens/superfícies forrageiras, culturas arvenses e olival) mostra que aquela região soube tirar partido da sua estrutura fundiária (dominada pelo latifúndio), condições naturais e formas de produção extensivas.
- A possibilidade dos territórios de agricultura biológica (p. ex. identidade com base na dimensão da propriedade, tipo de culturas e técnicas agrícolas utilizadas) poderem beneficiar da utilização comum de unidades de compostagem, de transformação (p. ex. lagares e adegas) e de comercialização (importante papel das cooperativas agrícolas).

No que respeita à análise regional produzida, sintetizamo-la aqui da seguinte maneira:

- A importância da região agrária do Alentejo em termos de dimensão da temática. Aqui se concentra (segundo dados do INE de 2009): a maior área de agricultura biológica do país (59%); a maior área em conversão (42%) a maior dimensão média da exploração em MPB do país (201 ha/exploração); a maior área de pastagens permanentes em MPB do país (67%); a maior área das culturas temporárias em MPB do país (55%), com relevância dos prados temporários e culturas forrageiras, associadas à produção animal e dos cereais para grão; a maior área de olival do país em MPB; o maior efectivo suíno. Há ainda a apontar um predomínio das sociedades agrícolas em MPB do país, e um acolhimento de 40% das explorações agrícolas do país, com produção animal em MPB.
- A região agrária da Beira Interior acolhe o município (Idanha-a-Nova) com a maior área de agricultura biológica do país (segundo dados do GPP de 2010) e 32% das explorações agrícolas do país, com produção animal em MPB. Mas

destaca-se, sobretudo, por deter a maior proporção de SAU em MPB do país (8%).

- A região agrária de Entre Douro e Minho acolhe a maior concentração de efectivo caprino produzido em MPB, sendo ainda de realçar a importância (46%) da vinha na área regional em MPB (segundo dados do INE de 2009).
- A região agrária de Trás-os-Montes acolhe (segundo dados do INE de 2009) uma boa parte (37%) da área em MPB de culturas permanentes do país, aliás, tem a maior área de vinha e de frutos de casca rija em MPB do país. Possui ainda o maior número de explorações que se dedicam à produção de mel biológico, detém 46% das colmeias e cortiços do país (com destaque para Bragança) e acolhe o município de Figueira de Castelo Rodrigo, que tem a maior área de olival e de frutos frescos em MPB do país, sendo, por essa razão, o município com a maior área de culturas permanentes em MPB do país.
- A região agrária da Beira Litoral apresenta um predomínio das aves produzidas em MPB, sendo ainda de realçar a importância (73%) da vinha na área regional em MPB (segundo dados do INE de 2009).
- O Algarve é a única região agrária do Continente onde, no seio da área de culturas temporárias, não se verifica o predomínio de prados (a área de cereais é ligeiramente superior). Os dados do INE de 2009 realçam, também, a importância (50%) dos frutos de casca rija na área regional em MPB. O concelho algarvio de Silves acolhe uma concentração significativa de cortiços e colmeias em MPB. A pouca relevância que o Algarve assume, em matéria de MPB, no contexto nacional, pode ficar a dever-se à perda crescente de solos com uso agrícola desta região em favor da actividade turística e urbanística.
- A região agrária do Ribatejo e Oeste (segundo dados do GPP de 2010) perde, entre 2009 e 2010, 3721 ha da área de agricultura em MPB. Este fenómeno pode estar relacionado com a “crescente adopção de sistemas culturais mais exigentes em factores de produção” (INE, 2009) observada na região, em concreto com a adopção crescente de práticas agrícolas intensivas. Os dados do INE de 2009 realçam a importância (69%) dos frutos de casca rija na área regional em MPB.

A identificação, e posterior caracterização dos seis territórios - não Bio; Bio da hortifruticultura; Bio recente; Bio empresarial; Bio do olival, e; Bio das pastagens - contrastados em função das características e dinamismo da temática em causa, assim como o reconhecimento dos padrões espaciais atrás sistematizados, pretenderam contribuir, ainda que de forma inicial, para uma necessária abordagem estratégica da agricultura biológica, que se deseja mais territorializada e em articulação com outros recursos (p. ex. bens naturais e culturais) ou iniciativas regionais (p. ex. ecoturismo, valorização do artesanato e associadas à gastronomia local).

- Por estarmos conscientes de que a agricultura biológica pode constituir uma alternativa a privilegiar, numa resposta coerente aos desafios da sustentabilidade ambiental, viabilidade económica da agricultura portuguesa e da valorização dos espaços rurais e do combate ao despovoamento dos mesmos, através quer da criação de postos de trabalho; quer da promoção de actividades conexas (p. ex. transformação e venda directa na exploração); quer do MPB atrair uma nova geração com mais formação para o sector agrícola; quer da recuperação de técnicas agrícolas, variedades e raças locais; quer ainda, entre outros aspectos, do MPB poder contribuir para o turismo rural (valorização da paisagem, qualidade ambiental e salvaguarda do património cultural local); e
- Por estarmos ainda conscientes de que as políticas relativas à agricultura biológica devem incluir uma abordagem territorial, adaptada à diversidade espacial que este modo de produção apresenta no país, que valorize, de modo integrado e coerente, a multifuncionalidade da agricultura e a diversificação de outros recursos locais;

Pensamos ser oportuno, num futuro próximo (em função do lançamento dos resultados definitivos dos Censos 2011 do INE), em sequência do presente estudo e atendendo ao atrás exposto, melhor consolidar uma tipificação de espaços rurais quanto à agricultura biológica que acolha, à semelhança do que foi feito, variáveis internas ao MPB, mas também variáveis de contexto (externas ao MPB), relativas, a título de exemplo, à demografia, ao ambiente, à orografia ou, ainda, ao tecido

socioeconómico de cada um dos municípios em análise. As variáveis relacionadas com as ocupações culturais em MPB, podiam atender à SAU total das culturas em análise.

Face à caracterização dos vários tipos de territórios de agricultura biológica, realizada no presente estudo, era salutar que, as futuras tipologias espaciais entretanto criadas, como a que se sugere atrás, atendessem a um maior aprofundamento das potencialidades e trajectórias possíveis de desenvolvimento integrado de cada identidade territorial estabelecida e, ainda, ao perfil dos agricultores biológicos aí presentes.

Por último, sugerimos o estudo sobre os factores de localização da agricultura biológica em Portugal (determinantes naturais, políticas, etc.) como uma problemática possível, e necessária, para futuras pesquisas sobre a agricultura biológica. Com estas sugestões, pretendemos afirmar, face à escassez de estudos nesta área, não serem em demasia os projectos académicos que, à semelhança do que se procurou aqui fazer, reforcem tanto os motivos para uma política de agricultura biológica no país<sup>103</sup>, como a importância da mesma ser territorializada<sup>104</sup>.

---

<sup>103</sup> A agricultura biológica regista, na última década, um ritmo de crescimento muito significativo, todavia uma diminuta importância face à agricultura convencional; Portugal possui condições edafoclimáticas e de morfologia próprias (pequena dimensão, clima e tipo de solos); Portugal possui ainda regiões pouco poluídas, onde a agricultura foi pouco intensificada e se observa elevada biodiversidade; Portugal possui um mundo rural cada vez mais débil.

<sup>104</sup> No MPB tende a estar presente a preocupação em manter e desenvolver as variedades tradicionais e as raças animais autóctones, de forte implantação regional; Possibilidade dos territórios de agricultura biológica (p. ex. identidade com base na dimensão da propriedade, tipo de culturas e técnicas agrícolas utilizadas) poderem beneficiar da utilização comum de unidades de compostagem, de transformação e de comercialização; A indispensabilidade do envolvimento de câmaras municipais no processo de renovação da agricultura local, com base numa estratégia assente no MPB (p. ex. Terras de Bouro); A integração da agricultura biológica nos instrumentos de gestão municipal (PDM).

## BIBLIOGRAFIA

- Agência Lusa (2006). “Terras de Bouro: Projecto de agricultura biológica envolve 17 produtores”, artigo publicado a 19-05-2006. Disponível em <http://www.agroportal.pt/x/agronoticias/2006/05/19g.htm>. Acesso em Julho de 2012.
- AGROBIO (1989). *Agricultura biológica: sua caracterização*. Lisboa: Instituto Nacional do Ambiente.
- Amaro, P. (2003). *A Protecção Integrada*. Lisboa: ISA/Press.
- AR/Comissão de Agricultura e Mar (2011). *Plano de Actividades da Comissão de Agricultura e Mar - XII Legislatura*. Disponível em <http://www.parlamento.pt>. Acesso em Junho de 2012.
- Avillez, F. (2011). “A PAC pós-2013 e a Agricultura Biológica em Portugal”. Comunicação apresentada na Conferência “Política Nacional para a Agricultura Biológica: Para quando?”, org. INTERBIO, Lisboa, 18 de Novembro de 2011.
- Avillez, F. (coord.) (2010). A agricultura portuguesa e o futuro da PAC pós-2013 (Documento elaborado pelo Grupo de Peritos criado pelo Despacho nº 7164/2010 do MADRP), 4 de Outubro de 2010. Disponível em [http://www.gpp.pt/pac2013/Docs/Doc\\_GPeritos\\_PAC.pdf](http://www.gpp.pt/pac2013/Docs/Doc_GPeritos_PAC.pdf). Acesso em Julho de 2012.
- Barros, V. (2000). “O Mundo Rural enquanto matriz fundamental do Desenvolvimento Sustentável”. In *Geolnova*, nº 1 -2000, UNL, Lisboa, 2000, pp.9-22.
- Besson, Y. (2009). “Une histoire d’exigences: philosophie et agrobiologie. L’actualité de la pensée des fondateurs de l’agriculture biologique pour son développement contemporain”. *Innovations Agronomiques* (2009) 4, 329-362.
- Besson, Y. (2011). *Les Fondateurs de l’agriculture biologique*. Disponível em <http://www.ecolotech.eu/-Introduction,15-.html>. Acesso em Junho de 2012.
- Campo Aberto (2011). *Revista Ar Livre – Ambiente, Cultura e Alternativas*, n.º 20, “Uma resposta à crise: produzir alimentos na cidade e no campo”, Campo Aberto – Associação de Defesa do Ambiente, Porto.
- Carvalho, A. (coord.). *Potencialidades de criação de emprego no âmbito da Agricultura Biológica*. Lisboa: IEFP, 2000.
- Carvalho, P. (2012). *Ordenamento Territorial e Desenvolvimento*. Imprensa da Universidade de Coimbra, Março 2012.
- Castella, J. (2009). “A Biodinâmica em Portugal”. Tema Central do Jornal Quercus Ambiente 37. Disponível em <http://jornal.quercus.pt>. Acesso em Junho de 2012.
- Cavaco, C. (2004). “Desafios de Desenvolvimento Rural: notas de leitura”, *Finisterra* Vol. XXXIX, nº 78, pp. 99-112.
- CCE (1985). Communication of the Commission to the Council and the Parliament: Perspectives for the common agricultural policy (COM(85) 333 final). Disponível em <http://ec.europa.eu/green->

papers/pdf/green\_paper\_perspectives\_for\_cap\_com\_85\_333.pdf. Acesso em Junho de 2012.

CCE (2004). Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu: Plano de acção europeu para os alimentos e a agricultura biológicos (COM(2004)415 final). Disponível em <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2004:0415:FIN:PT:PDF>.

Acesso em Junho de 2012.

CE (1999). Regulamento (CE) n.º 1257/1999 do Conselho de 17 de Maio de 1999 relativo ao apoio do Fundo Europeu de Orientação e de Garantia Agrícola (FEOGA) ao desenvolvimento rural e que altera e revoga determinados regulamentos (JO L 160 de 26.6.1999, p. 80-102). Disponível em <http://eur-lex.europa.eu/pt/index.htm>. Acesso em Junho de 2012.

CE (1999). Regulamento (CE) n.º 1804/1999 do Conselho, de 19 de Julho de 1999, que completa, no que diz respeito à produção animal, o Regulamento (CE) n.º 2092/91 relativo ao modo de produção biológico de produtos agrícolas e à sua indicação nos produtos agrícolas e nos géneros alimentícios (JO L 222 de 24.8.1999). Disponível em <http://eur-lex.europa.eu/pt/index.htm>. Acesso em Junho de 2012.

CE (2000). *A agricultura biológica: Guia da regulamentação comunitária*. Disponível em [http://www.estig.ipbeja.pt/~ac\\_direito/abio\\_pt.pdf](http://www.estig.ipbeja.pt/~ac_direito/abio_pt.pdf). Acesso em Junho de 2012.

CE (2005). Regulamento (CE) n.º 1698/2005 do Conselho, de 20 de Setembro de 2005, relativo ao apoio ao desenvolvimento rural pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (Feader) (JO L 277 de 21.10.2005, p. 1-40). Disponível em <http://eur-lex.europa.eu/pt/index.htm>. Acesso em Junho de 2012.

CE (2007). Regulamento (CE) n.º 834/2007 do Conselho, de 28 de Junho de 2007, relativo à produção biológica e à rotulagem dos produtos biológicos e que revoga o Regulamento (CEE) n.º 2092/91 (JO L 189 de 20.7.2007). Disponível em <http://eur-lex.europa.eu/pt/index.htm>. Acesso em Junho de 2012.

CE (2008). Regulamento (CE) n.º 889/2008 da Comissão, de 5 de Setembro de 2008, que estabelece normas de execução do Regulamento (CE) n.º 834/2007 do Conselho relativo à produção biológica e à rotulagem dos produtos biológicos, no que respeita à produção biológica, à rotulagem e ao controlo (JO L 250 de 18.9.2008). Disponível em <http://eur-lex.europa.eu/pt/index.htm>. Acesso em Junho de 2012.

CE (2008). Regulamento (CE) n.º 1235/2008 da Comissão, de 8 de dezembro de 2008, que estabelece normas de execução do Regulamento (CE) n.º 834/2007 do Conselho no que respeita ao regime de importação de produtos biológicos de países terceiros (JO L 334 de 12.12.2008, p. 25). Disponível em <http://eur-lex.europa.eu/pt/index.htm>. Acesso em Junho de 2012.

CE (2010). Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões: A PAC no horizonte 2020 - Responder aos desafios do futuro em matéria de alimentação, recursos naturais e territoriais (COM(2010) 672/5 final). Disponível em

- [http://ec.europa.eu/agriculture/cap-post-2013/communication/com2010-672\\_pt.pdf](http://ec.europa.eu/agriculture/cap-post-2013/communication/com2010-672_pt.pdf). Acesso em Junho de 2012.
- CE (2011). “Food: from farm to fork statistics”. Disponível em [http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY\\_OFFPUB/KS-32-11-743/EN/KS-32-11-743-EN.PDF](http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_OFFPUB/KS-32-11-743/EN/KS-32-11-743-EN.PDF). Acesso em Abril de 2012.
- CE (2011). Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece regras para os pagamentos directos aos agricultores ao abrigo de regimes de apoio no âmbito da política agrícola comum (COM(2011) 625 final). Disponível em [http://ec.europa.eu/agriculture/cap-post-2013/legal-proposals/com625/625\\_pt.pdf](http://ec.europa.eu/agriculture/cap-post-2013/legal-proposals/com625/625_pt.pdf). Acesso em Junho de 2012.
- CE (2011). Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo ao apoio ao desenvolvimento rural pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) (COM(2011) 627 final). Disponível em [http://ec.europa.eu/agriculture/cap-post-2013/legal-proposals/com627/627\\_pt.pdf](http://ec.europa.eu/agriculture/cap-post-2013/legal-proposals/com627/627_pt.pdf). Acesso em Junho de 2012.
- CEE (1988). Regulamento (CEE) n.º 1094/88 do Conselho, de 25 de Abril de 1988, que altera os Regulamentos (CEE) n.º 797/85 e (CEE) n.º 1760/87 no que respeita à retirada das terras aráveis bem como à extensificação e à reconversão da produção (JO L 106 de 27.4.1988, p. 28-32). Disponível em <http://eur-lex.europa.eu/pt/index.htm>. Acesso em Junho de 2012.
- CEE (1991). Regulamento (CEE) n.º 2092/91 do Conselho, de 24 de Junho de 1991, relativo ao modo de produção biológico de produtos agrícolas e à sua indicação nos produtos agrícolas e nos géneros alimentícios (JO L 198 de 22.7.1991). Disponível em <http://eur-lex.europa.eu/pt/index.htm>. Acesso em Junho de 2012.
- CEE (1992). Regulamento (CEE) n.º 2078/92 do Conselho, de 30 de Junho de 1992, relativo a métodos de produção agrícola compatíveis com as exigências da protecção do ambiente e à preservação do espaço natural (JO L 215 de 30.7.1992, p. 85-90). Disponível em <http://eur-lex.europa.eu/pt/index.htm>. Acesso em Junho de 2012.
- CES (2011). *Parecer sobre a Proposta de Grandes Opções do Plano para 2012-2015* (Versão aprovada no Plenário de 8/11/2011). Disponível em [http://www.ces.pt/download/967/Parecer\\_GOP\\_2012-2015.pdf](http://www.ces.pt/download/967/Parecer_GOP_2012-2015.pdf). Acesso em Junho de 2012.
- Coentrão, A. (2012). “Álvaro, o geógrafo caça-fantasmas”. In Ípsilon, Suplemento do Público de 23 de Março de 2012, pp. 26-27.
- Coentrão, A. (2012). “Portugal é Lisboa e o resto é paisagem? A estatística diz que ainda é assim”. In Local, Suplemento do Público de 15 de Abril de 2012, pp. 34-35.
- Comissão do *Codex Alimentarius* (1999). *The Guidelines for the Production, Processing, Labelling and Marketing of Organically Produced Foods* (GL 32 – 1999, Rev. 1 – 2001). Disponível em

[http://www.fao.org/docs/eims/upload/230124/CXG\\_032e.pdf](http://www.fao.org/docs/eims/upload/230124/CXG_032e.pdf). Acesso em Junho de 2012.

- Covas, A. e Covas, M. (2009). A “agrocultura glocal”: os produtos “glocais” amigos do mundo rural. In Moreno L. et al. (coord.) *Cultura, Inovação e Território. O Agroalimentar e o Rural*, SPER, Lisboa, 17-25.
- Covas, A. e Covas, M. (2010). *Ruralidades V, Modernização Ecológica, Serviços Ecosistémicos e Riscos Globais: A ruralidade no nosso tempo*. Faro: Edições da Universidade do Algarve.
- Crisóstomo, C. (2011). “Políticas para a agricultura biológica em Portugal: análise da rede política” (resumo adaptado da tese de mestrado da mesma autora intitulada “Organic Farming Policy Network in Portugal”).
- Crisóstomo, C. (2012). “Portugal: Country report”. Disponível em <http://www.organic-europe.net>. Acesso em Junho de 2012.
- Cristóvão, A. (1999). “Ambiente e desenvolvimento de áreas rurais marginais : o caminho tortuoso para uma relação potencialmente frutuosa”. In Actas do 1º Encontro Luso Galaico de Estudos Rurais Bragança, 12 e 13 de Novembro de 1999 / Instituto Politécnico de Bragança. - Bragança : IPB, 2003.
- Cristóvão, A. e Pereira, F. (1995). “Agricultura biológica: uma alternativa para Trás-os-Montes?”. Revista Estudos Transmontanos, Vila Real, n.º 6, 1995, pp. 239-267.
- Cristóvão, A. et al. (2009). Comprar Fresco, Comprar Local: será que temos algo a aprender com a experiência americana?. In Moreno L. et al. (coord.), *Cultura, Inovação e Território. O Agroalimentar e o Rural*, SPER, Lisboa, 27-34.
- Cristóvão, A., Koehnen, T., Strecht, A. e Vilas Boas, D. (2002). “Novas agriculturas em Portugal – O longo caminho para o desenvolvimento da produção biológica”. In Cavaco, C. (coord.) *Repensar Portugal na Europa: perspectivas de um país periférico*, EPRU, Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa, pp. 138-157.
- Cristóvão, A.; Koehnen, T. e Strecht, A. (2001). “Produção agrícola biológica (orgânica) em Portugal: evolução, paradoxos e desafios”. Disponível em [http://home.utad.pt/~des/acervo\\_des/](http://home.utad.pt/~des/acervo_des/). Acesso em Junho de 2012.
- Cristóvão, A.; Koehnen, T.; Strecht, A. e Vilas Boas, D. (2002). “Agricultura Biológica em Portugal: forças, fraquezas, ameaças e oportunidades de um sector emergente”. *O Segredo da Terra, Revista de Agricultura Biológica*, n.º 1, Outono de 2002, pp. 10-11.
- Daveau, S. (1995). *Portugal Geográfico*. Edições João Sá da Costa, Lisboa, 1995.
- Decreto-Lei n.º 98/93, de 2 de Abril. *Diário da República n.º 78/93 - Série I-A*. Ministério da Agricultura. Lisboa. (Aprova a Lei Orgânica do Instituto dos Mercados Agrícolas e Indústria Agro-Alimentar).
- Dias, A. (2004). Contributos para o Plano Nacional para o Desenvolvimento da Agricultura Biológica. In Boletim Informativo de Janeiro de 2004 ao abrigo da Medida 10 do Programa Agro. Disponível em

[http://www.cna.pt/artigostecnicos/angeladias/24\\_boletimjaneiro2004\\_angela\\_dias.pdf](http://www.cna.pt/artigostecnicos/angeladias/24_boletimjaneiro2004_angela_dias.pdf). Acesso em Julho de 2012.

- Dinis, I. e Malta, M. (2003). “ Da desvitalização da Serra da Lousã à nova ruralidade: identidades sociais e destinos do território”. In Portela, J. e Caldas, J. (org.), Portugal Chão, Oeiras: Celta Editora, 2003, p. 111-127.
- Domingos, T., Oliveira das Neves, A., Marta-Pedroso, C. (Eds.), Alves, M., Dias, A. P., Ferreira, G., Marques, R., Martins, H., Nogal, A., Porta, M. e da Silva Vieira, R. (2010). Relatório Final da Avaliação Intercalar - Avaliação Contínua do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2007-2013 (ProDeR). Estudo encomendado pela Autoridade de Gestão do ProDeR. Instituto Superior Técnico, Instituto de Estudos Sociais e Económicos e Instituto Politécnico de Bragança, Lisboa e Bragança.
- Domingos, T., Oliveira das Neves, A., Marta-Pedroso, C. (Eds.), Martins, H., da Silva Vieira, R., Alves, M., Porta, M., e Ferreira, G. (2011). Relatório de Avaliação Contínua de 2010 – Avaliação Contínua do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2007-2013 (ProDeR). Estudo encomendado pela Autoridade de Gestão do ProDeR. Instituto Superior Técnico, Instituto de Estudos Sociais e Económicos e Instituto Politécnico de Bragança, Lisboa e Bragança.
- DRAPALG e UAlg (2008). *Resumo das comunicações do I Colóquio de Agricultura Biológica no Algarve*. Disponível em <http://www.drapalg.min-agricultura.pt/downloads/pub/IColoquioAB-resumos.pdf>. Acesso em Julho de 2012.
- EC/DG Agri (2011). "Rural Development in the EU – Statistical and Economic Information Report 2011". Disponível em [http://ec.europa.eu/agriculture/statistics/rural-development/2011/full-text\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/agriculture/statistics/rural-development/2011/full-text_en.pdf). Acesso em Abril de 2012.
- EC/DG Agri (2011). (2010): “An analysis of the EU organic sector”. Disponível em [http://ec.europa.eu/agriculture/analysis/markets/organic\\_2010\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/agriculture/analysis/markets/organic_2010_en.pdf). Acesso em Abril de 2012.
- Edibio (2011). “O Segredo da Terra”, Revista de Agricultura Biológica, n.º 33, Outono de 2011. Edibio Edições, Castelo de Paiva.
- EUROSTAT (2010). “Organic area up by 21% in the EU between 2005 and 2008”. Press release of March 1, 2010. Disponível em [http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY\\_PUBLIC/5-01032010-BP/EN/5-01032010-BP-EN.PDF](http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_PUBLIC/5-01032010-BP/EN/5-01032010-BP-EN.PDF). Acesso em Abril de 2012.
- Ferrão, J. (2000). “Relações entre Mundo Rural e Mundo Urbano: Evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro”, in Sociologia – Problemas e Práticas, n.º 33, pp. 45-54.
- Ferrão, J. (2002). "Portugal, três geografias em recombinação". *Lusotopie*, 2002/2, pp. 151-158.
- Ferrão, J. (2011). *O Ordenamento do Território como Política Pública*. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

- FiBL (2007). *90 Arguments en faveur de l'agriculture biologique*. Disponível em <https://www.fibl-shop.org/shop/pdf/1441-arguments.pdf>. Acesso em Junho de 2012.
- Firmino, A. (1998). "Agricultura Biológica e Ensino: relato duma experiência inovadora". In *Cadernos de Geografia*, pp. 145-147, Instituto de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras de Coimbra, Coimbra, Portugal.
- Firmino, A. (1999). "Agricultura biológica: desafio e utopia duma medida agro-ambiental". In Cavaco, C. (coord.) *Desenvolvimento rural: desafio e utopia, Estudos para o planeamento regional e urbano*, n.º 50, Lisboa: C.E.G., pp. 243-251.
- Firmino, A. (2000). "Desenvolvimento Sustentável: a aliança entre a Natureza e o bom senso". In *Geolnova*, n.º 1 -2000, UNL, Lisboa, 2000, pp.115-127.
- Firmino, A. (2000). "Organic Farming in Portugal". Disponível em [http://www.organic-europe.net/country\\_reports/portugal/default.asp](http://www.organic-europe.net/country_reports/portugal/default.asp). Acesso em Março de 2012.
- Firmino, A. (2006). "A Agricultura Biológica no Algarve : um abraço entre gerações". In *Desenvolvimento e Território: Espaços Rurais Pós-Agrícolas e Novos Lugares de Turismo e Lazer*, Lisboa: CEG-UL, pp. 137-152.
- Firmino, A. (2007). *Guia das Explorações de Agricultura Biológica* (Projecto GABI). Disponível em <http://www.fcsh.unl.pt/gabi/index.html>. Acesso em Julho de 2012.
- Firmino, A. (2010). "O Contributo da Agroecologia para o Desenvolvimento Sustentável em Áreas com Risco de Desertificação: Mértola (Portugal)". Disponível em <http://webiica.iica.ac.cr/bibliotecas/replica/b2055p/b2055p.pdf>. Acesso em Julho de 2012.
- Firmino, A. (2011). "Inovação e fomento em explorações de agricultura biológica", *Actas Portuguesas de Horticultura*, n.º 17 (2011). Disponível em [http://www.fcsh.unl.pt/e-geo/sites/default/files/dl/actas\\_portuguesas\\_de\\_horticultura\\_-\\_17.pdf](http://www.fcsh.unl.pt/e-geo/sites/default/files/dl/actas_portuguesas_de_horticultura_-_17.pdf). Acesso em Julho de 2012.
- Frescata, C. (2004). "Comparação entre protecção integrada e protecção das plantas em agricultura biológica". Disponível em <http://biosani.sensocomum.pt/xfiles/files/site14Doc468.pdf>. Acesso em Junho de 2012.
- Fukuoka, M. (1978). *The One-Straw Revolution*. Disponível em <http://files.uniteddiversity.com/Food/The-One-Straw-Revolution.pdf>. Acesso em Junho de 2012.
- Gabinete do Coordenador Nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico (2005). *Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego 2005-2008* (Outubro, 2005). Disponível em <http://www.qren.pt>. Acesso em Junho de 2012.
- Gaspar, J. (1993). *As Regiões Portuguesas*. Edições MPAT/Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional, Lisboa.

- Gaspar, J. (Dir.), Abreu, D., Ferrão, J. e Jensen-Butler, C. (1989). Portugal – Os Próximos 20 Anos, Ocupação e Organização do Espaço – Uma Prospectiva, VI vol., Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- Gurría, A. (2007). Discurso na *First Session - Innovation in Rural Areas: an exception or a must?* - da *OECD Rural Conference 2007* . Cáceres, Espanha, 22 de Março, 2007. Disponível em <http://www.oecd.org/dataoecd/27/62/38320615.pdf>. Acesso em Julho de 2012.
- IFOAM (2003). *The World of Organic Agriculture 2003 – Statistics and Future Prospects*. Minou Youssefi and Helga Willer (Editors). Disponível em [www.ifoam.org](http://www.ifoam.org). Acesso em Junho de 2012.
- IFOAM (2005). Princípios da Agricultura Biológica. Disponível em [http://www.ifoam.org/about\\_ifoam/pdfs/POA\\_folder\\_portugese.pdf](http://www.ifoam.org/about_ifoam/pdfs/POA_folder_portugese.pdf). Acesso em Junho de 2012.
- IFOAM EU Group (2012). *Position Paper: Reaction to the CAP Legislative Proposals 2014-2020*. Disponível em [http://www.ifoam.org/about\\_ifoam/around\\_world/eu\\_group-new/positions/Papers/pdf/Position\\_IFOAMEU\\_CAP\\_Proposals\\_Final\\_13012012.pdf](http://www.ifoam.org/about_ifoam/around_world/eu_group-new/positions/Papers/pdf/Position_IFOAMEU_CAP_Proposals_Final_13012012.pdf). Acesso em Junho de 2012.
- IFOAM EU Group and FiBL (2011). “Organic Farming in Europe – A Brief Overview (May 2011)”. Disponível em [http://www.ifoam.org/about\\_ifoam/around\\_world/eu\\_group-new/workareas/What\\_is\\_Organic/EOC\\_factsheet.pdf](http://www.ifoam.org/about_ifoam/around_world/eu_group-new/workareas/What_is_Organic/EOC_factsheet.pdf). Acesso em Abril de 2012.
- IGP (2005). *Atlas de Portugal* (Coordenação Científica de Raquel Soeiro de Brito). Disponível em <http://www.igeo.pt/atlas/index1.html>. Acesso em Maio de 2012.
- INE (2009). “Destaque: Indicadores agro-ambientais 1989-2007” (18 de Setembro de 2009). Disponível em [http://www.cna.pt/ine/indicadores\\_agro-ambientais\\_1989\\_2007.pdf](http://www.cna.pt/ine/indicadores_agro-ambientais_1989_2007.pdf). Acesso em Maio de 2012.
- INE (2010). “Destaque: Recenseamento Agrícola 2009 – Dados preliminares” (15 de Dezembro de 2010). Disponível em <http://www.ine.pt>. Acesso em Dezembro de 2011.
- INE (2011). “Destaque: Recenseamento Agrícola 2009 - Dados definitivos” (17 de Maio de 2011). Disponível em <http://www.ine.pt>. Acesso em Maio de 2012.
- INE (2011). “Estatísticas Agrícolas 2010”. Disponível em <http://www.ine.pt>. Acesso em Maio de 2012.
- INE (2011). “Recenseamento Agrícola 2009 - Análise dos principais resultados”. Disponível em <http://www.ine.pt>. Acesso em Maio de 2012.
- Instituto Nacional do Ambiente (1989). *A agricultura biológica: historial*. Notas coordenadas por Luís António Pereira. Lisboa: INA.
- INTERBIO (2011). *Política Nacional para a Agricultura Biológica* (Versão de trabalho de 05.03.2011). Disponível em <http://www.interbio.pt/node/99>. Acesso em Junho de 2012.

- Lei n.º 58/2007, de 4 de Setembro. *Diário da República n.º 170/2007 - Série I*. Assembleia da República. Lisboa. (Aprova o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território).
- Lei n.º 64-A/2011, de 30 de Dezembro. *Diário da República n.º 250 - Série I, 1º Suplemento*. Assembleia da República. Lisboa. (Aprova as Grandes Opções do Plano para 2012-2015).
- Llorens Abando, L. e Rohner-Thielen, E. (2007). “Eurostat: Statistics in focus — 69/2007 (Agriculture and fisheries)”. Disponível em [http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY\\_OFFPUB/KS-SF-07-069/EN/KS-SF-07-069-EN.PDF](http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_OFFPUB/KS-SF-07-069/EN/KS-SF-07-069-EN.PDF). Acesso em Abril de 2012.
- MADRP (2004). *Plano Nacional para o Desenvolvimento da Agricultura Biológica*. Disponível em <http://www.madeiradapt.com/assets/pdfs/doc1.pdf>. Acesso em Junho de 2012.
- MADRP (2009). *Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural 2007-2013, Revisão Novembro 2009*. Disponível em <http://www.gpp.pt>. Acesso em Junho de 2012.
- MADRP (2010). *Manual de conversão ao modo de produção biológico*. Disponível em <http://www.drapn.min-agricultura.pt/drapn/index1.html>. Acesso em Junho de 2012.
- MADRP (2011). *Relatório de Execução PRODER – 2010*. Disponível em <http://www.proder.pt/conteudo.aspx?menuid=1535>. Acesso em Junho de 2012.
- MADRP/GPP (2011). *Futuro da PAC pós 2013: Síntese das posições das Autoridades Portuguesas no âmbito Agrícola*. Disponível em <http://www.gpp.pt/pac2013/Docs/PAC%20Horizonte%202020%20Posicionamento%20PT%201.03.2011-1.pdf>. Acesso em Julho de 2012.
- Madureira Pinto, J. e Dornelas, A. (coord.) (1998). *Perspectivas de Desenvolvimento do Interior*. Colóquio promovido pelo Presidente da República durante a Jornada da Interioridade, 13 de Junho de 1997, Idanha-a-Nova. Debates Presidência da República, INCM, Lisboa.
- Mantas, A. (2001). “A Agricultura Biológica”. Portal Naturlink.pt.
- Medipress (2011). *Visão n.º 974, de 3 de Novembro de 2011. Especial Edição Verde: “O futuro está na (nossa) terra”*.
- Natário, M., Braga, A. e Rei, C. (2010). “A produção biológica e desenvolvimento das regiões”, in: Livro de Actas do IV Congresso de Estudos Rurais. Disponível em [www.sper.pt/4cer/LivroActasFinal\\_corrigeo.pdf](http://www.sper.pt/4cer/LivroActasFinal_corrigeo.pdf). Acesso em Julho de 2012.
- PCM (2011). *Programa do XIX Governo Constitucional*. Disponível em <http://www.parlamento.pt/Documents/prg-XII-1.pdf>. Acesso em Junho de 2012.
- PE (2010). *Resolução do Parlamento Europeu, de 25 de Março de 2010, sobre a política de qualidade dos produtos agrícolas: qual a estratégia a adoptar (2009/2105(INI))*. Disponível em <http://eur-lex.europa.eu/pt/index.htm>. Acesso em Junho de 2012.

- Pires, C. B. (2000). *Agricultura e ambiente – contradições*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Agrária.
- Pohl, A. (2009). “How do European rural development Programmes support Organic Farming?”, IFOAM EU Group. ”. Disponível em [http://www.ifoam-eu.org/positions/Others\\_II/final-RD\\_study\\_7.1\\_web.pdf](http://www.ifoam-eu.org/positions/Others_II/final-RD_study_7.1_web.pdf). Acesso em Abril de 2012.
- Portaria n.º 102/92, de 19 de Fevereiro. *Diário da República n.º 42/92 – Série I-B*. Ministério da Agricultura. Lisboa. (Aprova o Programa Nacional de Apoio à Reestruturação e Inovação no Sector Agrícola – NOVAGRI).
- Portaria n.º 814/2010, de 27 de Agosto. *Diário da República n.º 167/2010 - Série I*. Secretário de Estado da Agricultura. Lisboa. (Altera de forma transversal os Regulamentos de Aplicação das Medidas do PRODER do Continente, com vista a simplificar os procedimentos de candidatura aos apoios e a execução do mesmo).
- Prado Coelho, A. (2001). “A terra chama-nos – e vale a pena ir?”. In Pública – Suplemento do Público do dia 27/11/2011, pp. 22-38.
- Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território – Relatório e Programa de Acção, 2007. Disponível em <http://www.territoriportugal.pt/pnpot/>. Acesso em Julho de 2012.
- Reis, E. (2001). *Estatística Multivariada Aplicada*. Edições Sílabo, Lisboa, Abril de 2001 (2.ª Edição).
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2007, de 20 de Agosto. *Diário da República n.º 159 - Série I*. Presidência do Conselho de Ministros. Lisboa. (Aprova a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável – 2015/ENDS e o respectivo Plano de Implementação, incluindo os indicadores de monitorização/PIENDS).
- Ribeiro, O.; Pinto de Almeida, J. e Patrício, A. (1943). “Nota preliminar sobre a morfologia do Maciço da Gralheira”, in Boletim da Sociedade Geológica de Portugal, Vol. III, Fasc. I-II, 1943 (disponível em [http://www.socgeol.org/documents/type\\_1/BSGP111010205.pdf](http://www.socgeol.org/documents/type_1/BSGP111010205.pdf), acedido em Julho de 2012).
- Roca, M. N. (2011). “Os Novos Rurais da Beira Interior: (Potenciais) Agentes de Desenvolvimento Local”. Comunicação apresentada no Seminário Ibérico “Combate à Desertificação, Abandono Rural e Despovoamento – Intervenções Raianas”, Idanha-a-Nova, 20 e 21 de Janeiro de 2011. Disponível em <http://www.afn.min-agricultura.pt/portal/pancd/eventos/docs-seminarios/resource/ficheiros/sii/1-2-Os-Novos-Rurais-da-Beira-Interior.pdf>. Acesso em Julho de 2012.
- Roca, M. N. e Roca, Z. (1999). “Jovem - recursos subaproveitados da Europa rural”. In Cavaco, C. (coord.). *Desenvolvimento Rural. Desafio e Utopia*, Centro de Estudos Geográficos, Lisboa, pp. 449-455.
- Rodrigues, J. R. (2010). “Agricultura biológica vs agricultura convencional”. Disponível em

- [http://www.ci.esapl.pt/off/apontamentos\\_maiores23/tema\\_agriculturabiologica.pdf](http://www.ci.esapl.pt/off/apontamentos_maiores23/tema_agriculturabiologica.pdf). Acesso em Junho de 2012.
- Rohner-Thielen, E. (2010). “Eurostat: Statistics in focus — 10/2010 (Agriculture and fisheries)”. Disponível em [http://ec.europa.eu/agriculture/organic/files/eu-policy/data-statistics/sif\\_2010\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/agriculture/organic/files/eu-policy/data-statistics/sif_2010_en.pdf). Acesso em Abril de 2012.
- Santos, S. (2012). “Reportagem: Os novos agricultores”. In Notícias Magazine n.º 1050, Suplemento do Diário de Notícias n.º 5231, de 8 de Julho de 2012.
- Schwarz, G.; Nieberg, H. e Sanders, J. (2010). “Organic Farming support Payments in the EU, Special issue 339, Johann Heinrich von Thünen Institut. Disponível em [http://literatur.vti.bund.de/digbib\\_extern/dn047300.pdf](http://literatur.vti.bund.de/digbib_extern/dn047300.pdf). Acesso em Abril de 2012.
- Terraimagem (2006). “Produção biológica 'salva' agricultura rural”, artigo publicado a 23/05/2006. Disponível em [www.terrasdohomem.com/pagina/seccao/16/noticia-arquivo/3127](http://www.terrasdohomem.com/pagina/seccao/16/noticia-arquivo/3127). Acesso em Julho de 2012.
- UE (2012). Regulamento de Execução (UE) n.º 203/2012 da Comissão, de 8 de Março de 2012, que altera o Regulamento (CE) n.º 889/2008 que estabelece normas de execução do Regulamento (CE) n.º 834/2007 do Conselho, no que respeita ao vinho biológico (JO L 71 9.3.2012). Disponível em <http://eur-lex.europa.eu/pt/index.htm>. Acesso em Junho de 2012.
- van Dam, D. (2005). *Les agriculteurs bio , vocation ou intérêt t?*. Namur : Presses Universitaires de Namur.
- van Dam, D. ; Nizet, J.; Dejardin, M.; Streith, M. (2009). *Les agriculteurs biologiques : Ruptures et innovations*. Dijon: Educagri editions.
- Ventura, C. C. (2011). “Saúde Natural e Agricultura Biológica”. Revista O Segredo da Terra, n.º 33, Outono 2011, pp. 20-21. Castelo de Paiva: Edibio edições.
- Willer, H. (2012). “The World of Organic Agriculture 2012: Summary”, FiBL e IFOAM. Disponível em <http://www.organic-world.net/fileadmin/documents/yearbook/2012/fibl-ifoam-2012-summary.pdf>. Acesso em Abril de 2012.
- Willer, H. (2012). *The World of Organic Agriculture 2012: Summary*. Disponível em <http://www.organic-world.net/fileadmin/documents/yearbook/2012/fibl-ifoam-2012-summary.pdf>. Acesso em Junho de 2012.

## ÍNDICE DE QUADROS

		Pág.
Quadro 1	Oferta formativa no Ensino Superior de agricultura biológica ou área afim	50
Quadro 2	Cursos de Especialização Tecnológica no ensino universitário e politécnico de agricultura biológica ou área afim (formação pós-secundária não superior)	51
Quadro 3	Regime de apoios específicos ao MPB no âmbito do PRODER	67
Quadro 4	Sistematização da recolha de informação estatística para a análise da organização e evolução da agricultura biológica no país	80
Quadro 5	Indicadores estatísticos utilizados para a determinação da diversidade espacial da agricultura biológica em Portugal Continental	82
Quadro 6	Valores próprios (análise de componentes principais)	84
Quadro 7	Visão global da área de agricultura em MPB e sua evolução, 2009 e 2010	88
Quadro 8	Proporção da área das principais culturas em MPB de Portugal, 2009 (%)	94
Quadro 9	Municípios que apresentam maiores áreas em MPB por tipo de cultura, 2009	95
Quadro 10	Municípios com 10 e mais % de SAU em MPB na SAU total, 2009	98
Quadro 11	Visão global do n.º de produtores do MPB e sua evolução, 2009 e 2010	102
Quadro 12	Proporção do efectivo animal das principais espécies do MPB de Portugal, 2009 (%)	107
Quadro 13	Caracterização síntese da classificação de municípios em três grupos	109
Quadro 14	Principais medidas estatísticas associadas ao TIPO 1: Municípios “não Bio”	111
Quadro 15	Principais medidas estatísticas associadas ao TIPO 2: Municípios do “Bio da hortifruticultura”	114
Quadro 16	Principais medidas estatísticas associadas ao TIPO 3: Municípios do “Bio recente”	117

		Pág.
Quadro 17	Principais medidas estatísticas associadas ao TIPO 4: Municípios do “Bio nulo” e do “Bio empresarial”	120
Quadro 18	Principais medidas estatísticas associadas ao TIPO 5: Municípios do “Bio do olival”	121
Quadro 19	Principais medidas estatísticas associadas ao TIPO 6: Municípios do “Bio das pastagens”	123

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

		Pág.
Gráfico 1	Evolução da área de agricultura em MPB em Portugal, 1994-2010 (ha)	87
Gráfico 2	Área de agricultura em MPB por região agrária, 2009 e 2010 (ha)	88
Gráfico 3	Distribuição da área de agricultura em MPB por NUT III, 2010 (%)	89
Gráfico 4	Proporção da área em conversão no total da área de agricultura biológica, 2009 (%)	90
Gráfico 5	Proporção da área de culturas temporárias, culturas permanentes e pastagens permanentes na área em produção em modo biológico, 2009 (%)	93
Gráfico 6	Importância da SAU em MPB face à SAU total, 2009 (%)	97
Gráfico 7	Proporção dos diferentes tipos de operadores no total de operadores, 2011 (%)	99
Gráfico 8	Evolução dos produtores de agricultura em MPB em Portugal, 1994-2010 (n.º)	101
Gráfico 9	Contributo das regiões agrárias na evolução dos produtores de agricultura em MPB em Portugal, 1994-2010 (%)	101
Gráfico 10	Distribuição dos produtores do MPB por NUT III, 2010 (%)	104
Gráfico 11	Proporção de explorações em MPB no total de explorações, 2009 (%)	105
Gráfico 12	Dimensão média das explorações agrícolas, 2009 (ha/exploração)	106

## ÍNDICE DE FIGURAS

		Pág.
Figura 1	Tipologia de municípios de acordo com as características e dinamismo da agricultura biológica	110

## APÊNDICE A

### AGRICULTURA BIOLÓGICA DE PORTUGAL NO CONTEXTO DA UNIÃO EUROPEIA

- **Em 2010, apenas 2% da área de agricultura biológica na União Europeia era nacional**

Em 2010, a União Europeia comportava mais de 9 milhões de hectares de agricultura biológica geridos por cerca de 220 mil produtores. Essa área representava, nesse mesmo ano, 5.1% da superfície agrícola total da União Europeia (cf. Quadro 1a). Para esse valor de 2010, Portugal contribuiu apenas com 2.2%, muito aquém de Espanha ou Itália que, com mais de 1 milhão de hectares de agricultura biológica, constituem-se como países líderes da União Europeia no que a esta actividade concerne.

Em termos de área de agricultura biológica e respectivo contributo da mesma para a União Europeia, no ano de 2010 Portugal aproximava-se de países como a Roménia, a Eslováquia, a Finlândia ou a Letónia, todos com áreas ligeiramente inferiores à do nosso país. A Grécia assumiu uma posição dianteira à nossa por deter mais cerca de 100 mil hectares de agricultura biológica que Portugal.

Dois anos antes, em 2008, Portugal manifestou, comparativamente aos anos seguintes de 2009 e 2010, uma contribuição maior para a área total de agricultura biológica da União Europeia, ainda que igualmente diminuta, na ordem dos 3%. Este facto ficou a dever-se a dinâmicas de crescimento negativas que o nosso país registou em 2008 e em 2009<sup>1</sup> (cf. Quadro 1b), cuja avaliação não é mais alarmante dada a retoma de crescimento positiva verificada no ano de 2010 (32.7%). Ainda assim, os valores de 2010 não alcançam os de 2005 em termos de área de agricultura biológica, o mesmo não se verificando no que respeita ao respectivo n.º de produtores (cf. ponto IV.1).

A recuperação verificada em Portugal, colocou o país próximo da Bulgária (108,2%) e da Polónia (42,2%) que, em conjunto, verificaram as mais elevadas taxas de crescimento de área de agricultura biológica da União Europeia registadas entre 2009 e 2010. A taxa do país (32,7%) foi quase o dobro da registada no total dos doze estados-membros mais recentes da União Europeia (17,5%), cujas áreas sob produção biológica têm vindo a expandir-se muito rapidamente, pese embora os níveis de consumo se mantenham baixos (IFOAM EU Group and FiBL, 2011).

---

<sup>1</sup> Admitimos que o decréscimo em causa possa ter sido, em parte, motivado por questões de ordem metodológica, que se prendem com a actualização da base de dados dos produtores biológicos, por parte do GPP, na qual, entre outros aspectos, se terá procedido à eliminação de produtores que tinham, entretanto, morrido ou cessado actividade.

**Quadro 1a: Visão global do desenvolvimento da área de agricultura biológica na UE: Dimensões**

Unidade geográfica	Área de agricultura biológica (ha)		Área de agricultura biológica (%)		
	2010	Var. 2009/10	na UE 27, 2008	na UE 27, 2010	na AA total, 2010
UE 12	1.937.833	288.588	19,4	21,5	4,0
UE 15	7.078.264	439.008	80,6	78,5	5,5
<b>UE 27</b>	<b>9.016.097</b>	<b>727.596</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>5,1</b>
Áustria	543.605	24.848	6,5	6,0	19,7
Bélgica	49.005	7.546	0,5	0,5	3,6
Bulgária	25.648	13.328	0,2	0,3	0,8
Chipre	3.575	d.i.	d.i.	d.i.	2,4
República Checa	448.202	49.795	4,5	5,0	10,5
Dinamarca	162.903	6.470	2,0	1,8	6,1
Estónia	112.972	17.805	1,1	1,3	12,5
Finlândia	169.168	2.997	2,0	1,9	7,4
França	845.442	167.929	7,6	9,4	3,1
Alemanha	990.702	43.587	11,9	11,0	5,9
Grécia	309.823	-16.429	4,2	3,4	3,7
Hungria	127.605	-12.687	1,6	1,4	3,0
Irlanda	47.864	d.i.	0,6	0,5	1,2
Itália	1.113.742	7.058	13,1	12,4	8,7
Letónia	166.320	6.145	2,1	1,8	9,4
Lituânia	143.644	14.589	1,6	1,6	5,4
Luxemburgo	3.720	107	0,0	0,0	2,8
Malta	24	-2	0,0	0,0	0,2
Holanda	46.233	-5.678	0,7	0,5	2,4
Polónia	521.970	154.908	4,1	5,8	3,4
<b>Portugal</b>	<b>201.054</b>	<b>49.594</b>	<b>2,8</b>	<b>2,2</b>	<b>5,8</b>
Roménia	182.706	14.418	1,8	2,0	1,3
Eslováquia	174.471	28.981	1,8	1,9	9,0
Eslovénia	30.696	1.308	0,4	0,3	6,3
Espanha	1.456.672	125.898	14,8	16,2	5,9
Suécia	438.693	47.169	4,4	4,9	14,1
Reino Unido	699.638	-22.088	9,7	7,8	4,3

Notas: Var. = Variação; AA = Área de agricultura; d.i. = dado indisponível.

Fonte: Research Institute of Organic Agriculture FiBL (2012): Organic (including in-conversion) area in the European Union 2005-2010. Last update April 3, 2012. The Organic-World homepage, FiBL, Frick at [www.organic-world.net/statistics.html](http://www.organic-world.net/statistics.html)

**Quadro 1b: Visão global do desenvolvimento da área de agricultura biológica na UE:  
Crescimentos**

Unidade geográfica	Taxas de crescimento da área de agricultura biológica (%)		
	2007/08	2008/09	2009/10
UE 12	8,3	11,5	17,5
UE 15	6,6	7,9	6,6
<b>UE 27</b>	<b>6,9</b>	<b>8,6</b>	<b>8,8</b>
Áustria	2,1	5,3	4,8
Bélgica	9,5	16,1	18,2
Bulgária	22,1	-26,1	108,2
Chipre	d.i.	54,0	d.i.
República Checa	9,2	16,6	12,5
Dinamarca	5,1	4,2	4,1
Estónia	9,8	9,0	18,7
Finlândia	1,1	10,5	1,8
França	4,8	16,1	24,8
Alemanha	4,9	4,3	4,6
Grécia	13,6	2,7	-5,0
Hungria	0,4	14,2	-9,0
Irlanda	8,8	7,0	0,0
Itália	-12,9	10,4	0,6
Letónia	7,4	-0,9	3,8
Lituânia	1,5	5,6	11,3
Luxemburgo	4,6	2,2	2,9
Malta	0,0	118,7	-8,5
Holanda	7,3	2,9	-10,9
Polónia	9,8	16,9	42,2
<b>Portugal</b>	<b>-8,1</b>	<b>-28,2</b>	<b>32,7</b>
Roménia	6,6	20,1	8,6
Eslováquia	19,4	3,4	19,9
Eslovénia	1,8	-1,5	4,5
Espanha	40,4	17,8	9,5
Suécia	9,1	16,4	12,0
Reino Unido	8,1	-2,2	-3,1

Notas: d.i. = dado indisponível.

Fonte: Research Institute of Organic Agriculture FiBL (2012): Organic (including in-conversion) area in the European Union 2005-2010. Last update April 3, 2012. The Organic-World homepage, FiBL, Frick at [www.organic-world.net/statistics.html](http://www.organic-world.net/statistics.html)

É de assinalar que tanto Portugal, como a Bulgária situavam-se, em 2009, precisamente no extremo oposto do ranking das taxas de crescimento de área de agricultura biológica da União Europeia, assinalando perdas consideráveis de hectares, na ordem dos 25% face a 2008.

- **Portugal contribuiu positivamente para o aumento da área de agricultura biológica na União Europeia entre 2009 e 2010**

Regressando a 2010, por oposição aos fortes acréscimos referidos, encontramos declínios de área de agricultura biológica em estados-membros como a Holanda, a Hungria, Malta, Grécia ou Reino Unido. Um maior vigor é verificado em França, Eslováquia, Estónia, Bélgica, República Checa, Suécia e Lituânia com taxas de crescimento superiores a 10%.

No total, entre 2009 e 2010 a área de agricultura biológica na União Europeia aumentou mais de 720 mil ha, numa taxa de crescimento que se cifra em 8.8%, comparativamente mais acelerada que em anos anteriores. Não obstante o ritmo mais veloz da UE-12, os estados-membros mais antigos foram os que mais contribuíram para a elevação da área de agricultura biológica na União Europeia, dado o somatório das suas variações absolutas.

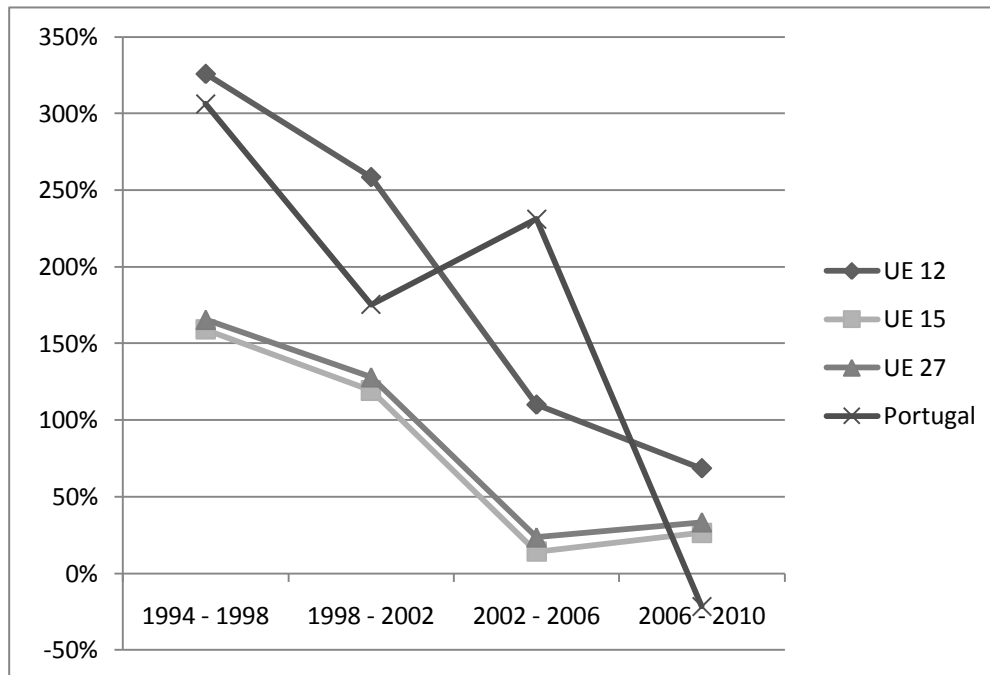
Efectivamente, só os ganhos de França e Espanha (167.929 ha e 125.898 ha, respectivamente) perfaziam, em conjunto, mais de 2/5 do ganho absoluto da União Europeia em 2010. Refira-se porém o contributo notório da Polónia, cujos hectares ganhos nesse ano ultrapassaram mesmo, ainda que ligeiramente, os do nosso país vizinho, Espanha – o estado membro com maior área de agricultura biológica da União Europeia. É importante mencionar que França, Polónia e Espanha lideraram, a nível mundial, o crescimento da área de agricultura biológica (Willer, 2012) em 2010.

Portugal contribuiu positivamente para o aumento em apreço na União Europeia, assinalando ganhos muito próximos aos registados na República Checa, Suécia e Alemanha, na ordem dos 49 mil ha.

- **Entre 2006 e 2010 Portugal atingiu um retrocesso na ordem dos 22% quanto à sua área de agricultura biológica**

O Gráfico 1 permite confrontar a evolução das taxas de crescimento da área de agricultura biológica de Portugal face ao ocorrido na União Europeia, por quatro períodos de tempo comparáveis (cada período agrega 4 anos), que vão desde 1994 a 2010, considerando o agrupamento de estados-membros ora mais recentes, i. e., cuja adesão se faz após o ano de 2004 - UE-12, ora mais antigos (adesões entre 1952 e 1995) - UE-15.

**Gráfico 1: Evolução das taxas de crescimento da área de agricultura biológica (%) de Portugal e UE, entre 1994 e 2010**



Fonte: Eurostat (2012): Certified organic crop area [food\_in\_porg1]. Last update 06-03-2012. Disponível em Abril de 2012 em <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/eurostat/home>

Nota: A tabela original (Eurostat) foi completada com dados de CE, DGADR (2010) e, para o ano de 2010, da FiBL (nomeadamente para Chipre, Irlanda e Luxemburgo).

A leitura do gráfico indica que a União Europeia, cuja dinâmica é em tudo semelhante à verificada na UE-15, tem vindo a perder o ritmo de crescimento acelerado da fase inicial, revelando uma queda notável no período entre 2002 a 2006 para, logo depois, nos anos mais recentes, retomar algum fôlego, ainda que brando, muito devido a ritmos de crescimento consideráveis de estados-membros cuja adesão ocorreu mais recentemente (p. ex. a Bulgária e a Polónia assinalam valores, entre 2006 e 2010, na ordem dos 446,7% e 217,6%, respectivamente), mas também da recuperação do compasso de crescimento da Suécia, Espanha, Bélgica ou França.

Portugal observa ao longo do período em análise duas quebras quanto ao ritmo de crescimento da sua área de agricultura biológica, uma primeira e significativa quebra face à fase inaugural, registada entre 1998 e 2002 e uma segunda, brutal, entre 2006 e 2010, na qual chega mesmo a atingir um retrocesso na ordem dos 22%. Em relação ao período intermédio avançado, entre 2002 e 2006, enquanto todas as unidades geográficas em análise observam abrandamentos consideráveis, o nosso país apresenta um ritmo de crescimento acentuado, na ordem dos 231%, ainda que afastado do experienciado na fase inaugural, devido à entrada em vigor da certificação da pecuária bio e necessidade de aumento das pastagens e forragens bio.

Perante esta discrepância e mesmo desordem de valores, Portugal afasta-se dos percursos tomados pelos estados-membros inteirados tanto na UE-12, como na UE-15, parecendo adoptar até então um percurso autónomo. Ainda assim, Portugal regista vizinhanças com certos estados-membros, encontrando-se próximo dos ritmos de crescimento dos seguintes países, por período analisado: (i) da Bélgica e da Itália, no

período inaugural - entre 1994 e 1998; (ii) da Bélgica e da Espanha, no período intermédio inicial - entre 1998 e 2002; (iii) da Polónia e da Grécia, no período intermédio avançado - entre 2002 e 2006; e (iv) da Letónia, da Holanda e da Itália, no período recente - entre 2006 e 2010 (cujas taxas de crescimento, tal como em Portugal, foram, nessa etapa, negativas).

- **Em 2010 Portugal acolheu uma ínfima parte (1,1%) dos 219.290 produtores de agricultura biológica da União Europeia**

O retrocesso que Portugal atingiu entre 2006 e 2010 quanto à sua área de agricultura biológica não é acompanhado pelo decréscimo dos seus produtores, pelo contrário, o país acolheu nesses quatro anos 884 novos produtores de agricultura biológica, tendo crescido nesse período a um ritmo de 57% (cf. Quadro 2).

**Quadro 2: Visão global do desenvolvimento dos produtores de agricultura biológica na UE**

Unidade geográfica	Produtores de agricultura biológica			Taxas de crescimento (%)	
	(n.º), 2010	(%) no total de prod., 2010	(%) na UE 27, 2010	2009/10	2006/10
UE 12	40.332	0,5	18,4	11,8	60,5
UE 15	178.958	3,3	81,6	3,7	16,0
<b>UE 27</b>	<b>219.290</b>	<b>1,6</b>	<b>100,0</b>	<b>5,1</b>	<b>22,2</b>
Alemanha	21.942	7,3	10,0	4,3	25,0
Áustria	22.132	16,5	10,1	5,4	9,8
Bélgica	1.108	2,4	0,5	11,1	38,0
Bulgária	709	0,1	0,3	59,0	225,2
Chipre	732	1,8	0,3	0,0	140,0
Dinamarca	2.677	6,1	1,2	-0,6	-4,2
Eslováquia	363	0,5	0,2	0,0	30,1
Eslovénia	2.218	2,9	1,0	5,8	13,6
Espanha	27.877	2,7	12,7	10,2	61,9
Estónia	1.356	5,9	0,6	6,2	15,6
Finlândia	4.022	5,9	1,8	-1,6	1,4
França	20.604	3,9	9,4	25,3	77,0
Grécia	21.274	2,5	9,7	-10,1	-11,0
Holanda	1.462	1,9	0,7	3,5	1,0
Hungria	1.617	0,3	0,7	0,0	4,1
Irlanda	1.366	1,1	0,6	2,9	27,9
Itália	41.807	2,5	19,1	-2,6	-7,3
Letónia	3.593	3,3	1,6	-10,5	-12,5
Lituânia	2.652	1,2	1,2	0,0	12,9
Luxemburgo	96	4,2	0,0	24,7	33,3
Malta	11	0,1	0,0	-8,3	10,0
Polónia	20.578	0,9	9,4	20,4	124,0
<b>Portugal</b>	<b>2.434</b>	<b>0,9</b>	<b>1,1</b>	<b>47,4</b>	<b>57,0</b>
Reino Unido	4.949	2,0	2,3	-4,0	6,7
República Checa	3.517	8,9	1,6	30,8	265,2
Roménia	2.986	0,1	1,4	-3,0	-1,5

Unidade geográfica	Produtores de agricultura biológica			Taxas de crescimento (%)	
	(n.º), 2010	(%) no total de prod., 2010	(%) na UE 27, 2010	2009/10	2006/10
Suécia	5.208	7,2	2,4	8,1	118,8

Notas: Prod. = produtores

Fonte: Research Institute of Organic Agriculture FiBL (2012): Organic producers in the European Union 2007-2010. Last update April 3, 2012. The Organic-World homepage, FiBL, Frick at [www.organic-world.net/statistics.html](http://www.organic-world.net/statistics.html)

No ano de 2010 a União Europeia detinha 219.290 produtores de agricultura biológica dos quais uma ínfima parte (1,1%) eram de Portugal. O peso de produtores de agricultura biológica no país é ainda muito incipiente: apenas 0,9% dos produtores agrícolas eram-no no MPB. Ainda assim, Portugal foi, entre os estados-membros, um dos que atingiu as maiores taxas de crescimento do número de produtores de agricultura biológica entre 2009 e 2010, na ordem dos 47%, uma taxa apenas superada pela Bulgária mas que ultrapassava, consideravelmente, a taxa de crescimento presenciada nesse período para a UE-12, o que sugere que a actividade tem potencialidade de incremento no nosso país.

Refira-se que entre 2009 e 2010 a UE-15 apresentou um ritmo de crescimento de produtores de agricultura biológica brando (3.7%), significativamente vencido pelo conjunto dos doze estados-membros mais recentes da União Europeia.

- **Portugal verificou em 2010 uma proporção da área de agricultura biológica no total da sua área agrícola superior às médias da UE-15 e UE-12**

Quanto à relação da área de agricultura biológica no total da área agrícola de cada país (cf. Quadro 1a), Portugal assume uma proporção muito satisfatória, situando-se, em 2010, acima das médias da União Europeia, UE-15 e UE-12, ficando, em grande medida, este facto a dever-se à sua elevada área de pastagens em MPB (Interbio, 2011: 21). Este indicador, por atender à dimensão (agrícola) do país, por oposição à variável da área de agricultura biológica, medida em hectares, permite uma mais correcta comparação entre países quanto a esta realidade. A Áustria tem assumido neste domínio liderança internacional.

- **Portugal contribuiu em 2010 com 3.3% e 0,8% para a área de culturas permanentes e temporárias, respectivamente, em MPB da União Europeia**

Ao centrarmos agora a nossa atenção nos dois tipos principais de culturas, um inicial reparo é detectado: em 2010, apenas 5% da área total de culturas temporárias e permanentes era produzida em modo biológico, sendo maioritária a área dedicada às primeiras culturas, o mesmo acontecendo para quase todos os estados-membros à excepção dos países mediterrânicos de Portugal, Chipre, Grécia e Espanha, onde as culturas temporárias em MPB ocupavam menos de metade do total da área em MPB para ambas as culturas de cada um desses países (cf. Quadro 3).

**Quadro 3: Área das culturas temporárias e permanentes e importâncias respectivas na UE, 2010**

Unidade geográfica	Total área de culturas em MPB (%)	Área culturas temporárias em MPB (%)	Área culturas temporárias em MPB (%)	Área culturas permanentes em MPB (%)
	no total área de culturas	no total área de culturas em MPB	na UE 27	
<b>UE 27</b>	<b>5</b>	<b>79</b>	<b>100</b>	<b>100</b>
Alemanha	5	97	13	1
Áustria	17	97	5	1
Bélgica	2	95	0	0
Bulgária	1	71	0	1
Chipre	4	46	0	0
Dinamarca	8	100	4	0
Eslováquia	5	98	1	0
Eslovénia	3	74	0	0
Espanha	4	49	8	32
Estónia	13	98	2	0
Finlândia	9	100	3	0
França	4	86	12	8
Grécia	5	47	2	7
Holanda	3	94	0	0
Hungria	1	87	1	1
Irlanda	1	98	0	0
Itália	11	59	14	35
Letónia	14	99	3	0
Lituânia	30	0	0	1
Luxemburgo	4	93	0	0
Malta	0	100	0	0
Polónia	3	78	7	7
<b>Portugal</b>	<b>4</b>	<b>46</b>	<b>1</b>	<b>3</b>
Reino Unido	5	97	6	1
República Checa	3	90	2	1
Roménia	2	98	4	0
Suécia	26	100	9	0

Notas: MPB = Modo de produção biológico

Fonte: Research Institute of Organic Agriculture FiBL (2012): Country reports: Key crop groups grown in certified organic agriculture, share of total crop areas 2009 and 2010. Last update 24-Mar-12. The Organic-World homepage, FiBL, Frick at [www.organic-world.net/statistics.html](http://www.organic-world.net/statistics.html)

Refira-se que a Dinamarca, a Finlândia, Malta e a Suécia apresentavam exclusividade relativa às culturas temporárias, pelo que estas cobriam, como tal, a totalidade da área em MPB em consideração de cada um desses países. Verbalizamos que aqui era nulo o contributo à área de culturas permanentes em MPB da União Europeia, à semelhança do que acontece com muitos outros estados-membros como, a título de exemplo, a Irlanda e Luxemburgo.

Em 2010, Portugal contribuiu com 3.3% e 0,8% para a área de culturas permanentes e temporárias, respectivamente, em MPB da União Europeia. Ainda que afastada das

proporções da Espanha (32,0%) ou da Itália (35,5%), Portugal revelava um contributo aceitável quanto à área de culturas permanentes em MPB da União Europeia, não obstante o peso diminuto da área em referência no quadro nacional. Com efeito, no ano de 2010 apenas 3,4% da área total de culturas permanentes eram produzidas, a nível nacional, em MPB. À excepção da Roménia, Irlanda e Bélgica, todos os restantes estados-membros apresentavam valores superiores aos 3,4% de Portugal.

Em Portugal, aquela proporção era ligeiramente superior quanto às culturas temporárias, dada a área total das mesmas (488.243 ha), considerando todos os modos de produção, ser bastante menor face à área total das culturas permanentes (867.519 ha) no ano em questão.

- **Mais de 20% da área em MPB de “Raízes e tubérculos” da União Europeia pertencia em 2010 a Portugal e idêntico facto se passava para as “Plantas aromáticas e medicinais”**

Entre as culturas em MPB do país inscritas em 2010 na base de dados da FiBL, que temos vindo a trabalhar, a produção de azeitonas/olivais é a que ocupava maior área em Portugal (17.209 ha), pese embora a sua diminuta importância (5%) no contexto da União Europeia (cf. Quadro 4), sobretudo quando comparada com Itália, Espanha e Grécia. Já a produção de raízes e tubérculos, a segunda maior em área, colocava Portugal na liderança por acolher 34,6% da área dessa produção na União Europeia.

A qualidade de líder, é também assumida pelo nosso país tanto quanto às plantas aromáticas e medicinais (culturas temporárias), como quanto a culturas temporárias - outras/não especificadas, as quais assumiam 20,2% e 14,6% das áreas dessas produções na União Europeia, respectivamente.

Não obstante o exposto e crendo nos dados estatísticos da FiBL, o lugar de destaque era ocupado pelas plantas aromáticas e medicinais (culturas permanentes) as quais são produzidas em modo biológico, no contexto em análise, unicamente por Portugal.

**Quadro 4: Área das principais culturas em Portugal e importância respectiva na UE, 2010**

<b>Tipo de cultura</b>	<b>Portugal: Área em MPB (ha) (*)</b>	<b>UE 27: Área em MPB (ha)</b>	<b>% Área em MPB de Portugal na UE 27</b>	<b>Países líderes (»10%) (**)</b>
<b>Culturas temporárias - outras não especificadas</b>	11845	80.978	14,6	Eslováquia, Alemanha, Portugal, Reino Unido e Grécia
<b>Cereais</b>	5353	1.407.616	0,4	Alemanha, Itália e Espanha
<b>Plantas aromáticas e medicinais (c.temporárias)</b>	10210	50.511	20,2	Espanha, Portugal, Lituânia e França
<b>Raízes e tubérculos</b>	12786	36.917	34,6	Portugal e Alemanha
<b>Hortícolas</b>	737	101.295	0,7	Itália, Reino Unido, Alemanha, França e Espanha
<b>Frutícolas (clima temperado)</b>	1778	75.432	2,4	Itália e Polónia
<b>Vinhas</b>	2667	181.589	1,5	Espanha, Itália e França

Tipo de cultura	Portugal: Área em MPB (ha) (*)	UE 27: Área em MPB (ha)	% Área em MPB de Portugal na UE 27	Países líderes (»10%) (**)
Plantas aromáticas e medicinais (c. permanentes)	1430	1.430	100,0	Portugal
Nozes	6425	168.150	3,8	Espanha, Polónia e Itália
Olivais	17209	345.154	5,0	Itália, Espanha e Grécia

Notas: (\*)Os Cereais e as Plantas aromáticas e medicinais (culturas temporárias) acolhem valores de 2009; (\*\*)Estados-membros que observam valores iguais ou superiores a 10% da área em MPB na UE 27, para cada um do tipo de cultura em análise; MPB = Modo de produção biológico.

Fonte: Research Institute of Organic Agriculture FiBL (2012): Country reports: Key crop groups grown in certified organic agriculture, share of total crop areas 2009 and 2010. Last update 24-Mar-12. The Organic-World homepage, FiBL, Frick at [www.organic-world.net/statistics.html](http://www.organic-world.net/statistics.html)

- **Cifrou-se em 3,3% o modesto contributo de Portugal ao ganho de 26.386 ha de vinhas em MPB na União Europeia ocorrido entre 2009 e 2010**

A análise da evolução ocorrida entre 2009 e 2010 das áreas de vinhas e olivais em MPB (cf. Quadros 5 e 6), duas culturas tipicamente mediterrânicas, vem demonstrar, relativamente à União Europeia, uma dinâmica positiva (17%) para as primeiras (cf. Quadro 5), e negativa (-0.1%) para as segundas (cf. Quadro 6).

**Quadro 5: Dimensão e evolução da área de vinhas em MPB na UE, 2009 a 2010**

Unidade geográfica	Área de vinhas em MPB (ha), 2010	Variação da área de vinhas em MPB, 2009/10	% Variação da área de vinhas em MPB na UE, 2009/10	Tx. crescimento da área de vinhas em MPB, 2009/10
<b>UE/Total (*)</b>	<b>181.589</b>	<b>26.386</b>	<b>100,0</b>	<b>17,0</b>
Alemanha	5.200	500	1,9	10,6
Áustria	3.863	645	2,4	20,0
Bulgária	1.285	565	2,1	78,5
Chipre	204	0	0,0	0,0
Eslováquia	52	0	0,0	0,0
Eslovénia	297	93	0,4	45,6
Espanha	57.231	3.272	12,4	6,1
França	50.268	11.122	42,2	28,4
Grécia	5.001	127	0,5	2,6
Holanda	40	0	0,0	0,0
Hungria	1.314	106	0,4	8,8
Itália	52.273	8.659	32,8	19,9
Luxemburgo	22	0	0,0	0,0
Malta	2	-4	0,0	-68,1

(continua)

Unidade geográfica	Área de vinhas em MPB (ha), 2010	Variação da área de vinhas em MPB, 2009/10	% Variação da área de vinhas em MPB na UE, 2009/10	Tx. crescimento da área de vinhas em MPB, 2009/10
Polónia	96	82	0,3	585,7
<b>Portugal</b>	<b>2.667</b>	<b>863</b>	<b>3,3</b>	<b>47,8</b>
Reino Unido	110	6	0,0	5,8
República Checa	770	125	0,5	19,4
Roménia	894	226	0,9	33,8

Notas: (\*)Apenas 19 Estados-membros assinalam dados na temática em questão, pelo que a UE corresponde, neste caso, ao conjunto dos mesmos; MPB = Modo de produção biológico.

Fonte: Research Institute of Organic Agriculture FiBL (2012): Country reports: Key crop groups grown in certified organic agriculture, share of total crop areas 2009 and 2010. Last update 24-Mar-12. The Organic-World homepage, FiBL, Frick at [www.organic-world.net/statistics.html](http://www.organic-world.net/statistics.html)

Efectivamente, a União Europeia registou entre os anos de 2009 e 2010 um ganho de 26.386 ha de vinhas em MPB, para o qual Portugal terá contribuído em 3,3%; uma prestação muito modesta quando comparada com as de Espanha, Itália e França. Pode-se afirmar que o considerável crescimento verificado no nosso país entre 2009 e 2010 da área de vinha em MPB, na ordem dos 47,8%, não terá tido importância de maior fora da esfera nacional até porque, muito dificilmente Portugal conseguirá competir com as enormes áreas de vinha em MPB daqueles países, todas superiores a 50 mil hectares. Portugal possuía em 2010, para essa variável, 2.667 ha, uma área ainda inferior às tidas pela Áustria, Grécia e Alemanha.

Considerando os olivais em MPB, o aumento verificado no ano de 2010 em Portugal da área dos mesmos (mais 3.153 ha face a 2009 ) não terá sido suficiente para imprimir na União Europeia uma dinâmica positiva, nesse período, desta cultura. Mesmo com taxas positivas de França e Itália, a queda acentuadíssima de área análoga na Grécia não o permitiu. Portugal obtinha aqui uma evolução positiva, pese embora a sua área de olivais em MPB (17.209 ha) seja francamente diminuta quando comparada com as áreas da Grécia (56.970 ha), Espanha (126.328 ha) e Itália (140.748 ha).

**Quadro 6: Dimensão e evolução da área de olivais em MPB na UE, 2009 a 2010**

Unidade geográfica	Área de olivais em MPB (ha), 2010	Variação da área de olivais em MPB, 2009/10	Tx. crescimento da área de olivais em MPB, 2009/10
<b>UE/Total (*)</b>	345.154	-333	-0,1
Chipre	946	0	0,0
Eslovénia	77	27	54,0
Espanha	126.328	-713	-0,6
França	2.874	1.079	60,1
Grécia	56.970	-4.952	-8,0
Itália	140.748	1.073	0,8
Malta	2	0	-16,3
<b>Portugal</b>	<b>17.209</b>	<b>3.153</b>	<b>22,4</b>

Notas: (\*)Apenas 8 Estados-membros assinalam dados na temática em questão, pelo que a UE corresponde, neste caso, ao conjunto dos mesmos; MPB = Modo de produção biológico.

Fonte: Research Institute of Organic Agriculture FiBL (2012): Country reports: Key crop groups grown in certified organic agriculture, share of total crop areas 2009 and 2010. Last update 24-Mar-12. The Organic-World homepage, FiBL, Frick at [www.organic-world.net/statistics.html](http://www.organic-world.net/statistics.html)

- Em 2008 a quantidade de processadores e de importadores da agricultura biológica certificados em Portugal era insignificante no contexto da União Europeia

De acordo com dados do Eurostat relativos aos operadores de agricultura biológica certificados<sup>2</sup> (cf. Quadro 7), Portugal continha no ano de 2008 em cadastro um total de 1.902 produtores, 189 processadores/unidades transformadoras e somente um importador. Essas cifras revelaram-se insignificantes no contexto da União Europeia.

**Quadro 7: Operadores de agricultura biológica certificados na UE, 2008**

Unidade geográfica	Produtores		Processadores		Importadores	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%
<b>UE/Total (*)</b>	179.131	100,0	25.788	100,0	1.466	100,0
Alemanha	19.813	11,1	7.673	29,8	242	16,5
Áustria	20.089	11,2	d.i.	d.i.	d.i.	d.i.
Bélgica	889	0,5	570	2,2	53	3,6
Bulgária	254	0,1	36	0,1	0	0,0
Dinamarca	2.754	1,5	619	2,4	207	14,1
Eslováquia	346	0,2	44	0,2	5	0,3
Eslovénia	2.067	1,2	75	0,3	d.i.	d.i.
Espanha	21.237	11,9	1.797	7,0	64	4,4
Estónia	1.245	0,7	28	0,1	0	0,0
Finlândia	3.991	2,2	342	1,3	42	2,9
Grécia	23.372	13,0	1.418	5,5	12	0,8
Holanda	1.402	0,8	1.041	4,0	233	15,9
Hungria	1.429	0,8	435	1,7	17	1,2
Irlanda	1.170	0,7	181	0,7	13	0,9
Itália	44.371	24,8	7.559	29,3	246	16,8
Letónia	4.203	2,3	39	0,2	0	0,0
Lituânia	2.772	1,5	39	0,2	d.i.	d.i.
Malta	18	0,0	2	0,0	0	0,0
Polónia	14.896	8,3	200	0,8	12	0,8
<b>Portugal</b>	<b>1.902</b>	<b>1,1</b>	<b>189</b>	<b>0,7</b>	<b>1</b>	<b>0,1</b>
Reino Unido	5.383	3,0	2.423	9,4	90	6,1
República Checa	1.842	1,0	424	1,6	83	5,7
Suécia	3.686	2,1	654	2,5	146	10,0

Notas: (\*) Apenas 23 Estados-membros assinalam dados na temática em questão, pelo que a UE corresponde, neste caso, ao conjunto dos mesmos; Presença de valores provisórios e estimados pelo Eurostat; d.i. = dado indisponível. Fonte: Eurostat (2012): Number of certified registered organic operators [food\_act2]. Last update: 28-03-2012. Disponível em Abril de 2012 em <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/eurostat/home>.

Considerando o seu número de processadores/unidades transformadoras, Portugal situava-se perto da Irlanda e Polónia, para o ano em questão, distanciando-se de estados-membros com mais de mil desses operadores (Alemanha, Itália, Reino Unido, Espanha, Grécia e Holanda).

<sup>2</sup> Refira-se que os dados mais recentes de Portugal datam de 2008 e têm carácter provisório. Por sua vez, para esse ano, não existiam dados para Chipre, França, Luxemburgo e Roménia. Ainda assim, considerámos oportuno incluir esta temática na análise.

Em 2005, os 75 processadores/unidades transformadoras da agricultura biológica certificados no país distribuíam-se maioritariamente, e de forma decrescente, pelos seguintes tipos de actividades económicas (ROHNER-THIELEN, 2010): (i) “frutas e vegetais”, com 33 processadores (actividade especialmente forte em Itália); (ii) “óleos vegetais e animais”, com 23 processadores (actividade especialmente forte em Itália e Grécia); e (iii) “carne e respectivos produtos”, com 12 processadores (actividade especialmente forte no Reino Unido).

- **Em 2010 o volume de vendas de produtos biológicos em Portugal exibiu uma importância relativa praticamente nula no contexto da União Europeia**

O MPB perfazia, em 2010, um total de vendas na União Europeia<sup>3</sup> cifrado em 18.105,00 milhões de €. Portugal participava aqui com 21,00 milhões de €, uma importância relativa praticamente nula no contexto da União Europeia (cf. Quadro 8). Nesta perspectiva, Portugal aproximava-se da Estónia e da Hungria, que apresentaram valores de vendas muito próximas às de Portugal (11,83 e 25,00 milhões de €) e distanciava-se da Itália, Reino Unido, França e Alemanha, países que manifestaram valores de vendas superiores a 1.500,00 milhões de €.

Atente-se que França e Alemanha, para além da primazia dos Estados Unidos, lideraram, em 2010, o mercado de produtos biológicos a nível mundial. Por sua vez, a Dinamarca e Luxemburgo constituíram-se nesse ano países mundialmente líderes quanto ao indicador do consumo de produtos biológicos *per capita*.

- **Financiamento comunitário ao MPB: Fraca cobertura no país entre 2002 e 2006, à semelhança da Grécia**

O Estudo desenvolvido pela Direcção-Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural da Comissão Europeia e concluído em Junho de 2010, dá conta de uma fraca cobertura da área de MPB do nosso país pelas medidas agroambientais dirigidas à agricultura biológica, para o período 2002-2006. Essa modesta proporção de área em MPB que beneficiou de apoio naquele período contrasta, reforça o Estudo, com a considerável proporção de área em MPB (em 2006) no total da superfície agrícola utilizada do país. Assim acontece também com a Grécia.

**Quadro 8: Total de vendas no mercado interno de produtos biológicos na UE, 2009 e 2010**

Unidade geográfica	Total de vendas, 2009 (milhões de €)	Total de vendas, 2010 (milhões de €)	% Total de vendas na UE, 2010	Tx. Crescimento total de vendas, 2009/10
<b>UE/Total (*)</b>	<b>16.953,62</b>	<b>18.105,04</b>	<b>100,0</b>	<b>6,8</b>
Alemanha	5.800,00	6.020,00	33,3	3,8
Áustria	867,60	986,00	5,4	13,6
Bélgica	350,00	421,00	2,3	20,3
Bulgária	4,50	7,00	0,0	55,6
Chipre	1,50	1,50	0,0	0,0
Dinamarca	765,00	791,00	4,4	3,4
Eslováquia	4,31	4,00	0,0	-7,2
Eslovénia	34,50	38,00	0,2	10,1

<sup>3</sup> Excluem-se os estados-membros da Lituânia, Letónia e Malta por indisponibilidade de dados estatísticos junto da base de dados da FiBL, na qual foi extraída a informação em análise

Unidade geográfica	Total de vendas, 2009 (milhões de €)	Total de vendas, 2010 (milhões de €)	% Total de vendas na UE, 2010	Tx. Crescimento total de vendas, 2009/10
Espanha	905,00	905,00	5,0	0,0
Estónia	11,83	11,83	0,1	0,0
Finlândia	75,40	80,00	0,4	6,1
França	3.041,00	3.385,00	18,7	11,3
Grécia	58,00	58,00	0,3	0,0
Holanda	590,50	656,50	3,6	11,2
Hungria	25,00	25,00	0,1	0,0
Irlanda	112,83	103,23	0,6	-8,5
Itália	1.350,00	1.550,00	8,6	14,8
Luxemburgo	51,00	65,00	0,4	27,5
Polónia	50,00	58,90	0,3	17,8
<b>Portugal</b>	<b>22,00</b>	<b>21,00</b>	<b>0,1</b>	<b>-4,5</b>
Reino Unido	2.065,00	2.000,00	11,0	-3,1
República Checa	68,26	68,26	0,4	0,0
Roménia	2,50	45,00	0,2	1700,0
Suécia	697,89	803,83	4,4	15,2

Notas: (\*)Apenas 24 Estados-membros assinalam dados na temática em questão, pelo que a UE corresponde, neste caso, ao conjunto dos mesmos.

Fonte: Research Institute of Organic Agriculture FiBL (2012): Organic Market in Europe 2007-2010, with information on the data year. Last update March 15, 2012. The Organic-World homepage, FiBL, Frick at [www.organic-world.net/statistics.html](http://www.organic-world.net/statistics.html)

Esse facto foi, em parte, o resultado de restrições no acesso aos apoios comunitários em questão verificadas nos dois estados-membros, a que não foi alheio o constrangimento orçamental vivido entre eles desde o início do século. Em Portugal, como anunciado pelo Estudo de 2010, facultado pelo Instituto Johann Heinrich von Thünen (vTI), o regime de apoio à agricultura biológica esteve inacessível entre 2005 e 2007.

Da autoria de Schwarz, Nieberg e Sanders, o Estudo mencionado diseca sobre o financiamento à agricultura biológica na União Europeia pelas suas várias componentes (p. ex. taxas de pagamento, critérios de elegibilidade e apoio à certificação) e, no âmbito da bibliografia que fomos recolhendo, parece constituir o mais recente Estudo nessa temática (dados estatísticos inclusive). Essa foi a razão pela qual procurámos atender, através de uma leitura cuidada do documento, às características e comportamentos que Portugal assumia, nessa perspectiva, perante os restantes estados-membros e que, pelo seu interesse, passamos a expor.

- **Discrepância nos pagamentos entre diferentes culturas/produções: “Perenes, pomares e frutas” com pagamentos elevados entre 2004 e 2009, muito próximos aos de Espanha**

Entre 2004 e 2009, Portugal auferiu a terceira mais elevada taxa média de pagamento à conversão<sup>4</sup> ao MPB na categoria de uso da terra relativa a “perenes, pomares e frutas” (972 €/ha), logo após Espanha (979 €/ha) e a Alemanha (1080 €/ha). É também nesta categoria que o nosso país registou os mais elevados valores da taxa em questão, a que se seguiam as categorias de “vegetais anuais e ervas” e de “culturas de estufa”, ambas com valores em Portugal de 648 €/ha.

À semelhança da Áustria, República Checa, França e Hungria, Portugal apresentou valores díspares entre as taxas médias de pagamento à conversão (2004 a 2009) das várias categorias de uso da terra: esses valores foram mais altos no caso dos “perenes, pomares e frutas”, como referido, e mais baixos no caso das “pastagens” (elevados porém no conjunto dos estados-membros). Foi maior a uniformidade (pelas diferentes categorias de uso da terra) em países como a Dinamarca, Finlândia e Irlanda.

A diversidade dos pagamentos à conversão (e, também, à manutenção) em países como o nosso, verifica-se não só entre as diferentes categorias de uso da terra agrícola, mas também no interior de uma determinada categoria. Neste último caso, as taxas de pagamento diferem tanto entre regiões (p. ex. Itália, Espanha ou Reino Unido) como, no nosso caso, entre tipos de culturas e produções pecuárias, práticas de gestão ou condições do solo agrícola.

- **Portugal: Obrigatoriedade de reverter a totalidade da propriedade para efeitos de apoios financeiros à agricultura biológica, tal como acontece na Alemanha**

Além das diferenciações supracitadas, alguns estados-membros aplicam uma redução progressiva nas taxas de pagamento consoante o tamanho da área em conversão, como em Portugal, e ao longo do tempo (como em algumas regiões espanholas). Outros são os estados-membros que não impõem restrições adicionais ao limite máximo de encabeçamento<sup>5</sup> definido, a nível da União Europeia, no Regulamento (CE) n.º 889/2008. Portugal, Áustria e Polónia verificam as duas condições, i. e., aplicam uma redução progressiva nos pagamentos, mas não uma restrição ao encabeçamento para além do estipulado pela Comissão Europeia.

Ainda em matéria de requisitos e critérios de elegibilidade, aos agricultores portugueses, em oposição ao que acontece na maioria dos estados-membros, não lhes é permitido a conversão ao MPB de apenas uma parte da sua exploração agrícola. Tal requisito verifica-se, de igual forma, na Alemanha, Dinamarca, Espanha, Hungria,

---

<sup>4</sup> A taxa média de pagamento à conversão ao MPB (Euro por ha) considera a média dos pagamentos durante os primeiros cinco anos, i. e., entre 2004 e 2009. Em alguns casos, como em Portugal, os pagamentos à conversão efectuem-se nos primeiros dois ou três anos. Nesses casos, os pagamentos dos restantes anos, relativos à manutenção, são também incluídos no cálculo da média. Mais notificamos que, no Estudo em questão são consideradas as seguintes sete categorias principais de uso da terra agrícola: pastagens, terras aráveis, legumes anuais e ervas, culturas de estufa, perenes, pomares e frutas, vinhas e oliveiras.

<sup>5</sup> Densidade máxima de 2 CN/ha, equivalente a 170 kg de azoto por ano e por hectare de superfície agrícola (CN = Cabeça Normal de efectivo pecuário).

Luxemburgo e em muitas regiões da Itália. Nestas unidades geográficas é, à data do Estudo supracitado e, cremos, nos dias de hoje, obrigatório reconverter a totalidade da propriedade para efeitos de apoios financeiros à agricultura biológica. A título de exemplo, na República Checa é concedido um incentivo financeiro suplementar à reconversão da totalidade da propriedade e aí os agricultores recebem maiores apoios se toda a propriedade for cultivada em MPB.

Por sua vez, aos agricultores portugueses não lhes é permitido ainda optarem por uma conversão gradual da sua exploração ao MPB, ao contrário do que acontece, a título de exemplo, na Dinamarca ou no Luxemburgo, se bem que neste último estado membro essa possibilidade só se verifica para o caso das vinhas.

- **Portugal: Apoio nulo aos custos da certificação**

No que respeita à certificação, ela é apoiada através de diferentes formas e instrumentos pela maior parte dos estados-membros à excepção do nosso país, República Checa, Estónia, Finlândia, Hungria, Luxemburgo e Eslováquia. Com efeito, Portugal não contempla nenhuma forma de apoio ao agricultor que financie, em parte ou no todo, os custos inerentes à certificação e respectiva inspecção. Anote-se que na Dinamarca a certificação é gratuita.

Por último, Portugal regista pagamentos em muitas e dispersas matérias agroambientais (agricultura biológica inclusive), não evidenciando, como tal, nenhuma particular linha condutora nesse domínio de política comunitária. Refira-se que outros estados-membros do sul da Europa (p. ex. algumas regiões italianas e espanholas e a Grécia) têm optado por focar “os tipos de culturas tradicionais e raças locais/extinção de animais” como tema-chave das medidas agroambientais.

Em síntese, Portugal não parece integrar, de forma linear, a trajectória de nenhum agrupamento geográfico em particular (UE-12, UE-15 ou conjunto dos países mediterrânicos), não obstante, no fim da primeira década do século, aproximar-se de alguns estados-membros mais recentes no que respeita, sobretudo, a dinâmicas de crescimento aceleradas (área total, produtores, áreas de vinha e de olivais), como a Polónia, Bulgária e a Eslovénia e distanciar-se de outros estados-membros antigos (Itália, Alemanha, França e Reino Unido), alguns tão antigos (Espanha) ou menos (Áustria) que si, no tocante à importância/peso da agricultura biológica (área, operadores e vendas) no contexto da União Europeia.

O facto de Portugal em 2010 superar o ritmo de expansão da UE 27 no que respeita à área total, produtores e áreas de vinha e de olivais, é um sinal tanto de retoma da vitalidade perdida em anos anteriores, como de crescimento potencial a curto prazo. Mas não nos iludamos. A sustentabilidade do crescimento da agricultura biológica em Portugal carece de um maior apoio despendido ao sector através tanto de um melhor proveito da política comunitária para aí orientada, como da integração de apoios nacionais aos custos inerentes ao processo de certificação. Necessita, de igual forma, que o mercado interno se desenvolva e exige a presença de um enquadramento de apoio ao sector (serviços de extensão rural, formação profissional e, entre outras componentes, investigação agrária).

Portugal não pertence por um lado, à “equipa pioneira” na matéria, constituída pelos estados-membros da Europa do Norte, Alemanha e Áustria, cuja sustentabilidade do

sector está demonstrada, mesmo que registem crescimentos lentos nem, por outro lado, ao “grupo recém chegado” e que se inicia no sector, formado pelos estados membros cuja adesão se efectuou após 2004, e nos quais a profunda reestruturação e reforma do sector agrícola, de que foram alvo a partir dos anos 90, terá proporcionado mais espaço para o desenvolvimento da agricultura biológica. Os países do “grupo recém chegado” estão ainda em fase de difusão enquanto os outros se encontram já consolidados. Nesta encruzilhada, seria salutar que Portugal escolhesse a sua posição e orientação (a sua política) quanto ao sector, começando por activar o plano de acção em tempos definido, em detrimento de uma evolução não planeada e “ao sabor” de financiamentos comunitários.

## **APÊNDICE B**

### **METODOLOGIA RELATIVA AO APÊNDICE A**

A elaboração do Apêndice A, respeitante à caracterização da agricultura biológica de Portugal no contexto da União Europeia, teve por base a recolha de informação documental e estatística junto das seguintes entidades chave:

#### **i. Research Institute of Organic Agriculture (FiBL)**

O FiBL foi especialmente importante no que à recolha estatística se refere. Da sua página de internet (secções Mundo e Europa) foram extraídas para tratamento estatístico quatro tabelas (em formato excel) com os seguintes principais dados sobre agricultura biológica:

- Área de agricultura biológica: “Organic agricultural land and share of total agricultural land in Europe and the European Union 2005-2010” (secção Europa)
- Produtores de agricultura biológica: “Organic producers in Europe and the European Union 2005-2010” (secção Europa)
- Vendas no mercado interno: “European organic market and trade data 2006-2010” (secção Europa)
- Superfície agrícola (área, ha) por uso da terra e tipo de culturas: “Organic land use and crops by country 2004-2010 (fully converted and converted areas)” (secção Mundo)

Os dados resultam do inquérito anual (“the 13th Survey on organic agriculture worldwide”) desenvolvido pelo FiBL (Frick, Suíça), em cooperação com a International Federation of Organic Agriculture Movements (IFOAM), sob o apoio do International Trade Centre (Geneva), do Swiss State Secretariat of Economic Affairs SECO (Berne) e Nürnberg Messe (the organizers of the BioFach Organic Trade Fair).

Realizado entre Julho de 2011 e Fevereiro de 2012, o inquérito acolhe dados fornecidos por especialistas de 160 países (representantes de ONG’s, organismos de certificação, departamentos governamentais e investigadores) e são compilados, no caso da Europa, por Helga Willer do FiBL, contando com a cooperação da AMI (AgrarmarktInformationsGesellschaft) e do ORC (Organic Research Centre Elm Farm) para os dados de mercado, e com a Mediterranean Organic Agriculture Network para os dados dos países mediterrânicos.

Os dados referentes a Portugal (2010) foram fornecidos por Catarina Crisóstomo e recolhidos junto do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, no que toca à área utilizada e operadores, e junto da INTERBIO, no respeitante aos dados de mercado.

Por sua vez, os dados são publicados nas edições anuais do “The World of Organic Agriculture”, cuja síntese da edição mais recente (dados de 2010 e publicação de Fevereiro de 2012) foi atendida. As tabelas de dados são dinâmicas, permitindo a sua contínua actualização e disponibilização *on line*.

Das quatro tabelas mencionadas foram acolhidos, para posterior tratamento estatístico, os indicadores/variáveis (brutos) sistematizados no quadro seguinte.

**Indicadores/variáveis recolhidos junto das tabelas dinâmicas do FiBL**

<b>Indicadores/variáveis</b>	<b>Unidades de medida</b>	<b>Observações</b>
“All organic AGRICULTURAL land (fully converted and in-conversion)”	Hectares (ha)	A “organic AGRICULTURAL land” não inclui outras áreas certificadas em MPB como: aquicultura, floresta, pastagem em terras não agrícolas, apicultura.
“Share of the country’s agricultural land”	Percentagem (%)	A variável “organic AGRICULTURAL land” é utilizada para o cálculo deste indicador.
“Organic agricultural land – main use”	Hectares (ha)	“Land use classifications”, de acordo com critérios da FAO.
“Organic agricultural land – main crops”	Hectares (ha)	“Crop classifications”, de acordo com critérios da FAO.
“Organic producers”	Número	“Producer: organic agricultural and aquaculture farms (incl. processing, packaging and initial labeling of own crop and livestock products on the farm)”
“Domestic sales development (Sales, total)”	Milhões €	“Refers to the domestic sales of organic products. Exports and catering are deducted where possible in order to be able to calculate the correct share of the total domestic markets for organic food.”

**ii. European Commission: Directorate-General for Agriculture and Rural Development (DG Agri)**

Esta instituição revelou-se, para o presente estudo, sobretudo importante quanto à recolha bibliográfica. Com efeito, a instituição detém a mais recente (Junho 2010) e completa análise do sector da agricultura biológica na União Europeia, embora a informação estatística (dados do Eurostat) aí presente se reporte a anos iguais ou anteriores a 2008.

**iii. Johann Heinrich von Thünen-Institut (vTI) - Federal Research Institute for Rural Areas, Forestry and Fisheries**

Este instituto foi, de igual forma, particularmente importante na recolha documental, proporcionando um estudo de 2010 no qual se analisa o financiamento à agricultura biológica na União Europeia pelas suas várias componentes (p. ex. taxas de pagamento, critérios de elegibilidade e apoio à certificação). O estudo comporta dados de financiamento por estado-membro de 2009 e anos posteriores.

**iv. IFOAM EU Group/International Federation of Organic Agriculture**

Este grupo de trabalho facultou, no essencial, um compêndio síntese da situação actual da temática na Europa. O documento data de Junho de 2011.

**v. Eurostat (Statistical Office of the European Communities)**

O gabinete de estatística, por excelência, da União Europeia foi útil no que respeita tanto à recolha bibliográfica como estatística. A primeira integra dossiers de caracterização sumária da agricultura biológica na União Europeia, que incluem dados do Eurostat relativos à temática (operadores, áreas de culturas, produção de culturas,

produção animal e produtos de origem animal). Essa base de dados veio, por sua vez, colmatar a carência de informação estatística, para anos anteriores a 2005, verificada nas tabelas do FiBL supra mencionadas. Foram ainda recolhidos junto do Eurostat dados quanto a operadores em MPB.

Em relação a esta fonte, Portugal apresentava várias lacunas de informação em tabelas de dados sobre agricultura biológica (p. ex., food\_in\_porg1), disponíveis na página de internet do Eurostat, sobretudo para anos mais recentes (a partir de 2008), razão pela qual se optou por fundamentar a análise do presente trabalho com base maioritária em dados do FiBL.

**Metodologia da recolha de dados estatísticos para a caracterização da agricultura biológica de Portugal no contexto da União Europeia**

Variável	Fonte	Tabela de origem	Data da última atualização de dados	Resultado
“Organic agricultural land (ha)”; “Share of total agricultural land “	FiBL (2012)	“Organic (including in-conversion) area in the European Union 2005-2010”	3 de Abril de 2012	<b>Quadro 1a e 1b:</b> Visão global do desenvolvimento da área de agricultura biológica na EU: Dimensões e Crescimentos
“Total organic crop area (Fully converted + under conversion)”	Eurostat (2012)	“Certified organic crop area [food_in_porg1]”	6 de Março de 2012	<b>Gráfico 1:</b> Evolução das taxas de crescimento da área de agricultura biológica (%) de Portugal e EU, entre 1994 e 2010
“Organic producers”	FiBL (2012)	“Organic producers in the European Union 2007-2010”	3 de Abril de 2012	<b>Quadro 2:</b> Visão global do desenvolvimento dos produtores de agricultura biológica na UE
“Key crop groups grown in certified organic agriculture; “Share of total crop areas”	FiBL (2012)	“Country reports: Key crop groups grown in certified organic agriculture, share of total crop areas 2009 and 2010”	24 de Março de 2012	<b>Quadro 3:</b> Área das culturas temporárias e permanentes e importâncias respectivas na UE, 2010 <b>Quadro 4:</b> Área das principais culturas em Portugal e importância respectiva na UE, 2010 <b>Quadro 5:</b> Dimensão e evolução da área de vinhas em MPB na UE, 2009 a 2010 <b>Quadro 6:</b> Dimensão e evolução da área de olivais em MPB na UE, 2009 a 2010
“Organic operators”	Eurostat (2012)	“Number of certified registered organic operators [food_act2]”	28 de Março de 2012	<b>Quadro 7:</b> Operadores de agricultura biológica certificados na UE, 2008
“Sales [Mio €]”	FiBL (2012)	“Organic Market in Europe 2007-2010, with information on the data year”	15 de Março de 2012	<b>Quadro 8:</b> Total de vendas no mercado interno de produtos biológicos na UE, 2009 e 2010

Duas últimas considerações metodológicas existem a apontar, nomeadamente:

- A variável “organic agricultural land (ha)” do FiBL (utilizada nos quadros 1, 3, 4, 5 e 6) corresponde à superfície agrícola utilizada não incluindo, como tal, outras áreas como a aquicultura, as áreas de pasto em terras não agrícolas ou a floresta. Esta variável é utilizada para o cálculo da percentagem da “organic agricultural land of the total agricultural land” e parece equivaler à “agricultural area in use” (AAU) do Eurostat (área total de terras com culturas temporárias, prados e pastagens permanentes, culturas permanentes e de hortas familiares) e, também, às SAU portuguesa e francesa.
- Por sua vez, a “Organic crop area” (utilizada no Gráfico 1) do Eurostat compreende toda a área de culturas (pousios como parte da rotação de culturas e terra não utilizada, *inclusive*) não sendo tão restrito como a anterior variável que assimila, como vimos, exclusivamente a área das principais culturas.

Não obstante o exposto, no presente trabalho não houve necessidade de comparação entre as duas variáveis em apreço, pelo que possíveis implicações estatísticas foram, desde logo, afastadas.

## **APÊNDICE C**

### **DADOS QUALITATIVOS DE APOIO AO CAPÍTULO II**

#### **Apêndice C.1: Cursos dirigidos ao MPB (regulamentados pelo Ministério da Agricultura)**

<b>Cursos</b>	<b>UFCD</b>	<b>Duração</b>
Curso de introdução ao modo de produção biológico	Modo de produção biológico	50 Horas
Curso de produção biológica de Arvenses	Modo de produção biológico	50 Horas
	Cultura de Arvenses em modo de produção biológico	25 Horas
Curso de produção biológica de Hortícolas	Modo de produção biológico	50 Horas
	Cultura de Hortícolas em modo de produção biológico	50 Horas
Curso de produção biológica de Pomares	Modo de produção biológico	50 Horas
	Cultura de Pomares em modo de produção biológico	50 Horas
Curso de produção biológica de Olival	Modo de produção biológico	50 Horas
	Olivicultura em modo de produção biológico	50 Horas
Curso de produção biológica de Vinha	Modo de produção biológico	50 Horas
	Viticultura em modo de produção biológico	50 Horas
Curso de produção biológica de Bovinos	Produção animal em modo de produção integrada	50 Horas
	Bovinicultura em modo de produção biológico	50 Horas
Curso de produção biológica de Ovinos e de Caprinos	Produção animal em modo de produção integrada	50 Horas
	Ovinicultura e Caprinicultura em modo de produção biológico	50 Horas
Curso de produção biológica de Suínos	Produção animal em modo de produção integrada	50 Horas
	Suinicultura em modo de produção biológico	50 Horas
Curso de produção biológica de Aves	Produção animal em modo de produção integrada	50 Horas
	Avicultura em modo de produção biológico	50 Horas
Curso de produção biológica de Coelhos	Produção animal em modo de produção integrada	50 Horas
	Cunicultura em modo de produção biológico	50 Horas

Fonte: Site da Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (Março, 2012)

**Apêndice C.2: Formação profissional dirigida à Agricultura Biológica, para agricultores e técnicos (regulamentados pelo Ministério da Agricultura)**

<b>Ação/Destinatários</b>	<b>Agricultura Biológica Geral para Agricultores</b>	<b>Agricultura Biológica Geral para Técnicos</b>
<b>Objectivo geral</b>	Qualificar os agricultores para produzirem segundo o modo de produção biológico (Reg. (CEE) nº 2092/91 e respectivas actualizações.	Qualificar os técnicos com conhecimentos práticos e teóricos para o modo de produção biológico, tal como definido no Reg. (CEE) nº 2092/91 e respectivas actualizações.
<b>Duração</b>	68 horas (11 dias)	140 horas (20 Dias)
<b>Habilitação académica requerida</b>	Escolaridade mínima obrigatória	Licenciatura/ Bacharelato
<b>Outras condições requeridas</b>	Exercer ou vir a exercer a sua actividade produtiva segundo o modo de produção biológico	Exercer ou vir a exercer a sua actividade produtiva na área do curso a que se candidata, sendo prioritários os candidatos associados de entidades reconhecidas para o modo de produção biológico.

Fonte: Site da Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (Março, 2012)

**Apêndice C.3: Entidades institucionais com intervenção no domínio da agricultura biológica**

<b>Entidades</b>	<b>Missão</b>	<b>Âmbito</b>
<b>Ministério da Agricultura</b>		
<b>Gabinete de Planeamento e Políticas</b>	Apoiar a definição das linhas estratégicas, prioridades e objectivos das políticas do Ministério e coordenar, acompanhar e avaliar a sua aplicação, integrando a componente ambiental e as orientações em matéria de ordenamento e gestão sustentável do território, bem como assegurar as relações internacionais do Ministério.	Coordenação global da aplicação da regulamentação comunitária Autoridade de controlo do Estado membro
<b>Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural</b>	Promover a valorização, a competitividade e a sustentabilidade da Agricultura e dos Territórios Rurais. Ser a autoridade de excelência nas áreas Fitossanitárias e do Regadio e uma referência no Desenvolvimento Rural.	Gestor da base de dados de semente biológica nacional Sanidade vegetal e produtos fitofarmacêuticos Fertilização e fertilizantes Produtos de Limpeza Alimentação animal que envolva pastagens e forragens

(continua)

**Apêndice C.3: Entidades institucionais com intervenção no domínio da agricultura biológica (cont.)**

Entidades	Missão	Âmbito
<b>Ministério da Agricultura</b>		
<b>Direcção-Geral de Veterinária</b>	Executar e avaliar as políticas sanitárias veterinárias, de protecção animal e de saúde pública e animal e ser a autoridade sanitária veterinária nacional.	Sanidade animal Manejo animal Bem-estar animal, incluindo intervenções nos animais Alimentação animal, incluindo rações e rotulagem de rações Biocidas Sanidade e alimentação apícola
<b>Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura</b>	Contribuir para a definição da política das pescas e garantir a sua execução numa perspectiva de competitividade e sustentabilidade do sector.	Aquicultura marinha Algas marinhas
<b>Instituto da Vinha e do Vinho, I.P.</b>	Coordenação, regulação e controlo do sector vitivinícola. Representação Nacional nas organizações internacionais. Dinamização da promoção do vinho e seus derivados.	Vinho
<b>Autoridade Florestal Nacional</b>	Promover o desenvolvimento sustentável dos recursos florestais e dos espaços associados, dos recursos cinegéticos, apícolas e aquícolas das águas interiores e outros directamente associados à floresta e às actividades silvícolas, através do conhecimento da sua evolução e fruição, garantindo a sua protecção, conservação e gestão. Promover os equilíbrios intersectoriais, a responsabilização dos diferentes agentes e uma adequada organização dos espaços florestais. Promover a melhoria da competitividade das indústrias que integram as várias fileiras florestais, bem como a prevenção estrutural, actuando de forma concertada no planeamento e na procura de estratégias conjuntas no domínio da defesa da floresta.	Apicultura Piscicultura em águas interiores
<b>Instituto Nacional de Recursos Biológicos, I. P.</b>	Prossecução da política científica e a realização de investigação de suporte a políticas públicas orientadas para a valorização dos recursos biológicos, na defesa dos interesses nacionais e na prossecução e aprofundamento de políticas comuns da União Europeia.	Fertilização, matérias fertilizantes e correctivos

(continua)

**Apêndice C.3: Entidades institucionais com intervenção no domínio da agricultura biológica (cont.)**

Entidades	Missão	Âmbito
<b>Ministério da Economia</b>		
<b>Direcção-Geral das Actividades Económicas</b>	Promoção e desenvolvimento de um ambiente institucional mais favorável à competitividade e à inovação empresarial, através do apoio à concepção, execução, divulgação e avaliação das políticas dirigidas às actividades da indústria transformadora, do comércio, do turismo e dos serviços, e assegurando a coordenação das relações internacionais no âmbito de actuação do Ministério.	Rotulagem de matérias fertilizantes, correctivos e produtos limpeza
<b>Autoridade de Segurança Alimentar e Económica</b>	Ser a autoridade administrativa nacional especializada no âmbito da segurança alimentar e da fiscalização económica. É responsável pela avaliação e comunicação dos riscos na cadeia alimentar, bem como pela disciplina do exercício das actividades económicas nos sectores alimentar e não alimentar, mediante a fiscalização e prevenção do cumprimento da legislação reguladora das mesmas.	Denúncias, infracções e irregularidades no comércio Fiscalização e Plano nacional de colheita de amostras
<b>Carácter Interministerial</b>		
<b>Instituto Português de Acreditação, I.P.</b>	Ser o organismo nacional de acreditação.	Acreditação de organismos de controlo e certificação

Fonte: Sites do GPP – Agricultura Biológica e restantes entidades (Novembro, 2011)

**Apêndice C.4: Organizações de produtores biológicos de Portugal**

Organizações	Concelho	NUT III
APARROZ – Agrupamento de Produtores de Arroz do Vale do Sado, Lda	Alcácer do Sal	Alentejo Central
AADE - Associação dos Agricultores do Distrito de Évora	Évora	Alentejo Central
APROFNA - Associação de Produtores Florestais e Agro - Pecuários do Norte Alentejano	Alter do Chão	Alto Alentejo
ANCPA – Associação Nacional dos Criadores de Porco Alentejano	Elvas	Alto Alentejo
ELIPEC – Agrupamento de Produtores de Pecuária, S.A.	Elvas	Alto Alentejo
ACORPSOR – Associação de Criadores de Ovinos da Região de Ponte de Sor	Ponte de Sor	Alto Alentejo
NATUR-AL-CARNES – Agrupamento de Produtores Pecuários do Norte Alentejo, S.A.	Portalegre	Alto Alentejo
AGRIARBOL - Associação dos Produtores Agro-Florestais da Terra Quente	Macedo de Cavaleiros	Alto Trás-os-Montes
ACRIGA - Associação de Criadores de Gado e Agricultores	Macedo de Cavaleiros	Alto Trás-os-Montes
APPITAD - Associação de Produtores em Protecção Integrada de Trás-os-Montes e Alto Douro	Mirandela	Alto Trás-os-Montes

(continua)

**Apêndice C.4: Organizações de produtores biológicos de Portugal (cont.)**

<b>Organizações</b>	<b>Concelho</b>	<b>NUT III</b>
APATA – Associação de Produtores Agrícolas Tradicionais e Ambientais	Mogadouro	Alto Trás-os-Montes
AAPIM - Associação de Agricultores para a Produção Integrada de Frutos de Montanha	Guarda	Beira Interior Norte
ACRIGUARDA – Associação de Criadores de Ruminantes do Concelho da Guarda	Guarda	Beira Interior Norte
Associação de Agricultores Ribeira Teja e Vale do Côa	Mêda	Beira Interior Norte
BIOCÔA - Associação de Agricultores Biológicos do Vale do Côa	Pinhel	Beira Interior Norte
ARAB - Associação Regional de Agricultores Biológicos	Castelo Branco	Beira Interior Sul
BIORAIA – Associação de Agricultores Biológicos da Raia	Idanha-a-Nova	Beira Interior Sul
Associação de Produtores Biológicos de Terras de Bouro	Terras de Bouro	Cávado
MinhOrigem – Associação Agro-ecológica do Minho	Vila Verde	Cávado
ADRAB – Associação de Desenvolvimento Rural e Agrícola das Beiras	Belmonte	Cova da Beira
APPIZÊZERE - Associação de Protecção Integrada e Agricultura Sustentável do Zêzere	Fundão	Cova da Beira
MONTES DO NORDESTE – Associação de Produtores de Agricultura Biológica	Torre de Moncorvo	Douro
AGROBIO - Associação Portuguesa de Agricultura Biológica	Lisboa	Grande Lisboa
FNAP – Federação Nacional dos Apicultores de Portugal	Lisboa	Grande Lisboa
INTERBIO - Associação Interprofissional para a Agricultura Biológica	Lisboa	Grande Lisboa
APAS – Associação dos Produtores Agrícolas da Sobrena	Cadaval	Oeste
AJAMPS - Associação de Jovens Agricultores da Madeira e Porto Santo	Funchal	R. A. Madeira
AGRIDIN – Associação Profissional para o Desenvolvimento da Agricultura Biológica e Biodinâmica	Amarante	Tâmega

Fonte: Lista das organizações de produtores biológicos (Agosto 2011), disponível no site do GPP – Agricultura Biológica

**Apêndice C.5: Organismos de controlo e certificação para o MPB de Portugal**

<b>Organismo de controlo e certificação</b>	<b>Localidade</b>
ECOCERT PORTUGAL, Unipessoal Lda	Peniche
SATIVA, Desenvolvimento Rural, Lda	Lisboa
CERTIPLANET – Certificação da Agricultura, Florestas e Pescas, Unipessoal, Lda	Peniche
CERTIS – Controlo e Certificação, Lda	Évora
AGRICERT - Certificação de Produtos Alimentares, Lda	Elvas
TRADIÇÃO E QUALIDADE – Associação Interprofissional de Produtos Agro-Alimentares de Trás-os-Montes	Mirandela
CODIMACO – Certificação e Qualidade, Lda	Cadaval
SGS Portugal – Sociedade Geral de Superintendência, S A	Lisboa
NATURALFA – Controlo e Certificação, Lda.	Foz do Sousa/Gondomar

Fonte: Lista dos OCC (Maio 2012), disponível no site do GPP – Agricultura Biológica

**Apêndice C.6: PNAB 2012-2016: Principais eixos estratégicos e respectivas medidas**

<b>Eixos estratégicos</b>	<b>Medidas</b>
<b>Informação e Divulgação</b>	As medidas que se prevêem para esta área têm que ver com a divulgação deste programa de acção e de todas as acções que com ele tenham que ver, de forma a tornar todo o processo participativo e transparente. No âmbito deste eixo propõem-se campanhas de divulgação e informação junto dos consumidores, quer sobre os produtos e rotulagem, quer informação sobre o modo de produção e a interacção deste com o meio (social e ambiental). Pretende-se que a informação se estenda aos sectores dos mais novos através de campanhas directas para as escolas, interacção com os municípios. A recolha de dados para uma melhor informação do sector biológico nacional é igualmente uma preocupação.
<b>Formação e Educação</b>	A Formação Profissional e o ensino são uma importante estratégia de desenvolvimento do sector. Na formação profissional dos agricultores procura-se transmitir conhecimentos com que se pretende atingir todos os níveis de conhecimento, da iniciação a um maior aprofundamento, bem como de informação sobre técnicas consentâneas com o modo de produção para profissionais que pretendem efectuar a conversão. Pretende-se igualmente detectar bons exemplos que possam ser demonstrativos das boas práticas, criar uma rede de técnicos credenciados que possam prestar um eficiente e qualificado apoio técnico. A formação de profissionais deverá no entanto iniciar-se mais cedo a nível escolar, quer no ensino básico, com demonstração e práticas, quer na introdução do tema na explicação dos sistemas de agricultura a nível do ensino do secundário e na formação nacional universitária.

(continua)

**Apêndice C.6: PNAB 2012-2016: Principais eixos estratégicos e respectivas medidas (cont.)**

Eixos estratégicos	Medidas
<b>Investigação e Desenvolvimento</b>	Neste eixo pretende-se criar formas de apoio a projectos que demonstrem a possibilidade da ABIO intervir positivamente na concretização dos objectivos do milénio, na resolução de importantes lacunas técnicas que impedem a progressão e o desenvolvimento do sector, e de melhorias técnicas nas produções de algumas culturas em que Portugal é mais deficitário. Propõe-se uma quota de verbas da investigação para os projectos de agricultura biológica.
<b>Apoio aos Agricultores</b>	Qualquer que venha a ser o quadro de apoio aos agricultores nos próximos anos, mantendo-se o actual ou aparecendo apoios diferentes, os que venham a optar pela ABIO deverão ter apoios especiais de diferenciação pois este tipo de agricultura deverá ser considerado estratégico. Assim os apoios deverão ser prioritários e ter majorações e aqueles que sejam considerados estratégicos face à necessidade do mercado nacional para limitar a importação de bens alimentares quer aqueles que sejam considerados importantes para a colocação no mercado exterior. Nos apoios aos agricultores deverá ainda ser considerado o apoio a explorações agrícolas que cumpram critérios a definir, prestando serviços de alto valor ambiental, pela redução de emissões de CO2 mas igualmente pela existência de condições de aumento da biodiversidade e de maior sequestro de carbono, ou de práticas agrícolas de ABIO em zonas vulneráveis reduzindo as cargas poluentes. Toda a produção que vise o cumprimento de contratos programa com a indústria em sectores relevantes deverá igualmente ser bonificada.
<b>Apoio aos Processadores</b>	No apoio aos processadores pretende-se, a exemplo da produção, atribuir prioridades e majorações aos projectos de ABIO que visem a satisfação da procura no mercado nacional, reduzindo as importações e aumentando as exportações. Haverá ainda apoio relevante aos operadores que criem centros de concentração da oferta para um fornecimento mais eficaz do mercado. Deverá ser definida uma rede de unidades de demonstração que aliem o processamento de produtos biológica com as necessidades de produtos no mercado.
<b>Desenvolvimento e aumento da quota de mercado</b>	Considera-se importante a determinação de mercados chave para um crescimento sustentado e equilibrado, desenvolver uma estratégia de marketing, e promoção do mercado interno e externo com a realização e participação em eventos. Torna-se importante medidas de encorajamento à aquisição de produtos de ABIO através da redução da taxa de IVA, e a demonstração do preço justo dos produtos.
<b>Integridade do sistema</b>	Deverá haver uma intervenção no trabalho dos OC promovendo a eficiência, a transparência e aferindo metodologias, proporcionar adequada operacionalidade à autoridade competente e à de acreditação, aumentando a credibilidade.
<b>Desenvolvimento Institucional</b>	É necessária a nomeação de um Coordenador Nacional para a ABIO, e a promoção e coordenação dos interesses na cadeia dos produtos. Deverá ser criado o princípio do poluidor-pagador, criando uma taxa sobre a utilização de todos os produtos que causem impactos ambientais negativos, utilizando as verbas em linhas de financiamento de micro projectos.
<b>Administração e Acompanhamento da Política e Desenvolvimento</b>	Deverá ser criado um grupo de trabalho diversificado de acompanhamento e avaliação da política para a ABIO, podendo ser estudados casos de sucessos de outros países e uma Comissão alargada de aconselhamento e discussão, com personalidades ligadas ou não à ABIO.

Fonte: INTERBIO (2011) - Política Nacional para a Agricultura Biológica

**Apêndice C.7: Principais alterações à medida "Alteração de Modos de Produção Agrícola" do PRODER (contempladas na Portaria 814/2010, de 27 de Agosto), mediante contributo da INTERBIO**

- Foi finalmente resolvida a incoerência nos encabeçamentos máximos permitidos no programa, que colidiam com o Reg 889/2008. Assim, temos como máximo elegível 2CN/ha, que vai ao encontro do Reg. 889/2008, Anexo IV, que limita as densidades pecuárias, no caso de bovinos adultos, a 2 animais/ha;
- Alteração do programa no sentido de permitir o pastoreio em simultâneo de animais bio e não bio, nos baldios, desde que esteja salvaguardada a sua segregação. Alteração, da maior importância, neste ano dedicado à biodiversidade, dado que ao defender estas pastagens de montanha, estamos igualmente a defender um habitat onde a fauna e flora são únicas e urge preservar;
- Não obrigatoriedade, nas áreas de baldios, de se realizarem análises de solo no 1º e 4º ano de candidatura;
- Permitir no caso das siderações (medida cultural importante em MPB), recorrer à grade de discos para o seu enterramento;
- A exclusão do benefício da majoração de 20% dos apoios em MPB durante o período de conversão, aplica-se agora aos beneficiários e não às áreas que já beneficiaram dessa majoração;
- O Pedido Único anual formaliza agora o pedido de apoio por parte do beneficiário (termo de aceitação);
- É agora permitido, durante a vigência do contrato (5 anos) reduzir animais e áreas até 20%, resultando a devolução apenas das ajudas recebidas relativas a esta percentagem;
- Alterações de pormenor sobre penalizações e exclusões, tornando-as mais claras e objectivas;
- Os suínos adultos passam agora a valer 0,03 CN, o que vai permitir maiores encabeçamentos (densidades pecuárias) desta espécie, nomeadamente em áreas de montado (a Interbio não foi favorável a esta alteração);
- Nas análises de solo e foliares, deixa de ser obrigatório seguir as recomendações dos laboratórios (desfasados da realidade em MPB), e abre-se a possibilidade a resultados de anos anteriores;
- Nas culturas permanentes as análises passam de anuais a bi-anuais;
- A grade de discos passa a ser, nas culturas permanentes, elegível como forma de incorporação de matéria orgânica. Neste tipo de culturas é igualmente elegível a mobilização do solo desde que em linhas alternadas e culturas com mais de 3 anos;
- São previstos motivos de força maior para o não cumprimento da comercialização dos referenciais de produção.

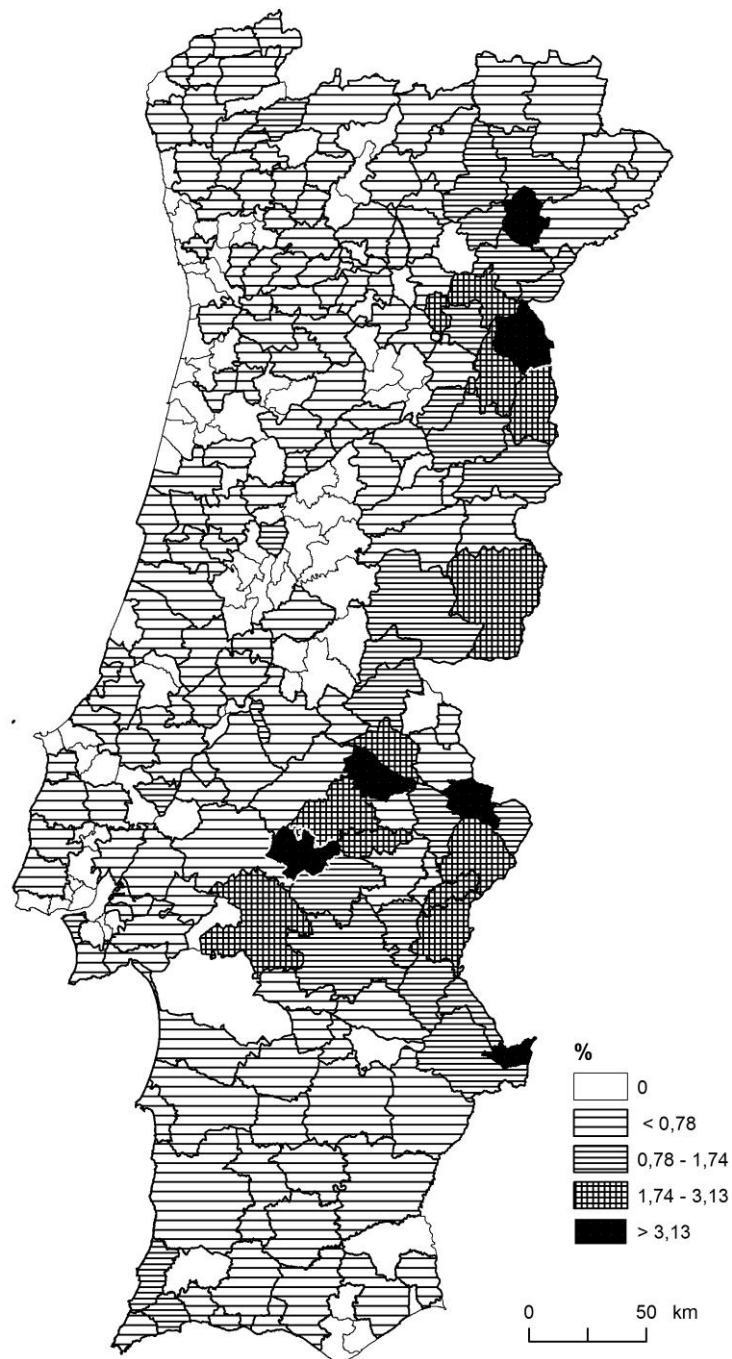
Fonte: <http://www.interbio.pt/node/76> (Julho, 2012)

## **APÊNDICE D**

### **REPRESENTAÇÃO CARTOGRÁFICA DA AGRICULTURA BIOLÓGICA NO PAÍS**

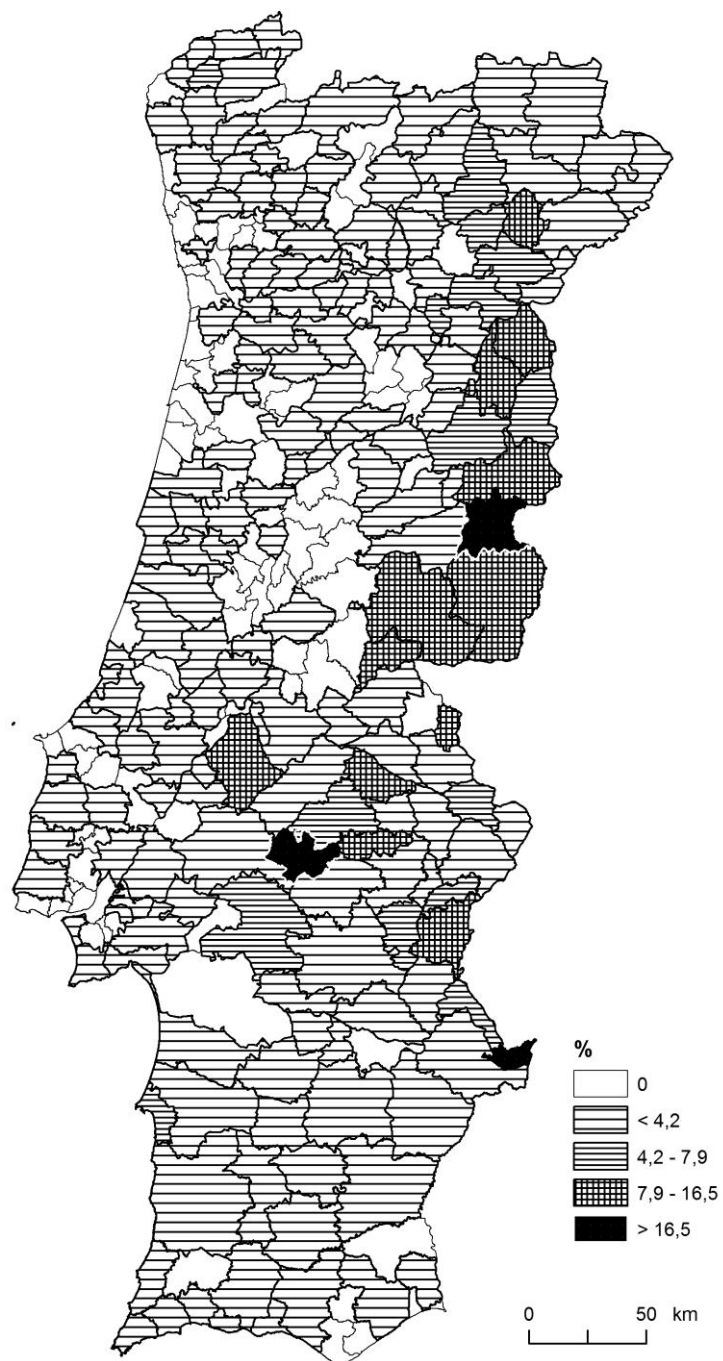
(Mapas temáticos dos indicadores estatísticos utilizados para a determinação da diversidade espacial da agricultura biológica em Portugal Continental)

Figura 1: Proporção de explorações em MPB no total de explorações agrícolas do concelho



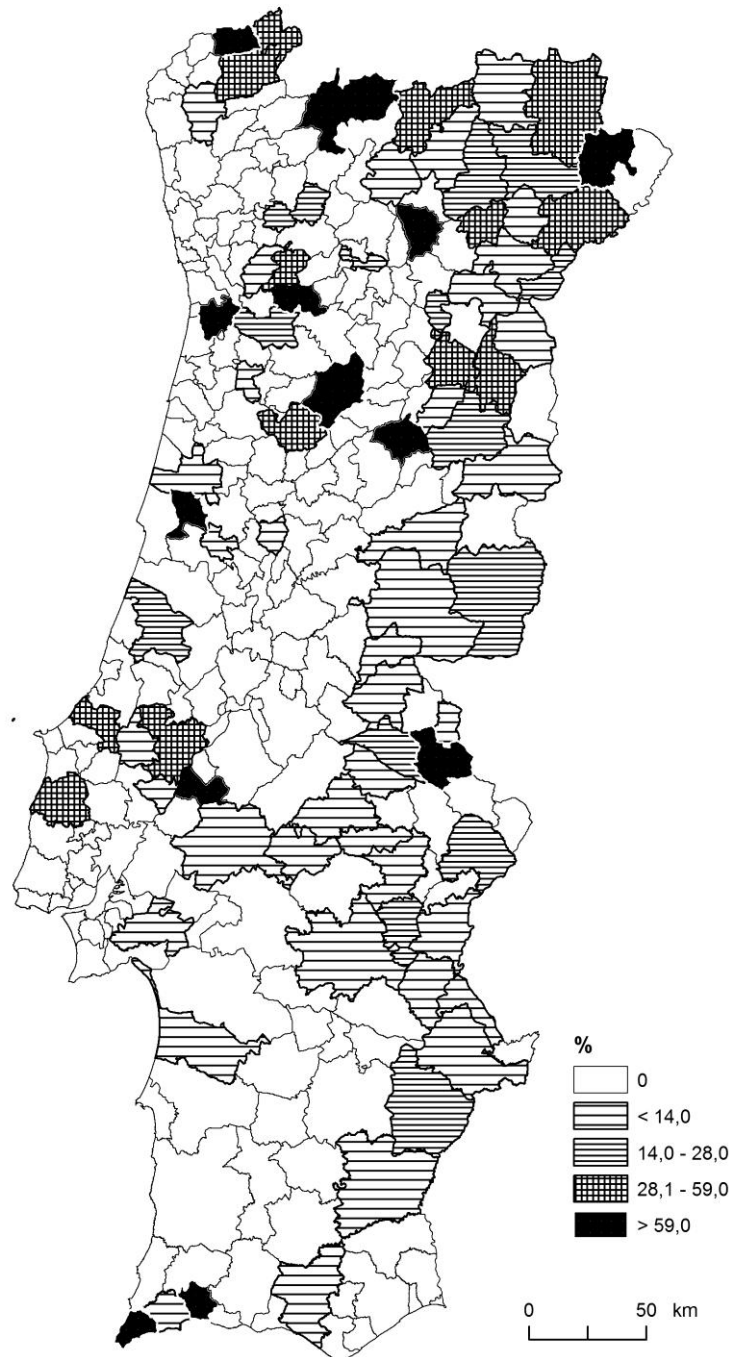
Fonte: INE, Recenseamento Agrícola 2009

Figura 2: Proporção da SAU em MPB no total da SAU do concelho



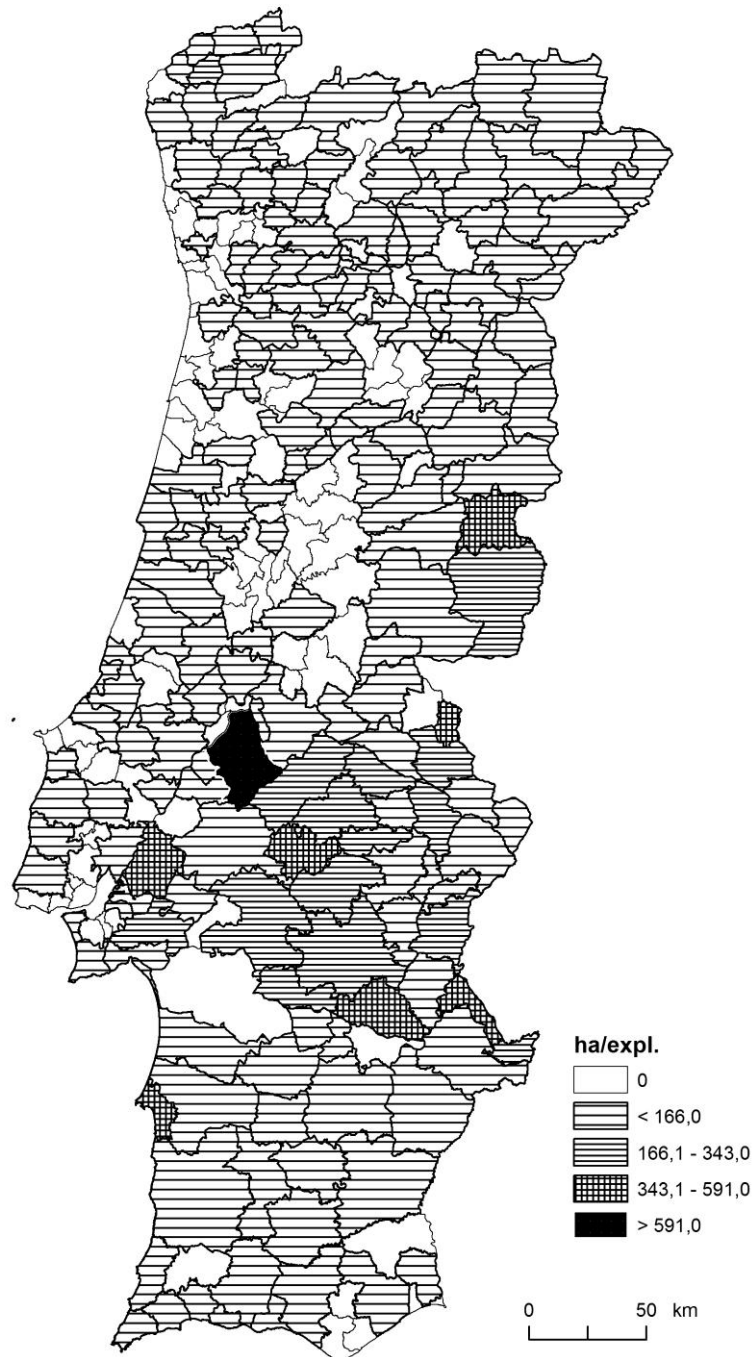
Fonte: INE, Recenseamento Agrícola 2009

Figura 3: Proporção da SAU em conversão no total da SAU em MPB do concelho



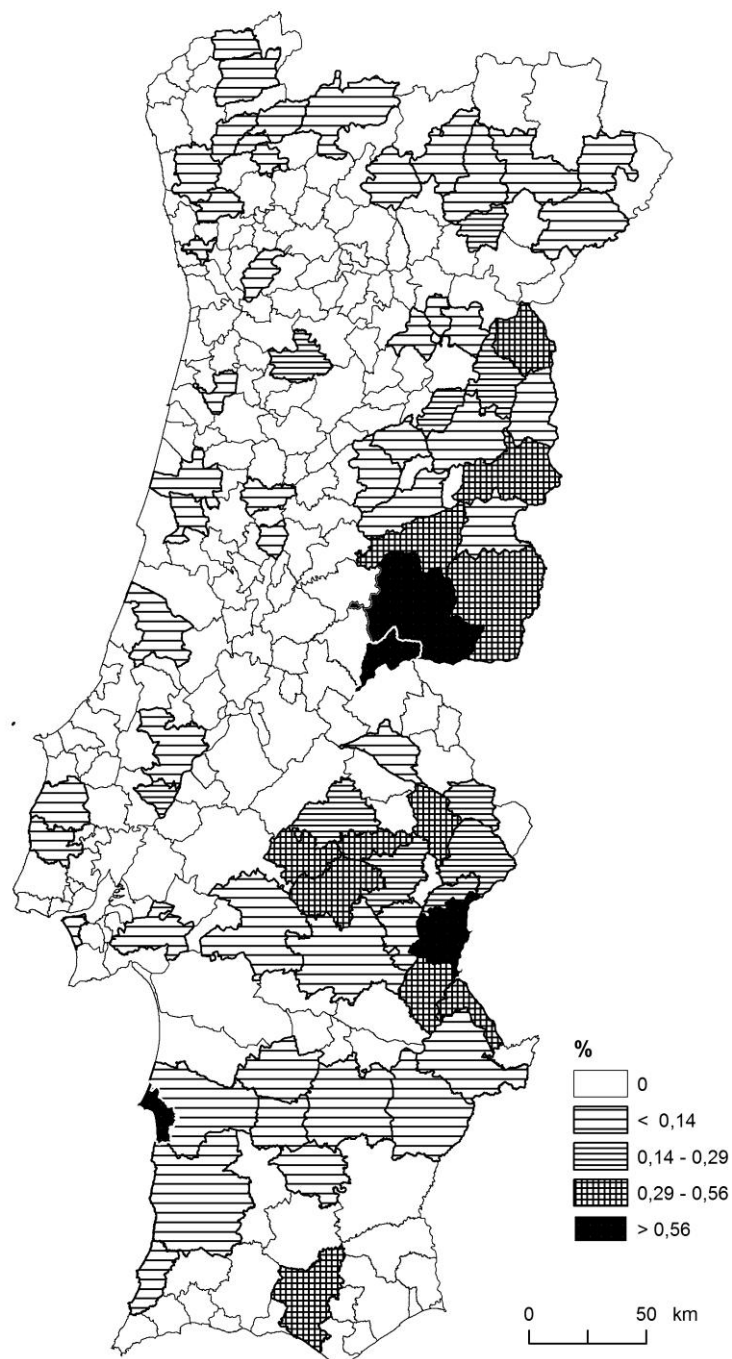
Fonte: INE, Recenseamento Agrícola 2009

Figura 4: Dimensão média das explorações em MPB no concelho



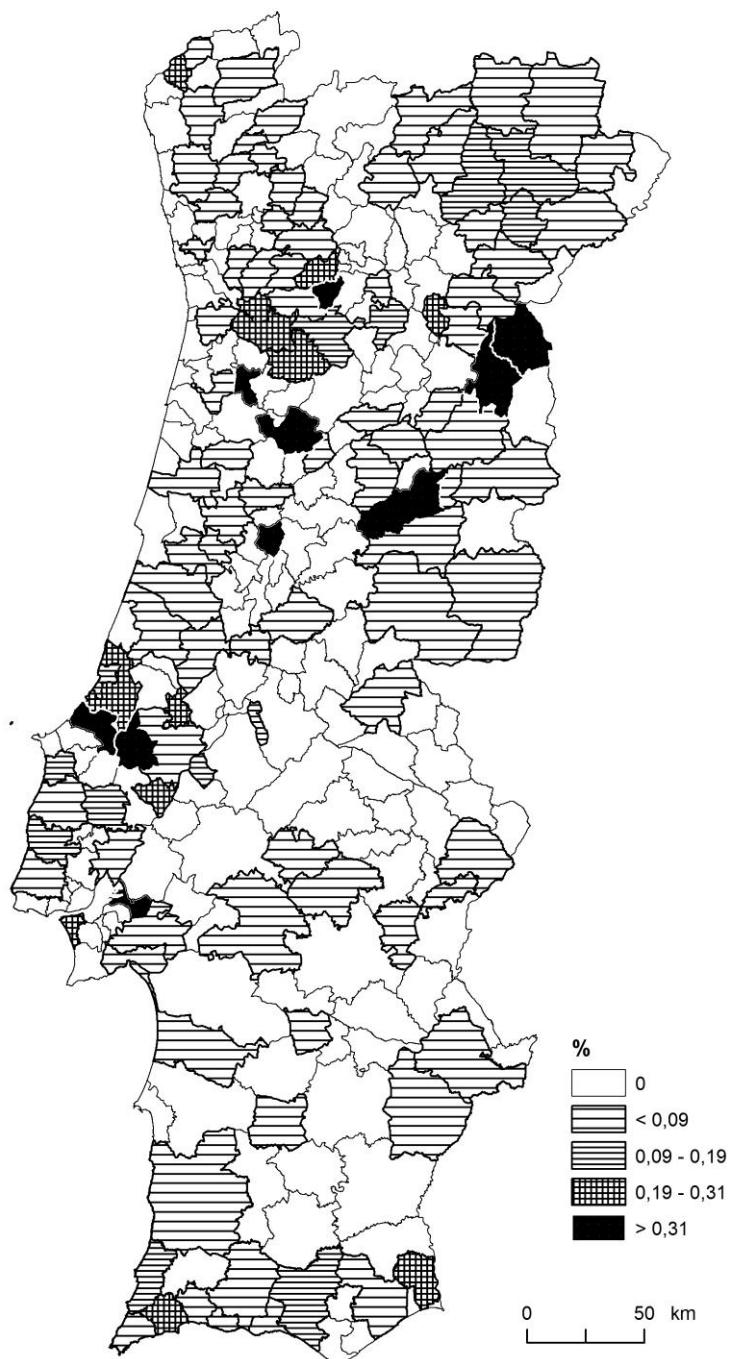
Fonte: INE, Recenseamento Agrícola 2009

Figura 5: Proporção da área de Cereais para grão em MPB no total da SAU do concelho



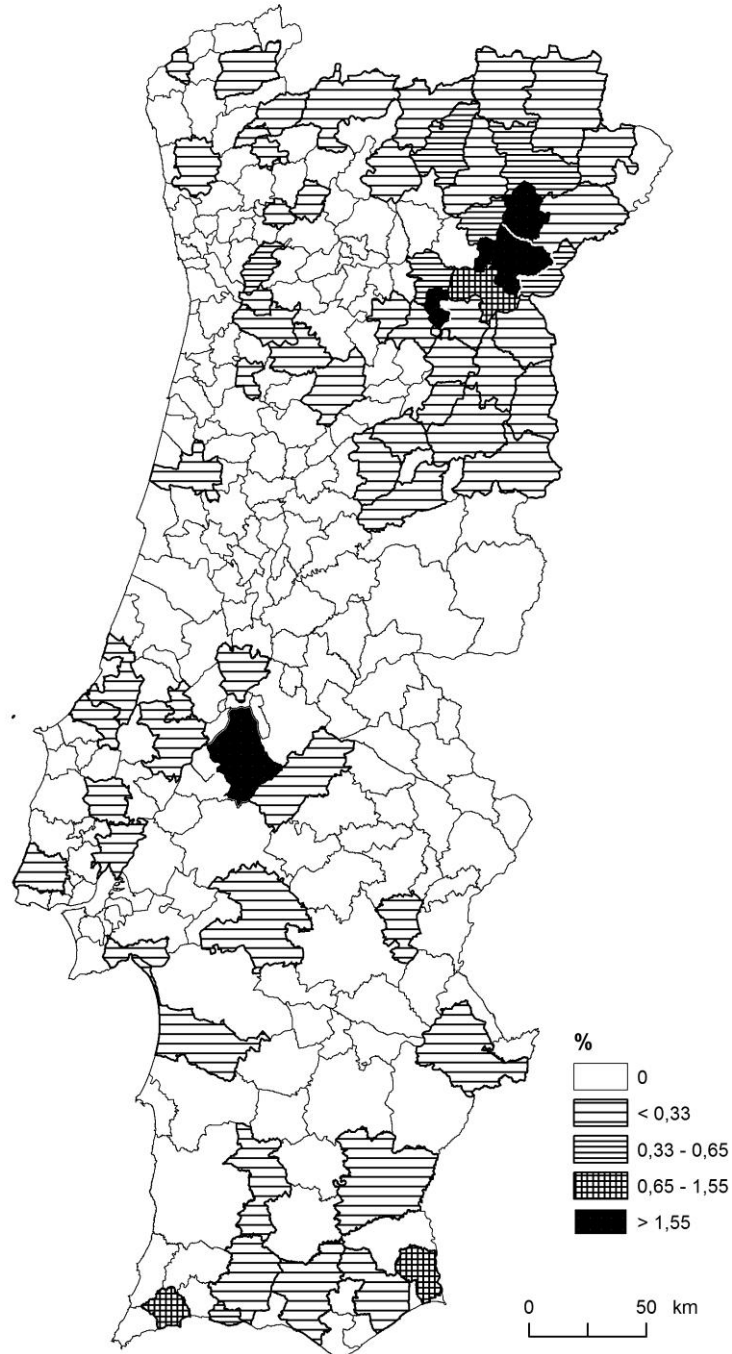
Fonte: INE, Recenseamento Agrícola 2009

Figura 6: Proporção da área de Culturas hortícolas e Frutos frescos em MPB no total da SAU do concelho



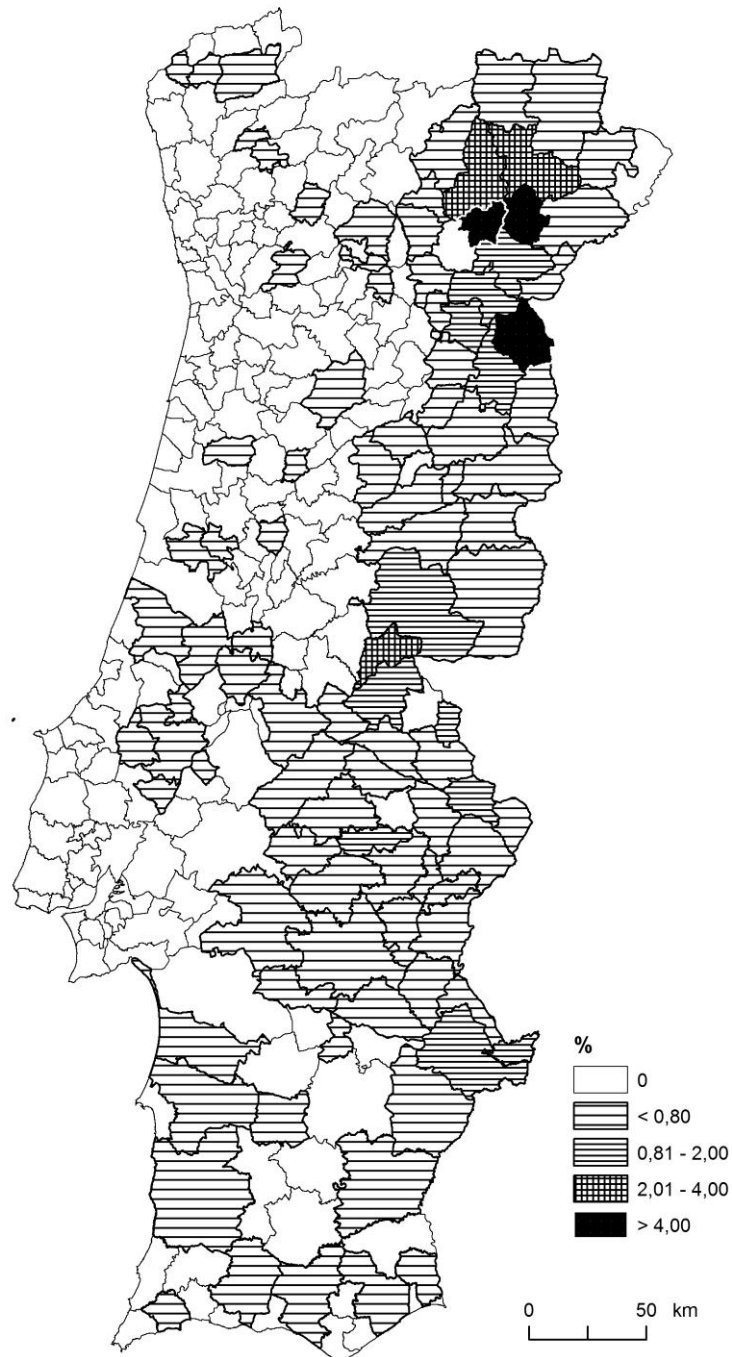
Fonte: INE, Recenseamento Agrícola 2009

Figura 7: Proporção da área de Frutos de casca rija em MPB no total da SAU do concelho



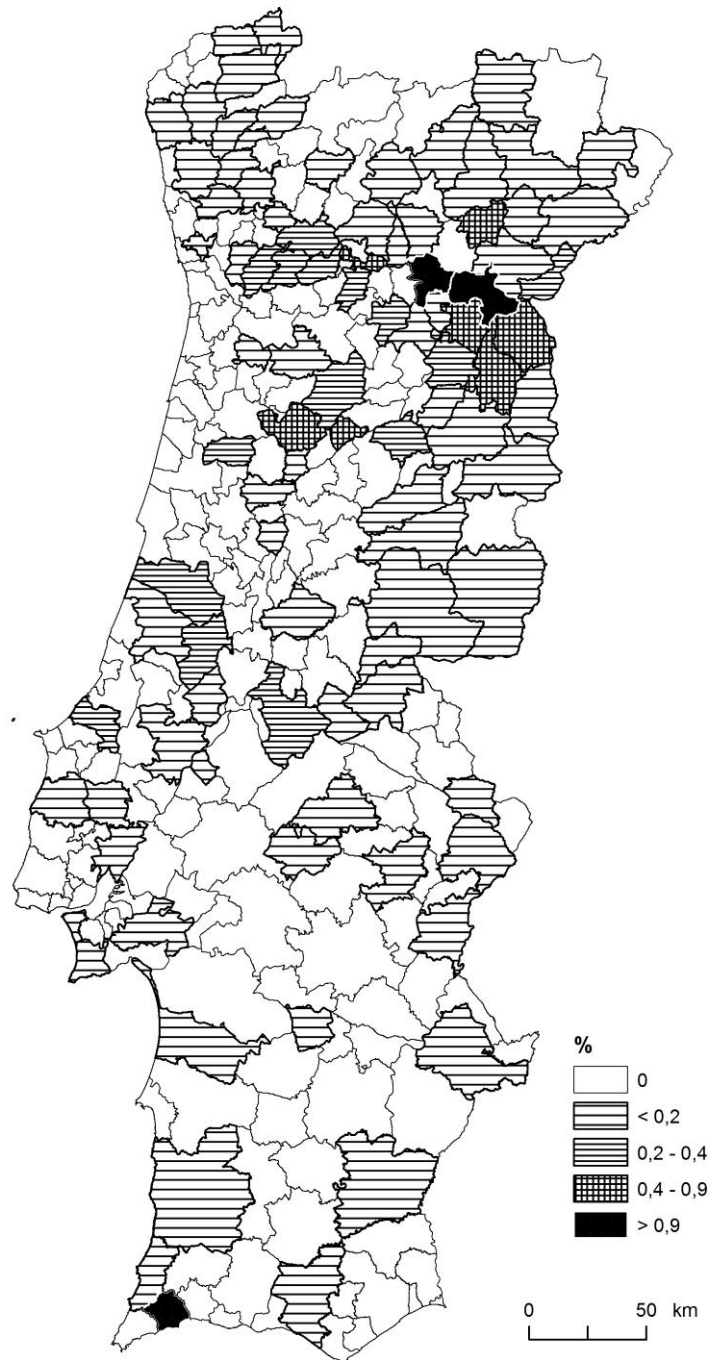
Fonte: INE, Recenseamento Agrícola 2009

Figura 8: Proporção da área de Olival em MPB no total da SAU do concelho



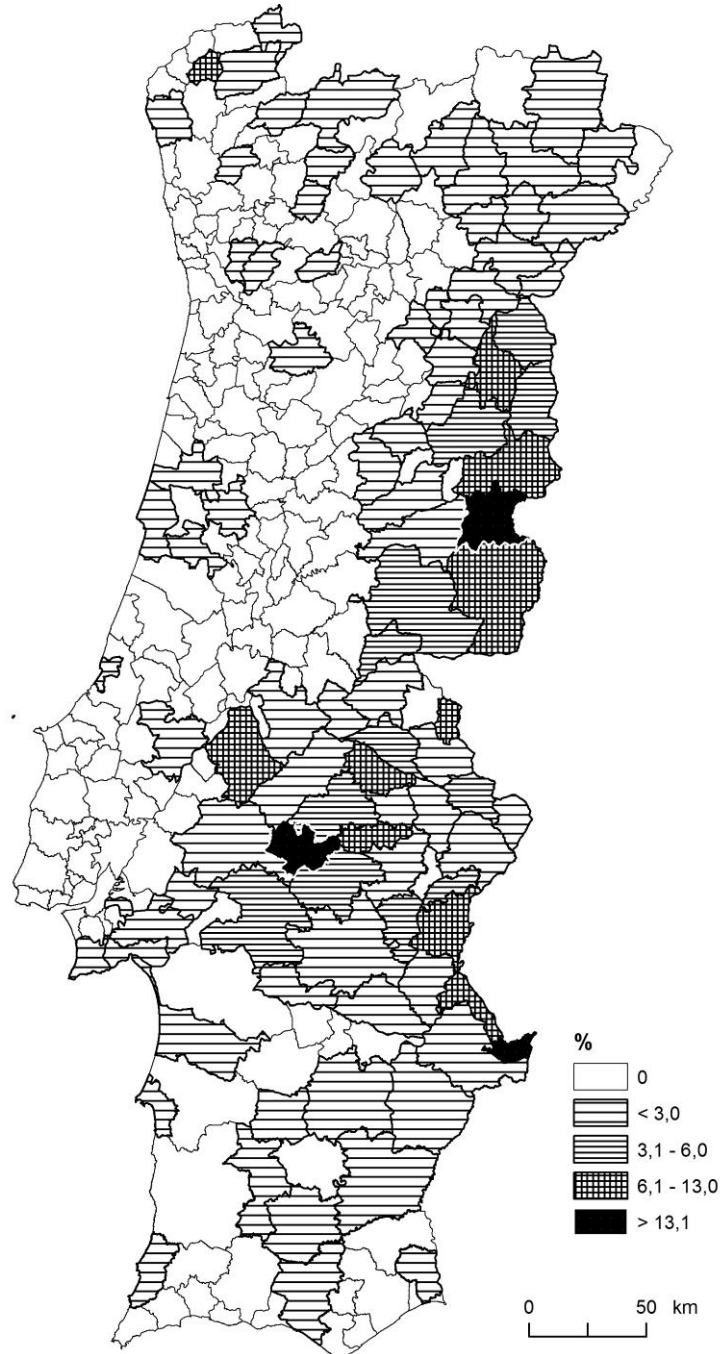
Fonte: INE, Recenseamento Agrícola 2009

Figura 9: Proporção da área de Vinha em MPB no total da SAU do concelho



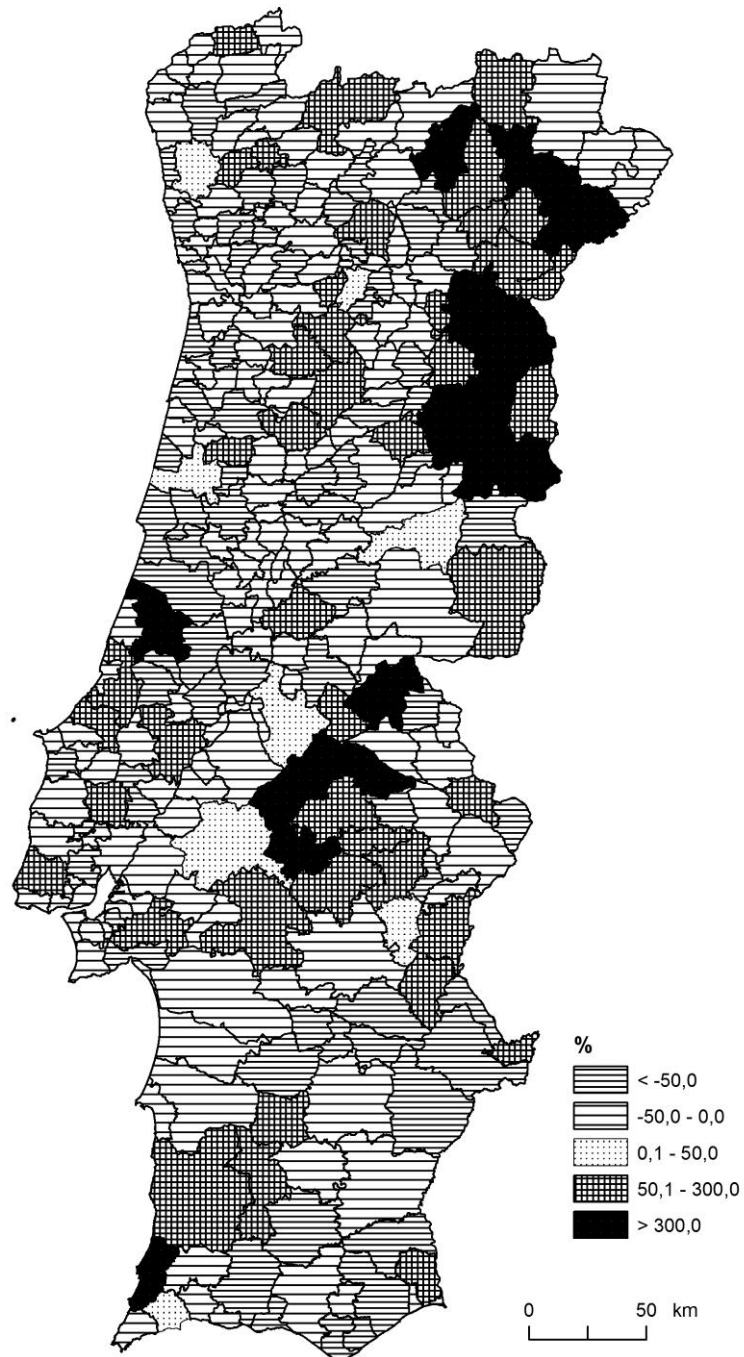
Fonte: INE, Recenseamento Agrícola 2009

Figura 10: Proporção da área de Pastagens permanentes em MPB no total da SAU do concelho



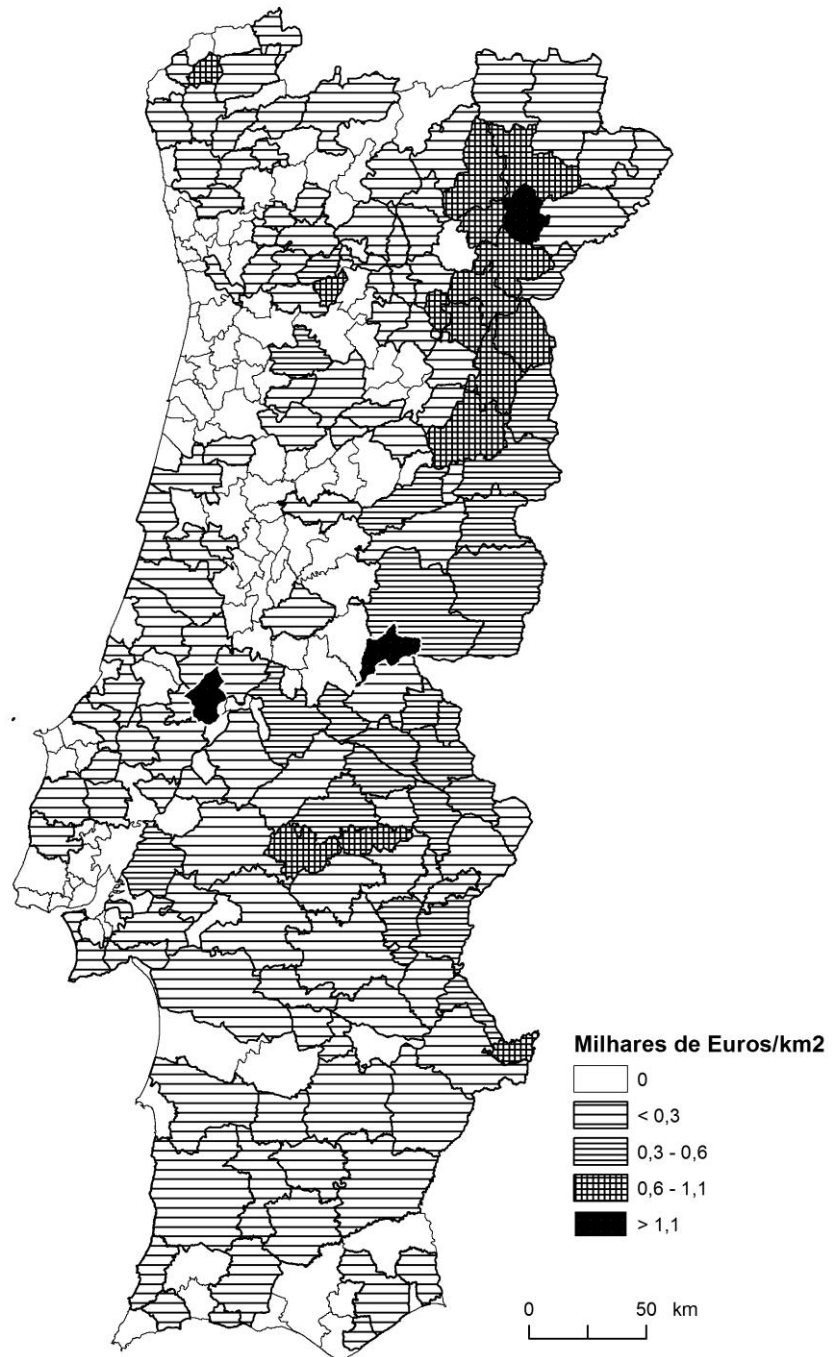
Fonte: INE, Recenseamento Agrícola 2009

Figura 11: Taxa de variação do número de explorações em MPB entre 1999 e 2009



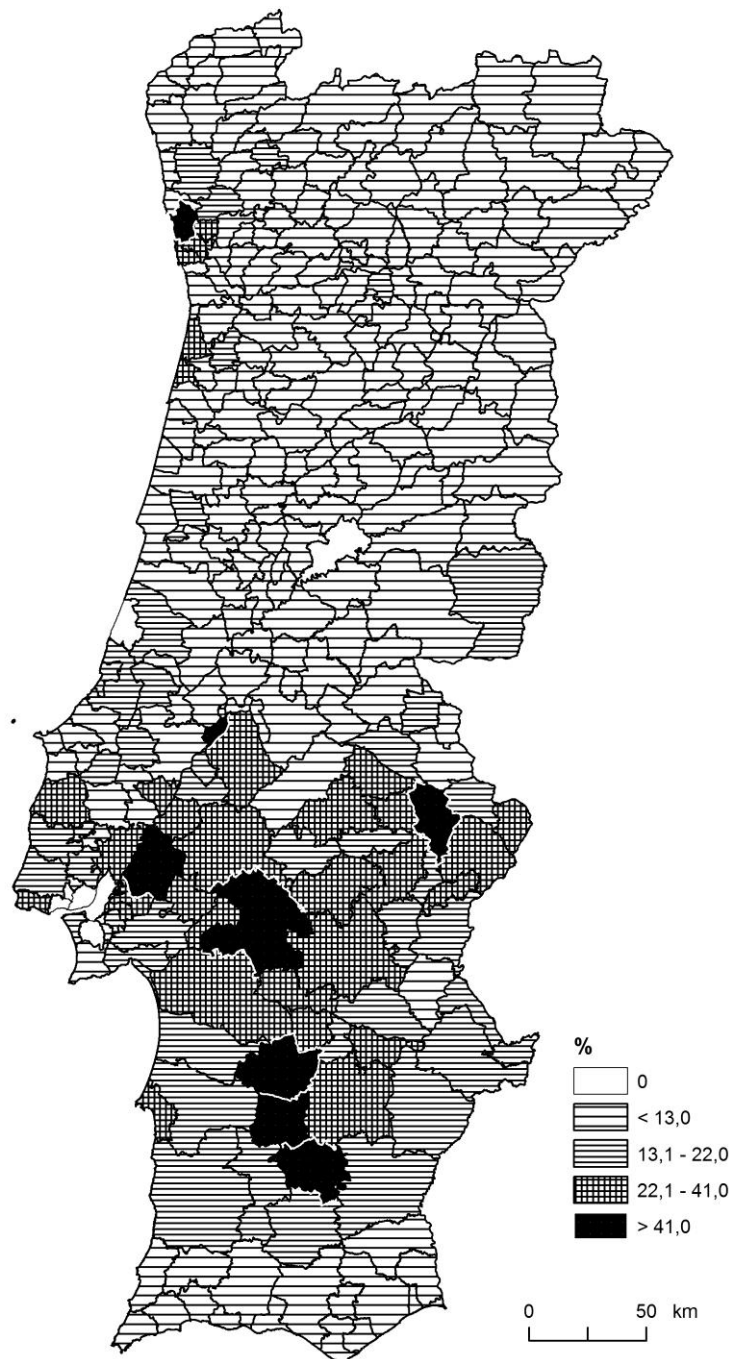
Fonte: INE, Recenseamentos Agrícolas 1999 e 2009

**Figura 12: Montante Pago no âmbito das Medidas Agro-Ambientais do PRODER dirigidas ao MPB por unidade de SAU total do concelho**



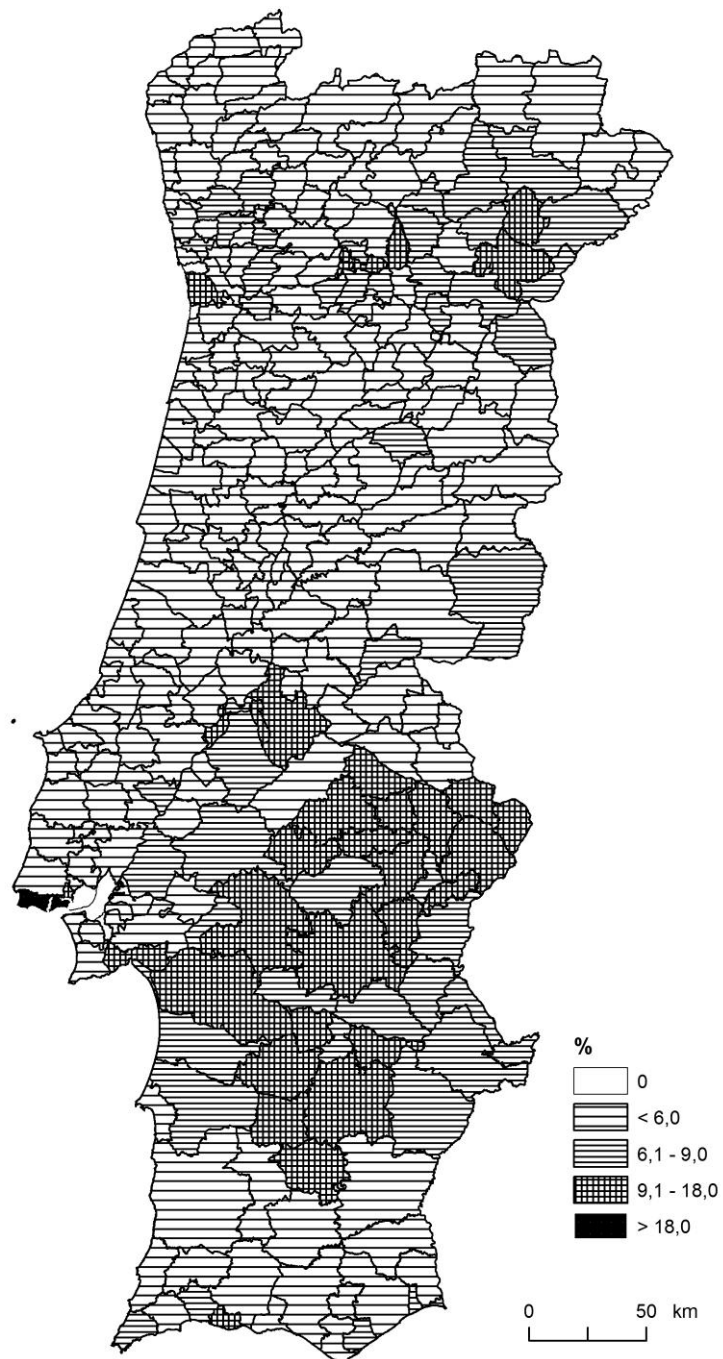
Fonte: IFAP, Estatísticas relativas a pagamentos da campanha 2009

**Figura 13: Proporção de explorações agrícolas com contabilidade organizada, no total de explorações agrícolas do concelho**



Fonte: INE, Recenseamento Agrícola 2009

**Figura 14: Proporção de produtores agrícolas singulares com o nível superior de escolaridade, no total de produtores agrícolas singulares do concelho**



Fonte: INE, Recenseamento Agrícola 2009